



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais



PROCONVERGENCIA  
AÇORES



# RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO

# 2009

A P R O V A D O  
na 4<sup>a</sup>. Comissão de  
Acompanhamento de  
4 de Junho de 2010

PROCONVERGENCIA - Programa Operacional  
dos Açores para a Convergência

Convergência

NUT II

2007-2013

2007PT161P0006

C(2007) 4625 DE 05-10-2007







## ÍNDICE GERAL

	<i>Pags.</i>
Índice de Quadros .....	5
Índice de Gráficos e Figuras .....	6
Introdução .....	7
Sumário Executivo .....	9
<b>1. Apresentação do Programa Operacional .....</b>	<b>11</b>
1.1 Identificação .....	11
1.2 Enquadramento .....	11
<b>2. Aspectos Gerais da Execução do PROCONVERGENCIA .....</b>	<b>17</b>
2.0 Evolução da Conjuntura Económica e Social .....	17
2.1 A Execução do PROCONVERGENCIA .....	23
2.1.1 A Execução Material .....	23
2.1.2 A Execução Financeira .....	30
2.1.3 Fluxos Financeiros.....	33
2.1.4 Aspectos Complementares da Execução.....	34
2.2 Análise qualitativa sobre a Evolução da Execução do PO .....	41
2.3 Informação sobre a Conformidade com o Direito Comunitário .....	43
2.4 Alterações da Envolvente à Execução do PROCONVERGENCIA.....	46
2.5 Durabilidade das Operações (Artº 57º do Regulamento (CE) Nº 1083/2006) .....	46
2.6 Complementaridade com Outros Instrumentos .....	47
2.7 Acompanhamento e Avaliação .....	48
2.8 Problemas, Constrangimentos e Medidas de Correção .....	60
<b>3. Execução por Eixo Prioritário .....</b>	<b>63</b>
3.1 Eixo Prioritário I - Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores.....	63
3.2 Eixo Prioritário II- Qualificar e Integrar a Sociedade Açoriana .....	76
3.3 Eixo Prioritário III - Melhorar as Redes Regionais de Infra-estruturas de Acessibilidades .....	82
3.4 Eixo Prioritário IV - Valorizar e Qualificar o Sistema Ambiental .....	87
3.5 Eixo Prioritário V - Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade .....	94
<b>4. Grandes Projectos .....</b>	<b>98</b>
<b>5. Assistência Técnica.....</b>	<b>99</b>
<b>6. Informação e Divulgação .....</b>	<b>101</b>
<b>7. Conclusões e Previsões de Despesa para 2010 .....</b>	<b>117</b>

Glossário de Siglas .....	119
 ANEXOS .....	 121
Anexo I - Realização física dos Indicadores Comuns Nacionais	
Anexo II - Programação financeira, aprovações e execução por Eixo Prioritário	
Anexo III - Aprovações e execução por NUT III	
Anexo IV - Resumo Implementação Física - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009	
Anexo V - Lista de operações aprovadas por Eixo Prioritário	
Anexo VI - Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário	
Anexo VII - Processo de selecção por Eixo Prioritário	
Anexo VIII - Ficha de Grande Projecto	
Anexo IX - Repartição cumulativa das dotações aprovadas da contribuição comunitária por combinação de dimensão de categorização	
Anexo X - Tabela de classificação NUT de acordo com o Regulamento (CE) N.º 1059/2003	
Anexo XI - Lista Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade	

**ÍNDICE DE QUADROS**

Quadro 1 - PROCONVERGENCIA - Grandes Linhas de Orientação Estratégica .....	12
Quadro 2 - Plano de Financiamento do PROCONVERGENCIA.....	15
Quadro 3 - Evolução Demográfica .....	17
Quadro 4 - Produto Interno Bruto - a Preços de Mercado .....	19
Quadro 5 - VAB por Ramos de Actividades Económicas, (A6).....	20
Quadro 6 - Condição da População Perante o Trabalho .....	21
Quadro 7 - População activa Empregada, por Sectores de Actividade .....	21
Quadro 8 - Elementos de Estrutura, 2009 .....	22
Quadro 9 - Realização Física.....	26
Quadro 10 - Execução Financeira por Eixo .....	31
Quadro 11 - Realização Financeira .....	32
Quadro 12 - Repartição da contribuição comunitária por dimensão - Formas de Financiamento .....	33
Quadro 13 - Histórico das Transferências da Comissão Europeia .....	33
Quadro 14 - Repartição da contribuição comunitária por Tipo de Território .....	35
Quadro 15 - Repartição da contribuição comunitária por Actividade Económica .....	37
Quadro 16 - Aprovações e execução por dimensão Tema Prioritário (contribuição comunitária) .....	38
Quadro 17 - Enquadramento dos Sistemas de Incentivo do PROCONVERGENCIA .....	43
Quadro 18 - Candidaturas ao PROCONVERGENCIA - Valores Acumulados.....	50
Quadro 19 - Indicadores de Gestão em 2009.....	51
Quadro 20 - Acções de Verificação .....	52
Quadro 21 - Realização Física do Eixo Prioritário I.....	64
Quadro 22 - Indicadores Financeiros .....	72
Quadro 23 - Realização Física do Eixo Prioritário II .....	76
Quadro 24 - Indicadores Financeiros .....	79
Quadro 25 - Realização Física do Eixo Prioritário III .....	83
Quadro 26 - Indicadores Financeiros .....	85
Quadro 27 - Realização Física do Eixo Prioritário IV .....	88
Quadro 28 - Indicadores Financeiros .....	91
Quadro 29 - Realização Física do Eixo Prioritário V .....	94
Quadro 30 - Indicadores Financeiros .....	96
Quadro 31 - Realização Física do Eixo Prioritário VI .....	99
Quadro 32 - Indicadores Financeiros .....	99
Quadro 33 - Execução Financeira do Plano de Comunicação .....	101
Quadro 34 - As Acções Previstas no Plano de Comunicação e as Acções Realizadas .....	101
Quadro 35 - Os Indicadores Previstos no Plano de Comunicação e os Indicadores Realizados no Ano de 2009..	102
Quadro 36 - O Público-Alvo e as Acções Realizadas.....	102

Quadro 37 - Os Meios de Comunicação e a sua Utilização .....	102
Quadro 38- Notícias .....	103
Quadro 39 - Publicação de Notícias no Website .....	103
Quadro 40 - Anúncios Imprensa .....	104
Quadro 41 - Anúncios Imprensa   Companhias Aéreas .....	105
Quadro 42 - Comissão de Acompanhamento .....	105
Quadro 43 - Grande Evento Anual .....	107
Quadro 44 - Semana da Europa .....	109
Quadro 45 - Publicação Listagem Beneficiários .....	110
Quadro 46 - Website PROCONVERGENCIA .....	110
Quadro 47 - Painéis de Publicidade .....	111
Quadro 48 - Iniciativas QREN .....	111
Quadro 49 - Reunião REDE INFORM .....	113
Quadro 50 - Divulgação das Boas Práticas .....	114
Quadro 51 - Representante RUP .....	114
Quadro 52 - Website Sistema de Incentivos .....	115
Quadro 53 - Folhetos .....	115
Quadro 54 - Previsões de Pedidos de Pagamento .....	116

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Estrangeiros com Estatuto Legal de Residente .....	18
Gráfico 2 - PIB per Capita .....	19
Gráfico 3 - Crescimento do PIB/Hab. e Componentes .....	20
Gráfico 4 - População Activa Empregada, por Profissão .....	22
Gráfico 5 - Aprovações por ilha .....	36
Gráfico 6 - Despesa Verificada por Eixos- 2009 .....	52
Gráfico 7 - Esforço de Controlo por Eixos - 2007 a 2009 .....	53

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Encontro Anual .....	56
Figura 2 - Hotel da Graciosa .....	73
Figura 3 - Estação de Rastreo de Satélites de Santa Maria .....	74
Figura 4 - Museu dos Baleeiros Lajes do Pico .....	80
Figura 5 - Logótipo PROCONVERGENCIA .....	100

## Introdução

O Programa Operacional dos Açores para a Convergência, o PROCONVERGENCIA, é um programa operacional inserido no QREN 2007-2013, participado pelo fundo estrutural FEDER, enquadrado no objectivo comunitário Convergência, com execução na Região Autónoma dos Açores.

Este terceiro Relatório de Execução Anual do PROCONVERGENCIA reporta a execução financeira e física e os principais trabalhos e actos de gestão e de acompanhamento praticados durante o ano de 2009, dando-se assim cumprimento às disposições previstas no artigo 67º do Regulamento (CE) nº 1083/2006, de 11 de Julho e no Anexo VI do Regulamento (CE) nº 846/2009, de 1 de Setembro que altera o Regulamento (CE) nº 1828/2006, de 8 de Dezembro.

Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais

Autoridade de Gestão do PROCONVERGENCIA

Maio de 2010





## Sumário Executivo

- O Programa Operacional dos Açores para a Convergência (PROCONVERGENCIA) é um Programa Operacional comparticipado pelo FEDER, para o período de programação 2007-2013, enquadrado no Objectivo Comunitário Convergência, com execução na Região Autónoma dos Açores, integrado no Quadro de Referência Estratégico Português, com uma dotação de 996,3 milhões de euros de fundo comunitário, a que corresponde uma despesa pública global de 1,2 mil milhões de euros.
- No âmbito da afectação das dotações comunitárias inscritas no PROCONVERGENCIA, no final do ano de 2009, em termos acumulados desde o início de vigência do actual período de programação, a autoridade de gestão do PROCONVERGENCIA aprovou candidaturas com uma despesa pública associada de 472,6 milhões de euros, a que correspondeu uma comparticipação FEDER de 378,0 milhões de euros.
- A execução financeira (despesa efectivamente paga) das operações aprovadas ascendeu, ainda em termos acumulados, ao montante de 241,6 milhões de euros de despesa pública, com uma comparticipação FEDER de 191,6 milhões de euros.
- O PROCONVERGENCIA já proporcionou a injeção de 191,0 milhões de euros na economia açoriana, ou seja, o valor do montante de fundo estrutural FEDER pago aos beneficiários regionais do programa.
- No âmbito do QREN 2007-2013, componente FEDER, o PROCONVERGENCIA foi o programa operacional que em Dezembro de 2009 evidenciava a maior taxa de execução financeira, perto de 20% para uma média dos PO de cerca de 7%. A taxa de compromisso foi de cerca de 39%, ligeiramente inferior à registada no conjunto dos PO nacionais comparticipados pelo FEDER, que rondou os 46%. Conjugando a informação fornecida por estas taxas deduz-se uma maior eficiência das aprovações na Região em gerar execução financeira, e transferências financeiras e reembolso FEDER, indicando lateralmente, um maior grau de maturidade dos projectos aprovados.
- As mais de quatro centenas de projectos aprovados no PROCONVERGENCIA distribuem-se por todos os eixos da programação e cobrem a totalidade dos objectivos intermédios previstos, à excepção do sector da saúde, aspecto suprido à data da elaboração deste relatório. A execução do programa está devidamente documentada através de um conjunto muito alargado de indicadores.

- Ao nível da gestão e acompanhamento do PO, todo o sistema descrito na declaração de conformidade (compliance assessment) funcionou normalmente, verificando-se um fluxo financeiro normal entre a Comissão Europeia e as Autoridades Nacionais e entre estas e a Autoridade de Gestão e desta com o conjunto diversificado de beneficiários.
- Em carta recebida na Autoridade de Gestão, foi reafirmada pela Autoridade de Auditoria a opinião positiva sobre a gestão do PROCONVERGENCIA, sem qualquer reserva, parecer esse transmitido à Comissão Europeia.
- Manteve-se o esforço de desenvolvimento e de aperfeiçoamento do sistema de Informação do PROCONVERGENCIA, o SIPOP, o qual permitiu, em termos de Front Office, uma operação simples e amigável por parte dos beneficiários, erradicando a circulação do suporte de informação em papel. Em termos de Back Office facilitou e apoiou a gestão corrente do programa e ainda a operacionalização de uma pista de auditoria completa, possibilitando o acesso remoto por parte das autoridades de auditoria e/ou de certificação a todos os documentos associados às candidaturas, toda a documentação de análise dessas candidaturas (check-list, relatórios, etc.), os pedidos de pagamento com todos os documentos de despesa digitalizados, toda a contratação pública associada (documentos digitalizados dos diversos contratos), a variedade de formulários e instrumentos de notação usados, as acções de verificações on spot (checklists e relatórios), relatórios de acompanhamento e demais documentação.
- Decorreram os trabalhos de avaliação da operacionalidade do PROCONVERGENCIA, em linha com o que ocorreu no contexto dos PO do QREN, apresentando-se o relatório já durante o ano de 2010, mais concretamente nos trabalhos da Comissão de Acompanhamento.
- Com as restrições financeiras decorrentes da crise internacional, a Autoridade de Gestão em linha com orientação do Governo dos Açores promoveu uma consulta à Comissão de Acompanhamento para a introdução de medidas de engenharia financeira, tendo registado já em 2009 a aprovação dos primeiros projectos neste âmbito.
- A Comissão de Acompanhamento do PROCONVERGENCIA e do PRO-EMPREGO reuniu-se em Junho de 2009, na ilha Terceira, tendo sido aprovado o Relatório de Execução do Programa de 2008, analisado e discutido um ponto de situação da execução actualizado à data, entre outros pontos da agenda de trabalho.

## 1. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

### 1.1 Identificação

Designação do Programa Operacional:	PROCONVERGENCIA - Programa Operacional dos Açores para a Convergência
Objectivo:	Convergência
Zona Elegível	NUT II
Período de Programação:	2007-2013
Número do Programa (CCI):	2007PT161PO006
Decisão de Aprovação:	C(2007) 4625 de 05-10-2007

Documento:	Relatório Anual de Execução
Ano do relatório:	2009
Data de Aprovação pela Comissão de Acompanhamento:	4 de Junho de 2010

### 1.2 Enquadramento

O Programa Operacional dos Açores para a Convergência (PROCONVERGENCIA) é um Programa Operacional participado pelo FEDER, para o período de programação 2007-2013, enquadrado no Objectivo Comunitário Convergência, com execução na Região Autónoma dos Açores, integrado no Quadro de Referência Estratégico Português.

O PROCONVERGENCIA foi preparado pelo Governo Regional dos Açores, sintetizando as principais propostas em matéria de política de desenvolvimento para o futuro próximo, na observância das Orientações Estratégicas da Comunidade e do Quadro de Referência Estratégico Nacional. A sua estrutura e conteúdo corresponde aos princípios e às regras definidas nos Regulamentos

Comunitários em matéria de programação, parceria, gestão, acompanhamento, avaliação e controlo, no quadro geral de partilha de responsabilidades entre as autoridades públicas comunitárias, nacionais e regionais.

A estratégia definida assenta em prioridades que estruturam a programação, com intervenção, respectivamente, no âmbito da economia, dos recursos humanos e do território.

As principais linhas de orientação estratégica do PROCONVERGENCIA, resultantes das prioridades definidas e dos respectivos objectivos gerais, a seguir sintetizadas:

Quadro 1 - PROCONVERGENCIA - Grandes Linhas de Orientação Estratégica						
Designio Comunitário	PROMOVER A CONVERGÊNCIA REAL					
Prioridade estratégica	Fomento de uma Actividade Económica Dinâmica e Competitiva		Elevação do Nível de Educação e Qualificação da População	Qualificação das Redes de Infra-estruturas de Mobilidade	Valorização e Qualificação do Sistema Ambiental	Minimização dos Efeitos da Ultraperifericidade
Objectivo Geral	FOMENTAR E FACILITAR A ACTIVIDADE EMPRESARIAL	ALICERÇAR UMA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO	EDUCAR, FORMAR E INTEGRAR OS RECURSOS HUMANOS	MELHORAR AS ACESSIBILIDADES INTRA E INTER-ILHAS	PROMOVER A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	COMPENSAR OS CUSTOS COM A DUPLA INSULARIDADE

Associado às grandes linhas de orientação estratégica construiu-se um quadro de programação assente em eixos prioritários de intervenção (EP), os quais encerram objectivos específicos (OE), devidamente quantificados, os quais definem o âmbito da elegibilidade das candidaturas ao programa. Assim, de forma sintética:

#### EP1- Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores

- OE1.1 - Qualificar o investimento empresarial

Compreende sistemas de incentivos, com apoios nos domínios do desenvolvimento local, do turismo, de sectores estratégicos, da competitividade, da eficiência energética, entre outros domínios.

- OE1.2 - Rede de infra-estruturas e de prestação de serviços às empresas

Abrange a construção e equipamento de laboratórios, centros de distribuição, infra-estruturas turísticas, campanhas de promoção, marketing, certificação, promoção da qualidade.

- OE1.3 - Apoiar a investigação na Região

Integra as infra-estruturas e reequipamento científico, actividades de I&D; divulgação científica; ensino experimental das ciências, entre outras áreas de intervenção.

- OE1.4 - Iniciativas de I&D de contexto empresarial

Parcerias entre instituições científicas e empresas, transferência tecnológica; investigação aplicada.

- OE1.5 - Melhorar a acessibilidade e a utilização das TICs

Projectos abrangendo o equipamento informático, de comunicação, infra-estruturas; conteúdos multimédia, apoio a espaços TIC; novos produtos e serviços, portais, digitalização de arquivos.

#### EP2- Qualificar e Integrar a Sociedade

- OE2.1 - Modernizar a rede de equipamentos escolares

Construção, remodelação, ampliação e modernização dos estabelecimentos de ensino. Aquisição de equipamento.

- OE2.2 - Valorizar o património cultural

Construção, remodelação, ampliação e modernização de equipamentos culturais. Inventariação do Património. Divulgação, Aquisição de equipamentos.

- OE2.3 - Melhorar a rede de equipamentos locais

Construção, remodelação, ampliação, reequipamento e modernização de equipamentos desportivos e de animação local.

- OE2.4 - Modernizar equipamentos de saúde

Construção, remodelação, ampliação e reequipamento de unidades de saúde. Modernização tecnológica dos estabelecimentos.

- OE2.5 - Modernizar a rede de equipamentos de inclusão social

Construção, remodelação, ampliação e reequipamento de unidades de actividades ocupacionais, integração dos imigrantes, repatriados.

#### EP3- Melhorar as Redes Regionais de Infra-estruturas de Acessibilidade

- OE3.1 - Requalificar a rede regional de infra-estruturas rodoviárias e marítimas

Construção, beneficiação e modernização de troços de estrada das redes viárias regional e municipal. Estacionamento, obras de arte, muros, correcção de traçados, alargamento de faixas. Ampliação, modernização das infra-estruturas portuárias comerciais e de pesca, incluindo a intervenção em cais, molhe, parques e terminais portuários.

- OE3.2 - Melhorar a eficiência e a segurança dos sistemas

Equipamentos de segurança rodoviária, de sinalização, de gestão automática de tráfegos, de carga e descarga, de apoio à operação no mar, introdução de novas tecnologias de gestão dos sistemas, estudos, diagnósticos, planos directores, de mobilidade.

**EP4- Valorizar e Qualificar o Sistema Ambiental**

- OE4.1 - Ordenar o território

Planos de ordenamento do território, da orla costeira, das bacias hidrográficas, gestão do ambiente urbano, produção cartográfica de base digital.

- OE4.2 - Aumentar a cobertura das redes de infra-estruturas ambientais

Infra-estruturas e equipamentos de abastecimento de água, de recolha tratamento e destino final de águas residuais e dos sistemas de recolha e tratamento de resíduos. Estudos, campanhas.

- OE4.3 - Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental

Centros de interpretação, de educação ambiental, valorização das áreas classificadas, construção e equipamento de infra-estruturas ambientais, aquisição de equipamentos e instrumentos específicos, campanhas de educação ambiental, estudos e projectos que visem ampliar o conhecimento sobre o património ambiental.

- OE 4.4 - Melhorar sistemas de prevenção e gestão de riscos

Elaboração de estudos, de planos, sensibilização da população para a temática, monitorização dos riscos, construção beneficiação dos quartéis de bombeiros, aquisição de equipamento.

**EP5- Compensar os Custos da Ultraperifericidade**

- OE5.1 - Compensar os custos de funcionamento dos sistemas de transporte no arquipélago

Compensação: sobrecusto no serviço público de transporte aéreo inter-ilhas, do sobrecusto com o transporte de doentes e do sobrecusto com o transporte de resíduos.

- OE5.2 - Compensar os custos de investimento dos sistemas de transporte no arquipélago

Modernização, qualificação e equipamento de aerogares. Realização de obras nas pistas. Aquisição de equipamento de placa.

**EP6- Assistência Técnica**

- Comparticipação de despesas relativas à gestão, acompanhamento, controlo, avaliação do programa.

### ***Beneficiários***

O leque de beneficiários finais é amplo, desde as empresas privadas que concorrem aos sistemas de incentivos ao investimento, até aos departamentos do governo regional, autarquias locais, institutos públicos, sector empresarial público, associações sem fim lucrativo, universidade, ONGs, entre outras.

### Financiamento

Em termos financeiros o PROCONVERGENCIA tem uma dotação do fundo estrutural FEDER de 966,3 milhões de euros, a que corresponde uma despesa pública total de cerca de 1,2 milhões de euros.

Quadro 2 - Plano de Financiamento do PROCONVERGENCIA Financiamento Total FEDER, Contrapartida Nacional e Taxa de Co-financiamento (Euros)								
EIXOS PRIORITÁRIOS	Financiamento Comunitário	Contrapartida Nacional	Repartição indicativa da contrapartida nacional		Financiamento Total	Taxa de Co-Financiamento	Contribuição do BEI	Outros Financiamentos
			Financiamento Público Nacional	Financiamento Privado Nacional				
	(a)	(b)=(c)+(d)	(c)	(d)	(e)=(a)+(b)	(f)=(a)/(e)	(g)	(h)
Eixo Prioritário I - Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores	344.444.353	60.784.298	60.784.298		405.228.651	85,00%		100.000.000
Eixo Prioritário II - Qualificar e Integrar a Sociedade Açoriana	233.781.483	41.255.556	41.255.556		275.037.039	85,00%		
Eixo Prioritário III - Melhorar as redes regionais de infra-estruturas de acessibilidades	170.989.709	30.174.655	30.174.655		201.164.364	85,00%		
Eixo Prioritário IV - Valorizar e qualificar o sistema ambiental	147.532.671	26.035.177	26.035.177		173.567.848	85,00%		
Eixo Prioritário V - Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade	65.600.833	65.600.833	65.600.833		131.201.666	50,00%		
Eixo Prioritário VI - Assistência Técnica do Programa	4.000.000	705.882	705.882		4.705.882	85,00%		
<b>TOTAL</b>	<b>966.349.049</b>	<b>224.556.401</b>	<b>224.556.401</b>		<b>1.190.905.450</b>	<b>81,14%</b>		<b>100.000.000</b>

### Quadro institucional

Em síntese, o modelo institucional do PROCONVERGENCIA segue o proposto na Regulamentação Comunitária e compreende os seguintes órgãos:

- **Autoridade de Gestão**

O Governo dos Açores decidiu através da Resolução do Conselho de Governo nº112/2007, de 17 de Outubro, designar a Direcção Regional de Estudos e Planeamento, actual Direcção do Planeamento e Fundos Estruturais, como Autoridade de Gestão do PROCONVERGENCIA, devendo assegurar o exercício das competências definidas pelos regulamentos comunitários para as Autoridades de Gestão, receber a orientação política do órgão de direcção política do PO e prestar as informações relevantes e pertinentes sobre a execução do Programa, designadamente no que respeita a



realizações, resultados e impactos, aos órgãos técnicos de coordenação e monitorização estratégica, operacional e financeira do QREN de auditoria e controlo e de certificação;

Existe um contrato de delegação muito alargada de competências com a Direcção Regional Apoio ao Investimento e à Competitividade, no que respeita à gestão e acompanhamento de sistemas de incentivos que integram o programa.

A Autoridade de gestão do PROCONVERGENCIA apoia-se num secretariado técnico estruturado em unidades operacionais, com as seguintes funções: análise de candidaturas; análise e validação de despesa; acompanhamento e controlo interno e comunicação. Acresce ainda funções de Apoio Geral que serão exercidas no âmbito do quadro do pessoal e das tarefas correntes da direcção regional, onde o núcleo de informática assegura a manutenção e operacionalidade dos sistemas de informação, das aplicações correntes utilizadas, na manutenção e actualização do hardware e o apoio administrativo e de secretariado que assegura as comunicações, a conservação do arquivo; a actualização do Sistema de Gestão Documental (SGC).

- **Comissão de Acompanhamento**

A Comissão de Acompanhamento do PROCONVERGENCIA é responsável pelo exercício das competências definidas nos regulamentos comunitários e desempenha a missão essencial de assegurar a participação dos municípios e dos parceiros económicos, sociais e institucionais.

Foi decidido, na observância do permitido pela regulamentação comunitária, que fosse apenas criada uma Comissão de Acompanhamento para os dois programas operacionais da Região com financiamento pelos fundos estruturais FEDER e FSE.

Em conformidade, em Outubro de 2007 foi elaborada e publicada a Resolução n.º 108/2007, de 11 de Outubro, que define a constituição e as atribuições desta Comissão de Acompanhamento.

- **Autoridade de Certificação**

A nível nacional e na acepção do artigo 61.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, as funções de autoridade de certificação é exercida pelo Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR, IP) no que respeita ao FEDER e FC.

- **Autoridade de Auditoria**

Finalmente, ainda no domínio do estado membro, na sequência dos períodos de programação anteriores e no quadro do Artigo 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, as funções de autoridade de Auditoria são exercidas pela Inspecção-geral de Finanças (IGF).

## 2. ASPECTOS GERAIS DA EXECUÇÃO DO PROCONVERGENCIA

### 2.0 Evolução da Conjuntura Económica e Social

Os efeitos da crise que se abateu sobre os Estados-Membros veio também influenciar, em 2009, alguns indicadores da conjuntura económica e social dos Açores.

#### *As Pessoas*

Segundo os dados mais recentes, reportados a 2008, a população residente é de 244.780 habitantes o que representa um acréscimo de população, que se traduz numa taxa de variação anual média de 0,32%.

O acréscimo absoluto corresponde a 774 indivíduos, tendo 562 origem no saldo fisiológico e os restantes 212 como complemento através do saldo migratório.

Assim, o saldo fisiológico parece confirmar-se como a componente mais significativa para o nível de evolução global nos anos mais recentes.

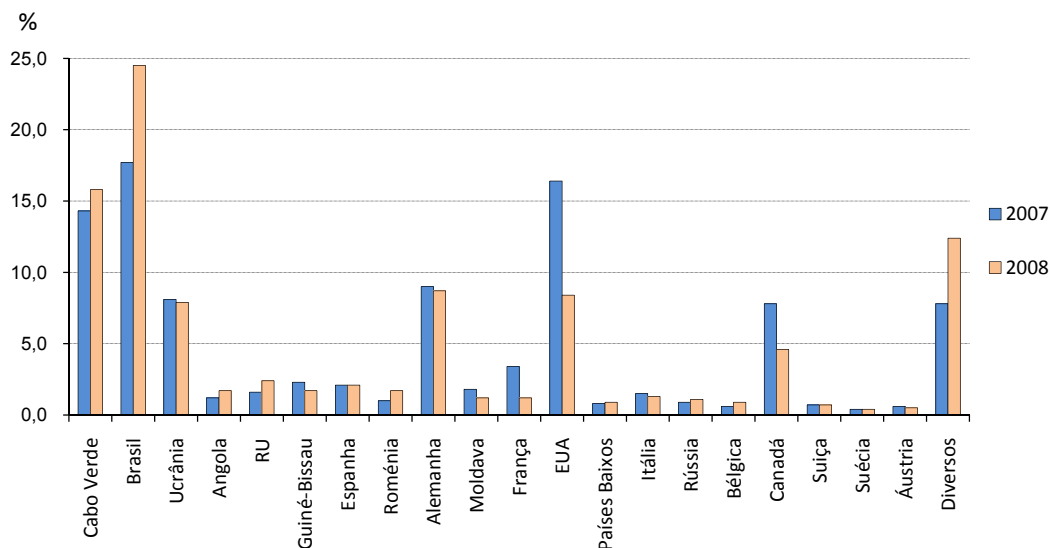
Quadro 3 - Evolução Demográfica							Unid.: Milhões de Euros
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Habitantes.....	238.767	240.024	241.206	242.241	243.018	244.006	244.780
Saldo fisiológico.....	395	426	550	580	471	597	562
Saldo migratório.....	797	831	632	455	306	391	212

Já a componente dos movimentos de atracção e repulsão de residentes em relação ao exterior distingue-se pela moderação na sua dimensão absoluta e de representatividade decrescente em termos do seu contributo para a evolução global.

No que respeita aos movimentos de cidadãos de outros países, os dados oficiais sobre estrangeiros com estatuto legal de residente nos anos de 2007 e 2008 continuam a sugerir um fenómeno de dimensão relativa, mas com uma elevada diversidade de situações e motivações.

Efectivamente, a evolução do ano de 2007 para 2008 registou, ou mesmo acentuou, uma elevada dispersão de estrangeiros segundo as respectivas nacionalidades, ao mesmo tempo que alguns grupos, ou já comunidades, reforçavam a sua representatividade.

Gráfico 1 - Estrangeiros com Estatuto Legal de Residente  
(Distribuição segundo países, em 2007 e 2008)



### *O Crescimento Económico*

Na sequência dos últimos dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística referentes a 2008, o valor preliminar de 3 395 milhões de euros do Produto Interno Bruto da Região Autónoma dos Açores incorpora um crescimento à taxa média anual de 1,6%, em termos nominais, e de 2,3% em termos reais.

A esta evolução correspondeu uma quota de participação no âmbito da economia portuguesa, e um rendimento *per capita* de 13,9 mil euros, que representou 89% da média registada no conjunto do país.

Em termos de crescimento e integração económica, a tendência global de evolução tem registado valores em convergência com os nacionais e com os do espaço europeu.

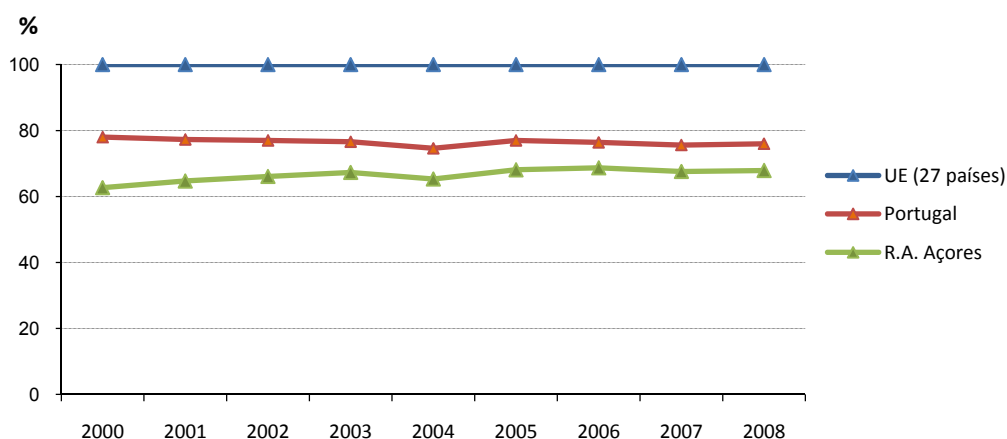
Com efeito, enquanto os Açores em 2000 eram a região menos desenvolvida a nível do país e consequentemente na comunidade europeia, com os resultados mais recentes pode-se constatar que o ritmo de crescimento económico permitiu aproximar o produto per capita da média nacional. Este desempenho originou uma subida dos Açores no contexto das regiões portuguesas, deixando de ser o espaço com menor riqueza criada por habitante, como também conduziu a um esbatimento significativo do desequilíbrio em comparação com o que se regista a nível europeu, ou seja, uma evolução positiva no processo de convergência real.

Quadro 4 - Produto Interno Bruto - a Preços de Mercado									
	Unid.: Milhões de Euros								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008*
1. Açores .....	2.274	2.488	2.666	2.785	2.887	3.018	3.199	3.343	3.395
2. País .....	122.270	129.308	135.434	138.582	144.128	149.123	155.446	163.119	166.437
% (1/2).....	1,86	1,92	1,97	2,01	2,00	2,02	2,06	2,05	2,04
PIB per capita (mil euros/hab.)....	9,6	10,5	11,2	11,6	12,0	12,5	13,2	13,7	13,9
PIB per capita (Portugal=100).....	80	83	86	88	87	88	90	89	89
PIB per capita PPC (UE 27=100)	63	65	66	67	65	67	69	68	67

\* Resultados preliminares.

Fonte: INE, Contas Regionais (base 2000).

Gráfico 2 - PIB per Capita

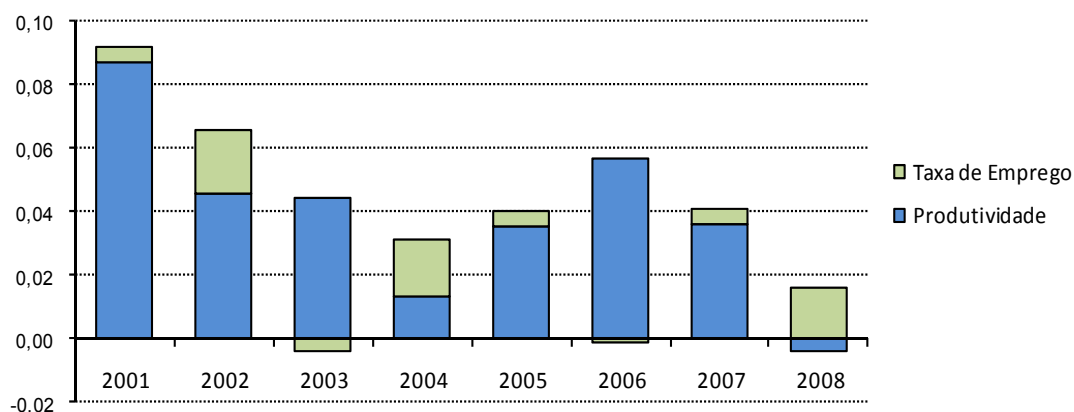


Procurando analisar a evolução da riqueza através de componentes de crescimento, verifica-se que os dados apontam para uma alteração significativa durante o ano de 2008.

Efectivamente, o crescimento do PIB per capita vinha sendo praticamente sustentado por ganhos de produtividade, sem contributos significativos decorrentes de níveis de emprego.

Todavia, a desaceleração da produção face ao volume de população activa empregue reflectiu-se nos níveis médios de produtividade, ficando os acréscimos de produção global mais dependentes de acréscimos de mais volume de emprego.

Gráfico 3 - Crescimento do PIB/Hab. e Componentes



Restrições decorrentes de desaceleração de produção serão mais intensas em actividades produtoras de bens mercantis e transaccionáveis.

Assim, e observando o quadro sobre o Valor Acrescentado Bruto por ramos de actividade, parecem corresponder os decréscimos, mesmo em termos nominais, de actividades primárias, de indústrias e energia e de construção, em contraponto às actividades comerciais, financeiras e de outros serviços que registaram variações positivas.

Quadro 5 - VAB por Ramos de Actividades Económicas, (A6)								
Unid.: milhões de Euros								
Actividades	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008*
Primárias .....	295	311	313	323	321	316	305	276
Industriais e energia .....	193	216	232	248	265	289	321	317
Construção .....	166	172	161	173	162	164	175	173
Comerciais .....	484	517	544	569	594	628	654	679
Financeiras .....	325	332	371	373	406	424	446	494
Outros serviços .....	707	769	798	824	849	916	905	997
Total .....	2 170	2 317	2 419	2 510	2 597	2 737	2 866	2 936

\* Resultados preliminares.

Fonte: INE, Contas Regionais (base 2000).

### *O Emprego*

Nos últimos dois anos, a população activa continuou a registar acréscimos absolutos, ao mesmo tempo que progredia na participação relativa de recursos humanos no mercado de trabalho.

Esta evolução traduziu-se em taxas de actividade para os anos de 2008 e de 2009 de, respectivamente, 48,2% e 49,1%. Tendência de sentido idêntico de evolução também se verificou com a mão-de-obra feminina.

Com base nestes dados verifica-se a capacidade da economia nos Açores gerar oferta líquida de emprego. Todavia, e por outro lado, o crescimento da procura emprego a um ritmo relativamente mais intenso acentuou o nível de desemprego, atingindo a média de 6,7% em 2009.

Quadro 6 - Condição da População Perante o Trabalho										
	Nº Indivíduos									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
População Activa .....	99 008	100 646	103 645	105 099	108 586	109 773	111 755	112 159	117 582	120 290
Empregada .....	96 171	98 360	100 974	102 066	104 892	105 283	107 500	107 284	111 168	112 171
Desempregada .....	2 837	2 286	2 671	3 033	3 694	4 490	4 255	4 875	6 414	8 118
População Inactiva.....	137 724	136 309	134 175	134 440	132 583	131 873	130 956	131 222	126 540	124 904
Tx. de Actividade (%).....	41,8	42,4	43,5	43,8	45,0	45,4	46,0	46,1	48,2	49,1
Tx. de Actividade Feminina (%)	28,7	30,2	31,4	32,1	33,4	33,8	34,9	36,0	38,4	39,7
Tx. de Desemprego (%).....	2,9	2,3	2,6	2,9	3,4	4,1	3,8	4,3	5,5	6,7

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

A capacidade de gerar oferta líquida de empregos tem-se destacado no sector terciário, particularmente como efeito significativo de serviços públicos, mas também incluindo actividades de serviços comerciais.

No sector secundário assinalam-se reduções líquidas de postos de trabalho, particularmente da construção.

O sector primário registou um decréscimo em 2009, mas situando-se no âmbito de um patamar de relativa estabilidade, numa ordem de grandeza de cerca de 12%.

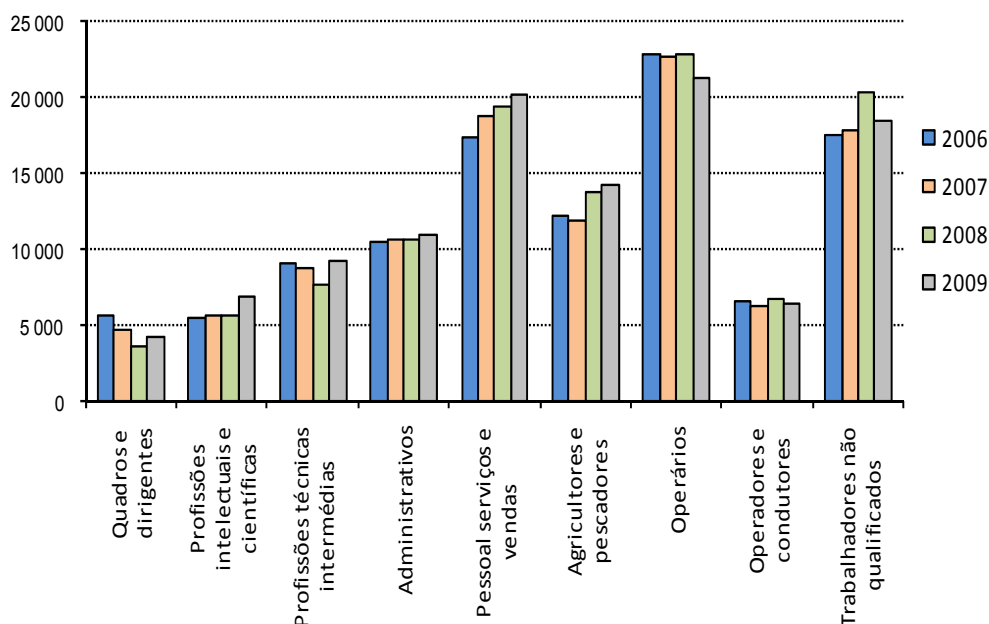
Quadro 7 - População activa Empregada, por Sectores de Actividade										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Sector Primário .....	16,4	13,8	13,4	12,8	12,5	12,4	12,4	12,0	13,1	12,7
Sector Secundário...	25,9	28,2	29,2	28,2	26,4	25,4	25,9	26,8	26,7	24,4
Sector Terciário.....	57,7	58,0	57,4	59,0	61,1	62,2	61,7	61,2	60,2	62,9
Total .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

Ao crescimento da população empregada no sector terciário corresponde o acréscimo de recursos humanos activos em profissões mais exigentes em habilitações formais e competências.

Por outro lado, profissões de trabalhadores não qualificados, de operadores ou condutores e de operários registaram decréscimos em 2009 e, de uma forma geral. Além disso, e de uma forma geral, o seu nível de emprego é mais condicionável por ciclos das actividades económicas.

Gráfico 4 - População Activa Empregada, por Profissão



A participação dos recursos humanos no mercado de trabalho açoriano tem vindo a evoluir significativamente e mostra características comparáveis às registadas a nível nacional e da UE, como é revelado pelos elementos relativos a taxas de actividade.

Já a escolaridade da população activa açoriana regista uma distribuição concentrada nos ciclos iniciais do sistema de ensino, enquanto no conjunto dos 27 países da UE se regista uma distribuição centrada no nível de ensino.

Quadro 8 - Elementos de Estrutura, 2009			
	Açores	Portugal	UE (27 países)
Taxa de Actividade			
Total.....	49,0	52,5	48,6
Homens.....	58,4	57,3	54,5
Mulheres.....	39,7	48,0	43,0
Nível de Escolaridade Completo (%)			
Até ao básico, 3º ciclo.....	75,5	67,4	22,8
Secundário.....	14,7	16,8	49,1
Superior.....	9,7	15,8	28,1

Fontes: SREA / INE, Eurostat e DREPA.

## 2.1 A Execução do PROCONVERGENCIA

### 2.1.1 A Execução Material

A análise do desempenho da implementação física do PO pode ser efectuada através dos 53 (mais 3 da assistência técnica) indicadores distribuídos pelos eixos prioritários e pelos objectivos específicos.

Ao contrário da situação reportada ao final de 2008, em que a maioria dos indicadores não apresentava qualquer execução, verifica-se que 72% dos indicadores registam realização contratada, que decorre das operações aprovadas.

O grau de aproximação à meta para 2010, em termos de aprovações, é bastante variável. Há indicadores cujas metas foram atingidas ou mesmo ultrapassadas e nalguns casos também as próprias metas globais de 2015; há indicadores em que as realizações já apresentadas permitem antecipar o cumprimento das metas durante o ano de 2010; há indicadores que face aos fracos valores de realização contratados ou mesmo nulos, suscitam a necessidade de reforçar as medidas conducentes à captação de novas procuras, que podem passar pela realização de apelos de oferta dirigidos aos potenciais beneficiários das tipologias com défices de aprovação.

A realização física do PO é tributária da avaliação realizada a nível de cada Eixo prioritário, os quais correspondem às prioridades estratégicas que vieram a ser adoptadas.

Assinala-se o forte impulso por parte dos indicadores do Eixo 1 que, com excepção do objectivo específico 1.2, apresenta as primeiras aprovações em 2009, com particular destaque para o investimento empresarial, que inclui os sistemas de incentivos e a novidade dos instrumentos de engenharia financeira (linhas de crédito), que em conjunto prevêem apoios a cerca de 1.100 pequenas e médias empresas comerciais, industriais e dos serviços. As situações de alguma complexidade que se verificam ao nível dos domínios da investigação, das TIC e da sociedade informação, explicado em parte pela sobreposição entre períodos de programação (finalização do QCA III e arranque do novo período 2007-2013), pode estar a ser já corrigido no início de 2010, com a apresentação de candidaturas assentes em parcerias entre a autoridade regional gestora dos instrumentos de política pública (PCTI) e as entidades regionais responsáveis pela sua execução (UA, Fundações públicas, INOVA, associações locais sem fins lucrativos).

Os indicadores do eixo 1 que revelaram uma maior dinâmica encontram-se associados por um lado, ao objectivo infra-estruturas e serviços de apoio às empresas e respeitam em particular às aprovações ocorridas com a realização de campanhas, acções de divulgação e eventos de diversa índole com o objectivo promocional do turismo, do destino Açores e das empresas e produtos



regionais e, por outro lado, as infra-estruturas de apoio à actividade produtiva. As respectivas metas, intermédia e final, encontram-se ultrapassadas, fruto da enorme procura evidenciada pelos principais actores regionais, associações empresariais e associações de turismo no primeiro caso e governo regional e administrações portuárias no segundo caso.

O comportamento geral dos indicadores associados ao Eixo 2, permite concluir que, não obstante algumas situações de fraco desempenho, as metas para 2010 são potencialmente alcançáveis, nomeadamente em termos de aprovações.

Salienta-se o nível de realização do indicador estabelecimentos de ensino remodelados, com 26 intervenções contratadas mais 6 que a meta estabelecida para 2015. Incluem-se 2 infra-estruturas no ensino profissional e 2 no ensino universitário. Este conjunto de intervenções no parque escolar vai de encontro a uma das prioridades que foi atribuída à modernização das escolas enquanto contributo do QREN para a iniciativa investimento e emprego, abrangendo um universo de 7.400 alunos beneficiados.

Constata-se um comportamento geral dos indicadores afectos ao Eixo 3 bastante positivo.

De forma continuada, assiste-se a uma elevada procura nas tipologias que envolvem a reabilitação e a requalificação de estradas, de âmbito regional e municipal. A meta para 2010 encontra-se ultrapassada, sendo que o total das aprovações já contratadas representa mais de 62% da meta para 2015 (249km contra 400 km).

Os indicadores ligados ao domínio marítimo-portuário registam excelentes desempenhos ao nível das intervenções nas infra-estruturas, portos comerciais e de pescas, com as metas finais de 2015 a serem iguais ou mesmo superadas.

O enfoque terá de ser dirigido para os indicadores que envolvem o apetrechamento em equipamento de sinalização e operacional das infra-estruturas rodoviárias e portuárias.

A realização física do Eixo 4 quando se avalia o grau de aproximação à meta para 2010 regista bons desempenhos nos indicadores associados às infra-estruturas, quer ambientais (água, saneamento básico, e os resíduos sólidos), quer da valorização e protecção ambiental, quer ainda os equipamentos operacionais para a protecção civil. Com menor desempenho, encontram-se os indicadores que resultam das acções de natureza imaterial, nomeadamente os estudos, planos, acções de sensibilização e promoção nos domínios do ordenamento do território, da valorização ambiental e da prevenção e gestão de riscos.

Determinados indicadores com níveis de aprovação nulos ou com taxas muito reduzidas, casos das infra-estruturas de resíduos sólidos e de apoio à protecção, poderão ainda assim cumprir as metas para 2010 face aos valores que lhes estão associados, 2 e 1 respectivamente.

Maiores dificuldades se afiguram para o indicador rede de águas residuais, perante a meta a cumprir para 2010 de 60km intervencionados.

As realizações aprovadas na valorização e qualificação do sistema ambiental, prevêem acréscimos de população servida/beneficiada pelos sistemas de abastecimento de água de 45.121 habitantes, pelos sistemas de águas residuais de 9.293 habitantes e pelos sistemas de protecção civil para prevenção de riscos de 150.000 habitantes;

O desempenho do eixo dos sobrecustos, dotação adicional específica das regiões ultraperiféricas, revela um desempenho diferenciado. Enquanto no objectivo Compensar os custos de investimento, o seu indicador associado infra-estruturas aéreas intervencionadas, já atingiu a meta para 2010 (3) e em função da procura revelada previsivelmente cumprirá antecipadamente a meta global para 2015 (5), já o objectivo Compensar os custos de funcionamento, apresenta duas situações opostas: por um lado, o indicador rotas aéreas inter-ilhas objecto de compensação já atingiu a meta de 15 para 2010, por outro lado os indicadores doentes deslocados/beneficiados (meta 23.000) e resíduos transportados (meta 10.000 tons) apresentam taxas de aprovação nulas.

Em termos da execução das aprovações, indicadores com realização encerrada, há a assinalar as seguintes principais realizações: 26 campanhas e eventos promocionais, 12 estabelecimentos de ensino remodelados, 4 equipamentos de animação local construídos, 2 infra-estruturas de inclusão social, 155 km de estradas remodeladas, 9 portos intervencionados (2 comerciais e 7 de pescas), 7 intervenções na conservação da biodiversidade e valorização de recursos naturais, 34 viaturas de combate a incêndios e ambulâncias devidamente equipadas para os corpos de bombeiros, 15 rotas de transporte aéreo inter-ilhas apoiadas.

No final de 2009, a taxa de admissibilidade que relaciona as candidaturas admitidas (418) com as candidaturas apresentadas (543) é de 77%.

A taxa de aprovação bruta (aprovadas/apresentadas) é 75% (408 contra 418). Já a taxa de aprovação líquida (aprovadas/admitidas) é de 98% para o conjunto do Eixo, o que traduz que 10 candidaturas admitidas não obtiveram uma decisão favorável de aprovação.

Todas as aprovações foram objecto de contratação (contratos e termos de aceitação assinados).

Constata-se a seguinte distribuição pelos Eixos prioritários: Eixo 1 (266 projectos aprovados a que corresponde 110 milhões de euros de Fundo); Eixo 2 (40 aprovações e 93 milhões de euros de Fundo); Eixo 3 (58 aprovações e 109 milhões de euros de Fundo); Eixo 4 (36 aprovações e 31 milhões de euros de Fundo); Eixo 5 (7 aprovações e 34 milhões de euros de Fundo).

Quadro 9 - Realização Física

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
<b>Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)</b>							
OE 1.1 - Qualificar o investimento empresarial							
Projectos de expansão/ modernização apoiados	Realização - Contratada			207			207
	Realização - Encerramento			1			1
	Metas				300	800	800
Projectos com carácter inovador e factores dinâmicos de competitividade	Realização - Contratada			10			10
	Realização - Encerramento						
	Metas				120	400	400
N.º de empresas do transporte colectivo de passageiros apoiadas	Realização - Contratada			7			7
	Realização - Encerramento			4			4
	Metas				4	8	8
N.º de empresas apoiadas pelas linhas de crédito	Realização - Contratada			861			861
	Realização - Encerramento						
	Metas					1 500	1 500
OE 1.2 - Dinamizar as redes de infra-estruturas e de prestação de serviços às empresas							
Infra-estruturas de apoio à actividade económica	Realização - Contratada		1	8			8
	Realização - Encerramento			2			2
	Metas				2	5	5
Campanhas e eventos promocionais	Realização - Contratada		40	63			63
	Realização - Encerramento		20	26			26
	Metas				15	35	35
Acções de divulgação e sensibilização, seminários e estudos de natureza sectorial apoiados	Realização - Contratada		18	22			22
	Realização - Encerramento		4	5			5
	Metas				30	70	70
OE 1.3 - Apoiar a investigação na Região							
Projectos para reequipamento científico	Realização - Contratada			1			1
	Realização - Encerramento						
	Metas				15	30	30
Projectos de investigação científica apoiados	Realização - Contratada			5			5
	Realização - Encerramento						
	Metas				45	100	100
OE 1.4 - Fomentar iniciativas de I&D de contexto empresarial							
Infra-estruturas tecnológicas apoiadas	Realização - Contratada			1			1
	Realização - Encerramento						
	Metas				2	5	5
Projectos empresariais de I&D apoiados	Realização - Contratada			2			2
	Realização - Encerramento						
	Metas				10	25	25
OE 1.5 - Melhorar a acessibilidade e utilização das TICs							
Espaços TIC apoiados	Realização - Contratada			70			70
	Realização - Encerramento						
	Metas				27	60	60
Equipamentos de TIC adquiridos	Realização - Contratada			472			472
	Realização - Encerramento						
	Metas				2 200	5 000	5 000

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
OE 1.6 - Melhorar a eficiência administrativa							
Projectos de automatização e simplificação de procedimentos administrativos apoiados	Realização - Contratada		2	2			2
	Realização - Encerramento						
	Metas				5	10	10
OE 2.1 - Modernizar a rede de equipamentos escolares							
Estabelecimentos de ensino básico, secundário e profissional construídos	Realização - Contratada		4	7			7
	Realização - Encerramento		1	2			2
	Metas				4	10	10
Estabelecimentos de ensino básico, secundário e profissional remodelados	Realização - Contratada		6	26			26
	Realização - Encerramento		0	12			12
	Metas				9	20	20
OE 2.2 - Valorizar o património cultural							
Equipamentos culturais construídos/intervencionados (1)	Realização - Contratada		4	8			8
	Realização - Encerramento		2	4			4
	Metas				5	12	12
OE 2.3 - Melhorar a rede de equipamentos de animação local							
Equipamentos de animação local construídos/remodelados	Realização - Contratada			5			5
	Realização - Encerramento			4			4
	Metas				9	20	20
OE 2.5 - Modernizar a rede de equipamentos de protecção social							
Projectos de intervenção social apoiados	Realização - Contratada		1	3			3
	Realização - Encerramento			2			2
	Metas				7		15
OE 3.1 - Requalificar a rede regional de infra-estruturas rodoviárias e marítimas							
Novas estradas construídas	Realização - Contratada		2	9			9
	Realização - Encerramento		1	2			2
	Metas				10	20	20
Estradas reconstruídas ou remodeladas	Realização - Contratada		174	249			249
	Realização - Encerramento		68	155			155
	Metas				170	400	400
Portos comerciais intervencionados	Realização - Contratada		2	5			5
	Realização - Encerramento		2	2			2
	Metas				3	5	5
Portos de pesca intervencionados	Realização - Contratada		5	8			8
	Realização - Encerramento		4	7			7
	Metas				2	4	4
OE 3.2 - Melhorar a eficiência e a segurança dos sistemas							
Equipamentos portuários adquiridos	Realização - Contratada			3			3
	Realização - Encerramento			2			2
	Metas				7	15	15
OE 4. 1 - Ordenar o território							
Planos de ordenamento apoiados	Realização - Contratada		1	3			3
	Realização - Encerramento		1	1			1
	Metas				9	20	20
Intervenções no Território (desenvolvimento urbano, orla costeira e bacias hidrográficas)	Realização - Contratada			3			3
	Realização - Encerramento			1			1
	Metas				4		6

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
OE 4.2 - Aumentar a cobertura da rede de infra-estruturas ambientais							
Rede de distribuição de água construída/ /beneficiada	Realização - Contratada		7	24			24
	Realização - Encerramento						
	Metas				45	100	100
Rede de distribuição de águas residuais construída/beneficiada	Realização - Contratada			1			1
	Realização - Encerramento						
	Metas				60	130	130
Estações de tratamento de águas residuais	Realização - Contratada			2			2
	Realização - Encerramento						
	Metas				2	5	5
Captação e tratamento de água	Realização - Contratada		3	8			8
	Realização - Encerramento		2	2			2
	Metas				7	15	15
Estudos e Planos	Realização - Contratada			9			9
	Realização - Encerramento			6			6
	Metas				10		12
Outras Intervenções na Rede Regional de Infra- estruturas Ambientais	Realização - Contratada			5			5
	Realização - Encerramento			2			2
	Metas				3		6
OE 4.3 - Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental							
Projectos de apoio à conservação da biodiversidade e valorização dos recursos (centros de visitação, intervenção na paisagem protegida, requalificação ambiental de áreas da Rede Natura 2000)	Realização - Contratada		10	10			10
	Realização - Encerramento		7	7			7
	Metas				12	25	25
Projectos que visem a melhoria da qualidade ambiental (construção, remodelação e equipamento de estruturas de monitorização)	Realização - Contratada		4	5			5
	Realização - Encerramento		1	1			1
	Metas				5	12	12
Estudos	Realização - Contratada			1			1
	Realização - Encerramento			1			1
	Metas				5	12	12
OE 4.4 - Melhorar sistemas de prevenção e gestão de riscos							
Equipamentos adquiridos no âmbito da protecção civil	Realização - Contratada		10	34			34
	Realização - Encerramento			34			34
	Metas				9	20	20
OE 5.1 - Compensar os custos de funcionamento dos sistemas de transportes no arquipélago							
Rotas de transporte inter-ilhas objecto de compensação financeira	Realização - Contratada		15	15			15
	Realização - Encerramento		15	15			15
	Metas				15	15	15
OE 5.2 - Compensar os custos de investimento dos sistemas de transporte do arquipélago							
Infra-estruturas aéreas intervencionadas/ apetrechadas	Realização - Contratada			1			
	Realização - Encerramento		1	3			1
	Metas				3	5	5
EP6 - Assistência Técnica							
Número de processos de entidades públicas analizados	Realização - Contratada						
	Realização - Encerramento		100	253			253
	Metas				300	600	600

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Número de acções de acompanhamento realizadas	Realização - Contratada						
	Realização - Encerramento			18			18
	Metas				150	600	600
Estudos e avaliações	Realização - Contratada			1			1
	Realização - Encerramento						
	Metas				2	5	5
<b>Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)</b>							
Áreas Temáticas	Indicadores						
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro) *	Realização - contratada			862		862
		Metas					
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	4. N° de projectos de I&DT	Realização - contratada			7		7
		Metas					
	5. N° de projectos de cooperação empresas - instituições de investigação	Realização - contratada			2		2
		Metas					
	6. Empregos na investigação criados	Realização - contratada			4		4
		Metas					
Ajudas directas ao investimento nas PME	7. N° de projectos	Realização - contratada			230		230
		Metas					
	8. dos quais: n° de start-ups apoiadas (empresas com menos de dois anos)	Realização - contratada			55		55
		Metas					
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização - contratada			769		769
		Metas					
	10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	Realização - contratada			174,1		174,1
		Metas					
Sociedade de Informação	11. N° de projectos	Realização - contratada			9		9
		Metas					
Transportes	13. N° de projectos	Realização - contratada		37	62		62
		Metas					
	14. N° de Km de novas estradas	Realização - contratada		1	9		9
		Metas					
	16. N° de Km de estradas reconstruídas ou remodeladas	Realização - contratada		68	249		249
		Metas					
Ambiente	25. Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água interencionados	Realização - contratada		33 500	45 121		45 121
		Metas					
	26. Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais interencionados	Realização - contratada			9 293		9 293
		Metas					
	27. N° de projectos de Resíduos Sólidos	Realização - contratada			2		2
		Metas					
Prevenção de Riscos	31. N° de projectos	Realização - contratada		1	4		4
		Metas					
	33. População que beneficia de medidas de protecção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações)	Realização - contratada		149 929	149 929		149 929
		Metas					

\* Está prevista, em sede de encerramento dos projectos, a informação sobre emprego criado por género.

Indicadores			2007	2008	2009	2010	2015	Total
Turismo	34. Nº de projectos	Realização - contratada			58			58
		Metas						
	35. Nº de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização - contratada			139			139
		Metas						
Educação	36. Nº de projectos	Realização - contratada		9	24			24
		Metas						
	37. Nº de alunos que beneficiam das intervenções	Realização - contratada		3 500	7 364			7 364
		Metas						
Competitividade das Cidades	40. Nº de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização - contratada		11	25			25
		Metas						
Inclusão Social	41. Nº de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	Realização - contratada		1	27			27
		Metas						

### 2.1.2 A Execução Financeira

No final de 2009 registava-se um total de 543 candidaturas apresentadas, 278 de natureza pública e 265 relativo a candidaturas enquadradas em sistemas de incentivos e nas recentes criadas linhas de crédito, envolvendo um montante de 650,6 M€ de despesa pública e 524,9 M€ de FEDER.

Em termos acumulados, encontram-se aprovadas 408 candidaturas (178 públicas e 230 privadas), cujos montantes programados ascendem a 472,6 M€ de despesa pública e a 378 M€ de comparticipação comunitária. O custo total associado ronda os 574 M€.

A taxa de compromisso global (relação entre o valor aprovado e a valor programado) atinge os 39%, avaliada em termos do fundo.

Quando se compara o valor aprovado do Fundo com o valor programado do Fundo para o triénio 2007/2009, a taxa de compromisso eleva-se para 95%, revelador da capacidade de aprovação face ao perfil da programação.

A contrapartida regional aprovada, despesa pública menos contribuição comunitária, no montante de 94,6 M€, reparte-se pelas seguintes fontes de financiamento: administração regional (68,7%), administração local (9,8%), entidades públicas empresariais (19,9%) e Outras (1,6%).

A dimensão média dos investimentos associados às candidaturas aprovadas é de 1,4 M€ (despesa pública), superior ao investimento médio do PRODESA (0,67 M€). Considerando apenas os projectos públicos, expurgando os projectos dos sistemas de incentivos, o investimento médio em termos de despesa pública sobe para 2,2 M€ no PO e para 1,0 M€ no QCA III.

Foram celebrados com os beneficiários os contratos (entidades exteriores à administração pública) ou termos de aceitação (administração pública) relativos às 408 candidaturas aprovadas, a que corresponde 378 M€ de fundo contratado. Os contratos ou termos de aceitação assinados representam 100% do universo de candidaturas aprovadas e 100% do fundo comunitário associado.

Em termos globais o PO apresenta no final de 2009 uma taxa de execução de 20%, quando em 2008 era de 7%. A execução do fundo ultrapassou os 195 M€, que compara com uma dotação programada do fundo até 2015 de 966 M€.

Quando se analisa a performance do programa no quadro da programação acumulada 2007/2009, a taxa de execução eleva-se para os 49%, o que significa que, no final do 1º triénio, quase metade da programação associada encontrava-se executada.

A comparação dos valores executados com os valores aprovados, que determina a taxa de realização do programa, permite constatar uma taxa próxima dos 51%, o que pode indiciar que o nível de execução acompanha com algum desfasamento temporal os quadros de programação financeiros dos projectos aprovados.

Quadro 10 - Execução Financeira por Eixo									
	Programado 2007-2013 (PR)		Aprovado (AP)		Executado (EX)		Indicadores financeiros (Fundo) %		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de compro- misso (AP/PR)	Taxa de exe- cução (EX/PR)	Taxa de reali- zação (EX/AP)
<b>TOTAL</b>	<b>1.190.905.450</b>	<b>966.349.049</b>	<b>472.615.671</b>	<b>377.987.317</b>	<b>241.640.279</b>	<b>191.590.362</b>	<b>39,11</b>	<b>19,83</b>	<b>50,69</b>
EP I Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores	405.228.651	344.444.353	128.937.735	109.597.074	27.338.154	23.237.431	31,82	6,75	21,20
EP II Qualificar e Integrar a Sociedade Açoriana	275.037.039	233.781.483	109.148.029	92.775.825	52.664.790	44.765.072	39,68	19,15	48,25
EP III Melhorar as Redes Regionais de Infra-estruturas de Acessibilidades	201.164.364	170.989.709	128.607.398	109.316.289	96.483.201	82.010.721	63,93	47,96	75,02
EP IV Valorizar e Qualificar o Sistema Ambiental	173.567.848	147.532.671	36.505.357	31.029.554	25.382.400	21.575.040	21,03	14,62	69,53
EP V Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade	131.201.666	65.600.833	67.817.151	33.908.576	39.439.644	19.719.822	51,69	30,06	58,16
EP VI Assistência Técnica	4.705.882	4.000.000	1.600.000	1.360.000	332.090	282.277	34,00	7,06	20,76



Quadro 11 - Realização Financeira					
					Unidade: Euro
Eixo Prioritário	Despesas pagas pelos beneficiários incluídas no pedido de pagamento enviado à Autoridade de Gestão	Contribuição pública correspondente	Despesas Privadas	Despesas pagas pelo organismo responsável pelo pagamento aos beneficiários	Total dos pagamentos recebidos da Comissão
<b>Eixo Prioritário 1</b>	<b>40.540.494,47</b>	<b>27.338.154,41</b>		<b>26.144.465,70</b>	
FEDER / Fundo de Coesão	40.540.494,47	27.338.154,41	13.202.340,06	26.144.465,70	
Despesas correspondentes à intervenção do FSE					
<b>Eixo Prioritário 2</b>	<b>52.664.790,00</b>	<b>52.664.790,00</b>		<b>41.433.433,50</b>	
FEDER / Fundo de Coesão	52.664.790,00	52.664.790,00		41.433.433,50	
Despesas correspondentes à intervenção do FSE					
<b>Eixo Prioritário 3</b>	<b>96.483.201,11</b>	<b>96.483.201,11</b>		<b>81.746.635,24</b>	
FEDER / Fundo de Coesão	96.483.201,11	96.483.201,11		81.746.635,24	
Despesas correspondentes à intervenção do FSE					
<b>Eixo Prioritário 4</b>	<b>25.382.399,73</b>	<b>25.382.399,73</b>		<b>21.829.041,42</b>	
FEDER / Fundo de Coesão	25.382.399,73	25.382.399,73		21.829.041,42	
Despesas correspondentes à intervenção do FSE					
<b>Eixo Prioritário 5</b>	<b>39.439.643,54</b>	<b>39.439.643,54</b>		<b>19.719.821,79</b>	
FEDER / Fundo de Coesão	39.439.643,54	39.439.643,54		19.719.821,79	
Despesas correspondentes à intervenção do FSE					
<b>Eixo Prioritário 6</b>	<b>332.090,19</b>	<b>332.090,19</b>		<b>162.505,86</b>	
FEDER / Fundo de Coesão	332.090,19	332.090,19		162.505,86	
Despesas correspondentes à intervenção do FSE					
<b>Total PO</b>	<b>254.842.619,04</b>	<b>241.640.278,98</b>	<b>13.202.340,06</b>	<b>191.035.903,51</b>	<b>179.476.454,62</b>

Quadro 12 - Repartição da contribuição comunitária por dimensão - Formas de Financiamento							
Unidade: Euro							
Código	Designação	Componente Fundo					
		Programação	Aprovação			Execução	
			Nº Proj.	Montante	Tx AP/PR	Montante	Tx EX/AP
1	Ajuda não reembolsável	936.349.049,00	408	377.987.317,45	40,37	191.590.361,91	50,69
2	Ajuda (empréstimo, bonificação de juros, garantias)	30.000.000,00					
3	Capital de risco (participação, fundo de capital de risco)						
4	Outras modalidades de financiamento						
	TOTAL	966.349.049,00	408	377.987.317,45	40,37	191.590.361,91	50,69

### 2.1.3 Fluxos Financeiros

No caso específico das Regiões Autónomas, compete às autoridades de gestão, não só validar despesa realizada pelos beneficiários, mas também proceder aos pagamentos da comparticipação comunitária. Para este efeito, o IFDR efectua as transferências financeiras para estas autoridades de gestão, com base em pedidos emitidos pelas AG, em conformidade com estipulado no artigo 27º do Regulamento Geral do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Coesão em vigor.

Em 2009 a Comissão Europeia, para reforçar as disponibilidades financeiras dos Estados-Membros em prol do arranque rápido dos programas operacionais num contexto de crise, modificou as disposições relativas ao pré-financiamento. Assim nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 82º do Regulamento (CE) nº 284/2009, de 7 de Abril, que alterou o Regulamento (CE) nº 1083/2006, foi concretizada a transferência da 3ª fracção do pré-financiamento correspondente a 2,5% do FEDER programado.

Quadro 13 - Histórico das Transferências da Comissão Europeia		
Ano	Designação	Montante
<b>Pré-financiamento</b>		
2007	1ª Fracção (2%)	19.326.980,98
2008	2ª Fracção (3%)	28.990.471,47
2009	3ª Fracção (2,5%)	24.158.726,23
Total		<b>72.476.178,68</b>
<b>Pedidos de Pagamento Intermédio</b>		
2009	1º PPI - RAAFDR1-2009	35.414.699,91
	2º PPI - RAAFDR2-2009	42.887.194,99
	3º PPI - RAAFDR3-2009	28.698.381,04
Total		<b>107 000 275,94</b>
Total Acumulado 2007-2009		<b>179.476.454,62</b>

No 4º trimestre de 2008 foram encetados os procedimentos para apresentação do 1º Pedido de certificação de Despesa à Comissão Europeia o qual, após a realização da acção de controlo prévia à certificação de despesa efectuada pelo IFDR, e da aprovação do Sistema de Gestão e Controlo, foi remetido pela autoridade de certificação à Comissão Europeia a 20 Abril de 2009.

No decurso do ano de 2009 foram remetidos à Autoridade de Certificação mais 4 Pedidos de Pagamentos Intermedios, os que foram enviados à Comissão Europeia, o último dos quais em 21 de Janeiro de 2010, totalizando a despesa certificada o montante de 215.645.355,64€ a que corresponde um reembolso FEDER de 195.404.072,76€.

Os reembolsos efectuados pela CE em 2009, referentes aos 3 primeiros pedidos, totalizaram o montante de 107 000 275,94€.

As transferências efectuadas pelo IFDR para a conta do PO, à medida das necessidades de execução e em função dos pedidos de pagamento emitidos e das disponibilidades de tesouraria, totalizaram no ano de 2009 o montante de 132.460.621.13€ e em termos acumulados o montante de 200.832.744,76€.

#### 2.1.4 Aspectos Complementares da Execução

##### *Análise por Tipologia de Beneficiário*

Do total de candidaturas aprovadas, 55,88 % correspondem a apoio às empresas, através dos Sistemas de Incentivos, significando um montante FEDER aprovado de 12,70% do total.

Cerca de 20 % do total das candidaturas aprovadas são da responsabilidade do Governo Regional, através dos departamentos encarregados da aplicação das principais políticas públicas com alcance regional. O montante do Fundo concedido, representa 56,17% do total dos compromissos.

No que concerne às autarquias locais, enquanto autoridades de âmbito municipal, 12,99 % das candidaturas aprovadas são da responsabilidade destas entidades, sendo que o Fundo atribuído corresponde a 13,86 % dos compromissos aprovados.

Os restantes 11,04% do total das candidaturas aprovadas distribuem-se pelas Administrações Indirectas Fundos Personalizados (4 candidaturas, 1,46 % dos compromissos aprovados), Empresas não financeiras públicas e participadas maioritariamente pelo sector público (18 candidaturas, 10,95 % dos compromissos aprovados), Associações Públicas (19 candidaturas, 2,34 % dos compromissos aprovados), Administrações Indirectas Serviços Personalizados (3 candidaturas, 2,52 % dos compromissos aprovados) e Fundações (1 candidatura, 0,003 % dos compromissos aprovados).

*Análise por Dimensão Território*

No quadro da tipologia adoptada pela Comissão e consagrada em Tratado a Região Autónomas dos Açores é considerada como uma Região Ultraperiférica.

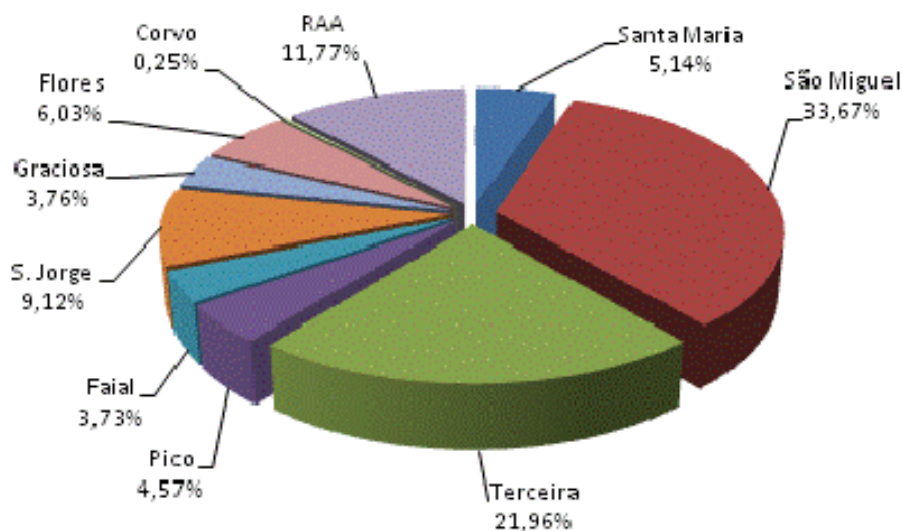
Quadro 14 - Repartição da contribuição comunitária por Tipo de Território							
Unidade: Euro							
Código	Designação	Componente Fundo					
		Programação	Aprovação			Execução	
			Nº Proj.	Montante	Tx	Montante	Tx
01	Aglomeração urbana						
02	Zona de montanha						
03	Ilhas						
04	Regiões de fraca e muito fraca densidade populacional						
05	Zonas rurais (que não montanhas, ilhas, ou zonas de fraca e muito fraca densidade populacional)						
06	Antigas fronteiras externas da UE (após 30.4.2004)						
07	Região ultraperiférica	966.349.049,00	87	377.987.317,45	39,11	191.590.361,91	50,69
08	Zona de cooperação transfronteiriça						
09	Zona de cooperação transnacional						
10	Zona de cooperação inter-regional						
00	Não se aplica						
	<b>TOTAL</b>	<b>966.349.049,00</b>	<b>87</b>	<b>377.987.317,45</b>	<b>39,11</b>	<b>191.590.361,91</b>	<b>50,69</b>

A Região Autónoma dos Açores é um arquipélago com 9 ilhas habitadas. A dimensão e potencial demográfico são variáveis, desde pouco mais de 4 centenas de residentes na ilha do Corvo, passando por um conjunto de 3 ilhas com população entre os 4 a 5 mil habitantes, 1 ilha com perto de 10 mil habitantes, 2 com cerca de 15 mil e, finalmente, a Terceira com cerca de 56 mil residentes e S. Miguel com quase 134 mil, num total de 244,8 mil habitantes.

A análise, em termos da distribuição do investimento aprovado pelo território, evidencia naturalmente as diferenças de dimensão de cada parcela, sem prejuízo de revelar, igualmente, alguma orientação do investimento para as ilhas de menor dimensão.

Com efeito, se as ilhas da Terceira e S. Miguel representam cerca de 78% da população residente no arquipélago, 55,6% dos fundos comunitários aprovados no PROCONVERGENCIA concentraram-se nas ilhas de S. Miguel e da Terceira, com 33,7% e 22%, respectivamente.

Gráfico 5 - Aprovações por ilha



#### *Análise por Actividade Económica*

Tratando-se o PROCONVERGENCIA de um programa participado pelo fundo estrutural FEDER e registando a Região de algum défice em infra-estruturas e equipamentos de base para o seu desenvolvimento será expectável que perto de 54% do valor das operações aprovadas se insira na actividade económica Construção.

Estão classificadas nesta AE todas as intervenções que envolvam actividades de construção (nova, remodelação, requalificação), independentemente do sector de destino (estradas, escolas, património cultural e infra-estruturas de ambiente).

Em seguida, surge a actividade económica dos transportes (apenas portos) com 12% do valor das aprovações e com 10,5% a acção social e serviços colectivos, sociais e pessoais.

Quadro 15 - Repartição da contribuição comunitária por Actividade Económica

Unidade: Euro

Código	Designação	Componente Fundo					
		Progra- mação	Aprovação			Execução	
			Nº Proj.	Montante	Tx AP/PR	Montante	Tx EX/AP
01	Agricultura, caça e silvicultura						
02	Pesca						
03	Indústrias alimentares e das bebidas		5	236.632,54			
04	Fabrico de têxteis e produtos têxteis						
05	Construção de material de transporte		2	487.664,27		428.577,24	87,88%
06	Indústrias transformadoras diversas		17	4.019.554,20		551.047,45	13,71%
07	Extracção de produtos energéticos						
08	Produção e distribuição de electricidade, gás, vapor e água quente						
09	Captação, tratamento e distribuição de água		5	3.511.183,60		1.882.196,52	53,61%
10	Correios e telecomunicações						
11	Transportes		30	45.657.552,48		22.531.096,72	49,35%
12	Construção		125	203.848.178,68		136.538.238,15	66,98%
13	Comércio por grosso e a retalho		66	6.260.203,70		540.697,33	8,64%
14	Hotéis e restaurantes		49	18.766.476,54		4.232.524,77	22,55%
15	Actividades financeiras		2	14.144.000,00		1.912.500,00	13,52%
16	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas		51	18.419.526,98		7.476.319,08	40,59%
17	Administração pública		8	3.970.558,05		2.349.292,50	59,17%
18	Educação		5	5.330.125,54			
19	Actividades de saúde humana		3	5.961.243,04		2.590.258,46	43,45%
20	Ação social e serviços colectivos, sociais e pessoais		29	39.829.697,66		7.403.318,73	18,59%
21	Actividades associadas ao ambiente		11	7.544.720,17		3.154.294,96	41,81%
22	Outros serviços não especificados						
00	Não aplicável						
	<b>TOTAL</b>		<b>408</b>	<b>377.987.317,45</b>		<b>191.590.361,91</b>	<b>50,69%</b>

*Análise dos financiamentos complementares de despesas*

Em 2009 não se verificou financiamentos complementares de despesa, nos termos do nº 2 do artº 34º do Reg. (CE) 1083/2006 (Anexo V).

*Repartição indicativa da programação e aprovação/execução por Tema Prioritário*

A repartição das aprovações em 2009 por temas prioritários evidencia uma concentração em torno dos temas dos transportes e das infra-estruturas sociais (51,77% do total aprovado). Se adicionar as aprovações no âmbito do tema da compensação dos sobrecustos aquela taxa sobe para 57,13%.

Quadro 16 - Aprovações e execução por dimensão Tema Prioritário (contribuição comunitária)							
Unidade: Euro							
Código	Designação	Componente Fundo					
		Programação	Aprovação		Execução		Tx EX/AP
			Nº Proj.	Montante	Tx AP/PR	Montante	
	<b>Investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT), inovação e empreendedorismo</b>	<b>215.344.353</b>					
1	Actividades de I&DT em centros de investigação	4.250.000					
2	Infra-estrutura de I&DT e centros de competência numa dada tecnologia	4.250.000					
3	Transferência de tecnologia e melhoria de redes de cooperação...	3.825.000					
4	Ajuda à I&DT, particularmente nas PME (incluindo acesso a serviços.....	3.825.000					
5	Serviços de apoio avançado a empresas e grupos empresariais	15.000.000					
6	Ajuda às PME para promoção de produtos e processos produtivos eco...	1.000.000	1	221.415,18	22,14		0,00
7	Investimento em empresas directamente relacionadas com investigação	5.000.000					
8	Outros investimentos nas empresas	177.194.353	227	47.995.830,81	27,09	7.035.404,70	14,66
9	Outras medidas para estimular a investigação e inovação e o espírito...	1.000.000	18	31.159.310,03	3.115,93	7.449.905,65	23,91
	<b>Sociedade da Informação</b>	<b>25.700.000</b>					
11	Tecnologias da informação e comunicação	10.000.000	1	46.962,50			
12	Tecnologias da informação e comunicação (RTE-TIC)	5.000.000	2	478.039,81			
13	Serviços e aplicações para os cidadãos (ciber-saúde, ciber-governo,...	8.700.000	3	3.688.392,96	42,40	1.361.559,07	36,91
14	Serviços e aplicações para as PME (ciber-comércio, educação...	1.000.000					
15	Outras medidas para melhorar o acesso e o uso eficiente das TIC...	1.000.000					
	<b>Transportes</b>	<b>246.290.126</b>					
20	Auto-estradas		1	17.251.720,38		13.746.455,33	79,68
23	Estradas regionais/locais	114.251.709	42	58.651.618,78	51,34	41.327.607,39	70,46
29	Aeroportos	20.000.000	4	13.646.057,79	68,23	994.071,48	7,28
30	Portos	69.538.417	13	31.579.499,54	45,41	25.842.708,22	81,83
31	Transporte por via navegável (regional e local)	42.500.000	2	1.833.450,00	4,31	1.093.950,00	59,67
	<b>Energia</b>	<b>2.500.000</b>					
43	Eficiência energética, co-geração, gestão da energia	2.500.000					
	<b>Protecção do ambiente e prevenção de riscos</b>	<b>150.932.671</b>					
44	Gestão dos resíduos privados e industriais	4.675.000	5	1.607.932,23	34,39	1.079.581,07	67,14
45	Gestão e distribuição da água (potável)	30.000.000	7	4.740.196,86	15,80	2.717.676,41	57,33
46	Tratamento da água (águas residuais)	69.657.671	4	4.058.761,75	5,83	2.375.284,26	58,52
51	Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo Natura...	5.000.000	8	10.894.546,12	217,89	9.325.859,61	85,60
52	Promoção de transportes urbanos limpos	3.400.000					
53	Prevenção de riscos (...)	38.200.000	8	6.270.881,16	16,42	4.542.815,90	72,44
54	Outas medidas de prevenção do ambiente e prevenção de riscos	0	4	3.457.235,60		1.533.822,53	44,37

Quadro 16 - Aprovações e execução por dimensão Tema Prioritário (contribuição comunitária)							
Unidade: Euro							
Código	Designação	Componente Fundo					
		Programação	Aprovação		Execução		Tx EX/AP
			Nº Proj.	Montante	Tx AP/PR	Montante	
<b>Turismo</b>		<b>50.000.000</b>					
55	Promoção dos recursos naturais	5.000.000			0,00		
56	Protecção e desenvolvimento do património natural	5.000.000	2	13.914.689,82	278,29	93.912,94	0,67
57	Outras ajudas para melhorar os serviços de turismo	40.000.000	12	12.092.433,45	30,23	7.296.649,52	60,34
<b>Actividades culturais</b>		<b>30.000.000</b>					
58	Protecção e conservação e valorização do património cultural	15.000.000	1	506.806,14	3,38	506.770,46	99,99
59	Desenvolvimento de infra-estruturas culturais	15.000.000	8	19.544.716,30	130,30	6.064.945,67	31,03
<b>Melhorar o acesso ao emprego e a sustentabilidade</b>		<b>5.000.000</b>					
68	Apoio ao emprego independente e criação de empresas	5.000.000					
<b>Melhorar a inclusão social dos mais desfavorecidos</b>		<b>5.000.000</b>					
71	Vias de integração e reentrada no emprego para as pessoas em...	5.000.000					
<b>Investimento em infra-estruturas sociais</b>		<b>198.781.483</b>					
75	Infra-estruturas educativas	150.531.483	25	63.741.362,93	42,34	32.246.148,57	50,59
76	Infra-estruturas de saúde	15.000.000					
79	Outras infra-estruturas sociais	33.250.000	6	8.982.939,44	27,02	5.947.206,18	66,21
<b>Redução dos sobrecustos que entravam o desenvolvimento das regiões ultraperiféricas</b>		<b>32.800.416</b>					
82	Compensação de quaisquer custos adicionais devidos ao défice de...	16.400.208	1	18.872.818,00	115,08	17.900.572,95	94,85
83	Ação específica para compensar os custos adicionais devidos...	16.400.208	2	1.389.699,87	8,47	825.177,34	59,38
<b>Assistência técnica</b>		<b>4.000.000</b>					
85	Preparação, execução, acompanhamento e inspecção	2.000.000	1	1.360.000,00	68,00	282.276,66	20,76
86	Avaliação e estudos; Informação e comunicação	2.000.000					
<b>Total Temas Prioritários</b>		<b>966.349.049</b>	<b>408</b>	<b>377.987.317,45</b>	<b>39,11</b>	<b>191.590.361,91</b>	<b>50,69</b>
<b>Total EARMARKING</b>		<b>639.546.924</b>	<b>319</b>	<b>226.486.363,93</b>	<b>35,41</b>	<b>99.391.610,66</b>	<b>43,88</b>

 Categorias de earmarking

#### Comentário

Das 408 candidaturas aprovadas, 319 concorrem para as prioridades da UE de promoção da competitividade e criação de emprego (despesas earmarking).

O total FEDER aprovado que contribui para as despesas em earmarking ascende a 226,5 milhões de euros, 59,92% do montante global das aprovações. Quando comparado com o total programado em earmarking, aquele montante representa 35,41%.

O destaque vai para as aprovações ocorridas nas prioridades dos transportes, protecção do ambiente e infra-estruturas educativas, bem como nas prioridades da investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo, e da sociedade da informação.



O valor da execução FEDER em despesas earmarking situou-se nos 99,39 milhões de euros. Este montante equivale a 51,87% do valor total executado, a 43,88% do valor aprovado em earmarking (taxa de realização) e a 15,54% do valor total programado (taxa de execução).

*Indicação dos montantes executados acumulados por combinação das diferentes dimensões de categorização, de acordo com parte C do Anexo II do 1828*

Vide Anexo IX

*Referência às aprovações aprovadas ao abrigo do mecanismo de spillover*

Não existem nem estão previstas aprovações ao abrigo do mecanismo de spillover.

*Dotação específica para as regiões ultraperiféricas*

Todo o território da Região Autónoma dos Açores é considerado, no âmbito do Tratado, como Região Ultraperiférica.

No actual período de programação da política regional europeia, e pela primeira vez, foi consagrado em regulamento comunitário a possibilidade destas regiões poderem utilizar financiamentos comunitários para comparticipação de sobrecustos decorrentes, justamente, desta situação de ultraperifericidade.

No PROCONVERGENCIA foi, nos termos regulamentares, criado um eixo prioritário exclusivo para este efeito, com uma dotação financeira apreciável. De acordo com o nº 11 do Reg. (CE) 1080/2006, essa dotação dever ser utilizada em pelo menos 50% do seu montante, em ajudas ao funcionamento e despesas relacionadas com contratos e obrigações de serviço público nas regiões ultraperiféricas.

Em 2009, no âmbito deste eixo, estavam aprovadas sete candidaturas, uma na vertente das ajudas ao funcionamento e seis dirigidas ao investimento. A primeira refere-se, à compensação dos custos com as obrigações de serviços público no transporte aéreo inter-ilhas. Quanto às segundas, as candidaturas enquadram investimentos em infra-estruturas aeroportuárias, com vista à sua requalificação e melhoria da sua operacionalidade.

Os montantes envolvidos nas candidaturas aprovadas ascendiam a 67,82 milhões de euros de despesa pública e a 33.91 milhões de euros de Fundo (50% de taxa co-financiamento).

*Reutilização de verbas*

No ano de 2009 foram corrigidos montantes de comparticipação comunitária na sequência da anulação parcial de apoio, num total de 99.114,52 €, em conformidade com o nº 3 do artigo 57º e o nº 2 do artigo 98º do Regulamento (CE) nº 1083/2006.

A Autoridade de Gestão assegurou que os fundos libertados não foram reutilizados na operação ou nas operações que tenham sido objecto de correcção, conforme o previsto nos nº 2 e 3 do artigo 98º do Regulamento (CE) nº 1083/2006.

## 2.2 Análise Qualitativa sobre a Evolução da Execução do PO

Em 2009 acentuaram-se os efeitos da crise internacional, a que a Região Autónoma dos Açores não escapou: quebras da procura, em paralelo com dificuldades de acesso ao crédito por parte dos agentes económicos em geral, e das empresas em particular, e acréscimo do nível de desemprego foram estes alguns dos traços dominantes da evolução da conjuntura.

Em termos da gestão do programa não se registou qualquer necessidade de adaptação de conteúdo, em termos de decisão de aprovação. Porém, atendendo ao desenvolvimento e impacte da crise internacional, foram introduzidos afinamentos nos instrumentos de política pública, em ordem a mitigar alguns constrangimentos.

É nesse sentido que foi proposto e apresentado à Comissão de Acompanhamento do PROCONVERGENCIA a introdução de novos instrumentos no domínio da engenharia financeira que no ano de 2009 se traduziu essencialmente na promoção de linhas de crédito às empresas.

Ao nível das capacidades institucionais, técnica e administrativa, manteve-se o corpo técnico associado à gestão do programa, o qual recebeu diversa formação, designadamente ao nível do novo código de contratação pública. O trabalho das unidades operacionais da autoridade de gestão e do organismo intermédio decorreu normalmente. Por outro lado, o sistema de informação, o SIPOP, evidencia uma acessibilidade e operação fácil, quer da parte do corpo técnico, quer pelos beneficiários, quer ainda nas operações de certificação de despesa.

Em termos de fluxos financeiros, com a adopção de uma política flexível por parte da autoridade nacional de certificação/pagamento verificaram-se durante todo o ano de 2009 um nível de liquidez suficiente na conta da autoridade de gestão para satisfação dos pagamentos devidos aos beneficiários. Complementarmente, a estrutura de gestão tem promovido pagamentos da comparticipação comunitária da despesa validada a um ritmo semanal na produção das necessárias ordens de pagamento.

No reporte relativo ao ano de 2008, numa perspectiva de avaliação qualitativa do desempenho do programa naquele ano PROCONVERGENCIA, ponderava-se sobre o nível da qualificação da execução financeira de per si e em comparação com a o que se passa no QREN, avaliar sobre a distribuição e o equilíbrio da procura de apoios pelos eixos prioritários? Reflectir sobre a resposta à situação criada pela recente conjuntura financeira e económica.

No âmbito do QREN 2007-2013, componente FEDER, o PROCONVERGENCIA foi o programa operacional que em Dezembro de 2009 evidenciava a maior taxa de execução financeira, perto de 20%, para uma média dos PO de cerca de 7%. A taxa de compromisso foi de cerca de 39%, ligeiramente inferior à registada no conjunto dos PO nacionais comparticipados pelo FEDER, que rondou os 46%. Conjugando a informação fornecida por estas taxas deduz-se uma maior eficiência das aprovações na Região em gerar execução financeira, transferências financeiras e reembolso FEDER, indicando lateralmente, um maior grau de maturidade dos projectos aprovados.

Tomando os indicadores físicos, observa-se, em relação ao ano anterior uma execução distribuída inserida nos diversos objectivos intermédios. Desapareceu, de certa forma, o “desvio” de execução para o QCA III, designadamente no âmbito da investigação e do fomento das TICs. Registou-se uma ausência de compromissos no sector da saúde, que já foi colmatado no ano de 2010.

Numa perspectiva de inclusão social e promoção da igualdade de oportunidades registam-se aprovações de 3 operações referentes à construção de centros de actividades ocupacionais envolvendo diversas valências nomeadamente creches, centros de convívio para idosos, ATLS e serviços de apoio domiciliário.

As citadas debilidades do programa em proporcionar instrumentos mais adequados para as empresas, para além dos sistemas de incentivos, no quadro de restrição financeira muito forte, foi corrigida pela introdução de instrumentos de engenharia financeira.

Em termos finais, pese embora a envolvente à execução do PROCONVERGENCIA não se poderá deixar de registar uma apreciação geral positiva da execução do programa.

#### *Tempos Médios de Decisão*

Os tempos médios de decisão são avaliados pelos períodos compreendidos entre a data de submissão das candidaturas e as datas de decisão e incluem pois os períodos concedidos aos beneficiários para completar a instrução das candidaturas e prestarem os esclarecimentos adicionais.

Os tempos médios de decisão são inferiores na generalidade dos eixos ao estipulado no artigo 14º do regulamento do programa, onde se define que o processo de análise deve estar concluído dentro de 90 dias úteis, após o qual decorre a consulta à comissão de selecção e em seguida o processo de decisão.

Na média global do programa, constata-se que o tempo médio de decisão sobre as candidaturas com decisão tomada em 2009 (83 dias) foi significativamente abaixo do previsto.

A média dos tempos de decisão, por Eixo Prioritário, foi diferenciada: o Eixo III registou o tempo médio mais baixo, 84 dias, seguido do Eixo IV com 90 dias e do Eixo II com um tempo médio de decisão de 92 dias. O Eixo 1 envolve candidaturas aos sistemas de incentivos, cuja gestão compete ao OI com competências delegadas, a par de outras candidaturas de natureza pública a cargo da

autoridade de gestão. Para esta última vertente, os tempos médios de decisão rondaram os 100 dias. No caso do Eixo V, os tempos médios de decisão foram superiores aos restantes eixos (110 dias).

### 2.3 Informação sobre a Conformidade com o Direito Comunitário

Este ponto do relatório tem como objectivo reportar as medidas adoptadas pela Autoridade de Gestão para assegurar o respeito pelas políticas comunitárias, incluindo-se as regras da concorrência, os mercados públicos, a protecção do ambiente.

#### *Concorrência e Regime de Auxílios*

Mantém-se firme o compromisso de respeitar os procedimentos e as regras materiais enunciadas no texto do Programa e que se consubstanciam:

- i- a contribuir para o objectivo de assegurar que uma parte substancial dos apoios directos às empresas respeite a PME. Este compromisso é assumido no enquadramento regulamentar da alínea a) do número 2 do Artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1080/2006, aplicando-se consequentemente a todos os Estados-Membros;
- ii -a incluir nos relatórios anuais e no relatório final de execução, informação sobre a totalidade dos apoios directos concedidos a empresas, explicitando os relativos a PME.

O Quadro seguinte identifica o enquadramento comunitário dos sistemas de incentivos do PO PROCONVERGENCIA.

Quadro 17 - Enquadramento dos Sistemas de Incentivo do PROCONVERGENCIA		
Instrumento	Enquadramento Comunitário Anterior (a)	Enquadramento Comunitário Actual (b)
SIDER	XR 196/07 (Auxílios de estado com finalidade regional)	RGIC – Auxílios de estado com finalidade regional AE N 503/2007 – Apoios ao transporte marítimo
PROENERGIA	XR 52/07 (Auxílios de estado com finalidade regional)	RGIC – Auxílios de estado com finalidade regional
EMPREENDE JOVEM	Minimis	Minimis – Todas as despesas elegíveis
SIRIART	AE N 507/2001 – Regime de auxílios regionais	AE N 507/2001 – Regime de auxílios regionais

a) Antes da entrada em vigor do RGIC.

b) Após a entrada em vigor do RGIC.

O nº 3 do artigo 88º do Tratado da Comunidade Europeia estabelece a obrigação de notificação dos auxílios estatais à Comissão Europeia a fim de estabelecer a sua compatibilidade com o mercado comum segundo os critérios definidos no artigo 87º do Tratado.

O Regulamento /CE) nº 1998/2006, de 15 de Dezembro, define um limiar de auxílio estatal, abaixo do qual não é aplicável a obrigatoriedade de notificação prévia dos auxílios concedidos, sendo esta excepção designada de regra de minimis, obrigando porém a uma monitorização da sua aplicação por parte dos Estados Membros.

Por Resolução do Conselho de Ministros nº 27/2009, publicado em 20 de Março, foi criado o registo central de auxílios de minimis e atribuída a responsabilidade do controlo destes auxílios ao Instituto Financeiro do Desenvolvimento Regional.

Na Região, pela Resolução do Conselho do Governo nº 96/2009, de 26 de Maio, foi incumbida a Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais, de estabelecer os elementos e os procedimentos para a actualização dos auxílios de minimis e mandatada para efeitos de interlocução e articulação com o IFDR no que concerne à transmissão dos dados relevantes para o sistema nacional de controlo da regra de minimis.

No Quadro comunitário temporário relativo às medidas de auxílio estatal destinadas a apoiar o acesso ao financiamento durante a actual crise financeira e económica, foi estabelecido um novo limite para o montante dos auxílios concedidos ao abrigo do Regulamento /CE) nº 1998/2006, de 15 de Dezembro, fixando em 500.000€ por empresa, durante um período de três exercícios financeiros. O Governo Regional fez aplicar esta nova medida, através da Resolução do Conselho do Governo nº 91/2009, de 26 de Maio, tendo em vista a superação da crise e o impulsionamento da economia açoriana.

Os procedimentos adoptados de controlo das ajudas na Região, estão em conformidade com as orientações emanadas do IFDR, nomeadamente circular nº 5/2009, de 16 de Setembro de 2009.

#### *Compatibilidade com os Mercados Públicos*

As operações enquadradas no PROCONVERGENCIA foram executadas no respeito pelas normas comunitárias e nacionais em matéria de adjudicação de contratos públicos, designadamente as relativas às Directivas 2004/17/CE e 2004/18/CE.

Uma das condições de aceitabilidade subjacente à operação candidata é a demonstração do respeito pelas disposições legais em matéria de contratação pública. O cumprimento das regras dos mercados públicos constitui balizas fundamentais em todo o processo de análise e decisão das candidaturas, e posteriormente no âmbito do acompanhamento e do controlo das operações.

No PROCONVERGENCIA, na fase de análise da candidatura, ou o mais tardar na fase de apresentação da despesa, a verificação do cumprimento da legislação sobre contratação pública, é suportada numa check-list, onde são referenciados todos os aspectos ligados à celebração de contratos de empreitadas de obras públicas e de fornecimentos de bens e serviços.

Os potenciais beneficiários têm sido informados, pelos mais diversos meios, da necessidade imperiosa de submeterem os procedimentos de contratação pública às regras dos mercados públicos, sendo esta uma condição prévia indispensável à preparação de um processo de candidatura a co-financiamento comunitário no âmbito do Programa.

Com a entrada em aplicação a 29 de Julho de 2008 do novo Código dos Contratos Públicos, para melhor conhecimento e interpretação deste novo código, o Secretariado Técnico do Programa frequentou plano de formação específico em ordem à aquisição dos conhecimentos adequados e necessários à correcta verificação dos procedimentos utilizados para celebração dos contratos públicos.

A aplicação do novo Código à Região não invalida a necessidade do legislador regional produzir legislação nessa matéria face a situações pontuais cuja realidade assim imponha. Assim o Decreto Legislativo Regional nº 34/2008/A de 28 de Julho, veio estabelecer regras especiais a observar na contratação pública definida no Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro. Em 2009 foram efectuadas alterações ao diploma regional supramencionado tendo o mesmo sido republicado pelo Decreto Legislativo Regional de 15/2009/A, de 6 de Agosto de 2009.

*Compatibilidade com as políticas de ambiente e do desenvolvimento sustentável em matéria de controlo e redução de emissões de gases com efeito de estufa e de promoção da eficiência energética*

A gestão do PROCONVERGENCIA, no âmbito das suas competências, procurou dar cumprimento às normas europeias, nacionais e regionais em matéria de Ambiente, bem como na promoção da eficiência energética, enquanto factor de ponderação no processo de selecção de candidaturas.

*Compatibilidade com as políticas da igualdade entre homens e mulheres e da não discriminação*

O Regulamento Geral dos Fundos Estruturais para 2007-2013, explicita no seu artigo 16.º que os Estados-membros e a Comissão “devem assegurar a promoção da igualdade entre homens e mulheres” e “tomar todas as medidas adequadas para evitar qualquer discriminação em razão do sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual, durante as várias fases de aplicação dos fundos, nomeadamente no que respeita ao acesso aos mesmos”.

O contributo para a concretização dos objectivos estratégicos da Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres é implementado a nível do Programa através do apoio a operações com impacto

na conciliação entre a actividade profissional e a vida familiar de mulheres e homens (ampliação e optimização das redes de equipamentos de educação, equipamentos de apoio social, sociedade da informação TIC's, expansão da rede de jardins de infância, colmatar as deficiências das infra-estruturas e equipamentos de saúde, desporto, melhoria das acessibilidades e as redes de transportes públicos). Acresce ainda a participação na Comissão de Acompanhamento de representante das organizações não governamentais da área do ambiente.

## 2.4 Alterações da Envolvente à Execução do PROCONVERGENCIA

Ao nível da governação autónoma da Região, quer no âmbito do executivo, quer no legislativo, em 2009 não se registaram alterações susceptíveis de provocar situações de excepção na execução do programa, assim como não se observaram questões excepcionais ou de gravidade extrema ao nível dos potenciais beneficiários.

Ao nível da legislação nacional e comunitária produzidas, não se regista alterações dramáticas que tenham interferido com a gestão e implementação do programa operacional.

Com o agravamento da crise financeira aprofundou-se e alargou-se o debate sobre alguns aspectos da execução deste período de programação, com a introdução de medidas pela Comissão Europeia e pelos governos no sentido de simplificar e agilizar processos, em ordem a introduzir liquidez no sistema e minorar os efeitos da recessão.

A autoridade de gestão, em linha com estas orientações, promoveu algumas medidas de gestão, designadamente ao nível da celeridade dos pagamentos devidos aos beneficiários finais, sem prejuízo do cumprimento dos procedimentos exigidos em matéria de validação de despesa.

À data de elaboração deste relatório a evolução da conjuntura apresenta sinais de grande restrição financeira, com implicações no investimento público, o que poderá vir a provocar algum abrandamento na execução financeira dos PO.

Acresce referir que ainda não se dispõe de estudos sobre os efeitos e impactos macroeconómicos do PROCONVERGENCIA sobre os indicadores de contexto socioeconómico.

## 2.5 Durabilidade das Operações (Artigo 57º do Regulamento (CE) Nº1083/2006)

Nos termos do previsto no nº2 do Artigo 57º do Regulamento (CE) Nº1083/2006, a autoridade de gestão reporta que não foram detectadas alterações na acepção do nº1 daquele Artigo.

## 2.6 Complementaridade com Outros Instrumentos

Em cumprimento do nº4 do artigo 9º do Regulamento (CE) nº 1083/2006 e nos termos do previsto no ponto 2.6, do Anexo XVIII do Regulamento 1828/2006 da Comissão, refere-se que desde o início da preparação do programa, ainda em 2006, com a Orientação nº 5/2006 do Governo Regional, de 2 de Março, definiram-se as grandes linhas de rumo para a preparação e elaboração dos programas relativos às intervenções dos vários fundos, de forma a assegurar a coordenação política e também técnica do processo de definição dos objectivos, metas, eixos estratégicos de programação, estrutura das medidas e acções e respectivo quadro de financiamento e de gestão.

Aquela Orientação estabelece ainda as bases do Modelo Institucional de Governação da programação com participação comunitária, definindo órgãos de orientação política, de aconselhamento estratégico, de gestão e de acompanhamento. O modelo, em capítulo próprio explicitado, prevê a monitorização e o acompanhamento estratégico de todas as intervenções integradas no período de programação 2007-2013, garantindo assim a sua coordenação através de um quadro regulamentar apropriado que permite a troca de informações, o despiste de sobreposições indesejáveis de investimentos e a obtenção de sinergias e complementaridades nas diversas intervenções, numa perspectiva de optimização dos meios disponíveis e de maximização dos resultados a obter.

Em 2008 foi celebrado um protocolo entre a Autoridade de Gestão do PROCONVERGENCIA e as entidades gestoras do PRO-EMPREGO (FSE) e do PRORURAL (FEADER) e coordenação regional do PROMAR (FEP), com o objectivo de promover acções relativas ao despiste de situações de sobreposição e/ou duplicação de apoios concedidos, prevendo-se a comparação dos dados relevantes registados nos respectivos sistemas de informação.

A 22 de Outubro de 2009 reuniu em Angra do Heroísmo a unidade de articulação dos Fundos Comunitários 2007-2013, para balanço da situação da execução material e financeira dos respectivos programas.

As informações de cada Programa Operacional, reportadas a 31 de Outubro de 2009, (PROCONVERGENCIA, PRORURAL, PRO-EMPREGO e PROPESCAS - componente regional do PROMAR) foram tratadas de forma a serem despistadas quaisquer situações de irregularidades. A Autoridade de Gestão do PROCONVERGENCIA, programa com maior dotação financeira, ficou responsável por, semestralmente, realizar as tarefas de verificação dos apoios concedidos.

No texto do Programa Operacional dos Açores para a Convergência, especificamente no seu ponto 4.1, é referida a complementaridade e articulação externa entre o PROCONVERGENCIA e Outros Fundos Comunitários, nomeadamente entre o FEADER e o FEDER, financiando, este último, a construção de um Laboratório Regional de Veterinária, na Ilha Terceira, e um Laboratório de Enologia, na Ilha do Pico, e entre o FEP e o FEDER, onde este participará a intervenção em 4 infra-estruturas portuárias afectas ao sector das pescas: porto de pescas de Vila Franca do Campo (São Miguel), de São Mateus (Terceira), Fajã do Ouvidor (São Jorge) e Ponta Delgada (São Miguel).



Da análise da informação relativamente à complementaridade entre o PROCONVERGENCIA e o PRO-EMPREGO, constata-se que foram aprovadas candidaturas ao PROCONVERGENCIA relativas à construção/adaptação e equipamento de escolas e de centros de formação profissional.

No que toca à complementaridade entre o PROCONVERGENCIA e o PROPESCAS, e como previsto no ponto 4.1 acima referido, foram aprovadas candidaturas ao PROCONVERGENCIA relativas às 4 infra-estruturas portuárias supracitadas.

Do cruzamento da informação concluiu-se que há registos de complementaridade, não se registando sobreposição de apoios comunitários.

Acresce referir que desde o primeiro QCA não há financiamentos do BEI compreendidos nos PO regionais.

Paralelamente refere-se que não foram utilizados instrumentos financeiros previstos no âmbito das iniciativas JEREMIE e JESSICA.

## 2.7 Acompanhamento e Avaliação

### *Autoridade de Gestão*

A Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais assume, nos termos do previsto na regulamentação comunitária, a responsabilidade de autoridade de gestão do PROCONVERGENCIA, tendo sido designada para o efeito através de Resolução do Governo dos Açores.

Estruturando-se o PROCONVERGENCIA em vários instrumentos de política pública, as funções de análise e aprovação de candidaturas durante o ano de 2009 foram apoiadas, em termos consultivos, por comissões de selecção, constituída uma por cada eixo prioritário, integradas por elementos com responsabilidades na gestão desses instrumentos, no âmbito dos principais domínios de intervenção englobados em cada eixo.

Em termos de funcionamento interno a Autoridade de Gestão assentou em dois grandes níveis:

#### **Estrutura**

No primeiro nível situa-se o gestor do programa operacional, o director da DRPFE, como primeiro responsável da autoridade de gestão, com a capacidade exclusiva de decisão, de representação principal da autoridade de gestão e ainda com a coordenação directa de algumas funções de gestão.

Compreende ainda um elemento de coordenação, o director de serviços da DRPFE, que tem como principal função a coordenação directa de algumas funções de gestão e de representação da autoridade de gestão, quando solicitado e/ou na falta e impedimentos do gestor.

O secretariado técnico do PROCONVERGENCIA estrutura-se em unidades operacionais segregadas, com as seguintes funções: análise de candidaturas; análise e validação de despesa; acompanhamento e controlo interno e ainda comunicação.

Acresce ainda funções de Apoio Geral que são exercidas no âmbito do quadro do pessoal e das tarefas correntes da DRPFE, onde o núcleo de informática assegura a manutenção e operacionalidade dos sistemas de informação, das aplicações correntes utilizadas, na manutenção e actualização do hardware e o apoio administrativo e de secretariado que assegura as comunicações, a conservação do arquivo; a actualização do Sistema de Gestão Documental (SGC).

#### Funções delegadas pela autoridade de gestão

Conforme previsto no número 2 do Artigo 59.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 e em consonância com as disposições dos artigos 42.º e 43.º do mesmo Regulamento, as funções de gestão relativas a sistemas de incentivo ao investimento privado inseridos no Eixo prioritário I - Dinamizar a Criação de Emprego e Riqueza nos Açores foram delegadas na Direcção Regional de Apoio ao Investimento e Competitividade - DRAIC, serviço de carácter operativo da administração pública autónoma dos Açores, com competências na área do fomento ao investimento privado.

#### As principais actividades desenvolvidas

Os trabalhos da Autoridade de Gestão desdobraram-se em dois grandes vectores: por um lado, o exercício das suas competências na análise e aprovação de candidaturas, no processo de validação e reembolso de despesa dos promotores, no acompanhamento das operações na comunicação, e, por outro lado, na reformulação dos instrumentos de base necessários à obtenção da declaração de conformidade da gestão, aspecto essencial para o estabelecimento dos fluxos financeiros com a Comissão Europeia.

Iniciando o reporte por este último aspecto, o PROCONVERGENCIA foi o primeiro PO português participado pelo FEDER a obter uma declaração de conformidade favorável e, por consequência, legitimada a capacidade de formulação de pedidos de pagamento e estabelecer com normalidade os fluxos financeiros com a Comissão, para além dos adiantamentos regulamentares.

Em relação ao funcionamento corrente da gestão, à data de 31 de Dezembro de 2009 tinham sido submetidas 543 candidaturas (15 em 2007, 128 em 2008 e 400 em 2009). Deste universo foram admitidas 418 e aprovadas 408 o que representa uma taxa bruta de aprovação de 75%.

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe por eixo e objectivo específico.

Quadro 18 - Candidaturas ao PROCONVERGENCIA - Valores Acumulados					
Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candi- daturas apre- sentadas	Candi- daturas admitidas	Candi- daturas aprovadas	Taxa de admissibilidade (admitidas/ apresentadas)	Taxa de aprovação bruta (aprovadas/ apresentadas)
	Nº	Nº	Nº	%	%
<b>Total</b>	<b>543</b>	<b>418</b>	<b>408</b>	<b>77%</b>	<b>75%</b>
<b>EP I - Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores</b>	<b>332</b>	<b>267</b>	<b>266</b>	<b>80%</b>	<b>80%</b>
OE1.1 - Qualificar o investimento empresarial	265	231	230	87%	87%
OE 1.2 - Dinamizar as redes de infra-estruturas e de prestação de serviços às empresas	41	25	25	61%	61%
OE 1.3 - Apoiar a investigação na Região	16	2	2	13%	13%
OE 1.4 - Fomentar iniciativas de I&D de contexto empresarial	3	3	3	100%	100%
OE 1.5 - Melhorar a acessibilidade e utilização das TICs	4	4	4	100%	100%
OE 1.6 - Melhorar a eficiência administrativa	3	2	2	67%	67%
<b>EP II - Qualificar e integrar a sociedade açoriana</b>	<b>60</b>	<b>42</b>	<b>40</b>	<b>70%</b>	<b>67%</b>
OE 2.1 - Modernizar a rede de equipamentos escolares	34	24	24	71%	71%
OE 2.2 - Valorizar o património cultural	11	11	10	100%	91%
OE 2.3 - Melhorar a rede de equipamentos de animação local	7	4	3	57%	43%
OE 2.4 - Modernizar equipamentos de saúde	4			0%	0%
OE 2.5 - Modernizar a rede de equipamentos de protecção social	4	3	3	75%	75%
<b>EP III - Melhorar as Redes Regionais de Infra-estruturas de Acessibilidades</b>	<b>79</b>	<b>60</b>	<b>58</b>	<b>76%</b>	<b>73%</b>
OE 3.1 - Requalificar a rede regional de infra-estruturas rodoviárias e marítimas	73	58	56	79%	77%
OE3.2 - Melhorar a eficiência e a segurança dos sistemas	6	2	2	33%	33%
<b>EP IV - Valorizar e Qualificar o Sistema Ambiental</b>	<b>59</b>	<b>40</b>	<b>36</b>	<b>68%</b>	<b>61%</b>
OE 4.1 - Ordenar o território	14	9	5	64%	36%
OE 4.2 - Aumentar a cobertura da rede de infra-estruturas ambientais	22	16	16	73%	73%
OE 4.3 - Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental	18	14	14	78%	78%
OE 4.4 - Melhorar sistemas de prevenção e gestão de riscos	5	1	1	20%	20%
<b>EP V - Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade</b>	<b>12</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>67%</b>	<b>58%</b>
OE 5.1 - Compensar os custos de funcionamento dos sistemas de transporte no arquipélago	2	1	1	50%	50%
OE 5.2 - Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade	10	7	6	70%	60%
<b>EP VI - Assistência Técnica</b>		<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>100%</b>

A partir de dados do sistema de informação do programa, o SIPOP, evidenciam-se alguns indicadores físicos sobre fluxos de documentação ocorridos em 2009 na interacção entre beneficiários e a gestão do PO.

Quadro 19 - Indicadores de Gestão em 2009	
Indicador	Quantidade
Candidaturas Submetidas	400
Contratos Públicos Analisados	324
Ficheiros introduzidos (documentos, check-list, outros)	12 839
Pedidos de pagamento submetidos	492
Documentos de despesa analisados	7 237

#### Verificações e Pista de Auditoria

Complementarmente ao processo de análise e validação do universo documental da despesa apresentada nos pedidos de pagamento, a autoridade de gestão promove visitas de acompanhamento e de verificação junto do promotor, utilizando não só os recursos humanos da unidade operacional de acompanhamento, como também a contratação externa de serviços de auditoria.

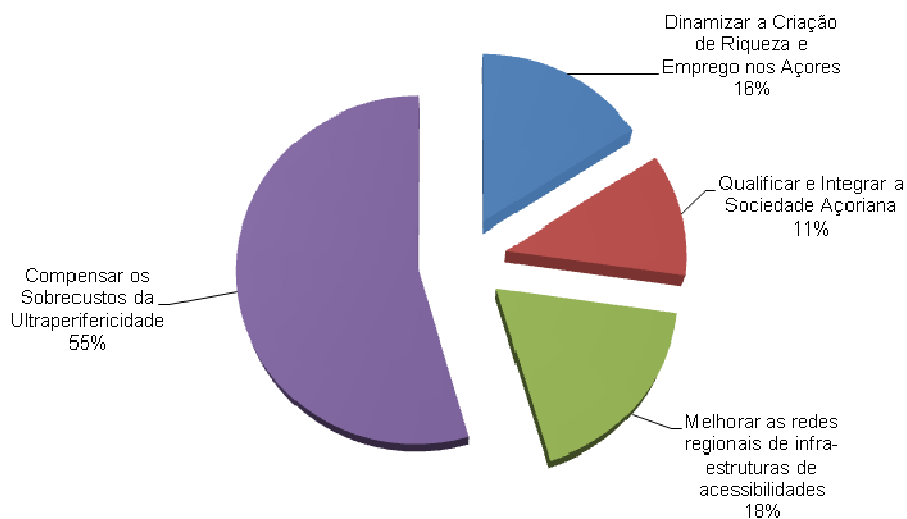
Em 2009 a autoridade de gestão promoveu uma consulta pública com vista à contratação de empresa de auditoria para processo de verificação junto dos promotores de uma amostra de operações com despesa validada, cobrindo o período entre 16 de Outubro de 2008 até 31 de Março de 2009.

No ano de 2009 efectuaram-se 9 acções de verificação, cuja execução global, objecto de controlo foi de 25,8 milhões de euros, o que representou um esforço de controlo de 16,7%.

Por eixos, em 2009, as acções de verificação foram distribuídas atendendo aos seguintes factores:

- Eixos prioritários que não tinham sido objecto de verificação anteriormente;
- Eixos prioritários com um número significativo de projectos com execução.

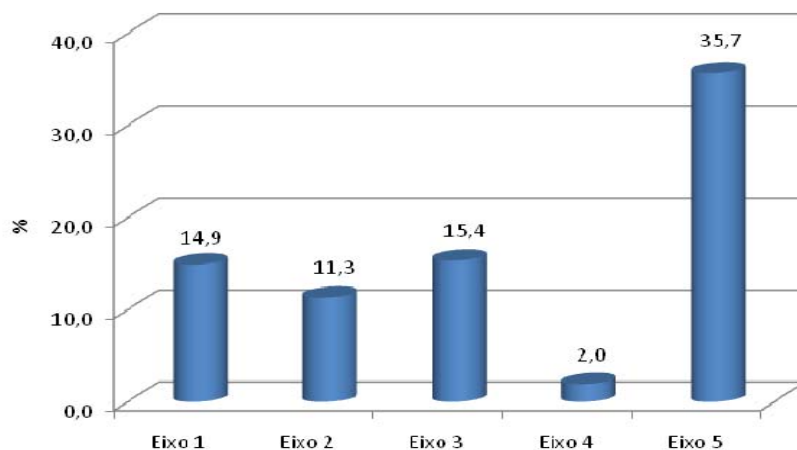
Gráfico 6 - Despesa Verificada por Eixos- 2009



Em termos acumulados, no total de 14 acções de verificação, registou-se um esforço de controlo de 16,3% de toda a despesa executada até 31 de Dezembro de 2009.

Eixos	Quadro 20 - Acções de Verificação							
	2009				2007 / 2009			
	Nº Acções	Despesa Executada	Despesa Verificada	Esforço Controlo (%)	Nº Acções	Despesa Executada	Despesa Verificada	Esforço Controlo (%)
1	3	23.126.113,05	4.081.473,12	17,7%	3	27.338.154,41	4.081.473,12	14,9%
2	3	43.205.854,33	2.948.883,69	6,8%	4	52.664.790,00	5.966.168,19	11,3%
3	2	46.162.455,82	4.668.530,40	10,1%	4	96.483.201,11	14.816.374,90	15,4%
4	0	15.772.851,36	0,00	0,0%	2	25.382.399,73	494.659,56	2,0%
5	1	25.366.497,54	14.073.146,00	55,5%	1	39.439.643,54	14.073.146,00	35,7%
6	0	332.090,19	0,00	0,0%	0	332.090,19	0,00	0,0%
TOTAIS	9	153.965.862,29	25.772.033,21	16,7%	14	241.640.278,98	39.431.821,77	16,3%

Gráfico 7 - Esforço de Controlo por Eixos - 2007 a 2009



#### Contabilização de Dívidas

O sistema de contabilização de dívidas do PROCONVERGENCIA, em 2009, foi actualizado de acordo com a norma nº 2/2008 e circular nº 3/2008 do IFDR. Foram efectuadas correcções no montante co-financiado de 122.092,56 €, das quais resultaram recuperações, por compensação, no montante de 41.732,82 € de FEDER.

Todo o reporte sobre estas acções de verificação on spot, desde a sua preparação, compreendendo o processo e a metodologia utilizada para a selecção da amostra de operações, até aos relatórios finais produzidos, juntamente com todo o universo de dados e informações sobre as operações, estão disponíveis no SIPOP para consulta e análise das autoridades de certificação e de auditoria, que remotamente podem aceder ao Sistema de Informação, com a capacidade de desenvolver de forma acessível uma pista de auditoria completa e fiável.

#### Monitorização

Conforme definido no Modelo de Governação do QREN incumbe ao IFDR a monitorização operacional e financeira do QREN e dos Programas Operacionais no que se refere às operações financiadas pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão. Nestes termos foram estabelecidos procedimentos pelo IFDR para garante da recolha periódica de informação FEDER e pelo Fundo de Coesão.

A Autoridade de Gestão actualizou, mensalmente, os quadros referentes à monitorização operacional e financeira e prestação de informação FEDER no âmbito do PROCONVERGENCIA.

À data deste relatório está em fase de conclusão, no SIPOP, o módulo referente ao sistema de monitorização, baseado em tecnologias WEB, conforme o previsto na Norma nº 3/2009 do IFDR.

### *Acções de Controlo*

#### **Entidades Nacionais**

Em 2009, a Autoridade de Auditoria realizou uma acção de controlo que incidiu sobre 7 projectos e foi orientada para determinar se os procedimentos adoptados pela Autoridade de Gestão do PROCONVERGENCIA, incluindo o Organismo Intermédio, estavam em conformidade com o definido na descrição dos sistemas de gestão e controlo do Programa.

A Autoridade de Certificação desenvolveu uma acção de controlo prévia ao envio da declaração de despesas e 1º pedido de pagamento do PROCONVERGENCIA à Comissão Europeia, visando aferir quanto à legalidade e regularidade das despesas declaradas. Nesse sentido as verificações efectuadas incidiram sobre uma amostra de 4 projectos.

#### **Comissão Europeia**

A Comissão Europeia realizou uma auditoria com o objectivo de determinar a taxa de erro nos 27 Estados-Membros, nas despesas declaradas à Comissão entre 01/01/2007 e 31/05/2009, com base numa amostra representativa de projectos. No caso do PROCONVERGENCIA foram seleccionados 10 projectos, nos quais foram verificados o cumprimento das regras de elegibilidade nacionais e comunitárias.

A missão decorreu de 14 a 18 de Setembro, com 2 equipas de auditores, respectivamente na cidade da Horta e na cidade de Ponta Delgada, a qual foi acompanhada pela Autoridade de Gestão tendo contado com a presença da Autoridade de Certificação e da Autoridade de Auditoria.

A Comissão Europeia transmitiu a 9 de Novembro as conclusões e recomendações provisórias, tendo após a apreciação das alegações efectuadas pela Autoridade de Gestão, em sede de contraditório, emitido já em 2010 o relatório final.

### *Comissão de Acompanhamento*

A Comissão de Acompanhamento do PROCONVERGENCIA é responsável pelo exercício das competências definidas nos regulamentos comunitários e desempenha a missão essencial de assegurar a participação dos municípios e dos parceiros económicos, sociais e institucionais.

Foi decidido, na observância do permitido pela regulamentação comunitária, que fosse apenas criada uma Comissão de Acompanhamento para os dois programas operacionais da região com financiamento pelos fundos estruturais FEDER e FSE.

No ano de 2009 foi promovida uma consulta escrita à Comissão de Acompanhamento a 10 de Fevereiro, para análise e aprovação dos critérios de selecção para as candidaturas ao

PROCONVERGENCIA, Eixo I - Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores, objectivo específico: Qualificar o Investimento Empresarial, no âmbito dos instrumentos de engenharia financeira, e divulgado o respectivo regulamento de acesso, para efeitos de melhor compreensão e enquadramento destes critérios de selecção. A notificação de aprovação foi efectuada a 26 de Março e disponibilizada a versão final do documento.

A 3ª Comissão de Acompanhamento conjunta PROCONVERGENCIA e PRO-EMPREGO reuniu a nove dias do mês de Junho de dois mil e nove, na ilha Terceira, tendo os trabalhos incidido na análise e aprovação por unanimidade dos Relatórios de Execução do PROCONVERGENCIA e PRO-EMPREGO relativos ao ano 2008.

Da agenda da reunião destacam-se por um lado a apresentação da situação actualizado da execução do PO PROCONVERGENCIA e do PO PRO-EMPREGO, e por outro o reporte das iniciativas da Comissão para combate à crise, nomeadamente duas alterações ao Regulamento CE nº 1083/2006, para facilitar a mobilização das dotações comunitárias. Uma referente aos projectos geradores de receita em que foi alterado o limite de 200 mil euros para 1 milhões de euros, estando a análise de custo/benefício dispensada para os investimentos de valor inferior a esse montante. A outra alteração refere-se ao acréscimo em 2009 de 2,5% da participação dos Fundos Estruturais do Programa Operacional.

### *1ª Encontro Anual da Comissão Europeia*

Realizou-se em Évora a 17 de Novembro de 2009, o primeiro “Encontro Anual” entre a Comissão Europeia e as Autoridades de Gestão dos Programas FEDER e Fundo de Coesão do QREN português, estando a representação dos Açores assegurada pela Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais, responsável pela gestão do programa PROCONVERGENCIA.

Nesta reunião as autoridades de gestão dos programas foram questionadas sobre diversas vertentes da execução dos apoios comunitários, tais como, o respeito pelas políticas comunitárias de concorrência, de contratação pública, política de comunicação, avaliação de resultados, ponto de situação da execução financeira e material, entre outros.

No que concerne ao PROCONVERGENCIA foi salientado que foi o primeiro programa FEDER a ter o sistema de gestão e controlo aceite pela Comissão Europeia, tendo já ultrapassou a primeira meta financeira, regra do N+2, sobre a qual em caso de incumprimento ocorrem perdas de financiamento comunitário.

Foi ainda discutido uma situação que tem suscitado questões de ordem técnica, mas também na vertente política e que se prende com os designados efeitos spillover, ou de difusão, ou seja imputação de montantes de investimento e de comparticipação comunitária nas regiões convergência, onde se inclui os Açores, de projectos localizados na região Lisboa. Ficou claro, que



tal não se aplica aos Açores e, muito menos, influencie as dotações consignadas para os Açores para o período 2007-2013.

Foi proposto que a próxima reunião anual se realize nos Açores o que foi aceite pela delegação regional presente.

Figura 1 - Encontro Anual



### *Parceria*

O PROCONVERGENCIA acolhe e financia projectos que resultam de parcerias estabelecidas ao nível da alguns actores regionais do processo de desenvolvimento, aliás como já referido em documentos e nas Comissões de Acompanhamento, quer as do actual período de programação, quer as do anterior período.

No caso particular das operações aprovadas até 31.12.2009, salientamos a articulação entre níveis da governação, nacional, regional (Governo dos Açores) e autárquico num sector estratégico para as autoridades regionais e devidamente destacado na programação: a Educação.

Desde a articulação de vontades e de financiamentos para a renovação e requalificação dos estabelecimentos e infra-estruturas da Universidade dos Açores (tutelada pelo Governo da República - Ministério da Educação e Ciência), designadamente nos pólos de Angra do Heroísmo e Horta, passando pela contratualização existente entre a administração regional e a local no cumprimento de objectivos da Carta Escolar, são bons exemplos de parcerias estratégicas neste sector.

Ao nível da intervenção junto do tecido empresarial, existem vários exemplos de parceria entre o Governo e as câmaras de comércio e associações empresariais na divulgação, promoção e realização de acções conjuntas. Ao nível do Ambiente, na 3ª Comissão de Acompanhamento o responsável

regional apresentou, em ponto autónomo da agenda, exposição onde ressaltaram também as parcerias desenvolvidas no âmbito deste sector.

Não se pode deixar de frisar que estas parcerias, quer em termos gerais, quer em aspectos mais particulares, principalmente quando envolvem parceiros de menor capacidade administrativa e/ou financeira, confrontam-se com a regulamentação específica dos fundos e algumas vezes interpretações restritivas em sede de auditoria e controlo, comprometendo a sua viabilidade.

### *Subvenções Globais*

No âmbito do PO PROCONVERGENCIA não foram celebrados contratos de delegação de competência em organismos intermédios com subvenção global.

### *Compliance Assessments*

Na sequência das observações apresentadas em Dezembro de 2008 pela Comissão Europeia, relativamente à Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do PO PROCONVERGENCIA enviado a 6 de Outubro de 2008, a Autoridade de Gestão do Programa procedeu à actualização da descrição do SGC, processo que foi concluído no início de 2009. Foi assim transmitido pela IGF, via SFC2007, a 26 de Fevereiro de 2009 a descrição revista do SGC do PROCONVERGENCIA, conjuntamente com a versão revista do relatório e parecer emitidos nos termos do artigo 71º do Regulamento (CE) nº 1083/2006.

Por carta da Comissão de 20 de Março de 2009 foi transmitida a aceitação da descrição do Sistema de Gestão e Controlo criado para o PO PROCONVERGENCIA e por conseguinte satisfeito o cumprimento dos artigos 58º a 62º do Regulamento (CE) nº 1083/2006, estando reunidas as condições para se efectuar o primeiro pagamento intermédio.

À data da elaboração deste relatório está em curso a actualização da descrição do SGC, designadamente da participação do OI.

### *Sistema de Informação*

O sistema de Informação do PROCONVERGENCIA, designado por SIPOP, foi projectado e construído com base em grandes orientações genéricas dos regulamentos, da autoridade de certificação e com uma articulação muito intensa e próxima entre a programação e o Secretariado Técnico do programa.

Procurou-se atender desde o arranque da construção do sistema a 3 grandes linhas de orientação: 1) Facilidade e simplicidade no Front Office, 2) Capacidade de corresponder às solicitações regulamentares e de possibilitar uma pista de auditoria desde o processo de candidatura até ao encerramento da operação e 3) capacidade de desenvolvimento modular, aproximando

tendencialmente o SI a todas as necessidades da gestão, acompanhamento, controlo, avaliação do PO.

A satisfação das exigências regulamentares e a capacidade de conexão com o sistema da autoridade de certificação eram condições necessárias para a boa execução do programa, já que a sua inobservância resultaria na ausência de fluxos financeiros.

Foi submetido no 1º trimestre de 2009, o primeiro pedido de pagamento intermédio com sucesso, através do SIPOP, o qual correspondeu ao primeiro pedido de pagamento à CE, a nível nacional dos PO FEDER e Fundo de Coesão do QREN, cumprindo-se todas as exigências regulamentares e evidenciando-se a capacidade de transmissão e ligação telemática entre os sistemas, através de tecnologia webservices, em conformidade com os requisitos impostos pelo SIGA. Inclusivamente, através de registos autorizados de entrada (utilizador e password), o sistema permitiu a verificação por parte da autoridade de certificação do estabelecimento de uma pista de auditoria completa, por acesso remoto ao Backoffice do SIPOP a todos os documentos associados às candidaturas, toda a documentação de análise dessas candidaturas (check-list, relatórios, etc.), os pedidos de pagamento com todos os documentos de despesa digitalizados, toda a contratação pública associada (documentos digitalizados dos diversos contratos), a variedade de formulários e instrumentos de notação usados, as acções de verificações on spot (checklists e relatórios), relatórios de acompanhamento e demais documentação.

O SIPOP para além de ter sido o primeiro sistema de informação do QREN FEDER e Fundo de Coesão a proporcionar o primeiro pedido de pagamento nos termos do exigido na regulamentação e orientação comunitárias tem vindo a acolher melhorias que permitem outputs diversificados.

O ano de 2009 ficou marcado pela implementação plena das valências enunciadas e referidas nos parágrafos anteriores, bem como pelo desenvolvimento de novas funcionalidades, designadamente no domínio do sistema contabilístico de dívida, dos indicadores e da monitorização estratégica do programa.

### *Avaliação*

Na actual regulamentação, designadamente o Regulamento (CE)1083/2006, a questão da avaliação é abordada de forma muito diversa e mais flexível em relação ao período precedente 2000-2006, em que, para além de referências muito claras ao princípio da proporcionalidade e da opção facultativa de elaboração de plano de avaliação, e ainda de algum desenvolvimento conferido à avaliação ex-ante (nº2 do artigo 48º), refere que os Estados Membros poderão realizar processos de avaliação relacionadas com “o acompanhamento dos programas operacionais, em particular quando esse acompanhamento indicar que há um desvio considerável em relação aos objectivos...”.

Acresce ainda, em termos comparativos entre períodos de programação, que no QCA III nacional a avaliação foi uma das peças do processo de atribuição de Reserva de Eficiência, situação que não volta a acontecer neste período de programação, por não estar prevista para o QREN a constituição e a atribuição de reserva de desempenho.

No actual período de programação, foi criada uma Rede de Avaliação do QREN, composta pelo Observatório do QREN, que coordena, por representantes do IFDR, do IGFSE e das autoridades de Gestão dos Programas Operacionais, que tem como principal função contribuir para a preparação e acompanhamento da execução do Plano Global de Avaliação.

O Plano Global de Avaliação é composto por diversos exercícios a desenvolver pelas entidades envolvidas, tanto em função da natureza temática, como do momento da avaliação, sendo que para os PO regionais encontram-se definidos 2 grandes momentos de avaliação:

- Um primeiro momento relativo ao processo da Operacionalização dos Programas no Contexto da Estratégia do QREN, e
- Um segundo momento, com o desenvolvimento de um processo aprofundado de avaliação, designado como Avaliação Intercalar 2007-2010.

No ano de 2009, foi lançado o Estudo de "Avaliação do PO PROCONVERGENCIA no contexto da estratégia do QREN", que resulta, não pelo facto de se ter detectado qualquer evidência de desvio considerável em relação aos objectivos inicialmente previstos, mas como já foi referenciado, surge duma estratégia, impulsionada pelo Observatório do QREN, para promover um conjunto inicial de avaliações dos Programas Operacionais.

Este tipo de avaliação visa melhorar a operacionalidade dos programas, analisando as suas diversas fases: divulgação, elegibilidade, selecção, gestão interna, acompanhamento da execução.

Para a contratação da Avaliação foram cumpridos todos os requisitos legais do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente, no que diz respeito lançamento do convites para apresentação de propostas, cadernos de encargos, contrato, ....

À data de elaboração do presente Relatório, já foi entregue o Relatório Preliminar da presente avaliação, sendo que os primeiros resultados serão apresentados na Comissão de Acompanhamento, pela equipa responsável pela realização do Estudo.

### *Avaliação Ambiental Estratégica*

Concomitantemente, com a preparação de todos os PO FEDER e Fundo de Coesão, integrados no QREN 2007-2013, foi realizado um estudo de Avaliação Ambiental Estratégica conjunto, que englobou toda a programação, incluindo naturalmente o PROCONVERGENCIA.

Através de algumas conclusões, da ênfase em alguns factores potenciadores das oportunidades de desencadear impactes positivos, identificando, por outro lado riscos/impactes negativos, procurou-se naquele exercício influenciar a preparação e execução dos PO, reorientando se necessário prioridades ou incluindo cláusulas que permitiam salvaguardar as questões ambientais e de sustentabilidade.

Da parte do Observatório do QREN tem havido um esforço de acompanhamento e de inclusão desta temática na implementação da programação, estando ainda em afinação o estabelecimento de uma métrica comum, através de um conjunto de indicadores, os quais se reporta em anexo.

Esta temática será desenvolvida em sede de reporte anual de conjunto sobre a avaliação e controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação dos apoios do QREN no quadro das intervenções co-financiadas pelo FEDER e Fundo de Coesão.

O Observatório do QREN, responsável pelo Relatório referido anteriormente, encarregar-se-á igualmente pela divulgação pública dos resultados do exercício de avaliação e controlo, bem como de fomentar e promover o envolvimento do público em geral e de entidades relevantes no acompanhamento do processo de implementação da AAE do QREN e dos PO's.

## 2.8 Problemas, Constrangimentos e Medidas de Correção

Durante a execução do programa não se registou qualquer problema ou limitação à sua boa execução exceptuando no primeiro quadrimestre duas situações marginais: a desistência da candidatura do grande projecto aquisição de dois navios para o transporte marítimo inter-ilhas de passageiros e viaturas, em que em Abril a Autoridade de Gestão remeteu à Comissão Europeia carta nesse sentido (ver ponto autónomo deste relatório) e ainda um ajustamento no Eixo I, com introdução de um instrumento de política financeira de apoio às empresas, como resposta ao impacto da crise internacional no tecido empresarial açoriano. Este processo de incorporação de medidas de engenharia financeira encontra-se explicitado em ponto próprio deste relatório.

Uma medida de gestão, ainda no âmbito da crise, foi o reforço da componente operacional de análise e validação de despesa do secretariado técnico do programa com resposta ao nível do encurtamento dos prazos que medeiam a submissão do pedido de pagamento à análise, validação e correspondente reembolso FEDER.

No Encontro Anual da Comissão Europeia com as Autoridade de Gestão do QREN não se registou qualquer recomendação com menção específica a este programa (ver ponto específico no presente relatório).

Manteve-se a capacidade técnica associada à gestão do programa. O sistema de informação, o SIPOP, evidenciou uma acessibilidade e operação fácil, quer da parte do corpo técnico, quer pelos beneficiários, quer ainda nas operações de certificação de despesa.

Os fluxos financeiros mantiveram-se com a fluidez suficiente para assegurar o financiamento das operações, não se registando, por outro lado, qualquer bloqueamento nas transferências para o programa.

Decorreram as habituais auditorias e acções de acompanhamento, sem haver qualquer conclusão limitadora da continuidade do programa.

No quadro estrito do previsto na alínea d), do nº1, do artigo 62º do regulamento 1083/2006, do Conselho de 11 de Julho, segundo informação transmitida pela autoridade de auditoria, a opinião sobre a gestão do PROCONVERGENCIA não tem qualquer reserva.

Nos termos do disposto no nº1, alínea d), subalínea i), do artigo 62º do Regulamento CE 1083/2006, foi recepcionado na autoridade de gestão do Programa o reporte sobre o relatório anual de controlo e parecer anual sobre o funcionamento do Sistema de Gestão e Controlo do PO, destacando-se a posição que foi transmitida pela IGF sobre a matéria:

*“Os relatórios e pareceres anuais de auditoria apresentados pela Inspeção-Geral de Finanças à Comissão Europeia, em cumprimento das normas regulamentares aplicáveis (nº 1, alínea d), subalínea (I) do Artº 62º do Regulamento (CE) Nº 1083/2006, do Conselho, e do nº 2 do Artº 18º do Regulamento (CE) Nº 1828/2006, da Comissão) elaborados com base nos resultados das auditorias realizadas, conduziram à emissão de opiniões, sem reservas por desacordo, no sentido de que os respectivos sistemas de gestão e controlo funcionaram de forma eficaz, de modo a dar garantias razoáveis de que as declarações de despesas apresentadas à Comissão são correctas e, consequentemente, de que as transacções subjacentes respeitam a legalidade e a regularidade em todos os aspectos materialmente relevantes.*

*A análise interna entretanto efectuada pela Comissão Europeia sobre aqueles relatórios e pareceres conduziu à aceitação dos mesmos.*

*Este procedimento colocou Portugal entre os Estados-membros que cumpriram aquele requisito regulamentar, evitando interrupções nas transferências financeiras oriundas da Comissão”.*

O documento de notificação faz parte integrante da documentação da 4ª Comissão de Acompanhamento.



### 3. A EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO

#### 3.1 Eixo Prioritário I - Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores

##### 3.1.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

O cumprimento de metas e a análise de progressos assenta na verificação da execução física do Eixo, fazendo uso tanto dos indicadores de realização, como dos indicadores comuns comunitários.

Constata-se que dos 20 indicadores seleccionados para avaliar os níveis de realização física do Eixo, 4 indicadores apresentam taxas de aprovação que igualam ou superam as metas para 2010 e 3 deles ultrapassam mesmo as metas para 2015, casos dos indicadores “Infra-estruturas de apoio à actividade económica”, “Campanhas e eventos promocionais” e “Espaços TIC apoiados”. Em oposição, 11 indicadores apresentam, ou taxas de aprovação nulas (6) ou manifestamente reduzidas perante as metas estabelecidas para 2010 (5).

O grau de execução das aprovações em aproximação às metas para 2010 é francamente favorável para 3 indicadores, “Campanhas e eventos promocionais” (173%) e “Empresas de transporte colectivo de passageiros apoiadas” e “Infra-estruturas de apoio à actividade económica”, ambos com 100%. Os restantes apresentam taxas de execução mais reduzidas.

O ano de 2009 marca o arranque das aprovações ao nível do objectivo Qualificar o investimento empresarial, onde estão enquadrados os vários sistemas de incentivos ao investimento privado na Região. Verifica-se um forte impulso nos níveis de aprovação dos principais indicadores: 207 Projectos de expansão/modernização apoiados, o que revela uma aproximação à meta para 2010 de 69%; 1500 empresas apoiadas por linhas de crédito, o que iguala a meta para 2010; 7 empresas de transporte colectivo de passageiros apoiadas, 175% da meta 2010.

Uma menor dinamismo por parte do indicador “projectos com carácter inovador e factores dinâmicos de competitividade”, com 10 aprovações face à meta programada para 2010.

O indicador “Navios de transporte de passageiros adquiridos” que estabelece uma meta de 2 unidades para 2010, poderá vir a ser objecto de revisão por via da desistência da candidatura em que assentava a previsão, mantendo-se no entanto inalterada a meta para 2015.

O objectivo, Infra-estruturas e serviços de apoio às empresas, tem revelado um forte dinamismo. Os indicadores associados, apresentam progressos significativos relativamente a 2008, com particular destaque para as “Infra-estruturas de apoio à actividade económica” e “Campanhas e eventos promocionais”, cujas aprovações ultrapassam já as metas globais (160% e 180%, respectivamente). A



execução destes indicadores é ainda bastante positiva, sendo que as taxas apresentadas excedem as metas para 2010. Poderá ser exigida uma redefinição das metas estabelecidas, em especial ao nível dos indicadores “Campanhas e eventos promocionais” e “Acções de divulgação e sensibilização, seminários e estudos de natureza sectorial apoiados”, de modo a atender à elevada procura nestas tipologias de operações.

O indicador Laboratórios de apoio à actividade produtiva cumprirá previsivelmente a meta fixada para 2010 (1), pois a candidatura correspondente foi submetida no período em análise, tendo sido contratada já durante o ano de 2010.

Ao nível do objectivo “Apoio à investigação científica”, as taxas de aprovação dos 4 indicadores de realização física estão no final de 2009 bastante aquém das metas programadas para 2010. Os indicadores Projectos para reequipamento científico (1 aprovado contra 15 programado) e Projectos de investigação científica apoiados (5 aprovados contra 45 programados), apresentam taxas de 6,7% e 11% respectivamente. Justificar-se-á a revisão destes indicadores, atendendo a que provavelmente haverá a sobreposição dos conteúdos que decorrem da operacionalidade das operações emanadas da DRCTC.

Já os indicadores, Acções de divulgação científica apoiados e Projectos para o desenvolvimento do ensino experimental, registam taxas de aprovação nulas, o que leva a equacionar a viabilidade de se atingirem os valores das metas fixadas para 2010, 15 e 45 respectivamente.

O desempenho do Objectivo Iniciativas de I&D de contexto empresarial é medido através de 2 indicadores de realização física: Infra-estruturas tecnológicas apoiadas e Projectos empresariais de I&D apoiados. A taxa de realização contratada dos indicadores é no final de 2009 de 50% e 20%, respectivamente, quando comparada com as metas para 2010. Ambos os indicadores não registam execução significativa.

A Melhoria da acessibilidade e utilização das TIC objectivo orientado para a sociedade da informação, revela um dinamismo elevado no tocante ao indicador Espaços TIC, com uma taxa de aprovação face à meta de 2010 de 259% e em menor grau em relação ao indicador Aquisição de equipamentos TIC, apenas 21%. Já os indicadores Redes e projectos integrados TIC e Acções de divulgação/seminários/estudos em TIC, não registam qualquer realização contratada. Também neste caso se justificará avaliar a necessidade manter a desagregação pelos indicadores existentes, na medida em que, provavelmente, poderão ser identificadas situações de justaposição.

No âmbito da Melhoria da Eficiência administrativa, entendida como a redução dos custos de contexto e de melhoria da competitividade para a modernização da administração pública regional, o indicador Projectos de automatização e simplificação de procedimentos administrativos apoiados, seleccionado para medir o desempenho do objectivo, apresenta uma taxa de realização contratada de 40%, 2 aprovações para uma meta 2010 de 5. Não se registaram progressos de 2008 para 2009 na

quantidade de projectos aprovados, sendo no entanto expectável, devido às procuras já manifestadas, uma aceleração na taxa de realização física do indicador.

A análise da execução física das áreas temáticas associadas ao EP 1 com recurso aos indicadores comuns comunitários (core indicators), permite evidenciar as seguintes conclusões:

- 1 - Na área dos empregos criados, regista-se uma realização contratada por via das operações aprovadas em 2009, de 862 empregos directos em equivalente tempo inteiro.
- 2 - Na área da investigação e desenvolvimento tecnológico, IDT, os 3 indicadores apresentados indicam as seguintes realizações: 7 projectos de IDT contratados; 2 projectos de cooperação empresas -instituições de investigação contratados e 4 empregos de investigação criados.
- 3 - No âmbito das ajudas directas às PME, foram realizados contratos com 230 empresas, das quais 55 referem-se a start-up, cujos investimentos prevêem a criação de 769 empregos e proporcionam um efeito induzido no investimento de cerca de 174 milhões de euros.
- 4 - No âmbito dos estímulos ao desenvolvimento da sociedade de informação, realizaram-se 9 contratações, as quais proporcionam um acréscimo da população com acesso à banda larga.

Quadro 21 - Realização Física do Eixo Prioritário I

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)							
OE 1.1 - Qualificar o investimento empresarial							
Projectos de expansão/ modernização apoiados	Realização - Contratada			207			207
	Realização - Encerramento			1			1
	Metas				300	800	800
Projectos com carácter inovador e factores dinâmicos de competitividade	Realização - Contratada			10			10
	Realização - Encerramento						
	Metas				120	400	400
N.º de empresas do transporte colectivo de passageiros apoiadas	Realização - Contratada			7			7
	Realização - Encerramento			4			4
	Metas				4	8	8
N.º de empresas apoiadas pelas linhas de crédito	Realização - Contratada			861			861
	Realização - Encerramento						
	Metas					1 500	1 500
OE 1.2 - Dinamizar as redes de infra-estruturas e de prestação de serviços às empresas							
Infra-estruturas de apoio à actividade económica	Realização - Contratada		1	8			8
	Realização - Encerramento			2			2
	Metas				2	5	5
Campanhas e eventos promocionais	Realização - Contratada		40	63			63
	Realização - Encerramento		20	26			26
	Metas				15	35	35

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Acções de divulgação e sensibilização, seminários e estudos de natureza sectorial apoiados	Realização - Contratada		18	22			22
	Realização - Encerramento		4	5			5
	Metas				30	70	70
OE 1.3 - Apoiar a investigação na Região							
Projectos para reequipamento científico	Realização - Contratada			1			1
	Realização - Encerramento						
	Metas				15	30	30
Projectos de investigação científica apoiados	Realização - Contratada			5			5
	Realização - Encerramento						
	Metas				45	100	100
OE 1.4 - Fomentar iniciativas de I&D de contexto empresarial							
Infra-estruturas tecnológicas apoiadas	Realização - Contratada			1			1
	Realização - Encerramento						
	Metas				2	5	5
Projectos empresariais de I&D apoiados	Realização - Contratada			2			2
	Realização - Encerramento						
	Metas				10	25	25
OE 1.5 - Melhorar a acessibilidade e utilização das TICs							
Espaços TIC apoiados	Realização - Contratada			70			70
	Realização - Encerramento						
	Metas				27	60	60
Equipamentos de TIC adquiridos	Realização - Contratada			472			472
	Realização - Encerramento						
	Metas				2 200	5 000	5 000
OE 1.6 - Melhorar a eficiência administrativa							
Projectos de automatização e simplificação de procedimentos administrativos apoiados	Realização - Contratada		2	2			2
	Realização - Encerramento						
	Metas				5	10	10
<b>Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)</b>							
Áreas Temáticas	Indicadores						
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)	Realização - contratada			862		862
		Metas					
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	4. Nº de projectos de I&DT	Realização - contratada			7		7
		Metas					
	5. Nº de projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	Realização - contratada			2		2
		Metas					
	6. Empregos na investigação criados	Realização - contratada			4		4
		Metas					
Ajudas directas ao investimento nas PME	7. Nº de projectos	Realização - contratada			230		230
		Metas					
	8. dos quais: nº de start-ups apoiadas (empresas com menos de dois anos)	Realização - contratada			55		55
		Metas					
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização - contratada			769		769
		Metas					
	10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	Realização - contratada			174,1		174,1
		Metas					

Indicadores			2007	2008	2009	2010	2015	Total
Sociedade de Informação	11. N° de projectos	Realização - contratada			9			9
		Metas						
Turismo	34. N° de projectos	Realização - contratada			58			58
		Metas						
	35. N° de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização - contratada			139			139
		Metas						
Competitividade das Cidades	40. N° de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização - contratada		11	25			25
		Metas						
Inclusão Social	41. N° de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	Realização - contratada		1	27			27
		Metas						

### 3.1.2. Análise Qualitativa

Os objectivos específicos definidos no âmbito do Eixo prioritário 1, vão de encontro às orientações estratégicas comunitárias em matéria de coesão, as quais preconizam o desenvolvimento de políticas públicas que favoreçam a reorientação estrutural das economias europeias para as actividades baseadas no conhecimento, em particular, ao nível da inovação e do empreendedorismo, da melhoria dos níveis de investigação e desenvolvimento tecnológico (I&DT), da promoção da inovação, do apoio aos investimentos de risco e da promoção da sociedade da informação.

Este Eixo Prioritário regista, no final de 2009, uma taxa global de compromisso acumulada de 32%, o que revela uma progressão assinalável em relação ao ano anterior, tanto mais significativo em face da estrutura dos valores da programação por eixo prioritário.

O valor total das aprovações do Eixo ascende a 129 milhões de euros de despesa pública, a que corresponde uma participação do Fundo de 110 milhões de euros. Porque nestes valores de aprovação estão incluídos uma larga maioria de projectos aprovados em sistemas de incentivos ao investimento privado, resulta daí um custo total associado de 230 milhões de euros de investimento aprovado.

As candidaturas aprovadas num total de 266, representam uma taxa de admissibilidade (admitidas/apresentadas) de 80% e uma idêntica taxa de aprovação bruta (aprovadas/apresentadas), revelador do grau de preenchimento das condições de acesso impostas na oferta de apoios para os beneficiários e os projectos. Já a taxa de aprovação líquida (aprovadas/admitidas) e que

mede o grau de selectividade das operações é de 100% para o conjunto do Eixo, traduzindo que todas as candidaturas admitidas (267) foram objecto da aplicação da análise de mérito, com decisão favorável ou não.

As contratações (contratos e termos de aceitação assinados) incidiram sobre o conjunto das aprovações.

A dimensão média do investimento associado às candidaturas aprovadas ronda os 865 mil euros, inferior ao investimento médio do programa (1,4 milhões de euros), o que é explicado pelo elevado número de candidaturas do sector privado provenientes do sub-sistema de incentivos ao desenvolvimento local, que pelas tipologias mais procuradas envolvem investimentos com dimensão até 200 mil euros.

Verifica-se que as aprovações abarcam todos os Objectivos específicos: OE 1.1 (230 projectos aprovados a que corresponde 62,1 milhões de euros de Fundo); OE 1.2 (25 aprovações e 39,5 milhões de euros de Fundo); OE 1.3 (2 aprovações e 0,6 milhões de euros de Fundo); OE 1.4 (3 aprovações e 3,2 milhões de euros de Fundo); OE 1.5 (1 aprovações e 1,1 milhões de euros de Fundo); OE 1.6 (2 aprovações e 3,1 milhões de euros de Fundo).

O contexto económico e financeiro revelou-se pouco propício a investimentos com maior componente de risco, pelo que o financiamento de pequenas e médias empresas foi um dos domínios onde a necessidade de intervenção das políticas públicas se fez sentir com maior acuidade.

Neste contexto importa sublinhar o comportamento bastante positivo do objectivo 1.1 Qualificar o investimento empresarial, em sequência do forte impulso proporcionado pelos projectos aprovados destinados ao apoio às empresas, quer por via dos Sistemas de Incentivos, quer por via do apoio às linhas de crédito, a Linhas de crédito Açores Invest e a Linha de apoio à reestruturação da dívida bancária das empresas regionais, o que demonstra o esforço realizado com o apoio dos fundos estruturais orientado para as prioridades estratégicas definidas.

Pela primeira vez foi introduzido no programa operacional da Região um instrumento de engenharia financeira com uma componente de apoio dos fundos estruturais.

As medidas de engenharia financeira estão enquadradas no Regulamento de Acesso ao Apoio e Partilha de Risco das Empresas Açorianas (RAAPREA).

As 2 linhas de crédito foram criadas com o objectivo de facilitar o acesso ao crédito por parte das PME, designadamente através da bonificação de taxas de juro e da minimização do risco das operações bancárias, mediante o recurso aos mecanismos de garantia do sistema nacional de garantia mútua e do reforço do Fundo de Contra-Garantia Mútuo (FCGM).

Ao abrigo dos instrumentos de engenharia financeira foram apoiadas 1.550 PME, envolvendo um montante de incentivos superior a 16 milhões de euros, financiados através das duas linhas de crédito.

O Eixo prioritário 1 previa na sua programação uma dotação para a realização de um grande projecto, designadamente a aquisição de dois navios tipo “ferry” para operação inter-ilhas no Arquipélago dos Açores. A candidatura foi formalizada em 2008, tendo-se procedido, após aprovação prévia pelo programa, à respectiva notificação à CE. No decurso da fase de apreciação, o processo veio a ser objecto de um pedido de desistência no 2º trimestre de 2009, que resulta do não cumprimento das condições acordadas no contrato estabelecido com os estaleiros fornecedores e tendo em vista a salvaguarda da boa aplicação dos recursos financeiros públicos (regionais e comunitários).

O Governo Regional pretende, contudo, manter a estratégia definida para o transporte marítimo inter-ilhas, intenção que se deverá traduzir no lançamento de um novo concurso público internacional para fornecimento do navio de transporte de passageiros e viaturas entre as ilhas do Arquipélago dos Açores.

O objectivo Dinamização das redes de infra-estruturas e serviços de apoio às empresas, mantém uma dinâmica acentuada, caracterizada por aprovações que abarcam uma diversidade de tipologias e de categorias de beneficiários. Evidenciam-se as operações associadas às tipologias da valorização e animação do turismo, com particular destaque para as seguintes intervenções: requalificação das margens das lagoas das Furnas e das Sete Cidades, remodelação das termas da Ferraria e do Carapacho, construção das infra-estruturas de recreio náutico das Lajes das Flores e o apetrechamento do Pavilhão do Mar em Ponta Delgada e a organização de eventos.

Registam-se em 2009 as primeiras aprovações nos objectivos específicos vocacionados para o fomento das iniciativas de I&D e dinamização das TIC e da sociedade da informação.

A aposta no reforço do investimento em I&DT, é realizada essencialmente através do estímulo às actividades de I&DT em centros de investigação acreditados.

A difusão das TIC constitui uma das principais orientações estratégicas comunitárias em matéria de coesão, sendo um elemento fundamental da promoção da competitividade da economia.

Na Região, as áreas temáticas da investigação, do desenvolvimento tecnológico e das TIC são significativamente subsidiárias da DRCTC, enquanto entidade responsável pela gestão do instrumento de política pública, o Plano Integrado para a Ciência Tecnologia e Inovação (PICTI). Este plano integra um conjunto de programas destinados à dinamização dos diversos sectores de actividade científica e tecnológica, agrupados em eixos e medidas, conforme os seus objectivos específicos:

- a) Programa 1 - Apoio às instituições de investigação científica dos Açores (INCA);

- b) Programa 2 - Apoio a projectos de investigação científica e tecnológica com interesse para o desenvolvimento sustentável dos Açores (INCITA);
- c) Programa 3 - Apoio à formação avançada (FORMAC);
- d) Programa 4 - Apoio à divulgação científica e tecnológica (CITECA);
- e) Programa 5 - Apoio a iniciativas de I&DI realizadas em contexto empresarial (PRICE);
- f) Programa 6 - Apoio ao desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (PRATICA);
- g) Programa 7 - Apoio à integração dos cidadãos portadores de deficiência na sociedade do conhecimento (CIDEF);
- h) Programa 8 - Dinamização do Governo Electrónico na Administração Pública Regional (e-GOV).

Na prossecução dos objectivos do Eixo é ainda de evidenciar o papel das parcerias, por vezes não formais, estabelecidas com as demais entidades regionais que desempenham actividades de relevo nas áreas abrangidas por estes objectivos, casos do INOVA, da Universidade dos Açores e das Associações empresariais (Câmaras do Comércio, ART).

Alguns projectos relevantes:

#### 1 - Reequipamento científico das Unidades de I&D

Renovação, expansão e actualização dos equipamentos científicos das Unidades de I&D acreditadas. Tem por objectivos: a sustentabilidade e o crescimento das Unidades de I&D Acreditadas, cujas actividades contribuem para o desenvolvimento da RAA; Contribuir para o incremento do potencial científico e tecnológico na Região; permitir o Acesso à comunidade científica de equipamentos modernos; manter e ou melhorar as condições laboratoriais das infra-estruturas científicas de forma a promover a investigação na Região.

#### 2 - Termalismo, Lamas termais e Águas engarrafadas, a Cultura do Ananás, Unidade piloto de produção de óleos vegetais a partir de micro algas - exemplos de iniciativas de I&D em contexto empresarial

Aproveitamento e valorização dos recursos endógenos dos Açores, entre os quais assume papel de relevo os recursos termais e geotérmicos, incluindo, neste último caso, os respectivos efluentes e o aproveitamento em cascata para fins energéticos, agrícolas e turísticos.

Resolvidas ou equacionadas as questões mais prementes relacionadas com a captação de águas termais e a qualificação dos recursos, o que se concretizou no âmbito de projectos financiados pelo programa operacional PRODESA, perspectiva-se com o presente projecto levar a cabo, sobretudo, diversos estudos de investigação aplicada e ensaios experimentais que permitam a identificação de

aplicações industriais que potenciem estes recursos geológicos e a avaliação das suas mais-valias terapêuticas.

De entre estes estudos destaca-se a preparação de pelóides para uso em Balneoterapia e o desenvolvimento de dermo-cosméticos com fins medicinais a partir de lamas termais e pedra-pomes dos Açores (na perspectiva do desenvolvimento de produtos locais, genuínos e diferenciadores), os quais vêm assumindo uma importância acrescida em mercados turísticos que potenciam o turismo termal, de saúde e bem-estar.

Os trabalhos a realizar serão especialmente dirigidos para os pólos termais tradicionais já caracterizados (e.g. Ferraria, Carapacho e Varadouro), bem como para áreas de elevado potencial termal, como são os casos das Furnas e Caldeiras da Ribeira Grande, na ilha de S. Miguel e Posto Santo, na ilha Terceira. Neste âmbito, será dada especial ênfase à tipificação das águas e lamas termais existentes noutros pólos termais dos Açores, nomeadamente das Caldeiras da Ribeira Grande e das Furnas (ilha de S. Miguel), da Fumaça do Enxofre (ilha Graciosa) e, ainda, dos efluentes geotérmicos e respectivos precipitados do Campo Geotérmico da Ribeira Grande, na perspectiva da valorização e obtenção de um valor acrescentado para estes subprodutos da produção de electricidade a partir da geotermia.

No domínio dos recursos hidrominerais será dado realce ao estudo de águas gasocarbónicas (regionalmente conhecidas por “águas azedas”) como as de Lombadas, Ladeira da Velha e Moinhos (no vulcão do Fogo) e Serra do Trigo, Água Prata, Água Férrea, Água Azeda e outras (no vulcão das Furnas). Estas águas, pela especificidade das suas características físico-químicas, poderão possuir propriedades terapêuticas (a avaliar por estudo médico-hidrológico) e apresentar um potencial industrial para as indústrias do termalismo e/ou das águas engarrafadas.

### 3 - TIC para cidadãos portadores de deficiência

Apoio à aquisição de equipamentos na área das tecnologias da informação e comunicação para cidadãos portadores de deficiência e aquisição de equipamentos e de software na área das tecnologias da informação e comunicação para instituições com infra-estruturas de apoio a cidadãos portadores de deficiência. Facilitar a integração dos cidadãos portadores de deficiência e com necessidades educativas especiais na sociedade da informação e do conhecimento; Incentivar a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação por parte dos cidadãos portadores de deficiência e com necessidades educativas especiais; Contribuir para o sucesso escolar dos alunos portadores de deficiência e com necessidades educativas especiais.

Ao nível do objectivo “Eficiência administrativa”, encontram-se contratados 2 projectos promovidos pela administração regional, a Rede Integrada de Apoio ao Cidadão (RIAC) e o SIGRHARA- Sistema de informação de gestão e administração de recursos para a administração regional dos Açores.



- Rede Integrada de Apoio ao Cidadão (RIAC)

Num contexto de maior aproximação da Administração Pública ao Cidadão e de uma tendência generalizada para a generalização das novas tecnologias de informação e comunicação, surgiu a nível nacional, em 1997, o projecto Loja do Cidadão.

Desde logo o Governo dos Açores assumiu a intenção de viabilizar a extensão à Região deste projecto nacional, com o intuito de modernizar e simplificar o funcionamento da Administração regional, bem como facilitar o acesso e melhorar o atendimento dos cidadãos.

Tendo em consideração a realidade geográfica e populacional dos Açores, foi assumida uma aposta na criação de um projecto que conjugasse as especificidades da Região, nomeadamente a realidade arquipelágica caracterizada pela descontinuidade geográfica, e os critérios de excelência prestados pela Loja do Cidadão, o qual se denominou de Rede Integrada de Apoio ao Cidadão - abreviadamente, RIAC.

O modelo de funcionamento da RIAC assenta em 4 pólos fundamentais: os Postos de Atendimento, um Centro de Contactos, um Centro de Processamento de Informação e as Entidades de Retaguarda, isto é, entidades públicas e privadas associadas à RIAC por meio de protocolo.

Para além destes pólos de funcionamento, a RIAC disponibiliza uma página na Internet, com um vasto leque de conteúdos informativos, inerentes aos serviços prestados no seu âmbito, bem como o encaminhamento do cidadão para outras páginas de Internet onde são prestados diversos serviços da Administração Pública.

A interacção directa do cidadão com a RIAC efectua-se através dos Postos de Atendimento localizados em todas as ilhas da Região Autónoma dos Açores, num total próximo das quatro dezenas.

Estas unidades começaram por ser instaladas ao nível de freguesia, especificamente nas Juntas de Freguesia, tendo vindo progressivamente a multiplicar-se quantitativa e geograficamente, estando já estabelecidos nos centros urbanos da Região Autónoma.

A operação aprovada tem como objectivo ampliar o número de Postos de Atendimento existentes, de modo a que os serviços concedidos ou prestados pela RIAC consigam abranger de forma plena todos os cidadãos residentes na R. A. Açores.

Em termos da execução financeira, a taxa de execução global do Eixo (rácio entre o fundo executado e o programado) é de 7%. O fraco desempenho decorre por um lado da situação motivada pela retirada de um grande projecto, sobre o assentava uma estimativa de realização de despesas significativas e, por outro lado, o facto dos sistemas de incentivos terem arrancado um pouco mais tarde, tendo originado as primeiras aprovações já durante o período de reporte.

No que diz respeito à taxa de realização (relação entre os valores do fundo executado e aprovado) a taxa registada é de 21%. Enquanto que as aprovações no âmbito do Objectivo da dinamização empresarial (sistemas de incentivos e linhas de crédito) representam 57% do total das aprovações do Eixo, já ao nível da execução situa-se a um nível bastante inferior, 38%.

Quadro 22 - Indicadores Financeiros									
Objectivo Específico	Programado 2007-2013 (PR)		Aprovado (AP)		Executado (EX)		Indicadores financeiros (Fundo) %		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)
EP I - Total	405.228.651,00	344.444.353,00	128.937.734,78	109.597.074,43	27.338.154,41	23.237.431,26	31,82	6,75	21,20
OE1.1 - Qualificar o investimento empresarial			73.115.133,50	62.147.863,37	10.526.945,97	8.947.904,10			14,40
OE 1.2 - Dinamizar as redes de infra-estruturas e de prestação de serviços às empresas			46.418.721,98	39.455.913,67	15.117.293,16	12.849.699,17			32,57
OE 1.3 - Apoiar a investigação na Região			709.290,00	602.896,50	0,00	0,00			0,00
OE 1.4 - Fomentar iniciativas de I&D de contexto empresarial			3.737.653,68	3.177.005,62	92.081,08	78.268,92			2,46
OE 1.5 - Melhorar a acessibilidade e utilização das TICs			1.317.649,78	1.120.002,31	0,00	0,00			0,00
OE 1.6 - Melhorar a eficiência administrativa			3.639.285,84	3.093.392,96	1.601.834,20	1.361.559,07			44,02

### 3.1.3- Problemas / estrangulamentos na execução

Não é digno de qualquer nota específica qualquer problema em concreto na execução deste eixo. Da parte dos beneficiários há sempre que registar uma envolvente socioeconómica transversal à Região, ao país e até à União Europeia caracterizada por factores de crise financeira e económica.

Sendo um eixo que integra o apoio ao investimento privado, será o espaço da programação onde algum abrandamento da actividade económica, escassez e dificuldade de acesso ao crédito bancário se faz sentir com maior intensidade.

Do lado da gestão do programa, em articulação com o Governo dos Açores avançou-se para instrumentos de política pública, no domínio da engenharia financeira, em ordem a minimizar os estrangulamentos detectados, de forma a manter firmes os principais objectivos de política económica a médio prazo, num quadro de estabilidade mínima da conjuntura.

Por outro lado, no quadro do diálogo com os representantes do sector empresarial privado, está em curso um processo de análise e de estudo de possível revisão de alguns instrumentos de política pública virado para o fomento do investimento privado, em complemento, aliás, com temática abordada no processo de avaliação da operacionalização do programa.

No quadro estrito do previsto na alínea d), do nº1, do artigo 62º do regulamento 1083/2006, do Conselho de 11 de Julho, segundo informação transmitida pela autoridade de auditoria, a opinião sobre a gestão do PROCONVERGENCIA não tem qualquer reserva.

### 3.1.4- Boas Práticas

Figura 2 - Hotel da Graciosa


	
Operação	HOTEL DA ILHA GRACIOSA
Beneficiário	Ilhas de Valor, SA
Custo Total	6.569.977,37€
Despesa pública	3.538.679,37€
Contribuição da UE	3.007.877,46€
Comparticipação Pública Regional	530.801,91€
Caracterização/ Objectivos	<p>O investimento consiste na construção de um Hotel com a categoria de 4 estrelas, com a capacidade máxima de 53 unidades de alojamento, correspondente a 120 camas fixas, com a seguinte composição e distribuição:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Edifício principal: 44 quartos duplos (um dos quais equipado para hóspedes deficientes motores); 2 suítes em duplex equipadas com kitchenete.</li> <li>- Edifícios anexos: 7 suítes, cada uma com dois quartos duplos e equipadas com kitchenete.</li> </ul> <p>Para além da componente alojamento, o empreendimento será dotado de uma sala de reuniões e eventos, sala de jogos/ginásio, saunas, piscina exterior com instalações sanitárias/balneários de apoio, pequeno bar e instalações sanitárias/duches divididas por sexos de apoio aos espaços de lazer exteriores e aos hóspedes que utilizem a praia, instalados em edifício inspirado nas adegas tradicionais, localizado à entrada do empreendimento junto ao arruamento fronteiriço à praia.</p> <p>Os espaços de lazer exteriores do hotel compreendem uma parte ajardinada, onde se inclui a piscina e deck envolvente, uma área com a ocupação actual de currais de vinhas, mantendo-se assim preservados, contando ainda com um acesso pedonal à orla costeira e praia de calhau existente.</p> <p>O restaurante do hotel terá a capacidade para 100 pessoas e o estacionamento exterior, nas traseiras do empreendimento (entrada principal) de 61 lugares.</p> <p>Esta infra-estrutura turística vem dotar a ilha da Graciosa, uma das ilhas de coesão, com o primeiro equipamento hoteleiro de qualidade, alargando a capacidade de oferta de camas e permitindo o acolhimento de grupos de visitantes numerosos.</p>

Figura 3 - Estação de Rastreo de Satélites de Santa Maria



	Operação	ESTAÇÃO DE RASTREIO DE SATÉLITES DE SANTA MARIA ESA - European Space Agency
	Beneficiário	Direcção Regional da Ciência, Inovação e Comunicações
	Custo Total	1.037.500,00€
	Despesa Pública	1.037.500,00€
	Contribuição da UE	881.875,00€
	Comparticipação Pública Regional	155.625,00€
Caracterização/ Objectivos	<p>O investimento destina-se a apoiar as instalações da Estação de Rastreo de Satélites de Santa Maria, ESA - European Space Agency, envolvendo o edifício e o equipamento respectivo. A infra-estrutura onde funcionará a Estação de Rastreo de Satélites de Santa Maria, estará preparada para acompanhar o rastreo das trajectórias dos lançamentos Ariane, o rastreo de lançadores Veja e Soyuz e mesmo missões de observação da Terra, incluindo os satélites ERS-2 e ENVISAT da ESA e satélite Radarsat do Canadá.</p> <p>Trata-se de um projecto de grande importância para os Açores na medida que é mentor de investimentos e de emprego qualificado, uma vez que as novas tecnologias e informação e comunicação apresentam um conjunto de oportunidades geradoras de riqueza e investimento.</p> <p>A nova estação de rastreo em Santa Maria, foi inaugurada em 17 de Janeiro de 2008.</p> <p>Na cerimónia de inauguração em Santa Maria, Gaelle Winters, o director de Operações e Infra-estruturas da ESA, referiu: "É com muito prazer que inauguro a primeira infra-estrutura ESA em Portugal. A Estação de Santa Maria não se limitará a melhorar as capacidades de rastreo para suportar novas trajectórias dos lançadores. Com o próximo lançamento do ATV, suportará também uma das maiores contribuições da ESA para a ISS.</p> <p>"Situada no Monte das Flores, na ilha mais a sul dos Açores, Santa Maria, a cerca de 1.450 Kms a oeste do continente, a estação receberá dados de telemetria de lançadores e ajudará a determinar a sua trajectória exacta. Toda a estrutura da antena mede 8 metros e pesa cerca de 3,5 toneladas.</p> <p>A antena parabólica principal com 5,5 metros de diâmetro será usada para receber sinais de rádio na banda S, adequada a todos os tipos de lançadores.</p> <p>A estação de rastreo de Santa Maria foi construída com o apoio de Portugal através da Região Autónoma dos Açores.</p>	

## 3.2 Eixo Prioritário II- Qualificar e Integrar a Sociedade Açoriana

### 3.2.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

A realização física do Eixo 2 é avaliada através do desempenho de 6 indicadores: 2 indicadores relativos ao Objectivo 2.1 e 1 para cada um dos outros objectivos. Todos eles pretendem medir a quantidade de intervenções realizadas sobre cada uma das tipologias previstas.

No final de 2009, apenas o indicador Unidades de Saúde construídas/remodeladas/equipadas, ligado ao objectivo Modernizar equipamentos de saúde, não evidenciava qualquer aprovação contratada, pese embora tenham já sido apresentadas 4 candidaturas, que se encontram em fase de verificação da admissibilidade.

Os 2 indicadores associados ao objectivo Modernizar a rede de equipamentos escolares e o indicador Equipamentos culturais, apresentam taxas de aprovação superiores às metas fixadas para 2010 (175%, 289% e 160%, respectivamente), sendo que um deles, Estabelecimentos de ensino remodelados, supera mesmo a meta global para 2015 (26 contra 20, equivalente a uma taxa de aprovação de 130%). Esta situação reflecte uma das prioridades que foi atribuída à modernização das escolas e à qualificação enquanto contributo do QREN para a iniciativa investimento e emprego, que se constata ainda pelos progressos obtidos no nº de intervenções de 2008 para 2009, 6 para 20.

Os indicadores Equipamentos de animação local construídos/remodelados e Projectos de intervenção social apoiados apresentam taxas de realizações contratadas de 56% e 43%, respectivamente, quando comparadas com as metas para 2010. A execução destes indicadores é fortemente tributária da capacidade de realização das autarquias locais no caso do 1º indicador e das instituições de solidariedade social no caso do 2º indicador.

O grau de execução das aprovações em aproximação às metas para 2010 é francamente favorável para 2 indicadores, “Equipamentos de ensino remodelados” (13 executados contra 9 previstos, equivalente a uma taxa de execução do indicador de 144%) e “Equipamentos culturais intervencionados” com uma taxa de 80% (4 executados contra 5 previstos).

Quanto aos outros 3 indicadores que registaram aprovações, as respectivas taxas de execução em aproximação às metas para 2010 situam-se abaixo dos 50%, sendo no entanto previsível, face aos quadros de programação das operações aprovadas, o cumprimento das metas fixadas.

O comportamento geral dos indicadores associados ao Eixo 2, permite concluir que, não obstante algumas situações de fraco desempenho, as metas para 2010 são potencialmente alcançáveis, quer em termos de aprovações, quer ainda a nível da sua execução. Perante o elevado dinamismo verificado por parte do indicador Equipamentos de ensino remodelados, o qual ultrapassou já a meta de 2015, justifica-se uma futura revisão associada à actualização da quantidade programada.

A análise da execução física das áreas temáticas associadas ao EP 2 com recurso aos indicadores comuns comunitários (core indicators), permite evidenciar as seguintes conclusões:

- 1 - Na educação foram contratados 24 projectos, de cuja execução beneficiam 7.364 alunos.
- 2 - Na área da inclusão social, dos 27 projectos dirigidos aos jovens e minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social, 3 projectos advêm das tipologias previstas no objectivo Modernizar a rede de equipamentos de protecção social.

Quadro 23 - Realização Física do Eixo Prioritário II

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)							
OE 2.1 - Modernizar a rede de equipamentos escolares							
Estabelecimentos de ensino básico, secundário e profissional construídos	Realização - Contratada		4	7			7
	Realização - Encerramento		1	2			2
	Metas				4	10	10
Estabelecimentos de ensino básico, secundário e profissional remodelados	Realização - Contratada		6	26			26
	Realização - Encerramento		0	12			12
	Metas				9	20	20
OE 2.2 - Valorizar o património cultural							
Equipamentos culturais construídos/intervencionados (1)	Realização - Contratada		4	8			8
	Realização - Encerramento		2	4			4
	Metas				5	12	12
OE 2.3 - Melhorar a rede de equipamentos de animação local							
Equipamentos de animação local construídos/remodelados	Realização - Contratada			5			5
	Realização - Encerramento			4			4
	Metas				9	20	20
OE 2.5 - Modernizar a rede de equipamentos de protecção social							
Projectos de intervenção social apoiados	Realização - Contratada		1	3			3
	Realização - Encerramento			2			2
	Metas				7		15
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)							
Áreas Temáticas	Indicadores						
Educação	36. Nº de projectos	Realização - contratada		9	24		24
		Metas					
	37. Nº de alunos que beneficiam das intervenções	Realização - contratada		3 500	7 364		7 364
		Metas					
Inclusão Social	41. Nº de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	Realização - contratada		1	27		27
		Metas					

### 3.2.2. Análise Qualitativa

O Eixo prioritário 2 procura dar resposta às necessidades nos seguintes domínios: proporcionar uma oferta de educação adequada, sendo para isso necessário reforçar o investimento em infra-estruturas educativas de todos os níveis de ensino, incluindo o da formação profissional; revitalizar e dinamizar os equipamentos culturais de diversa índole; criar redes de equipamentos de animação de âmbito local, implantados por todo o território regional; a modernização e o apetrechamento em equipamento das unidades de saúde; a inclusão e protecção sociais, cuja estratégia assenta na prevenção do aparecimento ou do agravamento de situações de risco, numa perspectiva de inclusão social e de igualdade de oportunidades, reforço das funções e papel da família na comunidade, na inserção social de grupos desfavorecidos e mais fragilizados da sociedade.

No domínio da educação, foram apoiadas 7 novas construções escolares e 26 remodelações de estabelecimentos de ensino, ao abrigo do programa de modernização do parque escolar destinado ao ensino básico e secundário, universitário e profissional, cuja cobertura territorial abrange 6 das 9 ilhas dos Açores.

No domínio da cultura, foram aprovados apoios para 8 intervenções a realizar na rede de equipamentos culturais, destinadas à instalação de bibliotecas e museus de âmbito regional e municipal.

Os projectos de animação local aprovados, incorporam a intervenção em 5 equipamentos, 4 dos quais dizem respeito apenas à componente desportiva e de lazer, ao passo que o outro se refere a um equipamento colectivo multidisciplinar que se traduz principalmente numa área desportiva, mas que reúne também funções culturais e sociais.

O domínio da protecção social regista um total de 3 aprovações, todas da responsabilidade do organismo regional que tutela o sector. Referem-se à construção de centros de actividades ocupacionais, envolvendo diversas valências (creches, centro de convívio para idosos, ATLS, serviços de apoio domiciliário, serviços para o apoio à saúde e para a prática do desporto). Tratando-se de serviços de proximidade e outros de apoio à família, com estas realizações espera-se que venham a ter um contributo para a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, mas também ao nível dos idosos, das crianças e potencialmente das pessoas portadoras de deficiências.

A taxa de compromisso (aprovações) do Eixo atingiu no final de 2009 os 40%, mais que duplicando a taxa registada em 2008 e situando-se ligeiramente acima da taxa média global do PO (39%).

Em valores absolutos, os compromissos aprovados em investimentos ligados às redes de equipamentos escolares, culturais, de animação local e de protecção social, atingiram 92,8 milhões de euros, revelador de uma elevada procura que se fez sentir particularmente ao nível das intervenções em estabelecimentos de ensino e no património cultural.



As realizações ocorridas neste eixo envolvem uma forte participação do governo regional, mas também das autarquias locais e de outras entidades (universidade dos açores, instituições de solidariedade social) que contratualizaram com a administração regional, instrumentos de parceria (protocolos, contratos-programa) nomeadamente na vertente do financiamento, para fins da execução de uma determinada operação.

No final de 2009, a taxa de admissibilidade que relaciona as candidaturas admitidas (42) com as candidaturas apresentadas (60) é de 70%, ao passo que a taxa de aprovação bruta (aprovadas/apresentadas) é 67% (40 contra 60). Já a taxa de aprovação líquida (aprovadas/admitidas) é de 95% para o conjunto do Eixo, o que significa que apenas 2 candidaturas que respeitando as condições de admissão não obtiveram decisão favorável de financiamento.

Todas as aprovações foram objecto de contratação (contratos e termos de aceitação assinados).

A dimensão média dos investimentos associados às candidaturas aprovadas ronda os 2,3 milhões de euros, superior ao investimento médio do programa (1,4 milhões de euros).

Constata-se a seguinte distribuição pelos Objectivos específicos: OE 2.1 (24 projectos aprovados a que corresponde 62,4 milhões de euros de Fundo); OE 2.2 (10 aprovações e 21,1 milhões de euros de Fundo); OE 2.3 (3 aprovações e 2,5 milhões de euros de Fundo); OE 2.5 (3 aprovações e 6,7 milhões de euros de Fundo).

A taxa de execução financeira do Eixo (executado sobre o total programado), regista um valor de 19%. Comparando a execução acumulada do Fundo no final de 2009 com a programação acumulada do Fundo para 2007/2009, verifica-se que aquela taxa se eleva para 46,5%.

A comparação dos valores executados com os valores aprovados, que determina a taxa de realização, permite constatar uma taxa próxima dos 48%, o que pode indiciar que o nível de execução acompanha com bastante proximidade os quadros de programação financeiros dos projectos aprovados.

Assinalam-se as principais aprovações efectuadas em 2009, em função do volume de investimento e da sua importância em termos de oferta de equipamentos no local: no objectivo específico Modernizar a rede de equipamentos escolares, a Construção da EB 2,3 Francisco Ferreira Drummond, ilha Terceira (10,7 milhões de euros de fundo) e a Construção da Escola Básica Integrada de Ponta Garça, ilha de S. Miguel (14,6 milhões de euros de fundo); no objectivo específico Valorizar o património cultural, a Construção da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo (12,0 milhões de euros de Fundo) e a Reabilitação do Solar da Boa Nova a Biblioteca e Arquivo Municipal, em Vila do Porto (2,2 milhões de euros de fundo); no objectivo específico Melhorar a rede de equipamentos de animação local a requalificação do Complexo Desportivo do Lajedo (1,3 milhões de euros de fundo); no objectivo específico Modernizar a rede de



equipamentos de protecção social, a Construção do Centro de Actividades Ocupacionais e Serviço de Apoio Domiciliário, em Vila Franca do Campo (2,6 milhões de euros de fundo).

Quadro 24 - Indicadores Financeiros									
Objectivo Específico	Programado 2007-2013 (PR)		Aprovado (AP)		Executado (EX)		Indicadores financeiros (Fundo) %		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)
<b>EP II -Total</b>	275.037.039,00	233.781.483,00	109.148.029,34	109.148.029,34	52.664.790,00	44.765.071,50	39,68	19,15	48,25
OE 2.1 - Modernizar a rede de equipamentos escolares			73.465.996,27	73.465.996,27	37.007.227,02	31.456.142,96			50,37
OE 2.2 - Valorizar o património cultural			24.764.736,41	24.764.736,41	7.923.283,26	6.734.790,78			31,99
OE 2.3 - Melhorar a rede de equipamentos de animação local			2.977.671,43	2.977.671,43	2.264.489,32	1.924.815,92			76,05
OE 2.5 - Modernizar a rede de equipamentos de protecção social			7.939.625,23	7.939.625,23	5.469.790,40	4.649.321,84			68,89

### 3.2.3- Problemas / estrangulamentos na execução

À semelhança do observado em toda a execução do programa não se registou qualquer problema em concreto na execução deste eixo.

Sendo um eixo que integra o apoio ao investimento público em domínios que constituem prioridade para as autoridades públicas, designadamente o esforço de investimento na rede pública de ensino oficial, a relação dos beneficiários com o programa decorreu de forma regular e sem qualquer impedimento.

No caso particular do sector da saúde, a autoridade de gestão desenvolveu contactos em ordem a detectar oportunidade de candidaturas ao programa, o que veio a registar-se já no curso do ano de 2010.

No quadro estrito do previsto na alínea d), do nº1, do artigo 62º do regulamento 1083/2006, do Conselho de 11 de Julho, segundo informação transmitida pela autoridade de auditoria, a opinião sobre a gestão do PROCONVERGENCIA não tem qualquer reserva.

## 3.2.4- Boa Prática

Figura 4 - Museu dos Baleeiros Lajes do Pico



Operação	Ampliação do Museu dos Baleeiros - Lajes do Pico
Beneficiário	Direcção Regional da Cultura
Custo Total	546.060,65€
Despesa Pública	546.060,65€
Contribuição da UE	464.151,55€
Comparticipação Pública Regional	81.909,10€
Caracterização/Objectivos	<p>A ampliação do Museu dos Baleeiros das Lajes do Pico, dotou o actual museu de novos espaços administrativos e técnicos e ao mesmo tempo dinamizou o espaço público, introduzindo uma nova área destinada a exposições temporárias num local destinado à divulgação da caça da baleia na vila das Lajes do Pico.</p> <p>Enquadrado na categoria de Museu Regional, o Museu do Pico reúne as extensões (pólos) do Museu dos Baleeiros, na vila das Lajes, do Museu da Indústria Baleeira, na vila de S. Roque do Pico e do Museu do Vinho na vila da Madalena.</p> <p>O edifício do museu dos baleeiros é constituído por um conjunto de três antigas casas de botes baleeiros do séc. XIX e complementado por uma tenda de ferreiro anexa, integrada num novo corpo edificado e fortemente marcado por uma arquitectura de inspiração baleeira norte-americana que alberga a biblioteca - arquivo, os serviços técnicos e administrativos e a direcção. A área pública do Museu é ocupada por cinco núcleos de exposição permanente: 1. núcleo do bote baleeiro açoriano; 2. núcleo da tenda de ferreiro, 3. núcleo da construção naval; 4. núcleo da arte baleeira; 5. núcleo do baleeiro em terra. O museu conta ainda com um pequeno espaço que funciona como recepção e local de vendas, uma biblioteca/arquivo especializada na temática baleeira e um pequeno auditório, vocacionado para o visionamento de filmes, montagem de exposições, acção cultural e serviço educativo.</p> <p>O Museu dos Baleeiros assume-se como a única estrutura museológica dos Açores, em complementaridade com o Museu da Indústria Baleeira, com potencial para se tornar num espaço privilegiado de explicação global do ciclo histórico da baleação a nível regional. Este museu, o mais procurado e visitado dos Açores, com números que já atingiram os 28 000 visitantes anuais, é, por direito próprio, uma referência no panorama museológico da região e do país.</p>

### 3.3 Eixo Prioritário III - Melhorar as Redes Regionais de Infra-estruturas de Acessibilidades

#### 3.3.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

A realização física do Eixo 3 é avaliada pelo desempenho de 7 indicadores: 4 indicadores associados ao objectivo Rede de infra-estruturas rodoviárias e marítimas (2 para as estradas, 2 para os portos) e 3 para o objectivo Eficiência e segurança dos sistemas de transportes).

Ao nível das aprovações, constata-se que o comportamento dos indicadores ligados ao objectivo 3.1 é bastante positivo. As quantidades aprovadas dos indicadores “estradas remodeladas”, “portos comerciais intervencionados” e “portos de pesca intervencionados” superaram as metas para 2010 e, estes dois últimos, igualam e duplicam, respectivamente as metas para 2015. O indicador “estradas construídas” apresenta uma aprovação de 8,66 km, o que equivale a 87% da meta 2010 e 43% da meta 2015.

Verifica-se uma elevada procura nas tipologias que envolvem a reabilitação e a requalificação de estradas, quer regionais, quer e sobretudo municipais. As aprovações já contratadas contemplam a remodelação de 249 km de estradas, face a um total previsto de 400 km no final de 2015. Do total das intervenções aprovadas, 18 são promovidas pela administração regional e 25 pela administração local.

Ao nível das aprovações destinadas à intervenção nos portos, distinguem-se duas situações. Por um lado, as intervenções nos portos comerciais, da responsabilidade das 3 administrações portuárias, que são destinadas a requalificar as estruturas portuárias existentes, com vista a adequar os cais e estruturas de apoio às funcionalidades decorrentes do novo tráfego turístico (gares marítimas, cais para ferries). O desempenho do indicador associado espelha um nível de procura consistente com as prioridades estratégicas do sector do transporte marítimo inter-ilhas.

Como previsto e enunciado no programa o Fundo de Coesão acolherá no âmbito das infra-estruturas portuárias o reordenamento e reformulação dos portos comerciais da Horta, da Madalena e das Velas. A candidatura relativa ao reordenamento do porto da Horta foi presente ao POVT tendo sido já objecto de aprovação, encontrando-se em fase de preparação a candidatura relativa ao porto da Madalena.

Por outro lado, as intervenções nos portos de pesca superaram já a meta global de 4 portos que constava de forma explícita desde a formulação inicial do programa, havendo a adicionar as intervenções nos portos da Graciosa e do porto Formoso (ilha de S. Miguel).

Poder-se-á justificar a revisão dos indicadores, nomeadamente da adequação das quantidades programadas, podendo até configurar-se uma alteração do perfil da procura, o que levará à substituição/introdução de novos indicadores.

O objectivo específico 3.2 apresenta um comportamento menos favorável no contexto do Eixo. Apenas o indicador “equipamentos portuários adquiridos” regista quantidades aprovadas (3), sendo a taxa de aprovação face à meta de 2010 de 43%.

Os indicadores “equipamento de sinalização e informação rodoviária” e “estudos/planos/campanhas” não registam qualquer aprovação. Atendendo às metas fixadas para 2010 para estes indicadores, 1400 e 5 respectivamente, pode-se equacionar a realização de um apelo de ofertas, às entidades responsáveis pela implementação destas tipologias de investimento, em ordem à apresentação de candidaturas que permitam o cumprimento da programação.

Quanto ao grau de execução das aprovações em aproximação às metas para 2010, há que sublinhar que, na linha dos níveis de aprovação alcançados, o indicador “portos de pesca intervencionados” apresenta uma taxa de quase 90%. As 4 candidaturas associadas foram das primeiras a serem submetidas a co-financiamento do programa, apresentam planos financeiros com forte incidência em 2008 e revelam uma excelente capacidade de execução.

Ainda os indicadores “estradas remodeladas” e “portos comerciais intervencionados” apresentam níveis de execução das aprovações bastante aceitáveis 81% e 67%, respectivamente.

O comportamento geral dos indicadores associados ao Eixo 3, permite concluir que, não obstante algumas situações de fraco ou mesmo nulo desempenho, as metas para 2010 são potencialmente alcançáveis, quer em termos de aprovações, quer ainda a nível da sua execução. Há indicadores que revelam excelentes desempenhos a par de outros que deverão suscitar a tomada de algumas medidas de captação de candidaturas relativas às tipologias que apresentam deficit de aprovações.

A análise da execução física das áreas temáticas associadas ao EP 3 com recurso aos indicadores comuns comunitários (core indicators), evidencia as seguintes conclusões:

- 1 - Na rede viária, foi contratada a realização de 9 km de novas estradas e de 249 km de estradas remodeladas.
- 2 - Não foram determinados valores de aprovação para os indicadores “valor dos ganhos em tempo de percurso gerados pela construção e reconstrução de estradas” e “acréscimo da população servida com as intervenções de construção e reconstrução de estradas”. Pode-se eventualmente questionar a sua aplicabilidade, perante a natureza e os impactos derivados das intervenções previstas.

Quadro 25 - Realização Física do Eixo Prioritário III

Indicadores			2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)								
OE 3.1 - Requalificar a rede regional de infra-estruturas rodoviárias e marítimas								
Novas estradas construídas	Realização - Contratada			2	9			9
	Realização - Encerramento			1	2			2
	Metas					10	20	20
Estradas reconstruídas ou remodeladas	Realização - Contratada			174	249			249
	Realização - Encerramento			68	155			155
	Metas					170	400	400
Portos comerciais intervencionados	Realização - Contratada			2	5			5
	Realização - Encerramento			2	2			2
	Metas					3	5	5
Portos de pesca intervencionados	Realização - Contratada			5	8			8
	Realização - Encerramento			4	7			7
	Metas					2	4	4
OE 3.2 - Melhorar a eficiência e a segurança dos sistemas								
Equipamentos portuários adquiridos	Realização - Contratada				3			3
	Realização - Encerramento				2			2
	Metas					7	15	15
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)								
Áreas Temáticas	Indicadores							
Transportes	13. N.º de projectos	Realização - contratada		37	62			62
		Metas						
	14. N.º de Km de novas estradas	Realização - contratada		1	9			9
		Metas						
	16. N.º de Km de estradas reconstruídas ou remodeladas	Realização - contratada		68	249			249
		Metas						

### 3.3.2. Análise Qualitativa

O desenvolvimento e a melhoria da rede regional de infra-estruturas de transporte atendendo à condição insular e arquipelágica do território regional assume uma especial relevância, na medida em que facilita a circulação de pessoas e mercadorias, promove as oportunidades de negócio e fomenta a produtividade e eficiência económica.

A par do objectivo principal de melhorar a rede de infra-estruturas, foi criado ainda um objectivo de aumentar os níveis de eficiência e de segurança dos sistemas de transportes, englobando o terrestre e o marítimo.

É conhecido que os constrangimentos que afectam as regiões ultraperiféricas são também explicados por défices de acessibilidades de ordem interna e sobretudo nas ligações de e com o exterior. O desenvolvimento e operacionalidade das infra-estruturas aéreas são cruciais para os

objectivos da coesão. Não obstante os investimentos nesta tipologia estarem a ser enquadrados no Eixo 5, os efeitos da sua realização são susceptíveis de puderem vir a ser avaliados no âmbito da melhoria das acessibilidades.

No âmbito das infra-estruturas de acessibilidades, foram aprovadas 58 operações, 13 relativas a intervenções portuárias e 45 destinadas ao aumento e melhoria da rede viária regional e municipal.

Quanto ao objectivo Eficiência dos sistemas, foram aprovados 2 intervenções, 1 referente à aquisição de equipamento móvel de apoio às operações marítimo - portuárias (2 lanchas-piloto) e a outra a aquisição de equipamentos de suporte às operações de transporte marítimo (sistema de reservas, vendas e embarque), da iniciativa da Atlanticoline, empresa pública a quem compete a exploração do tráfego de passageiros através de navios tipo ferries.

A taxa de compromisso (aprovado em relação ao programado) do Eixo 3 atingiu no final de 2009 os 64%, a melhor de todos os eixos e situando-se bastante acima da taxa média global do PO (39%).

O nível das aprovações no final de 2009 supera o valor programado para o triénio 2007/2009, atingindo uma taxa de compromisso de 155,3%. Esta taxa é conclusiva do comportamento da procura sobre as tipologias de investimento oferecidas neste Eixo prioritário.

Em valores absolutos, os compromissos aprovados atingiram 109,3 milhões de euros, praticamente idêntico ao valor das aprovações do Eixo 1.

As realizações contratadas neste eixo têm origem em três beneficiários, de um lado o governo regional e as autarquias locais para os investimentos na rede viária e as administrações portuárias nos investimentos marítimo -portuários.

No final de 2009, a taxa de admissibilidade que relaciona as candidaturas admitidas (60) com as candidaturas apresentadas (79) é de 76%, ao passo que a taxa de aprovação bruta (aprovadas/apresentadas) é 73% (58 contra 79). Já a taxa de aprovação líquida (aprovadas/admitidas) é de 97% para o conjunto do Eixo, o que significa que apenas 2 candidaturas que respeitando as condições de admissão não obtiveram decisão favorável de financiamento.

Todas as aprovações foram objecto de contratação (contratos e termos de aceitação assinados).

A dimensão média dos investimentos associados às candidaturas aprovadas ronda os 2,7 milhões de euros, quase o dobro do investimento médio do programa (1,4 milhões de euros).

A execução financeira do Eixo (executado sobre o programado), regista uma taxa de 48%, o equivalente a um montante de fundo executado de 82 milhões de euros. Quando se compara a execução acumulada do fundo no final de 2009 com a programação acumulada do fundo para o período 2007/2009, verifica-se uma taxa de 116,5%, que traduz a ultrapassagem quer das aprovações, quer da execução dos valores programados para o 1º triénio.

A execução dos valores aprovados, que determina a taxa de realização e indica o grau de fiabilidade da programação apresentada nas candidaturas, indica uma taxa de 75%, revelador de que o nível de execução acompanha com bastante proximidade as previsões de despesa constantes dos quadros de programação financeiros dos projectos aprovados.

Como principais aprovações contratadas em 2009, destacam-se as seguintes operações: no domínio das acessibilidades marítimas, Cais para Ferries e das Infra-estruturas do Porto de Vila do Porto (3,1 milhões de euros de fundo); no domínio das acessibilidades terrestres, Construção da Variante à Vila de Rabo de Peixe, ilha de S. Miguel (6,9 milhões de euros de fundo), no domínio da eficiência e segurança dos sistemas a Aquisição de duas embarcações destinadas ao Serviço de Pilotagem da APTG (1,2 milhões de euros de fundo).

Quadro 26 - Indicadores Financeiros									
Objectivo Específico	Programado 2007-2013 (PR)		Aprovado (AP)		Executado (EX)		Indicadores financeiros (Fundo) %		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)
<b>EP III - Total</b>	201.164.364,00	170.989.709,00	128.607.398,47	109.316.288,69	96.483.201,11	82.010.720,94	63,93	47,96	75,02
OE 3.1 - Requalificar a rede regional de infra-estruturas rodoviárias e marítimas			126.450.398,47	107.482.838,69	95.196.201,11	80.916.770,94			75,28
OE3.2 - Melhorar a eficiência e a segurança dos sistemas			2.157.000,00	1.833.450,00	1.287.000,00	1.093.950,00			59,67

### 3.3.3- Problemas / estrangulamentos na execução

Este eixo prioritário integra um segmento relevante do conjunto das redes de infra-estruturas construídas no território regional, em particular no que se relaciona com a conectividade e acessibilidade rodoviária no interior de cada ilha e de cada uma com o exterior, via marítima.

O esforço de investimento público nas redes decorreu de forma regular e sem qualquer impedimento, quer do lado da procura de financiamento, quer do lado da gestão dos apoios.

No quadro estrito do previsto na alínea d), do nº1, do artigo 62º do regulamento 1083/2006, do Conselho de 11 de Julho, segundo informação transmitida pela autoridade de auditoria, a opinião sobre a gestão do PROCONVERGENCIA não tem qualquer reserva.

### 3.4 Eixo Prioritário IV - Valorizar e Qualificar o Sistema Ambiental

#### 3.4.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

O Eixo 4 integra 4 objectivos específicos principais: o ordenamento do território, as infra-estruturas ambientais, a protecção e valorização ambiental e a prevenção e gestão de riscos.

O desempenho daqueles objectivos é realizado com recurso aos indicadores associados, que totalizam actualmente 16 indicadores, pois justificou-se a inclusão de três novos indicadores que vêm preencher lacunas existentes na estrutura inicial: um indicador que fornecerá na exacta medida as intervenções de ordenamento do território, que estão para além daquelas de natureza meramente imaterial, dois no âmbito da rede de infra-estruturas ambientais, neste caso para contemplar as acções imateriais (planos e estudos) e outras intervenções não tipificadas nos indicadores que foram escolhidos.

A análise das aprovações, constata-se que há ainda 4 indicadores que não apresentam qualquer realização contratada, 1 por cada objectivo específico: o indicador planos de ordenamento da orla costeira, poderá ter uma situação de sobreposição com o indicador planos de ordenamento apoiados, o que a confirmar-se levará necessariamente ao “abandono” daquele indicador; o indicador infra-estruturas para a gestão dos resíduos sólidos, os respectivos projectos de execução foram aprovados pelo programa, a sua realização decorre até final de 2009, sendo expectável que as candidaturas correspondentes à execução das infra-estruturas venham a ser apresentadas em 2010; o indicador campanhas de sensibilização e promoção ambiental, carece de ser materializada a candidatura competente, a qual decorre do projecto inscrito no plano regional, Informação, Sensibilização e Promoção Ambiental; o indicador infra-estruturas de apoio à protecção civil, refere-se essencialmente à construção, beneficiação e reparação de quartéis das Associações Humanitárias de bombeiros, que se perspectiva venha a ter realização já no início de 2010.

Os indicadores que registam realizações físicas e quando se avalia o grau de aproximação à meta para 2010, apresentam situações ainda diferenciadas.

Primeira situação, cinco indicadores, estações de tratamento de águas residuais, e projectos que visem a melhoria da qualidade ambiental (ambos com 100%), captação e tratamento de água (114%), intervenções na rede de infra-estruturas ambientais (167%) e equipamentos para a protecção civil (378%), atingiram ou ultrapassaram a meta fixada para 2010. No caso deste último indicador pertencente ao objectivo prevenção e gestão de riscos, a quantidade aprovada supera mesmo a meta global para 2015 (34 equipamentos aprovados contra os 20 da meta).

Segunda situação, quatro indicadores, Intervenções no ordenamento do território (75%), Rede distribuição de água (53%), Estudos e planos no âmbito do objectivo infra-estruturas ambientais



(90%) e projectos de apoio à conservação e valorização da natureza (83%), apresentam taxas de aprovação entre os 50% e os 100%, que permite traçar boas perspectivas sobre o cumprimento das respectivas metas para 2010.

Terceira situação, três indicadores, planos de ordenamento (33%), rede distribuição águas residuais (1,3%), Estudos no âmbito da valorização ambiental (20%), configuram situações de fraca realização, que podem comprometer, na ausência de medidas adequadas, a satisfação das metas para 2010.

A execução das aprovações em aproximação às metas para 2010, destaca 1 indicador cuja execução iguala as quantidades aprovadas, equipamentos de protecção civil (34 unidades aprovadas e já executadas).

Em seguida, 3 indicadores com execuções que ultrapassam 50% das aprovações (Estudos e planos no âmbito do objectivo infra-estruturas ambientais, intervenções na rede de infra-estruturas ambientais, projectos de apoio à conservação e valorização da natureza) e tendo em conta que estas se aproximam das metas, é expectável que também a execução até o final de 2010 seja de molde à satisfação das metas.

Todos os restantes indicadores com níveis de aprovação nulos ou com taxas reduzidas, e tendo em conta que por norma a execução acontece posteriormente à aprovação, terão também aqui maiores dificuldades em conseguir o cumprimento das metas para 2010.

O comportamento geral dos indicadores associados ao Eixo 4, é bastante diferenciado, havendo indicadores que revelam excelentes desempenhos a par de outros que deverão suscitar a tomada de algumas medidas de captação de candidaturas relativas às tipologias que apresentam deficit de aprovações.

A análise da execução física das áreas temáticas associadas ao EP 4 com recurso aos indicadores comuns comunitários (core indicators), evidencia as seguintes conclusões:

- 1 - Na área temática do ambiente, o acréscimo de população servida pelos projectos aprovados nos sistemas de abastecimento de água é de 45.121 habitantes e de 9.293 nos projectos aprovados nos sistemas de águas residuais;
- 2 - Na área temática da prevenção e gestão de riscos, a população que beneficia das medidas de protecção contra incêndios e outras catástrofes naturais abrange toda a população regional.

Quadro 27 – Realização Física do Eixo Prioritário IV

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
<b>Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)</b>							
OE 4. 1 - Ordenar o território							
Planos de ordenamento apoiados	Realização - Contratada		1	3			3
	Realização - Encerramento		1	1			1
	Metas				9	20	20
Intervenções no Território (desenvolvimento urbano, orla costeira e bacias hidrográficas)	Realização - Contratada			3			3
	Realização - Encerramento			1			1
	Metas				4		6
OE 4.2 - Aumentar a cobertura da rede de infra-estruturas ambientais							
Rede de distribuição de água construída/ /beneficiada	Realização - Contratada		7	24			24
	Realização - Encerramento						
	Metas				45	100	100
Rede de distribuição de águas residuais construída/beneficiada	Realização - Contratada			1			1
	Realização - Encerramento						
	Metas				60	130	130
Estações de tratamento de águas residuais	Realização - Contratada			2			2
	Realização - Encerramento						
	Metas				2	5	5
Captação e tratamento de água	Realização - Contratada		3	8			8
	Realização - Encerramento		2	2			2
	Metas				7	15	15
Estudos e Planos	Realização - Contratada			9			9
	Realização - Encerramento			6			6
	Metas				10		12
Outras Intervenções na Rede Regional de Infra-estruturas Ambientais	Realização - Contratada			5			5
	Realização - Encerramento			2			2
	Metas				3		6
OE 4.3 - Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental							
Projectos de apoio à conservação da biodiversidade e valorização dos recursos (centros de visitação, intervenção na paisagem protegida, requalificação ambiental de áreas da Rede Natura 2000)	Realização - Contratada		10	10			10
	Realização - Encerramento		7	7			7
	Metas				12	25	25
Projectos que visem a melhoria da qualidade ambiental (construção, remodelação e equipamento de estruturas de monitorização)	Realização - Contratada		4	5			5
	Realização - Encerramento		1	1			1
	Metas				5	12	12
Estudos	Realização - Contratada			1			1
	Realização - Encerramento			1			1
	Metas				5	12	12

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
OE 4.4 - Melhorar sistemas de prevenção e gestão de riscos							
Equipamentos adquiridos no âmbito da protecção civil	Realização - Contratada		10	34			34
	Realização - Encerramento			34			34
	Metas				9	20	20
<b>Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)</b>							
Áreas Temáticas	Indicadores						
<b>Ambiente</b>	25. Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervencionados	Realização - contratada		33 500	45 121		45 121
		Metas					
	26. Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionados	Realização - contratada			9 293		9 293
		Metas					
	27. Nº de projectos de Resíduos Sólidos	Realização - contratada			2		2
		Metas					
<b>Prevenção de Riscos</b>	31. Nº de projectos	Realização - contratada		1	4		4
		Metas					
	33. População que beneficia de medidas de protecção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações)	Realização - contratada		149 929	149 929		149 929
		Metas					

### 3.4.2. Análise Qualitativa

Este Eixo prioritário tem como enfoque principal por uma lado a supressão das necessidades de investimentos em infra-estruturas, equipamentos e intervenções ambientais, de forma a permitir o cumprimento da legislação ambiental nos sectores da água, dos resíduos, do ar, da protecção da natureza, das espécies e da biodiversidade e por outro lado as medidas de intervenção na área temática da prevenção e gestão de riscos associados a catástrofes e a outros acontecimentos naturais.

Em linha com as orientações comunitárias, as intervenções têm como objectivo:

- Elevar as dotações em redes e infra-estruturas no domínio ambiental;
- Conter o declínio da biodiversidade, valorizar e proteger o sistema ambiental;
- Reforçar a prevenção, gestão e monitorização de riscos naturais e tecnológicos;
- Promover um ordenamento do território.
- Promover a prevenção e a gestão de riscos.

A taxa de compromisso do eixo prioritário IV situa-se nos 15%. Não obstante o acréscimo de 50% em relação ao verificado no final de 2008, o facto é que o nível dos compromissos permanece bastante abaixo da taxa média global do PO (39%).

Em valores absolutos, os compromissos aprovados atingiram 31 milhões de euros, que dizem respeito a 36 candidaturas aprovadas (5 aprovadas no Objectivo 4.1, correspondente a 2,5 milhões de euros; 16 aprovadas no objectivo 4.2, 10,4 milhões de euros; 14 aprovadas no objectivo 4.3, 16,1 milhões de euros; 1 aprovação no objectivo 4.4, 2 milhões de euros).

Na linha do anteriormente verificado, um peso significativo das aprovações recai sobre os objectivos 4.2 Infra-estruturas ambientais e 4.3 Protecção e Valorização ambiental, que representam mais de 85% do total dos compromissos do eixo. Atendendo às tipologias consagradas no objectivo Ordenar o território, de natureza predominantemente imaterial, pode-se perspectivar que os montantes aprovados em termos relativos ao eixo não venham a ter volumes significativos; quanto ao objectivo Prevenção e gestão de riscos, até por representar uma linha estratégica para a Região, afectada ciclicamente por efeitos de desastres naturais, é previsível que o peso das aprovações registre já no período seguinte um forte impulso.

O nível das aprovações do Eixo no final de 2009 ultrapassa ligeiramente metade do valor programado para o triénio 2007/2009, o equivalente a uma taxa de compromisso de 51%.

As realizações contratadas neste eixo são promovidas sobretudo pelos departamentos do governo regional responsáveis pelas políticas de ordenamento do território e do ambiente, bem como pelas autarquias locais para as intervenções no ordenamento do território e nas infra-estruturas ambientais (abastecimento de água, saneamento básico e resíduos sólidos).

No final de 2009, a taxa de admissibilidade que relaciona as candidaturas admitidas (40) com as candidaturas apresentadas (59) é de 68%, menor que a taxa média global alcançada pelo PO de 77%.

A taxa de aprovação bruta (candidaturas aprovadas/candidaturas apresentadas) é 61% (26 contra 59), o que traduz que um pouco mais do que 1 candidatura por cada 2 apresentadas obteve decisão favorável de aprovação.

A taxa de aprovação líquida (aprovadas/admitidas) é de 90% para o conjunto do Eixo, abaixo da média do programa, havendo no entanto 3 objectivos específicos que cuja taxa atingiu 100%.

Ainda neste Eixo a taxa de contratação é de 100%, todas as aprovações tiveram contratos e termos de aceitação assinados.

A dimensão média dos investimentos associados às candidaturas aprovadas ronda os 0,9 milhões de euros, substancialmente inferior ao investimento médio do programa (1,4 milhões de euros).

A execução financeira do Eixo (executado sobre o programado), atingiu uma taxa de 15%, o equivalente a um montante de fundo executado de 21,6 milhões de euros. Quando se compara a execução acumulada do fundo no final de 2009 com a programação acumulada do fundo para o período 2007/2009, a taxa de execução sobe para 35,6%.

A execução dos valores aprovados, que determina a taxa de realização e indica o grau de fiabilidade da programação apresentada nas candidaturas, indica uma taxa de 70%, superior à taxa média do programa (51%) e apenas superada pela taxa de realização do eixo 3. A análise desta taxa indica que os montantes executados acompanham com relativa proximidade as previsões de despesa constantes dos quadros de programação financeira dos projectos aprovados.

Importa relevar as candidaturas aprovadas e a sua associação com os objectivos específicos do Eixo. No âmbito do ordenamento do território, duas intervenções destinadas à protecção costeira, nas ilhas do Pico e Terceira, a revisão de 2 PDM, 1 estudo de reordenamento urbano. Ao nível da rede de infra-estruturas ambientais, 2 candidaturas de natureza imaterial, o projecto de infra-estruturas de gestão de resíduos da Região, que antecede a apresentação da candidatura da execução das respectivas infra-estruturas e a realização dos estudos com vista à implementação da Directiva da Água; 7 intervenções no abastecimento de água às populações, envolvendo o reforço das captações, o armazenamento (reservatórios), a adução, a rede de distribuição, a monitorização das redes e o tratamento de água; 2 intervenções dirigidas ao saneamento básico, 4 intervenções em resíduos sólidos urbanos, que compreende maioritariamente o aumento da capacidade para a recolha e transporte de lixo, uma selagem de lixeira e um equipamento móvel de limpeza. No objectivo da protecção e valorização ambiental, um conjunto de candidaturas promovidas pelo governo regional, abrangendo, na área da valorização os centros de interpretação e de apoio aos visitantes nas ilhas do Pico, Faial e Graciosa, e a conservação da natureza e da biodiversidade (jardins botânicos), a intervenção ambiental em ribeiras, estudo de monitorização do ciclo hidrológico, contributo para o mapa do ruído, estes na área da protecção ambiental. Por último, no objectivo da prevenção e gestão de riscos, o enfoque foi centrado no reforço do apetrechamento em equipamentos de apoio e de combate a situações de catástrofe, por parte das associações humanitárias de bombeiros voluntários.

Quadro 28 - Indicadores Financeiros									
Objectivo Específico	Programado 2007-2013 (PR)		Aprovado (AP)		Executado (EX)		Indicadores financeiros (Fundo) %		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)
<b>EP IV - Total</b>	<b>173.567.848,00</b>	<b>147.532.671,00</b>	<b>36.505.357,32</b>	<b>31.029.553,72</b>	<b>25.382.399,73</b>	<b>21.575.039,77</b>	<b>21,03</b>	<b>14,62</b>	<b>69,53</b>
OE 4.1 - Ordenar o território			2.936.339,83	2.495.888,86	953.303,27	810.307,78			32,47
OE 4.2 - Aumentar a cobertura da rede de infra-estruturas ambientais			12.243.400,99	10.406.890,84	7.261.813,81	6.172.541,73			59,31
OE 4.3 - Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental			18.976.434,50	16.129.969,32	14.818.155,41	12.595.432,11			78,09
OE 4.4 - Melhorar sistemas de prevenção e gestão de riscos			2.349.182,00	1.996.804,70	2.349.127,24	1.996.758,15			100,00

### 3.4.3- Problemas / estrangulamentos na execução

Este eixo prioritário integra componentes de investimento público que vem sendo despendida ao longo dos anteriores QCA com valores significativos.

Já durante o ano de 2010, não só estão em preparação projectos com expressão financeira, como também se perspectiva uma operação integrada, abrangendo todo o território regional, no âmbito dos resíduos sólidos, com aproveitamento energético, projecto este que será apresentado na CA do programa e que poderá ser financiado pelo Fundo de Coesão, no âmbito do POVT.

No quadro estrito do previsto na alínea d), do nº1, do artigo 62º do regulamento 1083/2006, do Conselho de 11 de Julho, segundo informação transmitida pela autoridade de auditoria, a opinião sobre a gestão do PROCONVERGENCIA não tem qualquer reserva.

### 3.5 Eixo Prioritário V - Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade

#### 3.5.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

A avaliação do desempenho do Eixo 5 em termos de realização física, efectua-se através do recurso a 4 indicadores, dos quais 3 associados ao objectivo específico 5.1.

Não se verificaram ao longo de 2009 alterações nas aprovações do objectivo custos de funcionamento. Permanece com uma candidatura aprovada, Compensar os custos de funcionamento no transporte aéreo inter-ilhas (2007-2009), cujo indicador associado Rotas de transporte aéreo inter-ilhas objecto de compensação financeira, cumpre desde logo a meta fixada para 2010, de 15 unidades. A respectiva execução atinge um valor de 93%, sendo pois uma realização bem sucedida no contexto dos sobrecustos. Aliás, encontra-se em preparação por parte da entidade beneficiária de uma nova candidatura que abrange o triénio seguinte, e que poderá absorver os montantes ainda disponíveis.

Os restantes indicadores do objectivo 5.1, não registaram até ao final de 2009 qualquer aprovação (realização contratada). As potenciais candidaturas que corporizam os indicadores inicialmente seleccionados, "doentes deslocados beneficiados" e "resíduos transportados/ano", são da responsabilidade da administração regional. As metas fixadas para estes indicadores são de 23.000 doentes deslocados/ano e 10.000 tons de resíduos transportados/ano, respectivamente.

As operações existem no "terreno", estando a ser integralmente financiadas pelo orçamento regional. O transporte de resíduos sofreu algumas alterações de ordem estratégica, que impossibilitou que a candidatura proposta obtivesse uma decisão final. A montagem de uma parceria não formal entre a gestão do programa e os organismos executores para efeitos da concepção e posterior desenvolvimento das candidaturas, permitirá dar um arranque decisivo na realização daqueles indicadores e do seu contributo para o desempenho do eixo prioritário. As metas fixadas para estes indicadores são de 23.000 doentes deslocados/ano e 10.000 tons de resíduos transportados/ano, respectivamente.

Por outro lado, o indicador infra-estruturas aéreas intervencionadas/apetrechadas, associado ao objectivo 5.2 apresenta uma taxa de aproximação à meta para 2010 de 100%, fruto da aprovação das diversas intervenções nos aeroportos das ilhas de S. Jorge (2) e do Pico (3) e das Lajes, ilha Terceira (1). Uma das intervenções de maior significado refere-se à ampliação e alargamento da pista aeródromo de S. Jorge, com a finalidade modernizar esta infra-estrutura aérea e possibilitar a sua expansão futura. Também com as restantes intervenções, o que se pretende é modernizar as infra-estruturas aéreas da responsabilidade das autoridades regionais, introduzindo mais elevados padrões de segurança e operacionalidade nas operações aeroportuárias (pistas, equipamento de

placa, equipamento de apoio), bem como nas infra-estruturas de acolhimento dos passageiros (aerogares e parques estacionamento).

A procura por esta tipologia de investimento tem merecido uma especial atenção por parte da SATA, Gestão de Aeródromos, organismo regional a quem está acometido as responsabilidades da gestão e exploração dos aeroportos da Região, (excluindo da ANA, EP).

A meta para 2015 de 5 infra-estruturas intervencionadas regista uma taxa de 60%, o que pode indiciar, face à procura manifestada, que aquela meta venha a ser alcançada antes do período correspondente.

A execução deste indicador em aproximação à meta para 2010 indica uma taxa de 33%, ou seja 1/3 das aprovações encontra-se executada, sendo previsíveis dificuldades em se atingir a meta de execução (3 infra-estruturas intervencionadas encerradas), dado o perfil temporal da programação que decorre da candidatura de maior peso financeiro.

O comportamento geral dos indicadores associados ao Eixo 5, é bastante diferenciado. Há indicadores (2) que revelam excelentes desempenhos, em que as metas para 2010 encontram-se satisfeitas a nível de aprovações, mas também podendo, com alguma segurança, virem a ser atingidas a nível da execução das mesmas. Há outros indicadores (2) cujas taxas de realização nulas, deverão originar esforços adicionais de definição e captação de candidaturas relativas às tipologias que apresentam deficit de aprovações.

Quadro 29 - Realização Física do Eixo Prioritário V								
Indicadores			2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)								
OE 5.1 - Compensar os custos de funcionamento dos sistemas de transportes no arquipélago								
Rotas de transporte inter-ilhas objecto de compensação financeira	Realização - Contratada			15	15			15
	Realização - Encerramento			15	15			15
	Metas					15	15	15
OE 5.2 - Compensar os custos de investimento dos sistemas de transporte do arquipélago								
Infra-estruturas aéreas intervencionadas/apetrechadas	Realização - Contratada				1			
	Realização - Encerramento			1	3			1
	Metas					3	5	5
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)								
Áreas Temáticas	Indicadores							
Transportes	13. N.º de projectos	Realização - contratada		37	62			62
		Metas						
	14. N.º de Km de novas estradas	Realização - contratada		1	9			9
		Metas						
	16. N.º de Km de estradas reconstruídas ou remodeladas	Realização - contratada		68	249			249
		Metas						



### 3.5.2. Análise Qualitativa

O Eixo 5 integra 2 objectivos específicos: o 5.1 Compensar os custos de funcionamento dos sistemas de transportes no arquipélago e o 5.2 Compensar os custos de investimento dos sistemas de transporte do arquipélago. Trata-se de ajudas ao funcionamento dos sistemas de transportes no primeiro caso e de ajudas ao investimento nos sistemas de transporte, ambas com a finalidade de compensar os sobrecustos resultantes da situação de défice de acessibilidade e da fragmentação do território.

A dotação específica afecta a este Eixo deve ser utilizada num mínimo de 50% a fim de contribuir para o financiamento das ajudas ao funcionamento e das despesas relacionadas com obrigações e contratos de serviço público nas regiões ultraperiféricas.

Em termos acumulados e no final de 2009, o eixo prioritário registava uma taxa de compromisso (taxa que relaciona o aprovado com o programado) de 52%, quando em 2008 era de 29%. Isto equivale a comparar o valor dos compromissos contratados, na ordem dos 33,9 milhões de euros, com o valor total programado de 65,6 milhões de euros.

A taxa de compromisso eleva-se para 126% quando se compara o total aprovado com o total programado para o triénio 2007/2009, o que significa que as aprovações deste triénio excedem em 25% o programado do mesmo período e revela uma excelente capacidade do Eixo de absorver os compromissos que foram colocados à disposição.

A taxa de admissibilidade que relaciona as candidaturas admitidas (8) com as candidaturas apresentadas (12) é de 67%, menor que a taxa média global alcançada pelo PO de 77%.

A taxa de aprovação bruta (candidaturas aprovadas/candidaturas apresentadas) é 58% (7 contra 12), bastante aquém da taxa média do programa de 75%.

A taxa de aprovação líquida (aprovadas/admitidas) é de 88%, sendo 100% para o objectivo 5.1 e de 86% para o objectivo 5.2, que na prática se reporta apenas a uma candidatura.

A dimensão média dos investimentos associados às candidaturas aprovadas ronda os 4,8 milhões de euros, o mais elevado do programa e substancialmente superior ao investimento médio do programa (1,4 milhões de euros).

A taxa da execução (valor executado comparado com o valor programado) alcança um valor de 30%, uma aceleração de quase 20% relativamente ao verificado em 2008.

Confrontando a despesa executada do Fundo no final de 2009 com a programação acumulada do Fundo para 2007/2009, verifica-se uma taxa de execução do Eixo de 70%.

A taxa de realização, comparação dos valores executados com os valores aprovados, indica um valor de 58% para o eixo, que se situa acima da taxa média do programa (51%).

As aprovações em 2009 ocorreram ao nível do objectivo específico compensar os sobrecustos de investimento.

A principal aprovação refere-se à intervenção no aeroporto de S. Jorge, envolvendo o melhoramento da pista e o estacionamento da aerogare, com um custo total de 25,4 milhões de euros e um financiamento comunitário de cerca de 12,7 milhões de euros.

Há que destacar ainda as duas aprovações destinadas ao aeroporto da ilha do Pico, destinadas à Instalação e Calibração de um Sistema ILS/DME, totalizando um custo de investimento de 2,1 milhões de euros e um financiamento comunitário de um poço mais de 1, milhão de euros. Ainda em 2009 foram submetidas mais 2 candidaturas relativas a novas intervenções no aeroporto da ilha do Pico: a construção do Armazém para Material de Placa e a construção do Armazém de Carga.

Quadro 30 - Indicadores Financeiros									
Objectivo Específico	Programado 2007-2013 (PR)		Aprovado (AP)		Executado (EX)		Indicadores financeiros (Fundo) %		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)
<b>EP V - Total</b>	131.201.666,00	65.600.833,00	67.817.151,32	33.908.575,66	39.439.643,54	19.719.821,78	51,69	30,06	58,16
OE 5.1 - Compensar os custos de funcionamento dos sistemas de transportes no arquipélago			37.745.636,00	18.872.818,00	35.801.145,90	17.900.572,95			94,85
OE 5.2 - Compensar os custos de investimento dos sistemas de transporte do arquipélago			30.071.515,32	15.035.757,66	3.638.497,64	1.819.248,83			12,10

### 3.5.3- Problemas / estrangulamentos na execução

A execução deste eixo tem decorrido normalmente, com uma linha de investimento dirigida ao apoio às infra-estruturas aeroportuárias, na componente de serviço inter-ilhas. No segmento destinado ao apoio às compensações de serviço público não se registam problemas ou outros factores impeditivos de uma execução regular.

No quadro estrito do previsto na alínea d), do nº1, do artigo 62º do regulamento 1083/2006, do Conselho de 11 de Julho, segundo informação transmitida pela autoridade de auditoria, a opinião sobre a gestão do PROCONVERGENCIA não tem qualquer reserva.

#### 4. GRANDES PROJECTOS

No ano de 2009 não foram apresentados grandes projectos.

A 15 de Abril de 2009 a Autoridade de Gestão notificou o IFDR sobre a anulação da candidatura do grande projecto apresentado em 2008, (Aquisição de dois navios para o transporte marítimo inter-ilhas de passageiros e viaturas), explicitando os motivos que justificaram tal decisão por parte do promotor.

Nos termos da regulamentação então aplicável, a autoridade de gestão não procedeu a qualquer pagamento de comparticipação financeira FEDER, a título de adiantamento e/ou reembolso, por não dispor da decisão sobre este Grande Projecto, pelo que não houve lugar a qualquer processo de restituição de fundos.

À data da elaboração do presente relatório encontra-se em preparação um pacote de investimento para a “construção do sistema de gestão de resíduos da Região a apresentar para co-financiamento (Fundo de Coesão) ao POVT e/ou ao PROCONVERGENCIA.

## 5. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A Autoridade de Gestão do PROCONVERGENCIA, no âmbito das suas competências, designadamente as definidas no artigo 60º do Regulamento (CE) nº 1083/2006, de 11 de Julho, tem que assegurar um conjunto de actividades, nomeadamente de preparação, de coordenação, de gestão, de execução, de acompanhamento e controlo, de avaliação, de informação e publicidade do Programa Operacional.

A assistência técnica do Programa tem como objectivo apoiar financeiramente a implementação e o funcionamento dos sistemas e estruturas de coordenação, gestão, acompanhamento e divulgação e ainda a promoção de outras acções conducentes a uma melhor eficiência e eficácia da afectação dos meios financeiros.

A dotação global do FEDER prevista no Eixo VI ascende a 4 milhões de euros, correspondendo a 0,4% do Financiamento Comunitário total do Programa.

À data de 31 de Dezembro de 2009 encontrava-se aprovada uma candidatura neste eixo que abrange o período de 2007 a 2010, sendo o montante de despesa pública de 1,6 Milhões de Euros (M€) a que corresponde um co-financiamento FEDER de 1,36 M€.

A taxa de execução desta operação, no final de 2009, era de 20,75%, o que corresponde a um valor FEDER aprovado de 282.276,66 €, tendo sido reembolsados 162.505,86 €.

As despesas mais representativas que constam desta operação são as inerentes ao desenvolvimento do sistema de informação SIPOP; a realização da 2ª Comissão de Acompanhamento; a divulgação e publicidade do programa, nomeadamente a grande acção de divulgação e a participação na Feira Ambitec Açores; acções de verificação; acções de formação sobre o novo Código dos Contratos Públicos; e aquisição de material informático e software.

Em conformidade com o estipulado na regulamentação comunitária, nacional e regional, e no aviso de abertura deste eixo, foram ainda contabilizadas as despesas com a remuneração de pessoal contratado exclusivamente para a realização das tarefas de gestão e acompanhamento do PROCONVERGENCIA.

Quadro 31 - Realização Física do Eixo Prioritário VI

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)							
EP6 - Assistência Técnica							
Número de processos de entidades públicas analisados	Realização - Contratada						
	Realização - Encerramento		100	253			253
	Metas				300	600	600
Número de acções de acompanhamento realizadas	Realização - Contratada						
	Realização - Encerramento			18			18
	Metas				150	600	600
Estudos e avaliações	Realização - Contratada			1			1
	Realização - Encerramento						
	Metas				2	5	5

Quadro 32 - Indicadores Financeiros

Objectivo Específico	Programado 2007-2013 (PR)		Aprovado (AP)		Executado (EX)		Indicadores financeiros (Fundo) %		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)
<b>EP VI - Total</b>	4.705.882,00	4.000.000,00	1.600.000,00	1.360.000,00	332.090,19	282.276,66	34,00	7,06	20,76
OE 6.1 - Assistência Técnica do Programa			1.600.000,00	1.360.000,00	332.090,19	282.276,66			20,76

## 6. INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO

A acção de comunicação - divulgação dos primeiros resultados físicos do programa - empreendida durante o ano de 2009 e prevista no plano de comunicação veio reforçar a importância da Política de Coesão na Região Autónoma dos Açores através dos fundos estruturais.

O principal objectivo de comunicação foi divulgar e valorizar grandes projectos PROCONVERGENCIA, concluídos e em actividade, com expressão a nível regional e que, pelo seu valor, suscitasse a procura de informação sobre o conjunto de intervenções comunitárias em curso no arquipélago dos Açores. Para reforçar a ideia de inovação foi desenvolvido o novo logótipo PROCONVERGENCIA que pretende mostrar o trajecto convergente da periferia - Açores para o centro da Europa.

Figura 5 - Logótipo PROCONVERGENCIA



A primeira grande acção de divulgação foi na imprensa, através da publicação de anúncios, que continham uma imagem da operação concluída apoiada pelo PROCONVERGENCIA. Em termos de mensagem o lema do programa “construir o futuro” perspectiva, num futuro muito próximo, um conjunto de intervenções de grande importância estratégica para a região, reforçado pelo *claim* da campanha “uma nova geração de espaços públicos”. As outras acções de divulgação, visitas aos projectos, tiveram como objectivo a aproximação entre os beneficiários e a gestão do programa tendo-se realizado durante a Comissão de Acompanhamento e durante o grande evento anual “Reunião da Rede de Comunicação QREN”. Nas comemorações do dia da Europa o PROCONVERGENCIA associou-se às iniciativas desenvolvidas pelo Governo dos Açores onde apresentou os resultados da execução do programa.

No âmbito da Rede de Comunicação QREN, o PROCONVERGENCIA participou num conjunto de iniciativas como o Seminário “Avaliação e Monitorização Estratégica do QREN”, o Encontro Anual da Comissão Europeia e das Autoridades de Gestão dos Programas FEDER e Fundo de Coesão, a Reunião da Rede de Comunicação INFORM em Bruxelas e o programa de rádio QREN/TSF “Objectivo 2013”.

É de salientar que as quatro unidades do PROCONVERGENCIA estabeleceram uma grande relação de proximidade com os beneficiários e os potenciais beneficiários no esclarecimento de dúvidas: acesso

ao programa, preenchimento dos formulários de candidaturas, divulgação do apoio comunitário, documentos necessários para a validação de despesa, via e-mail e telefone.

Quadro 33 - Execução Financeira do Plano de Comunicação

2009

<b>Objectivo Geral 1 - Promover o Conhecimento, a Transparência e a Clareza da Intervenção Comunitária</b>	
PROMOVER AS ACÇÕES REGULAMENTARES DE LANÇAMENTO E ANUAIS	2.897,46€
MANTER A PRESENÇA CONSTANTE DO PO	21.450,54€
MELHORAR, SIMPLIFICAR, E PROMOVER COMUNICAÇÃO DE PROXIMIDADE	3.170,53€
<b>Objectivo Geral 2 - Potenciar a Inter-Ação Funcional e Promocional entre os beneficiários e a Gestão do PROCONVERGENCIA</b>	
INFORMAR SOBRE AS OPORTUNIDADES E AS REGRAS DE FINANCIAMENTO	3.980,79€
PROMOVER A EFICIÊNCIA, O INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS	5.234,55€
<b>TOTAL</b>	<b>36.733,87€*</b>

\* Total do custo das acções de divulgação do PROCONVERGENCIA e do Sistema de Incentivos

a) O Plano de Comunicação PROCONVERGENCIA e os progressos na sua execução

Quadro 34 - As Acções Previstas no Plano de Comunicação e as Acções Realizadas

<b>Objectivo Geral 1 - Promover o Conhecimento, a Transparência e a Clareza da Intervenção Comunitária</b>	
<b>PROMOVER AS ACÇÕES REGULAMENTARES DE LANÇAMENTO E ANUAIS</b>	
- Evento anual	Realizado
- Hasteamento da bandeira	Realizado
<b>MANTER A PRESENÇA CONSTANTE DO PO</b>	
- Conferências de Imprensa	Realizado
- Merchandising	Realizado
- Lista projectos aprovados website	Realizado
- Publicação de notícias website	Realizado
- Compra de espaços nos medias	Realizado
- Compra de espaços nas revistas TAP e SATA	Realizado
<b>MELHORAR, SIMPLIFICAR, E PROMOVER COMUNICAÇÃO DE PROXIMIDADE</b>	
- Acções educacionais junto da comunicação social	Realizado
- Participação em seminários, encontros, feiras temáticas	Realizado
<b>Objectivo Geral 2 - Potenciar a Inter-Ação Funcional e Promocional entre os beneficiários e a Gestão do PROCONVERGENCIA</b>	
<b>INFORMAR SOBRE AS OPORTUNIDADES E AS REGRAS DE FINANCIAMENTO</b>	
- Actualização do website	Realizado
- Sistema de informação	Realizado
<b>PROMOVER A EFICIÊNCIA, O INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS</b>	
- Participação na rede de Comunicação QREN	Realizado
- Participação na reunião da Rede INFORM	Realizado

Quadro 35 - Os Indicadores Previstos no Plano de Comunicação e os Indicadores Realizados no Ano de 2009

	Plano Comunicação	2008	2009
Número de websites	1/total	1	-
Número de documentos publicados no website	80/total	47	31
Número de notícias publicadas no website	12/ano	24	12
Número visitas website	3 000/ano	18 980	23 360
Número de dias de bandeira europeia hasteada	110/ano	110	120
Número de anúncios na imprensa	30/total	4	4
Número de comunicados produzidos	12/ano	12	18
Número de vídeos promocionais	1/total	-	-
Número de acções de divulgação/seminários	8/total	1	1
Número de Comissões de Acompanhamento	1/ano	1	1
Número de eventos promocionais	1/ano	1	-
Número de publicações impressas	2/ano	3	1
Número de placards colocados	120 até 2010	32	61
Número de redes parcerias estabelecidas	2/total	1	1
Número de estudos de avaliação e monitorização	2/total	-	1
Percentagem de beneficiários registados sistema informação	100%	74 Entidades *1	200 Entidades *2
Número de artigos promocionais distribuídos	2 000/total	613	257

\*1 Entidades PROCONVERGENCIA 2008

\*2 Entidades PROCONVERGENCIA+Sistema de Incentivos 2009

## b) As medidas de informação e publicidade empreendidas

Quadro 36 - O Público-Alvo e as Acções Realizadas

Beneficiários	Website, Lista projectos aprovados website, Notícias website, Anúncios Imprensa, Notícias Comunicação Social.
Potenciais Beneficiários	Website, Lista projectos aprovados website, Notícias website, Anúncios Imprensa, Notícias Comunicação Social.
Público em Geral	Website, Lista projectos aprovados website, Notícias website, Anúncios Imprensa, Notícias Comunicação Social, Paineis de Obras e Placa Comemorativa projectos.
Meios de comunicação social	Conferências de Imprensa, Website, Lista projectos aprovados website, Notícias website.
Autoridades regionais	Website, Lista projectos aprovados website, Notícias website, Comissão de Acompanhamento.
Autoridades nacionais	Website, Lista projectos aprovados website, Notícias website, Comissão de Acompanhamento.
Comissão Europeia	Website, Lista projectos aprovados website, Notícias website, Comissão de Acompanhamento.




## c) Os meios de comunicação utilizados

Quadro 37 - Os Meios de Comunicação e a sua Utilização

Televisão	Notícias
Rádio	Notícias, "Objectivo 2013" TSF/QREN
Imprensa	Publicidade revistas, Notícias jornais
Internet	Notícias website PROCONVERGENCIA, website QREN, portal azores, websites jornais





Quadro 38- Notícias

Objectivo	- Divulgar resultados; - Transparência na aplicação dos fundos.
Público-alvo	Público em geral
Cobertura	Regional e nacional
Meio	Imprensa, rádio, online e TV
Indicadores imprensa	42 Notícias
Indicadores rádio	12 Notícias
Indicadores online	09 Notícias
Indicadores TV	03 Notícias
Notícia imprensa Diário de Notícias 3 de Novembro de 2009	
Notícia Website Portal Açores 25 de Junho de 2009	
Notícia TV RTPAçores 9 de Junho de 2009	

Quadro 39 - Publicação de Notícias no Website

Objectivo	- Informação sobre as potencialidades do programa; - Transparência na aplicação dos fundos; - Mostrar resultados.
Público-alvo	Beneficiários, potenciais beneficiários, público em geral, comunicação social e autoridades regionais, nacionais e comunitárias
Meio	Website PROCONVERGENCIA
Indicadores	12 Publicações ano

Quadro 40 - Anúncios Imprensa




Objectivo	Valorizar projectos concluídos PROCONVERGENCIA
Público-alvo	Público em geral
Meios	Suplemento Açores - Edições INEDIA, Jornal Público
Dimensão	1 página - português
Edição	Janeiro de 2009, jornal Público de 21-01-2009
Indicadores	Tiragem de 65 000 exemplares
Anúncio: Suplemento Açores - Edições INEDIA, Jornal Público	 <p>Região Autónoma dos Açores   Ilha do Faial</p> <p><b>Uma nova geração de espaços públicos</b> Requalificação do Farol dos Capelinhos - Centro de Interpretação Co-financiado pelo Programa Operacional dos Açores para a Convergência - PROCONVERGENCIA, 2007-2013</p> <p>PROCONVERGENCIA ERDF FEDER FSE</p>
Objectivo	Valorizar projectos concluídos PROCONVERGENCIA
Distribuição	Comité das Regiões, Representações regionais em Bruxelas, Comissão Europeia, Parlamento Europeu, EURADA, Banco Europeu de Investimento
Meios	Regional Review
Dimensão	1 página - Inglês
Edição	Edição nº. 14 de Outubro de 2009, publicação trimestral
Indicadores	Tiragem de 10 000 exemplares
Anúncio: Regional Review	 <p>The Parliament Magazine's <b>REGIONAL REVIEW</b> EUROPE'S REGIONS AND CITIES Issue 14 October 2009</p> <p><b>Regions in partnership</b></p> <p>Pavel Samecki on Open Days 2009 and why Europe's regions must work together to tackle global challenges</p> <p>Danuta Hübner on her role as chair of parliament's regional development committee</p> <p>Luís Van den Branda sets out the priorities for this year's Open Days</p> <p>Manfred Diekmann calls for a holistic approach to the economic and climate crisis</p> <p>"Open Days provides an opportunity for regions and cities to share ideas on boosting economic development and other crucial challenges, such as climate change"</p> <p>PROCONVERGENCIA ERDF FEDER FSE</p> <p><b>Azores Operational Programme</b></p> <p>The Azores Operational Programme for the 2007-2013 programming period is a central element of the regional development strategy for the Azores. It is a multi-sectoral programme that covers all areas of regional development and is financed by the European Union and the Azores Government.</p> <p>The programme has already brought important results. Thus, in the field of support for the development of small and medium-sized enterprises (SMEs), more than 1,000 SMEs have benefited from the programme's support. In the area of administrative efficiency, 14 branches of the Regional Government have been created, saving 1,000 jobs and 1,000 tonnes of paper.</p> <p>In the area of infrastructure, more than 200 km of roads have been built, 10 km of railway tracks have been modernised, and 1,000 jobs have been created in the construction sector.</p> <p>The programme also supports a significant number of projects relating to the environment and social development, and is a key element in the Azores' strategy for sustainable development.</p> <p>For the 2007-2013 period, an expenditure of 1.5 billion euros is envisaged, of which 900 million euros will be co-financed by the EU.</p> <p>The operational programme is managed by the PROCONVERGENCIA committee, which is composed of representatives of the Azores Government, the European Commission, and the European Investment Bank.</p> <p>Department for Regional Planning &amp; Development, Azores</p> <p>Responsible: Rui José Soares Address: Rua da Liberdade, 100 - 1.º andar 9501-854 Angra do Heroísmo Azores - Portugal T: +351 291 224 288 F: +351 291 224 281 www.proconvergencia.azores.gov.pt info@proconvergencia.azores.gov.pt</p>

Quadro 41 - Anúncios Imprensa / Companhias Aéreas

Objectivo	Valorizar projectos concluídos PROCONVERGENCIA
Público-alvo	Público em geral
Meios	Revista UP da TAP e Revista Spirit da SATA
Dimensão	Revista UP e Revista Spirit 1 página
Edição	Revista UP edição de Janeiro 2009 e Revista Spirit edição nº.30 Janeiro a Março 2009
Indicadores	Revista UP tiragem de 60 000 exemplares e Revista Spirit tiragem de 10 000 exemplares
Anúncio: Suplemento Açores - Edições INEDIA, Jornal Público	

Quadro 42 - Comissão de Acompanhamento

Local	Angra do Heroísmo - Terceira
Data	9 de Junho de 2009
Suportes de comunicação	2 Painéis - Divulgação de resultados
Indicadores	43 Presenças
Painéis	




Fotos	
Indicadores Imprensa	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Notícias em 2 jornais regionais;</li> <li>- 3 Notícias web;</li> <li>- Notícias em todos os noticiários da RDP Açores (09 de Junho de 2009);</li> <li>- Notícias no jornal da noite da RTP Açores (09 de Junho de 2009).</li> </ul>
Noticiário da noite RTP Açores de 09 de Junho de 2009	
Visita a projectos <ul style="list-style-type: none"> <li>- RIAC;</li> <li>- Porto de São Mateus</li> </ul>	


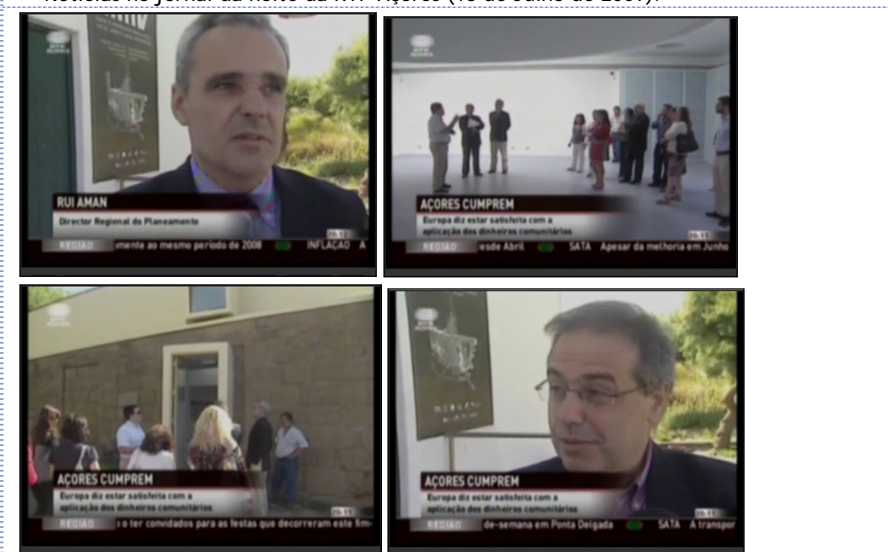
e) Responsabilidade da autoridade de gestão relativamente a medidas de informação e publicidade

A Autoridade de Gestão do PROCONVERGENCIA organizou as seguintes iniciativas de comunicação, de forma a dar cumprimento às medidas previstas no plano de comunicação:






**Quadro 43 - Grande Evento Anual**  
**Reunião da Rede de Comunicação QREN**

Objectivo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mostrar a realidade Açores;</li> <li>- Reunir num projecto financiado pelo PROCONVERGENCIA;</li> <li>- Divulgar projectos PROCONVERGENCIA junto do mercado nacional</li> </ul>
Público-alvo	Responsáveis pela comunicação dos Programas Operacionais Regionais e Temáticos
Local	Faial - Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos
Data	13 e 14 de Junho de 2009
Indicadores	19 Presenças
Fotos	 
Programa	

<p>Visita a projectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- CI Vulcão Capelinhos - Faial</li> <li>- Aquário Virtual - Faial</li> <li>- Jardim Botânico - Faial;</li> <li>- Museu Baleeiros - Pico;</li> <li>- Casa da Montanha - Pico.</li> </ul>	
Indicadores Imprensa	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Notícias em 4 jornais regionais;</li> <li>- Notícias em 3 websites;</li> <li>- Notícias em todos os noticiários da RDP Açores (13 de Julho de 2009);</li> <li>- Notícias no jornal da noite da RTP Açores (13 de Julho de 2009).</li> </ul>
Noticiário da noite RTP Açores de 13 de Julho de 2009	

- > Hasteamento da bandeira da União Europeia durante uma semana em frente das instalações da Autoridade de Gestão PROCONVERGENCIA e comemorações dia da Europa na Escola Tomás de Borba em parceria com as iniciativas do Governo Regional dos Açores.

Quadro 44 - Semana da Europa

Indicadores	120, 10 Dias Semana da Europa
Hasteamento da bandeira	
Indicadores Escola Tomás de Borba	400 alunos e 30 professores
Painéis	
Fotos Comemorações dia da Europa Escola Tomás de Borba - Ilha Terceira	

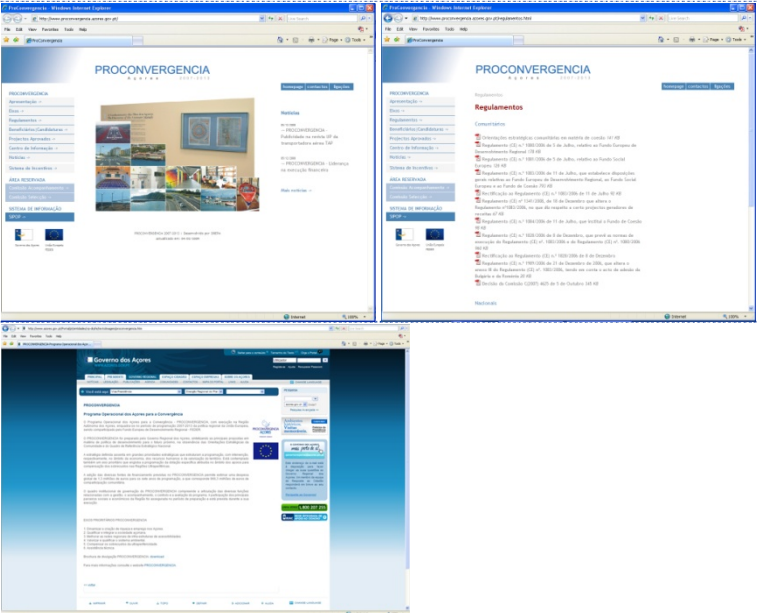


- > A publicação em formato electrónico, no website PROCONVERGENCIA, da lista de beneficiários, a designação das operações e os montantes das subvenções públicas a estas atribuídas

Quadro 45 - Publicação Listagem Beneficiários

Objectivo	Transparência na aplicação dos fundos.
Público-alvo	Beneficiários, potenciais beneficiários, público em geral, comunicação social e autoridades regionais, nacionais e comunitárias
Meio	Website PROCONVERGENCIA - <a href="http://www.proconvergenza.azores.gov.pt">www.proconvergenza.azores.gov.pt</a>
Indicadores	7 Publicações ano
Datas de publicação	31.01.2009, 15.05.2009, 31.07.2009, 31.08.2009, 31.10.2009, 30.11.2009, 31.12.2009

Quadro 46 - Website PROCONVERGENCIA

Objectivo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Disponibilizar toda a informação sobre o programa;</li> <li>- Divulgar resultados;</li> <li>- Mostrar transparência na aplicação dos fundos.</li> </ul>
Público-alvo	Beneficiários, potenciais beneficiários, público em geral, comunicação social e autoridades regionais, nacionais e comunitárias
Indicadores	- 23 360 visitas, com uma média de 64 vistas por dia.
Website PROCONVERGENCIA	
Portal Açores	

- f) Responsabilidade dos beneficiários relativamente às medidas de informação e publicidade destinada ao público

Está disponível no website do PROCONVERGENCIA, na área dos beneficiários, a orientação nº.3 - 2008, sobre informação e publicidade, destinada a todas as entidades responsáveis pela execução de projectos financiados pelo PROCONVERGENCIA. O documento contém instruções



sobre a aplicação do regulamento (CE) nº. 1828/2006, da Comissão, de 8 de Dezembro de 2006, que estabelece as disposições gerais no que respeita às acções de informação e divulgação.

A Unidade de Comunicação acompanha a aplicação desta orientação junto dos beneficiários através da check-list - publicidade onde regista os projectos com valor superior a 500 mil euros e a respectiva evidência fotográfica.


Quadro 47 - Painéis de Publicidade

Objectivo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir a aplicação do regulamento 1828/2006 da Comissão;</li> <li>- Transparência na aplicação dos fundos</li> </ul>
Indicadores	<p>De 63 projectos com valor superior a 500 mil euros</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 61 Painéis de obras colocados;</li> <li>- 20 Placas comemorativas colocadas.</li> </ul>
Exemplo de boa prática	

#### g) Redes de intercâmbios de experiências

O PROCONVERGENCIA, através da Unidade de Comunicação, tem participado activamente nas reuniões e actividades desenvolvidas pela Rede de Comunicação do QREN.

Quadro 48 - Iniciativas QREN

Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Participação em 4 reuniões da rede;</li> <li>- 2 Seminários iniciativa QREN;</li> <li>- 5 Entrevistas "Objectivo 2013" TSF-QREN.</li> </ul>
Seminário "Avaliação e Monitorização Estratégica do QREN"	

Lisboa 16 de Abril de 2009  
Painel PROCONVERGENCIA

Encontro Anual da Comissão Europeia e das Autoridades de Gestão dos Programas FEDER e Fundo de Coesão  
Évora 17 de Novembro de 2009  
Suportes de divulgação  
PROCONVERGENCIA

**ENCONTRO ANUAL**  
ENTRE A COMISSÃO EUROPEIA E AS AUTORIDADES DE GESTÃO DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS FEDER E FUNDO DE COESÃO  
17-18 Novembro 2009

Eventos: Semana da Europa

PROCONVERGENCIA

**ENCONTRO ANUAL**  
ENTRE A COMISSÃO EUROPEIA E AS AUTORIDADES DE GESTÃO DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS FEDER E FUNDO DE COESÃO  
17-18 Novembro 2009

Iniciativas Conjuntas

PROCONVERGENCIA

**ENCONTRO ANUAL**  
ENTRE A COMISSÃO EUROPEIA E AS AUTORIDADES DE GESTÃO DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS FEDER E FUNDO DE COESÃO  
17-18 Novembro 2009

Publicações

PROCONVERGENCIA

**ENCONTRO ANUAL**  
ENTRE A COMISSÃO EUROPEIA E AS AUTORIDADES DE GESTÃO DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS FEDER E FUNDO DE COESÃO  
17-18 Novembro 2009

Publicidade


PROCONVERGENCIA

**EMPREENDEDORISMO FEMININO**  
CONCURSO ABERTO  
Do 2 de Janeiro 2010 a 23 Março 2010

PROCONVERGENCIA


Indicadores	5 entrevistas
Projectos divulgados	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos (PROCONVERGENCIA);</li> <li>- Remodelações instalações SAAGA (Sistema de Incentivos);</li> <li>- Departamento de Oceanografia e Pescas (PROCONVERGENCIA);</li> <li>- Termalismo, Lamas Termais e Águas Engarrafadas dos Açores: Tipificação, Aplicações Industriais e Indicações Terapêuticas (PROCONVERGENCIA).</li> </ul>
Entrevistas TST-QREN "Objectivo 2013" Semana 23 a 27 Novembro 2009	

Quadro 49 - Reunião REDE INFORM

Indicadores	- Participação na Reunião Rede de Inform Junho de 2009
Seminário "Avaliação e Monitorização Estratégica do QREN" Bruxelas 15 e 16 de Junho de 2009 Apresentação das iniciativas dos programas operacionais	



## Quadro 50 - Divulgação das Boas Práticas

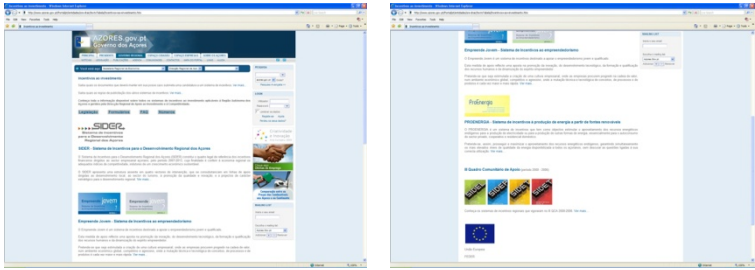
Indicadores	<p>Enviadas as 4 exemplos de boas práticas para a Rede INFORM:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos;</li> <li>- RIAC: Rede Integrada de Apoio ao Cidadão;</li> <li>- Portas do Mar (Fundo de Coesão);</li> <li>- ROV: Remote Operational Vehicle (PRODESA);</li> </ul>
Publicitação de boas práticas no website DG REGIO	 <p>The screenshot shows a webpage from 'Regional Policy - InfoREGIO'. The main heading is 'Portugal' with the sub-heading 'Island sheds light on volcanic past'. Below this is a photograph of a person sitting at a desk with a computer monitor. To the right of the photo is a text block that reads: 'with learning about the island's history and the dynamics of volcanic activity. Capturing the region's magic. The entire Azores archipelago off the Portuguese coast is a popular tourist destination, offering natural beauty, stunning scenery and historical heritage. This project has combined these elements and developed the Capelinhos Lighthouse site, at all times following the principle of sustainable tourism. This includes maintaining the biodiversity of flora, habitats and landscape, enhancing resources and promoting environmental harmony. The Centre is now equipped to inform current and future generations about the natural phenomena that have left a lasting mark on both locals and the site itself. Exploring an underground world. A unique aspect of the Capelinhos Lighthouse Environmental Interpretation Centre is its location in the buried ruins of the lighthouse. This special structure retains the lighthouse's original appearance and offers visitors a unique underground experience. The lighthouse is also a perfect viewing spot for visitors who can enjoy panoramic views of the entire surrounding area. The volcanic experience. The centre has an educational purpose, providing explanations on the volcanic activity of the region and how the heritage was formed, and tracing back the lighthouse's history, including the volcanic eruption in 1957/58 which buried most of its buildings. The main room houses an impressive piece of engineering - a shaft that recreates an eruption. From here, visitors move on to other rooms with permanent and temporary exhibitions on volcanism. When eventually arriving at the ruins of the lighthouse, the visitors can climb to the top and see the stunning dormant volcano.'</p> <p>Below the text, there is a quote: 'The centre gave me a valuable opportunity to learn more. In my capacity as a teacher, I consider the centre's visit to be a rich experience from the pedagogical point of view.' Cidália Veiga Faustino, Teacher. Below the quote, it says: '3D movies, interactive and artistic models, informal on panels and computers are just some of the attractions at the Interpretation Centre. Visitors to the region can therefore combine the pleasure of exploring the natural surroundings.'</p>

## Quadro 51 - Representante RUP

Objectivo	- Divulgar o PROCONVERGENCIA
Vista da Chefe Unidade RUP ao PROCONVERGENCIA	

## h) Organismo intermédio - Sistema de incentivos

Quadro 52 - Website Sistema de Incentivos

Objectivo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Disponibilizar toda a informação sobre o programa;</li> <li>- Divulgar resultados;</li> <li>- Mostrar transparência na aplicação dos fundos.</li> </ul>
Endereço	Portal Açores - <a href="http://www.azores.gov.pt">www.azores.gov.pt</a>
Público-alvo	Beneficiários, potenciais beneficiários, público em geral, comunicação social e autoridades regionais, nacionais e comunitárias
Website Sistema de incentivos	

Quadro 53 - Folhetos

Objectivo	Acesso ao SIDER - Turismo, Estratégico, Local e Qualidade
Público-alvo	Beneficiários e potenciais beneficiários
Folheto SIDER - TURISMO, ESTRATÉGICO, LOCAL E QUALIDADE	

## 7. CONCLUSÕES E PREVISÕES PARA 2010

No final do ano de 2009, em termos acumulados desde o início de vigência do actual período de programação, a autoridade de gestão do PROCONVERGENCIA aprovou candidaturas com uma despesa pública associada de 472,6 milhões de euros, a que correspondeu uma comparticipação FEDER de 378,0 milhões de euros.

A execução financeira (despesa efectivamente paga) das operações aprovadas ascendeu, ainda em termos acumulados, ao montante de 241,6 milhões de euros de despesa pública, com uma comparticipação FEDER de 191,6 milhões de euros.

Pode-se concluir que a avaliação do desempenho financeiro do PROCONVERGENCIA no âmbito do QREN 2007-2013, componente FEDER, é bastante positiva malgrado um ambiente exterior que se tem vindo a degradar em termos de progressivas restrições financeiras e de alguma recessão económica.

Para 2010 a Autoridade de Gestão em articulação com as autoridades públicas regionais está a desenvolver esforços para mitigar os efeitos da crise. Mantêm-se firmes as previsões de pedidos de pagamento à CE que a Autoridade de Gestão remeteu à Autoridade de Certificação que traduzem uma estimativa de despesa elegível paga pelos beneficiários de 160M€ o que corresponderá a um reembolso FEDER de mais de 127M€.

Quadro 54 - Previsões de Pedidos de Pagamentos para 2010

Unidade: euros

Eixos	Pedidos de Pagamento a efectuar de 01.Jan.10 até 30.Set.10		Pedidos de Pagamento a efectuar de 01.Out.10 até 31.Dez.10		Total de Pedidos de Pagamento a efectuar em 2010	
	Total das despesas elegíveis (públicas ou totais) <sup>1</sup> pagas pelos beneficiários	Co-financiamento da EU <sup>2</sup>	Total das despesas elegíveis (públicas ou totais) <sup>1</sup> pagas pelos beneficiários	Co-financiamento da EU <sup>2</sup>	Total das despesas elegíveis (públicas ou totais) <sup>1</sup> pagas pelos beneficiários	Co-financiamento da EU <sup>2</sup>
Eixo 1	22.500.000	19.125.000	7.500.000	21.675.000	30.000.000	25.500.000
Eixo 2	33.750.000	28.687.500	11.250.000	32.512.500	45.000.000	38.250.000
Eixo 3	25.875.000	21.993.750	8.625.000	24.926.250	34.500.000	29.325.000
Eixo 4	18.750.000	15.937.500	6.250.000	18.062.500	25.000.000	21.250.000
Eixo 5	18.750.000	9.375.000	6.250.000	6.250.000	25.000.000	12.500.000
Eixo 6	375.000	318.750	125.000	361.250	500.000	425.000
Total	120.000.000	95.437.500	40.000.000	103.787.500	160.000.000	127.250.000



## Glossário de Siglas

AG - Autoridade de Gestão  
AP - Aprovado  
ART - Associação Regional de Turismo  
CA - Comissão de Acompanhamento  
CE - Comissão Europeia  
CIDEF - Apoio à integração dos cidadãos portadores de deficiência na sociedade do conhecimento  
CITECA - Apoio à divulgação científica e tecnológica  
DRAIC - Direcção Regional de Apoio ao Investimento e Competitividade  
DRCTC - Direcção Regional da Ciência, Tecnologia e Comunicações  
DRPFE - Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais  
e-GOV - Dinamização do Governo Electrónico na Administração Pública Regional  
EP - Eixo Prioritário  
EUROSTAT - Serviço de Estatística da União Europeia  
EX - Executado  
FC - Fundo de Coesão  
FCGM - Fundo de Contra-Garantia Mútuo  
FEADER - Fundo Europeu Agrícola do Desenvolvimento Rural  
FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Económico Regional  
FORMAC - Apoio à formação avançada  
FSE - Fundo Social Europeu  
hab. - habitantes  
I&D - Investigação e Desenvolvimento  
I&DT - Investigação e Desenvolvimento Tecnológico  
IFDR - Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional  
IGF - Inspeção-Geral de Finanças  
INCA - Programa de Apoio às Instituições de Investigação Científica dos Açores  
INCITA - Apoio a projectos de investigação científica e tecnológica com interesse para o desenvolvimento sustentável dos Açores  
INE - Instituto Nacional de Estatística  
INOVA - Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores  
M€ - Milhões de euros  
OE - Objectivo Específico  
ONGs - Organizações não governamentais  
PIB - Produto Interno Bruto  
PICTI - Plano Integrado para a Ciência, Tecnologia e Inovação  
PME - Pequena e Média Empresa



PO - Programa Operacional  
POVT - Programa Operacional Valorização do Território  
PR - Programado  
PRATICA - Apoio ao desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação  
PRICE - Apoio a iniciativas de I&DI realizadas em contexto empresarial  
PROCONVERGENCIA - Programa Operacional dos Açores para a Convergência  
PRODESA - Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico e Social dos Açores  
PRO-EMPREGO - Programa Operacional do Fundo Social Europeu para a Região Autónoma dos Açores  
PROMAR - Programa Pesca 2007-2013  
PRORURAL - Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores (2007-2013)  
QCA III - Quadro Comunitário de Apoio III  
QREN - Quadro de Referência Estratégica Nacional  
RAA - Região Autónoma  
RAAPREA - Regulamento de Acesso ao Apoio e Partilha de Risco das Empresas Açorianas  
Reg. - Regulamento  
RIAC - Rede Integrada de Apoio ao Cidadão  
SGC - Sistema de Gestão Documental.  
SI - Sistema de Informação  
SIGRHARA- Sistema de informação de gestão e administração de recursos para a administração regional dos Açores  
SIPOP - Sistema de Informação do Programa Operacional PROCONVERGENCIA  
SREA - Serviço Regional de Estatística dos Açores  
TICs - Tecnologias da Informação e Comunicação  
Tx. - Taxa  
UA - Universidade dos Açores  
UE - União Europeia  
VAB - Valor Acrescentado Bruto

## ANEXOS



**Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais**

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2009)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
Agenda Factores de Competitividade									
ICN-Tri-001 (*)	Realização	nº	Empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento (no âmbito dos sistemas de incentivos)	5	211			→Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME →Sistema de Incentivos à Inovação →Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT) →Sistemas de Incentivos do Proconvergência →Sistemas de Incentivos do Intervir +	
ICN - Anual-002	Realização	nº	Empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento nos sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia Nota: Os sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia são indentificados pelo código CAE na Tabela I	-	-			→Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME →Sistema de Incentivos à Inovação →Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT) →Sistemas de Incentivos do Proconvergência →Sistemas de Incentivos do Intervir +	
ICN-Tri-002	Realização	Euros	Investimento total nos projectos de apoio a empresas no âmbito dos sistemas de incentivos	1.443.199,01	157.520.634,61			→Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME →Sistema de Incentivos à Inovação →Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT) →Sistemas de Incentivos do Proconvergência →Sistemas de Incentivos do Intervir +	
	Realização	Euros	Investimento elegível nos projectos de apoio a empresas no âmbito dos sistemas de incentivos	1.443.199,01	157.520.634,61			→Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME →Sistema de Incentivos à Inovação →Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT) →Sistemas de Incentivos do Proconvergência →Sistemas de Incentivos do Intervir +	
ICN-Tri-003	Realização	Nº	Novas empresas/start-up apoiadas (no âmbito dos sistemas de incentivos)	-	55			→Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME →Sistema de Incentivos à Inovação →Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT) →Sistemas de Incentivos do Proconvergência →Sistemas de Incentivos do Intervir +	
ICN-Tri-004	Realização	Nº	Novas empresas/start-up apoiadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia Nota: Os sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia são indentificados pelo código CAE na Tabela I	-	-			→Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME →Sistema de Incentivos à Inovação →Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI IDT) →Sistema de Incentivos do Proconvergência e do Intervir +	
ICN - Anual-003	Resultado	Euros	VAB gerado pré-projecto por empresas apoiadas classificadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia	n.d.	n.d.			→Sistema de Incentivos à Inovação →Sistemas de Incentivos do Proconvergência →Sistemas de Incentivos do Intervir +	
	Resultado	Euros	VAB gerado pós-projecto por empresas apoiadas classificadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia	n.d.	n.d.			→Sistema de Incentivos à Inovação →Sistemas de Incentivos do Proconvergência →Sistemas de Incentivos do Intervir +	
ICN - Anual-004	Realização	nº	Empresas apoiadas em sectores de produção transaccionável e internacionalizável	n.d.	n.d.			→Sistema de Incentivos à Inovação →Sistemas de Incentivos do Proconvergência →Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento	

**Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais**

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2009)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
<b>ICN - Anual-005</b>	Resultado	Euros	VAB gerado pelas empresas apoiadas, no pré-projecto	n.d.	n.d.				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir +
	Resultado	Euros	VAB gerado pelas empresas apoiadas, no pós-projecto	n.d.	n.d.				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir +
<b>ICN - Anual-006</b>	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pré-projecto	n.d.	n.d.				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir +
	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pós-projecto	n.d.	n.d.				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir +
<b>ICN - Anual-007</b>	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento em sectores intensivos em conhecimento e média e alta tecnologia, no pré-projecto	n.d.	n.d.				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir +
	Resultado	Euros	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento em sectores intensivos em conhecimento e média e alta tecnologia, no pós-projecto	n.d.	n.d.				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir +
<b>ICN - Anual-008</b>	Resultado	Euros	Valor das vendas das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pré-projecto	n.d.	n.d.				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir +
	Resultado	Euros	Valor das vendas das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, no pós-projecto	n.d.	n.d.				→ Sistema de Incentivos à Inovação → Sistemas de Incentivos do Proconvergência → Sistemas de Incentivos do Intervir + - não exequível o apuramento
<b>ICN - Anual-009</b>	Realização	N.º	Garantias prestadas às PME	n.d.	n.d.				
<b>ICN-Tri-005</b>	Realização	N.º	Empresas apoiadas no âmbito dos mecanismos de Engenharia Financeira	-	861	2.250.000,00	16.640.000,00		→ Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI) → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
<b>ICN - Anual-010</b>	Realização	Euros	Investimento realizado em capital de risco	n.d.	n.d.				
<b>ICN-Tri-006 (**)</b>	Realização	Euros	Investimento Total em I&DT	-	709.290,00				→ Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico → Regulamento Específico Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento; → SAESCTN
	Realização	Euros	Investimento Elegível em I&DT	-	709.290,00				→ Regulamento Específico Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica → Regulamento Específico Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas → Regulamento Específico Valorização Económica dos Recursos Específicos (PO NORTE, Eixo II) → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +

**Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais**

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2009)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
<b>ICN - Anual-012</b>	Realização	Euros	Investimento total em projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	<b>92.081,08</b>	<b>3.477.165,23</b>				→ Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico - tipologias a) ii) e iii) → SAESCTN - tipologias a) ii) → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
			Investimento elegível em projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	<b>92.081,08</b>	<b>3.477.165,23</b>				
<b>ICN-Tri-007 (***)</b>	Realização	nº	Ações Colectivas						
<b>ICN- Anual-014</b>	Realização	Euros	Investimento total nas Ações Colectivas						→ Sistema de Apoio a Accões Colectivas - SIAC → Regulamentação Específica do Intervir +
			Investimento elegível nas Ações Colectivas						
<b>ICN - Anual-015</b>	Realização	m2	Área infra-estruturada nos Parques de C&T	-	-				→ Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica → Regulamento Específico Valorização Económica dos Recursos Específicos (PO NORTE - Eixo 2) → Regulamentação Específica do Proconvergência → Regulamentação Específica do Intervir +
	Realização	m2	Área infra-estruturada nas Incubadoras de empresas	-	-				
	Realização	m2	Área infra-estruturada nas áreas de acolhimento empresarial	-	-				
<b>ICN - Anual-016</b>	Realização	Nº	Projectos pilotos de eficiência energética						→ Regulamento Específico "Energia"
<b>ICN - Anual-017 (****)</b>	Realização	MWh	Consumo energético antes da implementação do projecto						→ Regulamento Específico "Energia"
	Resultado	MWh	Consumo energético após a implementação do projecto						→ Regulamento Específico "Energia"
<b>ICN-Tri-008</b>	Realização	nº	Lojas do cidadão, centros multiserviços e balcões únicos	-	<b>18</b>	<b>1.117.494,03</b>	<b>2.294.383,27</b>		→ Sistema de Apoio à Modernização Administrativa - SAMA → Regulamentação Específica do Proconvergência → Regulamentação Específica do Intervir +
<b>ICN-AAE-001</b>	Resultado	nº	População servida pelas lojas do cidadão, centros multiserviços e balcões únicos	-	<b>182629</b>				→ Sistema de Apoio à Modernização Administrativa - SAMA → Regulamentação Específica do Proconvergência → Regulamentação Específica do Intervir +
<b>ICN-AAE-002</b>	Resultado	nº	Serviços on-line orientados para empresas disponibilizados por entidades públicas	-	<b>22</b>				→ Sistema de Apoio à Modernização Administrativa - SAMA → Regulamentação Específica do Proconvergência → Regulamentação Específica do Intervir +
<b>ICN-AAE-003</b>	Realização	nº	Redução dos tempos médios de espera em serviços públicos	<b>n.d.</b>	<b>n.d.</b>				→ Sistema de Apoio à Modernização Administrativa - SAMA → Regulamentação Específica do Proconvergência → Regulamentação Específica do Intervir +
<b>ICN-AAE-006</b>	Resultado	nº	Estratégias de Eficiência Colectiva reconhecidas, por tipo de estratégia (pólos de competitividade e tecnologia, outros clusters, PROVERE, ARDU)						

**Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais**

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2009)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
Agenda Valorização do Território									
ICN-Tri-009	Realização	km	Km de rede viária construída/beneficiada/rectificada	157	258	64.793.014,98	89.298.046,07	→ Regulamento Específico Mobilidade Territorial → Regulamento Específico Redes e Equipamentos Nacionais de Transportes → Regulamento Específico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +	
ICN-Tri-010	Realização	km	Km de ferrovia construída/beneficiada					→ Regulamento Específico Redes e Equipamentos Nacionais de Transportes → Regulamento Específico Mobilidade Territorial	
ICN-Tri-011	Realização	km	Km de rede de abastecimento de água (nova ou a reabilitar/intervencionar) nos sistemas em baixa e alta	-	24	2.219.065,09	4.482.689,83	→ Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa - modelo não verticalizado" → Regulamento específico – Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento → Regulamento Específico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento Específico do Programa INTERVIR +	
ICN-Tri-012	Realização	km	km de colectores de drenagem de águas residuais (nova ou a reabilitar/intervencionar)	-	1	1.035,41	8.593,41	→Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa - modelo não verticalizado" → Regulamento específico – Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento →Regulamento Específico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA →Regulamento Específico do Programa INTERVIR +	
ICN - Anual-018	Realização	nº	ETARs construídas	-	-			→ Ciclo Urbano da Água - "vertente em baixa - modelo não verticalizado" → Regulamento específico – Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento →Regulamento Específico Redes e Equipamentos Estruturantes na R.A. Madeira → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA →Regulamento Específico do Programa INTERVIR +	
ICN - Anual-019	Realização	ton/ano	Quantidade de RUB valorizados organicamente por ano	n.d.	n.d.			→ Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos → Regulamento Específico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA →Regulamento Específico do Programa INTERVIR +	
ICN - Anual-020	Realização	Nº	Ações de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos	-	-			→ Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos → Regulamento Específico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA →Regulamento Específico do Programa INTERVIR +	
ICN - Anual-021	Resultado	Nº	População abrangida por acções de sensibilização e estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos	-	-			→ Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos → Regulamento Específico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA →Regulamento Específico do Programa INTERVIR +	
ICN - Anual-022	Realização	nº	Operações de gestão activa de espaços protegidos e classificados	n.d.	n.d.			→Regulamento Específico Gestão Activa de espaços protegidos e classificados → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA →Regulamento Específico do Programa INTERVIR + (só para as "operações")	
ICN - Anual-023	Resultado	ha	Área classificada abrangida por intervenções de gestão activa de espaços protegidos e classificados	n.d.	n.d.			→ Regulamento Específico Gestão Activa de espaços protegidos e classificados → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA	

**Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais**

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2009)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
<b>ICN-Tri-013</b>	Realização	nº	Projectos contratados/concluídos de combate à erosão e defesa do litoral	1	2	880.109,27	2.424.891,34		→ Regulamento Específico Combate à Erosão e Defesa Costeira → Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos → Regulamento Específico Recuperação do Passivo Ambiental → Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais e Materiais → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
	Realização	nº	Projectos contratados/concluídos de prevenção e gestão de Riscos naturais e tecnológicos	1	1	2.349.127,24	2.349.182,00		
	Realização	nº	Projectos contratados/concluídos de recuperação do passivo ambiental	-	1	391.946,28	440.446,12		
<b>ICN - Anual-024</b>	Resultado	nº	População abrangida por Planos de emergência de proteção civil	-	-				→ Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos → Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais e Materiais → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
<b>ICN - Anual-025</b>	Realização	Nº	Protocolos de parceria para a regeneração urbana						
<b>ICN - Anual-026</b>	Realização	Nº	Parceiros envolvidos nas parceria para a regeneração						
<b>ICN - Anual-027</b>	Resultado	Nº	População abrangida por operações de regeneração						→ Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
<b>ICN - Anual-028</b>	Realização	m2	Área intervencionada por operações de regeneração urbana						
<b>ICN - Anual-029</b>	Realização	Nº	Programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)	-	-	-	-		
<b>ICN - Anual-030</b>	Realização	Nº	Municípios envolvidos nos programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)	-	-				→ Regulamento Específico Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
<b>ICN - Anual-031</b>	Realização	Nº	Outros parceiros envolvidos nos programas estratégicos de desenvolvimento urbano (competitividade e inovação)	-	-				
<b>ICN-Tri-014</b>	Resultado	nº	Equipamentos sociais	2	3	5.469.790,40	7.939.625,23		
		nº	Equipamentos desportivos	4	5	2.264.489,32	2.977.671,43		→ Regulamento Específico Equipamentos para a Coesão Local → Regulamento Específico Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional
		nº	Equipamentos culturais (bibliotecas públicas, arquivos públicos, teatros e cineteatros, cinema digital e centros de arte contemporânea)	4	8	7.923.283,26	24.764.736,41		→ Regulamento Específico Infraestruturas e Equipamentos Desportivos → Regulamento Específico Saúde → Regulamento Específico Saúde - LVT → Regulamento Específico Rede de Equipamentos Culturais
		nº	Unidades de saúde	-	-	-	-		→ Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +



**Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais**

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31/12/2009)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
<b>ICN - Anual-032</b>	Resultado	nº	População abrangida por equipamentos sociais	<b>230</b>	<b>280</b>				→ Regulamento Específico Equipamentos para a Coesão Local → Regulamento Específico Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional → Regulamento Específico Infraestruturas e Equipamentos Desportivos → Regulamento Específico Saúde → Regulamento Específico Saúde - LVT → Regulamento Específico Rede de Equipamentos Culturais → Regulamento Específico Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
		nº	População abrangida por equipamentos desportivos	<b>3822</b>	<b>6000</b>				
		nº	População abrangida por equipamentos culturais (bibliotecas públicas, arquivos públicos, teatros e cineteatros, cinema digital e centros de arte contemporânea)	<b>79416</b>	<b>144603</b>				
		nº	População abrangida por unidades de saúde	-	-				
<b>ICN-AAE-018</b>	Resultado	%	Variação na taxa de desvio de RUB para aterro	<b>n.d.</b>	<b>n.d.</b>				→ Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos → Regulamento Específico Infra-estruturas Nacionais para a Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos → Regulamento do PROCONVERGÊNCIA → Regulamento Específico do Programa INTERVIR +
<b>ICN-AAE-023</b>	Resultado	km	Extensão de costa intervencionada para redução do risco associado à dinâmica costeira	<b>n.d.</b>	<b>n.d.</b>				→ Regulamento Específico Combate à Erosão e Defesa Costeira → Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos → Regulamento Específico Recuperação do Passivo Ambiental → Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais e Materiais → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
<b>ICN-AAE-024</b>	Resultado	km	Extensão de costa intervencionada para contenção ou diminuição da ocupação antrópica em área de risco	<b>n.d.</b>	<b>n.d.</b>				→ Regulamento Específico Combate à Erosão e Defesa Costeira → Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos → Regulamento Específico Recuperação do Passivo Ambiental → Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais e Materiais → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
<b>ICN-AAE-025</b>	Resultado	%	Grau de cobertura do território por planos de emergência	-	-				→ Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos → Regulamento Específico Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais e Materiais → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +

**Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais**

Refº Indicador	Tipologia	Unid.	Indicador	Realização (31 /12/2009)		Execução Financeira (mil euros)		Observações	Regulamentos (PO FEDER e Fundo de Coesão)
				Executada	Contratada	Executada	Contratada		
Agenda Potencial Humano									
ICN-Tri-015	Resultado	nº	Centros escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar construídos e/ou ampliados/requalificados	10	24	11.170.293,77	23.451.374,58		→ Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar → Requalificação da Rede de Escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico → Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário → Regulamento Específico Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
		nº	Escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico construídos e/ou ampliados/requalificados	-	1	6.404.730,88	13.003.344,77		
		nº	Escolas do ensino secundário construídos e/ou ampliados/requalificados	1	4	9.058.726,42	20.154.826,98		
		nº	Universidades construídos e/ou ampliados/requalificados	1	2	5.096.087,52	5.718.068,79		
		nº	Centros de formação construídos e/ou ampliados/requalificados	2	2	5.277.388,43	11.138.381,15		
ICN - Anual-033	Resultado	nº	Alunos abrangidos por centros escolares do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar construídos e/ou ampliados/requalificados	2613	3956				→ Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar → Requalificação da Rede de Escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico → Requalificação da Rede de Escolas com Ensino Secundário → Regulamento Específico Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional → Regulamentação Específica do PROCONVERGÊNCIA → Regulamentação Específica do Programa INTERVIR +
		nº	Alunos abrangidos por escolas dos 2º e 3º ciclo do Ensino Básico construídos e/ou ampliados/requalificados	-	675				
		nº	Alunos abrangidos por escolas do ensino secundário construídos e/ou ampliados/requalificados	494	1563				
		nº	Alunos abrangidos por universidades construídos e/ou ampliados/requalificados	40	817				
		nº	Formandos abrangidos por centros de formação construídos e/ou ampliados/requalificados	353	353				

**Notas**

(\*) Este indicador na versão Sistema de Informação será desagregado e corresponde ao ICN-Anual -001

(\*\*) Este indicador na versão Sistema de Informação será desagregado e corresponde ao ICN-Anual -011

(\*\*\*) Este indicador na versão Sistema de Informação será desagregado e corresponde ao ICN - Anual-013

(\*\*\*\*) Metodologia de cálculo em consolidação. O indicador deverá ser preenchido como não disponível (n.d).

## ANEXO II - Programação Financeira, Aprovações e Execução por Eixo Prioritário até 31-12-2009

Unidade: euro

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Programação Financeira 2007-2013 (PR)			Aprovações (AP)				Execução (EX)			Fundo Comunitário pago ao Beneficiário (PG)	Indicadores financeiros (Fundo) %				
	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Investimento/ Custo total	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário		Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de pagamento (PG/AP)	Taxa de reembolso (PG/EX)
Total Programa Operacional	1.190.905.450,00	1.190.905.450,00	966.349.049,00	573.661.172,34	573.661.172,34	472.615.671,23	377.987.317,45	254.842.619,04	241.640.278,98	191.590.361,91	191.035.903,51	39,11%	19,83%	50,69%	50,54%	99,71%
FEDER	1.190.905.450,00	1.190.905.450,00	966.349.049,00	573.661.172,34	573.661.172,34	472.615.671,23	377.987.317,45	254.842.619,04	241.640.278,98	191.590.361,91	191.035.903,51	39,11%	19,83%	50,69%	50,54%	99,71%
EP1 - Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores	405.228.651,00	405.228.651,00	344.444.353,00	229.983.235,89	229.983.235,89	128.937.734,78	109.597.074,43	40.540.494,47	27.338.154,41	23.237.431,26	26.144.465,70	31,82%	6,75%	21,20%	23,86%	112,51%
OE1.1 - Qualificar o investimento empresarial				174.160.634,61	174.160.634,61	73.115.133,50	62.147.863,37	23.729.286,03	10.526.945,97	8.947.904,10	11.351.420,20			14,40%	18,27%	126,86%
OE 1.2 - Dinamizar as redes de infra-estruturas e de prestação de serviços às empresas				46.418.721,98	46.418.721,98	46.418.721,98	39.455.913,67	15.117.293,16	15.117.293,16	12.849.699,17	13.353.217,52			32,57%	33,84%	103,92%
OE 1.3 - Apoiar a investigação na Região				709.290,00	709.290,00	709.290,00	602.896,50	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00%	0,00%	0,00%
OE 1.4 - Fomentar iniciativas de I&D de contexto empresarial				3.737.653,68	3.737.653,68	3.737.653,68	3.177.005,62	92.081,08	92.081,08	78.268,92	78.268,92			2,46%	2,46%	100,00%
OE 1.5 - Melhorar a acessibilidade e utilização das TICs				1.317.649,78	1.317.649,78	1.317.649,78	1.120.002,31	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00%	0,00%	0,00%
OE 1.6 - Melhorar a eficiência administrativa				3.639.285,84	3.639.285,84	3.639.285,84	3.093.392,96	1.601.834,20	1.601.834,20	1.361.559,07	1.361.559,06			44,02%	44,02%	100,00%
EP2 - Qualificar e integrar a sociedade açoriana	275.037.039,00	275.037.039,00	233.781.483,00	109.148.029,34	109.148.029,34	109.148.029,34	92.775.824,95	52.664.790,00	52.664.790,00	44.765.071,50	41.433.433,50	39,68%	19,15%	48,25%	44,66%	92,56%
OE 2.1 - Modernizar a rede de equipamentos escolares				73.465.996,27	73.465.996,27	73.465.996,27	62.446.096,84	37.007.227,02	37.007.227,02	31.456.142,96	28.260.751,79			50,37%	45,26%	89,84%
OE 2.2 - Valorizar o património cultural				24.764.736,41	24.764.736,41	24.764.736,41	21.050.025,95	7.923.283,26	7.923.283,26	6.734.790,78	6.686.263,73			31,99%	31,76%	99,28%
OE 2.3 - Melhorar a rede de equipamentos de animação local				2.977.671,43	2.977.671,43	2.977.671,43	2.531.020,71	2.264.489,32	2.264.489,32	1.924.815,92	1.895.312,91			76,05%	74,88%	98,47%
OE 2.4 - Modernizar equipamentos de saúde																
OE 2.5 - Modernizar a rede de equipamentos de protecção social				7.939.625,23	7.939.625,23	7.939.625,23	6.748.681,45	5.469.790,40	5.469.790,40	4.649.321,84	4.591.105,07			68,89%	68,03%	98,75%

**ANEXO II - Programação Financeira, Aprovações e Execução por Eixo Prioritário até 31-12-2009**

Unidade: euro

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Programação Financeira 2007-2013 (PR)			Aprovações (AP)				Execução (EX)			Fundo Comunitário pago ao Beneficiário (PG)	Indicadores financeiros (Fundo) %				
	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Investimento/ Custo total	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário		Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de pagamento (PG/AP)	Taxa de reembolso (PG/EX)
<b>EP3 - Melhorar as Redes Regionais de Infra-estruturas de Acessibilidades</b>	<b>201.164.364,00</b>	<b>201.164.364,00</b>	<b>170.989.709,00</b>	<b>128.607.398,47</b>	<b>128.607.398,47</b>	<b>128.607.398,47</b>	<b>109.316.288,69</b>	<b>96.483.201,11</b>	<b>96.483.201,11</b>	<b>82.010.720,94</b>	<b>81.746.635,24</b>	<b>63,93%</b>	<b>47,96%</b>	<b>75,02%</b>	<b>74,78%</b>	<b>99,68%</b>
OE 3.1 - Requalificar a rede regional de infra-estruturas rodoviárias e marítimas				126.450.398,47	126.450.398,47	126.450.398,47	107.482.838,69	95.196.201,11	95.196.201,11	80.916.770,94	80.652.685,24			75,28%	75,04%	99,67%
OE3.2 - Melhorar a eficiência e a segurança dos sistemas				2.157.000,00	2.157.000,00	2.157.000,00	1.833.450,00	1.287.000,00	1.287.000,00	1.093.950,00	1.093.950,00			59,67%	59,67%	100,00%
<b>EP4 - Valorizar e Qualificar o Sistema Ambiental</b>	<b>173.567.848,00</b>	<b>173.567.848,00</b>	<b>147.532.671,00</b>	<b>36.505.357,32</b>	<b>36.505.357,32</b>	<b>36.505.357,32</b>	<b>31.029.553,72</b>	<b>25.382.399,73</b>	<b>25.382.399,73</b>	<b>21.575.039,77</b>	<b>21.829.041,42</b>	<b>21,03%</b>	<b>14,62%</b>	<b>69,53%</b>	<b>70,35%</b>	<b>101,18%</b>
OE 4.1 - Ordenar o território				2.936.339,83	2.936.339,83	2.936.339,83	2.495.888,86	953.303,27	953.303,27	810.307,78	810.307,78			32,47%	32,47%	100,00%
OE 4.2 - Aumentar a cobertura da rede de infra-estruturas ambientais				12.243.400,99	12.243.400,99	12.243.400,99	10.406.890,84	7.261.813,81	7.261.813,81	6.172.541,73	6.604.624,98			59,31%	63,46%	107,00%
OE 4.3 - Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental				18.976.434,50	18.976.434,50	18.976.434,50	16.129.969,32	14.818.155,41	14.818.155,41	12.595.432,11	12.517.144,20			78,09%	77,60%	99,38%
OE 4.4 - Melhorar sistemas de prevenção e gestão de riscos				2.349.182,00	2.349.182,00	2.349.182,00	1.996.804,70	2.349.127,24	2.349.127,24	1.996.758,15	1.896.964,46			100,00 %	95,00%	95,00%
<b>EP5 - Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade</b>	<b>131.201.666,00</b>	<b>131.201.666,00</b>	<b>65.600.833,00</b>	<b>67.817.151,32</b>	<b>67.817.151,32</b>	<b>67.817.151,32</b>	<b>33.908.575,66</b>	<b>39.439.643,54</b>	<b>39.439.643,54</b>	<b>19.719.821,78</b>	<b>19.719.821,79</b>	<b>51,69%</b>	<b>30,06%</b>	<b>58,16%</b>	<b>58,16%</b>	<b>100,00%</b>
OE 5.1 - Compensar os custos de funcionamento dos sistemas de transportes no arquipélago				37.745.636,00	37.745.636,00	37.745.636,00	18.872.818,00	35.801.145,90	35.801.145,90	17.900.572,95	17.900.572,95			94,85%	94,85%	100,00%
OE 5.2 - Compensar os custos de investimento dos sistemas de transporte do arquipélago				30.071.515,32	30.071.515,32	30.071.515,32	15.035.757,66	3.638.497,64	3.638.497,64	1.819.248,83	1.819.248,84			12,10%	12,10%	100,00%
<b>EP6 - Assistência Técnica</b>	<b>4.705.882,00</b>	<b>4.705.882,00</b>	<b>4.000.000,00</b>	<b>1.600.000,00</b>	<b>1.600.000,00</b>	<b>1.600.000,00</b>	<b>1.360.000,00</b>	<b>332.090,19</b>	<b>332.090,19</b>	<b>282.276,66</b>	<b>162.505,86</b>	<b>34,00%</b>	<b>7,06%</b>	<b>20,76%</b>	<b>11,95%</b>	<b>57,57%</b>
OE 6.1 - Assistência Técnica do Programa				1.600.000,00	1.600.000,00	1.600.000,00	1.360.000,00	332.090,19	332.090,19	282.276,66	162.505,86			20,76%	11,95%	57,57%

**Anexo III - Aprovações e execução até 31-12-2009 por NUT III**

unid: euro

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Aprovações				Execução			
	Nº Projs	CT	DP	Fundo	CT	DP	Fundo	Tx EX/AP (Fundo)
Total Programa Operacional	408	573.661.172,34	472.615.671,23	377.987.317,45	254.842.619,04	241.640.278,98	191.590.361,91	50,69
FEDER	408	573.661.172,34	472.615.671,23	377.987.317,45	254.842.619,04	241.640.278,98	191.590.361,91	50,69
Fundo de Coesão								
NORTE								
Minho-Lima								
Cávado								
Ave								
Grande Porto								
Tâmega								
Entre Douro e Vouga								
Douro								
Alto Trás-os-Montes								
CENTRO								
Baixo Vouga								
Baixo Mondego								
Pinhal Litoral								
Pinhal Interior Norte								
Dão-Lafões								
Pinhal Interior Sul								
Serra da Estrela								
Beira Interior Norte								
Beira Interior Sul								
Cova da Beira								
ALENTEJO								
Alentejo Litoral								
Alto Alentejo								
Alentejo Central								
Baixo Alentejo								
ALGARVE								
RAA	408	573.661.172,34	472.615.671,23	377.987.317,45	254.842.619,04	241.640.278,98	191.590.361,91	50,69
RAM								
Multi-região Convergência								
Não regionalizável								

**Anexo IV.A - Resumo Implementação Física - Indicadores do Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009**

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)												
EP1 - Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores												
OE 1.1 - Qualificar o investimento empresarial												
	Projectos de expansão/modernização apoiados	Realização - Contratada			207							207
		Realização - Encerramento			1							1
		Metas				300					800	800
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Projectos com carácter inovador e factores dinâmicos de competitividade	Realização - Contratada			10							10
		Realização - Encerramento										
		Metas				120					400	400
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Navios de transporte de passageiros adquiridos	Realização - Contratada										
		Realização - Encerramento										
		Metas				2					2	2
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	N.º de empresas do transporte colectivo de passageiros apoiadas	Realização - Contratada			7							7
		Realização - Encerramento			4							4
		Metas				4					8	8
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	N.º de empresas apoiadas pelas linhas de crédito	Realização - Contratada			861							861
		Realização - Encerramento										
		Metas									1500	1500
		Valor de Referência / Situação de Partida										
OE 1.2 - Dinamizar as redes de infra-estruturas e de prestação de serviços às empresas												
	Laboratórios de apoio à actividade produtiva	Realização - Contratada										
		Realização - Encerramento										
		Metas				1					2	2
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Infra-estruturas de apoio à actividade económica	Realização - Contratada		1	8							8
		Realização - Encerramento			2							2
		Metas				2					5	5
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Campanhas e eventos promocionais	Realização - Contratada		40	63							63
		Realização - Encerramento		20	26							26
		Metas				15					35	35
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Acções de divulgação e sensibilização, seminários e estudos de natureza sectorial apoiados	Realização - Contratada		18	22							22
		Realização - Encerramento		4	5							5
		Metas				30					70	70
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	OE 1.3 - Apoiar a investigação na Região											

**Anexo IV.A - Resumo Implementação Física - Indicadores do Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009**

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
	Projectos para reequipamento científico	Realização - Contratada			1							1
		Realização - Encerramento										
		Metas			15					30	30	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Projectos de investigação científica apoiados	Realização - Contratada			5							5
		Realização - Encerramento										
		Metas			45					100	100	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Acções de divulgação científica e tecnológica apoiadas	Realização - Contratada										
		Realização - Encerramento										
		Metas			20					50	50	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Projectos para o desenvolvimento do ensino experimental	Realização - Contratada										
		Realização - Encerramento										
		Metas			20					50	50	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
OE 1.4 - Fomentar iniciativas de I&D de contexto empresarial												
	Infra-estruturas tecnológicas apoiadas	Realização - Contratada			1							1
		Realização - Encerramento										
		Metas			2					5	5	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Projectos empresariais de I&D apoiados	Realização - Contratada			2							2
		Realização - Encerramento										
		Metas			10					25	25	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
OE 1.5 - Melhorar a acessibilidade e utilização das TICs												
	Espaços TIC apoiados	Realização - Contratada			70							70
		Realização - Encerramento										
		Metas			27					60	60	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Redes e projectos integrados de TIC	Realização - Contratada										
		Realização - Encerramento										
		Metas			15					30	30	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Equipamentos de TIC adquiridos	Realização - Contratada			472							472
		Realização - Encerramento										
		Metas			2200					5000	5000	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Acções de divulgação/seminários / estudos em TIC	Realização - Contratada										
		Realização - Encerramento										
		Metas			9					20	20	
		Valor de Referência / Situação de Partida										
OE 1.6 - Melhorar a eficiência administrativa												

**Anexo IV.A - Resumo Implementação Física - Indicadores do Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009**

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
	Projectos de automatização e simplificação de procedimentos administrativos apoiados	Realização - Contratada		2	2							2
		Realização - Encerramento										
		Metas				5					10	10
		Valor de Referência / Situação de Partida										
EP2 - Qualificar e integrar a sociedade açoriana												
OE 2.1 - Modernizar a rede de equipamentos escolares												
	Estabelecimentos de ensino básico, secundário e profissional construídos	Realização - Contratada		4	7							7
		Realização - Encerramento		1	2							2
		Metas				4					10	10
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Estabelecimentos de ensino básico, secundário e profissional remodelados	Realização - Contratada		6	26							26
		Realização - Encerramento		0	12							12
		Metas				9					20	20
		Valor de Referência / Situação de Partida										
OE 2.2 - Valorizar o património cultural												
	Equipamentos culturais construídos/ /intervencionados (1)	Realização - Contratada		4	8							8
		Realização - Encerramento		2	4							4
		Metas				5					12	12
		Valor de Referência / Situação de Partida										
OE 2.3 - Melhorar a rede de equipamentos de animação local												
	Equipamentos de animação local construídos/remodelados	Realização - Contratada			5							5
		Realização - Encerramento			4							4
		Metas				9					20	20
		Valor de Referência / Situação de Partida										
OE 2.4 - Modernizar equipamentos de saúde												
	Unidades de Saúde construídas/ /remodeladas	Realização - Contratada										
		Realização - Encerramento										
		Metas				3					6	6
		Valor de Referência / Situação de Partida										
OE 2.5 - Modernizar a rede de equipamentos de protecção social												
	Projectos de intervenção social apoiados	Realização - Contratada		1	3							3
		Realização - Encerramento			2							2
		Metas				7						15
		Valor de Referência / Situação de Partida										



**Anexo IV.A - Resumo Implementação Física - Indicadores do Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009**

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
EP3 - Melhorar as Redes Regionais de Infra-estruturas de Acessibilidades												
OE 3.1 - Requalificar a rede regional de infra-estruturas rodoviárias e marítimas												
	Novas estradas construídas	Realização - Contratada		2	9							9
		Realização - Encerramento		1	2							2
		Metas				10					20	20
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Estradas reconstruídas ou remodeladas	Realização - Contratada		174	249							249
		Realização - Encerramento		68	155							155
		Metas				170					400	400
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Portos comerciais intervencionados	Realização - Contratada		2	5							5
		Realização - Encerramento		2	2							2
		Metas				3					5	5
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Portos de pesca intervencionados	Realização - Contratada		5	8							8
		Realização - Encerramento		4	7							7
		Metas				2					4	4
		Valor de Referência / Situação de Partida										
OE 3.2 - Melhorar a eficiência e a segurança dos sistemas												
	Equipamentos portuários adquiridos	Realização - Contratada			3							3
		Realização - Encerramento			2							2
		Metas				7					15	15
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Equipamento de sinalização e informação rodoviária adquirido	Realização - Contratada										
		Realização - Encerramento										
		Metas				1400					3000	3000
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Estudos/diagnósticos/ campanhas/planos (1)	Realização - Contratada										
		Realização - Encerramento										
		Metas				5					12	12
		Valor de Referência / Situação de Partida										
EP4 - Valorizar e Qualificar o Sistema Ambiental												
OE 4. 1 - Ordenar o território												
	Planos de ordenamento apoiados	Realização - Contratada		1	3							3
		Realização - Encerramento		1	1							1
		Metas				9					20	20
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Planos de Ordenamento da Orla Costeira apoiados	Realização - Contratada										
		Realização - Encerramento										
		Metas				1					2	2
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Intervenções no Território (desenvolvimento urbano, orla costeira e bacias hidrográficas)	Realização - Contratada			3							3
		Realização - Encerramento			1							1
		Metas				4						6
		Valor de Referência / Situação de Partida										

**Anexo IV.A - Resumo Implementação Física - Indicadores do Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009**

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
OE 4.2 - Aumentar a cobertura da rede de infra-estruturas ambientais												
	Rede de distribuição de água construída/ beneficiada	Realização - Contratada		7	24							24
		Realização - Encerramento										
		Metas				45					100	100
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Rede de distribuição de águas residuais construída/ beneficiada	Realização - Contratada			1							1
		Realização - Encerramento										
		Metas				60					130	130
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Estações de tratamento de águas residuais	Realização - Contratada			2							2
		Realização - Encerramento										
		Metas				2					5	5
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Captação e tratamento de água	Realização - Contratada		3	8							8
		Realização - Encerramento		2	2							2
		Metas				7					15	15
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Infra-estruturas para gestão de resíduos sólidos	Realização - Contratada										
		Realização - Encerramento										
		Metas				2					4	4
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Estudos e Planos	Realização - Contratada			9							9
		Realização - Encerramento			6							6
		Metas				10						12
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Outras Intervenções na Rede Regional de Infra-estruturas Ambientais	Realização - Contratada			5							5
		Realização - Encerramento			2							2
		Metas				3						6
		Valor de Referência / Situação de Partida										
OE 4.3 - Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental												
	Projectos de apoio à conservação da biodiversidade e valorização dos recursos (centros de visitação, intervenção na paisagem protegida, requalificação ambiental de áreas da Rede Natura 2000)	Realização - Contratada		10	10							10
		Realização - Encerramento		7	7							7
		Metas				12					25	25
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Projectos que visem a melhoria da qualidade ambiental (construção, remodelação e equipamento de estruturas de monitorização)	Realização - Contratada		4	5							5
		Realização - Encerramento		1	1							1
		Metas				5					12	12
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Campanhas de sensibilização e promoção ambiental	Realização - Contratada										
		Realização - Encerramento										
		Metas				10					16	16
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Estudos	Realização - Contratada			1							1
		Realização - Encerramento			1							1
		Metas				5					12	12
		Valor de Referência / Situação de Partida										

**Anexo IV.A - Resumo Implementação Física - Indicadores do Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009**

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
OE 4.4 - Melhorar sistemas de prevenção e gestão de riscos												
	Infra-estruturas de apoio à protecção civil	Realização - Contratada										
		Realização - Encerramento										
		Metas				1					3	3
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Equipamentos adquiridos no âmbito da protecção civil	Realização - Contratada		10	34							34
		Realização - Encerramento			34							34
		Metas				9					20	20
		Valor de Referência / Situação de Partida										
EP5 - Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade												
OE 5.1 - Compensar os custos de funcionamento dos sistemas de transportes no arquipélago												
	Rotas de transporte inter-ilhas objecto de compensação financeira	Realização - Contratada		15	15							15
		Realização - Encerramento		15	15							15
		Metas				15					15	15
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Doentes deslocados beneficiados/ano	Realização - Contratada										
		Realização - Encerramento										
		Metas				23000					23000	23000
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Resíduos transportados/ano	Realização - Contratada										
		Realização - Encerramento										
		Metas				10000					10000	10000
		Valor de Referência / Situação de Partida										
OE 5.2 - Compensar os custos de investimento dos sistemas de transporte do arquipélago												
	Infra-estruturas aéreas intervencionadas/apetechadas	Realização - Contratada		1	3							3
		Realização - Encerramento			1							1
		Metas				3					5	5
		Valor de Referência / Situação de Partida										
EP6 - Assistência Técnica												
	Número de processos de entidades públicas analisados	Realização - Contratada										
		Realização - Encerramento		100	253							253
		Metas				300					600	600
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Número de acções de acompanhamento realizadas	Realização - Contratada										
		Realização - Encerramento			18							18
		Metas				150					600	600
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Estudos e avaliações	Realização - Contratada			1							1
		Realização - Encerramento										
		Metas				2					5	5
		Valor de Referência / Situação de Partida										

Anexo IV.B - Resumo Implementação Física - Indicadores Comuns Comunitários - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
<b>Indicadores Comuns Comunitários (<i>core indicators</i>)</b>											
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)	Realização - contratada		862							862
		Metas									
	2. dos quais: homens	Realização - contratada		n.d.							n.d.
		Metas									
	3. dos quais: mulheres	Realização - contratada		n.d.							n.d.
		Metas									
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	4. Nº de projectos de I&DT	Realização - contratada		7							7
		Metas									
	5. Nº de projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	Realização - contratada		2							2
		Metas									
	6. Empregos na investigação criados	Realização - contratada		4							4
		Metas									
Ajudas directas ao investimento nas PME	7. Nº de projectos	Realização - contratada		230							230
		Metas									
	8. dos quais: nº de start-ups apoiadas (empresas com menos de dois anos)	Realização - contratada		55							55
		Metas									
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização - contratada		769							769
		Metas									
Sociedade de Informação	10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	Realização - contratada		174,1							174,1
		Metas									
	11. Nº de projectos	Realização - contratada		9							9
		Metas									
	12. Acréscimo de população com acesso à banda larga	Realização - contratada		n.a							n.a
		Metas									
Transportes	13. Nº de projectos	Realização - contratada	37	62							62
		Metas									
	14. Nº de Km de novas estradas	Realização - contratada	1	9							9
		Metas									
	15. das quais: RTE	Realização - contratada		n.a							n.a
		Metas									
	16. Nº de Km de estradas reconstruídas ou remodeladas	Realização - contratada	68	249							249
		Metas									
	17. Nº de Km de novas ferrovias	Realização - contratada		n.a							n.a
		Metas									
	18. das quais: RTE	Realização - contratada		n.a							n.a
		Metas									
	19. Nº de Km de ferrovias reconstruídas ou qualificadas	Realização - contratada		n.a							n.a
		Metas									
	20. Valor (em euros/ano) dos ganhos no tempo de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de estradas (mercadorias e passageiros)	Realização - contratada		n.a							n.a
		Metas									
	21. Valor (em euros/ano) dos ganhos no tempo de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de ferrovias (mercadorias e passageiros)	Realização - contratada		n.a							n.a
		Metas									
	22. Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	Realização - contratada		n.a							n.a
		Metas									

Anexo IV.B - Resumo Implementação Física - Indicadores Comuns Comunitários - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Energias Renováveis	23. Nº de projectos	Realização - contratada		n.a							n.a
		Metas									
	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Realização - contratada		n.a							n.a
		Metas									
Ambiente	25. Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água interencionados	Realização - contratada	33 500	45 121							45 121
		Metas									
	26. Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais interencionados	Realização - contratada		9 293							9 293
		Metas									
	27. Nº de projectos de Resíduos Sólidos	Realização - contratada		2							2
		Metas									
	28. Nº de projectos visando a melhoria da qualidade do ar	Realização - contratada									
		Metas									
	29. Área reabilitada (em km2) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	Realização - contratada		n.a							n.a
		Metas									
Alterações Climáticas	30. Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	Realização - contratada		n.a							n.a
		Metas									
Prevenção de Riscos	31. Nº de projectos	Realização - contratada	1	4							4
		Metas									
	32. População que beneficia de medidas de protecção contra cheias e inundações	Realização - contratada									
		Metas									
	33. População que beneficia de medidas de protecção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações)	Realização - contratada	149 929	149 929							149 929
		Metas									
Turismo	34. Nº de projectos	Realização - contratada		58							58
		Metas									
	35. Nº de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização - contratada		139							139
		Metas									
Educação	36. Nº de projectos	Realização - contratada	9	24							24
		Metas									
	37. Nº de alunos que beneficiam das intervenções	Realização - contratada	3 500	7 364							7 364
		Metas									
Saúde	38. Nº de projectos	Realização - contratada									
		Metas									
Reabilitação Urbana	39. Nº de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atractividade das cidades	Realização - contratada									
		Metas									
Competitividade das Cidades	40. Nº de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização - contratada	11	25							25
		Metas									
Inclusão Social	41. Nº de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	Realização - contratada	1	27							27
		Metas									

**Anexo IV.C - Resumo do Resultado - Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006**

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)											
EP I - Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores											
OE 1.1 - Qualificar o investimento empresarial											
	Postos de trabalho criados nos projectos apoiados pelos Sistemas de Incentivos	Resultado (n.º)									
		Metas			1 500					4000	4000
		Situação de Partida	300/ano (1) (2000-2005)								
	Empresas/serviços com certificação	Resultado (n.º)		60							60
		Metas			130					200	200
		Situação de Partida	60 (2006)								
	Oferta de lugares no transporte marítimos inter-ilhas: - Passageiros	Resultado (n.º)									
		Metas			1150					1150	1150
		Situação de Partida	(2)								
	Oferta de lugares no transporte marítimos inter-ilhas: - Viaturas	Resultado (n.º)									
		Metas			178					178	178
		Situação de Partida	(2)								
	População beneficiada pela melhoria introduzida no transporte colectivo de passageiros	Resultado (%)		47							47
		Metas			40					100	100
		Situação de Partida	242 000 (3) (2006)								
OE 1.2 - Dinamizar as redes de infra-estruturas e de prestação de serviços às empresas											
	Volume de negócios das empresas regionais no total do país	Resultado (%)		1,4 (2007)							1,4
		Metas			1,4					1,5	1,5
		Situação de Partida	1,3 (2004)								
	Receitas na hotelaria	Resultado (ME)		56 (2008)							56
		Metas			75					105	105
		Situação de Partida	53 (2005)								
OE 1.3 - Apoiar a investigação na Região											
	Unidades do sistema científico e tecnológico apoiadas	Resultado (n.º)									
		Metas			40					100	100
		Situação de Partida	17 (4)								
	Despesas de I&D no PIB (Portugal=100)	Resultado (%)									
		Metas			75					90-100	90-100
		Situação de Partida	64 (2003)								
OE 1.4 - Fomentar iniciativas de I&D de contexto empresarial											
	Empresas apoiadas em projectos de cooperação com o sistema científico e de investigação	Resultado (n.º)									
		Metas								20	20
		Situação de Partida	0 (2006)								
OE 1.5 - Melhorar a acessibilidade e utilização das TICs											
	Agregados domésticos com ligação à Internet	Resultado (%)		47							47
		Metas			52					70	70
		Situação de Partida	37 (2006)								
OE 1.6 - Melhorar a eficiência administrativa											
	Organismos da Administração Pública que disponibilizam formulários para download	Resultado (%)		58 (2008)							58
		Metas			65					80	80
		Situação de Partida	50 (2005)								
EP II - Qualificar e integrar a sociedade açoriana											
OE 2.1 - Modernizar a rede de equipamentos escolares											
	População escolar beneficiada	Resultado (%)		9							9
		Metas			10					20	20
		Situação de Partida	40 566 (1) (2003)								
OE 2.2 - Valorizar o património cultural											
	Aumento dos utilizadores/visitantes dos espaço culturais	Resultado (%)		n.d.							n.d.
		Metas			5					10	10
		Situação de Partida	535 000/ano (1) (2003)								
OE 2.3 - Melhorar a rede de equipamentos de animação local											
	Beneficiários dos equipamentos de animação local	Resultado (%)		7							7
		Metas			40					100	100
		Situação de Partida	85 000 (2)								

**Anexo IV.C - Resumo do Resultado - Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006**

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
OE 2.4 - Modernizar equipamentos de saúde												
	Beneficiários do Serviço Regional de Saúde abrangidos	Resultado (%)										
		Metas			19					38	38	
		Situação de Partida	242 000 (1)									
OE 2.5 - Modernizar a rede de equipamentos de protecção social												
	População beneficiada por projectos de intervenção social	Resultado (n.º)			230							230
		Metas			400					1000	1000	
		Situação de Partida										
EP III - Melhorar as Redes Regionais de Infra-estruturas de Acessibilidades												
OE 3.1 - Requalificar a rede regional de infra-estruturas rodoviárias e marítimas												
	Aumento de pavimentos adequados da rede viária regional e municipal	Resultado (%)			78							78
		Metas				77					87	87
		Situação de Partida	70 (1) (2006)									
	Portos comerciais beneficiados/modernizados	Resultado (n.º)			17							17
		Metas				25					42	42
		Situação de Partida	12 (2) (2006)									
	Embarcações de pesca que beneficiam de melhores condições de operacionalidade	Resultado (%)										
		Metas				5					13	13
		Situação de Partida	1 582 (2) (2004)									
OE 3.2 - Melhorar a eficiência e a segurança dos sistemas												
	Redução do n.º de acidentes rodoviários	Resultado (n.º)			3727							3727
		Metas				3600					3200	3200
		Situação de Partida	3 900 (2004)									
	Movimentos/hora na carga e descarga de navios de contentores	Resultado (n.º)			12 a 13							
		Metas				13 a 14					15 a 16	15 a 16
		Situação de Partida	11 a 12 (2006)									
EP IV - Valorizar e Qualificar o Sistema Ambiental												
OE 4. 1 - Ordenar o território												
	Orla costeira com planos de ordenamento	Resultado (%)			80							80
		Metas				90					100	100
		Situação de Partida	80 (1) (2005)									
OE 4.2 - Aumentar a cobertura da rede de infra-estruturas ambientais												
	Perdas nos sistemas de abastecimento de água	Resultado (%)			n.d.							n.d.
		Metas				15					10	10
		Situação de Partida	20 (2001)									
	Aglomerados urbanos com população superior a 2000 e.p. que não cumprem com a Directiva Comunitária 91/271/CE, do Conselho de 21-15-1991	Resultado (%)			8							8
		Metas				4					0	0
		Situação de Partida	8 (2006)									
	População coberta pela recolha selectiva doméstica de resíduos sólidos	Resultado (%)			88							88
		Metas				93					100	100
		Situação de Partida	88 (2005)									
OE 4.3 - Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental												
	Ilhas cobertas por Planos de Gestão Integrados	Resultado										
		Metas				4					9	9
		Situação de Partida	0 (2006)									
	Ilhas cobertas por rede de Centros Interpretativos	Resultado (n.º)			2							2
		Metas				4					9	9
		Situação de Partida	1 (2006)									
OE 4.4 - Melhorar sistemas de prevenção e gestão de riscos												
	População beneficiada pela requalificação das infra-estruturas dos sistema regional de protecção civil	Resultado (%)										
		Metas	242 000 (2) (2001)			20					30	30
		Situação de Partida										

**Anexo IV.C - Resumo do Resultado - Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006**

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
EP V - Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade											
OE 5.1 - Compensar os custos de funcionamento dos sistemas de transportes no arquipélago											
	Poupança obtida ao nível dos encargos públicos no transporte aéreo inter-ilhas	Resultado (ME)		18							18
		Metas			14					32	32
		Situação de Partida	3,5/ano (1) (2007)								
	Poupança dos encargos públicos com a deslocação de doentes	Resultado (ME)									
		Metas			6					13	13
		Situação de Partida	1,5/ano (1) (2007)								
	Poupança dos encargos públicos com o transporte de resíduos	Resultado (ME)									
		Metas			1					2,25	2,25
		Situação de Partida	0,25/ano (1) (2007)								
OE 5.2 - Compensar os custos de investimento dos sistemas de transporte do arquipélago											
	Movimentos de passageiros inter-ilhas beneficiados (embarcados+desembarcados)	Resultado (milhares)		369							
		Metas			476					608	608
		Situação de Partida	355 (2) (2004)								
	Movimento de carga beneficiada (carregada+descarregada)	Resultado (ton)		1153							
		Metas			1500					1700	1700
		Situação de Partida	1 379 (2) (2004)								
EP VI - Assistência Técnica											
	Taxa de aprovação do Programa	Resultado (%)		39							
		Metas			70					100	100
		Situação de Partida									
	Taxa de execução do Programa	Resultado (%)		20							
		Metas			50					100	100
		Situação de Partida									
	Promotores públicos visitados pela estrutura gestão pelo menos uma vez	Resultado (%)		31							
		Metas			70					100	100
		Situação de Partida									

**EIXO 1**

- (1) Valores relativos à execução de medidas equivalentes no PO PRODESA (QCA III)
- (2) Associado a tipologia de projectos sem antecedentes no anterior QCA
- (3) Universo Regional - 242 000 habitantes
- (4) Universo Regional - 17 unidades

**EIXO 2**

- (1) Universo Regional para cada tipologia
- (2) População Regional até aos 24 anos
- (3) Associado a tipologia de projectos sem antecedentes no anterior QCA

**EIXO 3**

- (1) Universo Regional 2 450Km
- (2) Universo Regional para cada tipologia

**EIXO 4**

- (1) Universo Regional - 10 planos
- (2) Universo Regional

**EIXO 5**

- (1) Valor anual de referência para o cálculo do valor acumulado 2010 e 2015
- (2) valores referentes aos aeródromos da responsabilidade do Governo Regional dos Açores (Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico e Corvo)





Anexo V - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31-12-2009 (valores acumulados)

Desi- gnação do Eixo Prioritário	Candidatura/Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes aprovados				Montantes executados				Pagamentos FEDER	Nº de Pro- jectos por Eixo ou OE
	Código	Designação	Tipo	Estado	Loca- lização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Beneficiário	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE		
TOTAL DE PROCONVERGENCIA									573.661.172,34	472.615.671,23	377.987.317,45	0,00	254.842.619,04	241.640.278,98	191.590.361,91	0,00	191.035.903,51	408
1 - Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores									229.983.235,89	128.937.734,78	109.597.074,43	0,00	40.540.494,47	27.338.154,41	23.237.431,26	0,00	26.144.465,70	266
	1.1 - Qualificar o investimento empresarial								174.160.634,61	73.115.133,50	62.147.863,37	0,00	23.729.286,03	10.526.945,97	8.947.904,10	0,00	11.351.420,20	230
	RAAFDR-01-0123-FEDER-000001	Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores	Público	Arprovado	PT 200	Administração pública	512093601	ILHAS DE VALOR , SA	7.590.000,00	7.590.000,00	6.451.500,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0123-FEDER-000002	Linha de Crédito Açores Investe	Público	Arprovado	PT 200	Administração pública	512093601	ILHAS DE VALOR , SA	9.050.000,00	9.050.000,00	7.692.500,00		2.250.000,00	2.250.000,00	1.912.500,00		1.912.500,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000001	Projecto de desenvolvimento e modernização da JGM & Filho, Ldª	Público	Arprovado	PT 200	Privados	512044414	João Gonçalves Martins & Filho, Ldª	199.600,00	83.832,00	71.257,20		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000002	Projecto de Modernização e Expansão da Actividade de Henrique Roposo de Braga	Público	Arprovado	PT 200	Privados	198741154	Henrique Raposo de Braga	156.213,04	54.674,56	46.473,38		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000003	Soluções M - Materiais e Serviços para a Construção Civil, Lda.	Público	Arprovado	PT 200	Privados	512005842	Soluções M - Materiais e Serviços para a Construção	2.322.407,98	685.913,77	583.026,70		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000004	Instalação de uma fábrica de argamassas de José do Couto, Ldª	Público	Arprovado	PT 200	Privados	512032947	José do Couto, Ldª	855.027,47	287.517,48	244.389,86		356.687,51	119.942,22	101.950,89		101.950,89	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000005	David Bettencourt Dinis, E.N.I.	Público	Arprovado	PT 200	Privados	225546205	David Bettencourt Dinis, E.N.I.	20.353,36	6.106,01	5.190,11		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000006	Modernização de centrais de asfalto e aproveitamento de materiais betuminosos - TECNOVIA - Açores, SA	Público	Arprovado	PT 200	Privados	512047235	TECNOVIA - Açores, SA	1.511.169,29	462.330,38	392.980,82		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000007	Estação de serviço de combustíveis Azores Parque - José Cymbron Lda.	Público	Arprovado	PT 200	Privados	512097798	José Cymbron Lda.	893.577,76	299.398,74	254.488,93		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000008	Modernização da área produtiva e da segurança e higiene no trabalho - J. Dutra - Construções, Unip., Ldª	Público	Arprovado	PT 200	Privados	512096392	J. Dutra - Construções, Unip., Ldª	135.594,79	50.170,07	42.644,56		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000009	Obras marítimas, obras pavimentação e certificação da qualidade - Marques, S.A.	Público	Arprovado	PT 200	Privados	512005761	Marques, S.A.	3.292.776,86	946.281,93	804.339,64		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000010	Posto de Abastecimento de São Roque - A. C. Cymbron, S.A.	Público	Arprovado	PT 200	Privados	512003637	A. C. Cymbron, SA	1.130.918,81	343.536,71	292.006,20		512.596,35	155.710,26	132.353,72		132.353,72	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000011	Nova Unidade de Comércio a Retalho - Supermercado - Lourenço & Lourenço, Ldª	Público	Arprovado	PT 200	Privados	512023417	Lourenço & Lourenço, Ldª	199.033,66	79.613,46	67.671,44		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000012	Modernização Comercial e Ampliação da Capacidade de Armazenamento - Costa Pereira & Filhos, Ldª	Público	Arprovado	PT 200	Privados	512038236	Costa Pereira & Filhos, Ldª	194.997,40	68.249,09	58.011,73		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000013	Reparações, Comércio e Representações, Ldª	Público	Arprovado	PT 200	Privados	512024170	Reparações - Comércio e Representações, Ldª	138.638,43	54.068,99	45.958,64		93.901,14	34.743,42	29.531,91		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000015	Ampliação, modernização e inovação das unidades de negócio da Marques Britas, SA	Público	Arprovado	PT 200	Privados	512031304	Marques Britas, S.A.	6.265.344,80	1.504.902,19	1.279.166,86		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000016	Remodelação e beneficiação - FAMEG, Ldª	Público	Arprovado	PT 200	Privados	512060991	FAMEG - Montagens Eléctricas Gerais, Unip., Ldª	633.610,05	221.443,27	188.226,78		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000017	Renovação e Reforço da capacidade produtiva - Fábrica de Tabaco Micaelense, S.A.	Público	Arprovado	PT 200	Privados	512003351	Fábrica de Tabaco Micaelense, SA	629.274,39	198.326,15	168.577,23		272.584,98	85.909,63	73.023,19		73.023,19	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000018	Criação de empreendimento - João de Oliveira Carreiro, Ldª	Público	Arprovado	PT 200	Privados	512005079	João de Oliveira Carreiro, Ldª	781.542,56	236.771,66	201.255,91		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000019	Construção Stand e Oficinas de Assistência Técnica Automóvel - Velas Auto - Comércio de Veículos, Ldª	Público	Arprovado	PT 200	Privados	512049882	Velas - Auto-Comércio de Veículos, Ldª	888.318,06	336.769,66	286.254,21		356.886,13	135.298,86	115.004,03		115.004,03	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000020	Serralharia metalomecânica artística e civil, de João Rodrigues & Filhos	Público	Arprovado	PT 200	Privados	512090513	João Rodrigues & Filhos - Serralharia Artística,	197.923,67	79.169,47	67.294,05		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000021	Comercialização de veículos automóveis - Andrade & Irmão, Lda.	Público	Arprovado	PT 200	Privados	512001642	Andrade & Irmão, Lda.	198.130,65	73.308,34	62.312,09		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000022	Remodelação de ourivesaria de António Teles Herdeiros, Lda.	Público	Arprovado	PT 200	Privados	512004684	António Teles Herdeiros, Lda.	885.184,03	257.580,45	218.943,38		266.353,74	77.506,50	65.880,52		65.880,53	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000023	Construção de um armazém/escritório de José Alberto Leandro Toste	Público	Arprovado	PT 200	Privados	164845283	José Alberto Leonardo Toste	454.786,87	132.408,92	112.547,58		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000024	Recauchutagem Infante, Lda.	Público	Arprovado	PT 200	Privados	512002789	Recauchutagem Infante, Lda.	567.112,88	172.285,24	146.442,45		264.821,55	80.451,08	68.383,42		68.383,42	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000025	Exploração de um centro de estética de Furtado & Esteves, Lda.	Público	Arprovado	PT 200	Privados	512093199	Furtado & Esteves, Lda.	102.770,29	43.163,52	36.688,99		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000028	Modernização e/ou ampliação da empresa Mariano Brum Gouveia & Filhos Lda.	Público	Arprovado	PT 200	Privados	512014418	Mariano Brum Gouveia & Filhos Lda.	199.579,79	82.625,13	70.231,36		100.913,04	41.777,54	35.510,91		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000029	Centro Comercial Candelária-Fernando J.S.& Filhos-Comércio de Generos Alimentícios e Materiais de Construção, Lda.	Público	Arprovado	PT 200	Privados	512031550	Centro Comercial Candelária-Fernando J.S.& Filhos-	154.839,70	57.290,69	48.697,09		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000030	Modernização e/ou ampliação da SAAGA-Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S. A.	Público	Arprovado	PT 200	Privados	512000549	SAAGA - Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás,	820.796,40	227.420,15	193.307,13		428.366,80	118.688,68	100.885,38		100.885,38	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000031	Criação de empreendimento - Barretazul - Comércio de Materiais de Construção, SA	Público	Arprovado	PT 200	Privados	508204909	BARRETAZUL - Comércio de Materiais de Construção,	198.292,07	79.316,83	67.419,31		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000032	Criação de empreendimento - Fashioncandles, Unipessoal, Lda.	Público	Arprovado	PT 200	Privados	508496241	Fashioncandles Unipessoal, Lda.	16.233,32	4.870,00	4.139,50		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000033	Criação de empreendimento de produtos alimentares - Simples Prazeres - Produtos Alimentares Naturais & Gourmet, Lda.	Público	Arprovado	PT 200	Privados	512108005	Simples Prazeres - Produtos Naturais & Gourmet, Ld	29.061,94	8.718,58	7.410,79		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000034	Implementação do sistema HACCP no estabelecimento de comércio a retalho de carne e de produtos à base de carne de Marília Paula Areias Meneses Areias	Público	Arprovado	PT 200	Privados	187705100	Marília Paula Areias Meneses Areias	38.378,09	15.351,24	13.048,55		0,00	0,00	0,00		0,00	

Anexo V - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31-12-2009 (valores acumulados)

Desi- gnação do Eixo Prioritário	Candidatura/Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes aprovados				Montantes executados				Pagamentos FEDER	Nº de Pro- jectos por Eixo ou OE
	Código	Designação	Tipo	Estado	Localização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Beneficiário	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE		
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000035	Criação de empreendimento - área - construção de Carlos Alberto Pires de Lima	Público	Arpovado	PT 200	Privados	216645271	Carlos Alberto Pires de Lima	183.436,90	58.699,81	49.894,84		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000036	Modernização e/ou ampliação para a actividade de aluguer de máquinas com operador para a construção civil de Ananias Contente & Filhos Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512028761	Ananias Contente & Filhos, Lda.	199.846,06	77.939,96	66.248,97		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000037	Modernização e/ou ampliação da Solvidros, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512023476	Solvidros, Lda.	251.080,22	71.134,79	60.464,57		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000038	Modernização da empresa Anibal Sousa Rocha, Herd's Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512014523	Anibal Sousa Rocha & Herdeiros, Lda.	72.875,19	29.150,08	24.777,57		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000039	Criação de empreendimento - Mónica de Fátima Espínola da Silva Melo	Público	Arpovado	PT 200	Privados	224079573	Mónica de Fátima Espínola da Silva Melo	114.903,15	48.259,32	41.020,42		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000040	Modernização da Empresa Simosil - Comércio, Indústria e Equipamentos de Construção Civil, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512031126	Simosil - Comércio Indústria e Equipamentos de Con	218.454,32	56.582,26	48.094,92		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000041	Criação de empreendimento - César Borges de Oliveira	Público	Arpovado	PT 200	Privados	210422017	César Borges de Oliveira	33.545,18	11.405,36	9.694,56		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000042	Modernização da empresa José Simas Moniz & Filhos, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512020183	José Simas Moniz & Filhos, Lda.	73.418,55	27.164,86	23.090,13		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000043	Modernização e/ou ampliação da empresa António José Couto Alves - Sociedade Unipessoal, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512094578	António José Couto Alves - Sociedade Unipessoal, L	107.801,93	37.730,67	32.071,07		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000044	Modernização e/ou ampliação da empresa Flávia Manuela Nunes - Informática Unipessoal, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512102325	Flávia Manuela Nunes - Informática Unipessoal, Lda	79.437,04	28.376,64	24.120,14		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000045	Instalação de um salão de cabeleireiro e estética - Tânia Chaves - Cabeleireiros e Estética, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512105600	Tânia Chaves - Cabeleireiros e Estética, Lda.	121.449,69	51.008,87	43.357,54		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000046	Criação de empreendimento - Cunho de Selecção , Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	508505470	Cunho de Selecção, Lda.	95.705,32	28.711,60	24.404,86		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000047	Criação de empreendimento - Joaquim Fernando Gonçalves Pacheco (em nome da soc. a constituir)	Público	Arpovado	PT 200	Privados	197751903	Joaquim Fernando Gonçalves Pacheco (em nome da soc	33.872,00	10.161,60	8.637,36		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000048	Criação de empreendimento - Ananias Contente & Filhos, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512028761	Ananias Contente & Filhos, Lda.	148.587,94	47.548,14	40.415,92		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000049	Criação de empreendimento - Rosário Parreira, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512106983	Rosário Parreira, Lda.	17.064,55	5.119,37	4.351,46		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000050	Criação de empreendimento - Emanuel Romeiro Oliveira e Alzira de Fátima Jesus Oliveira (em nome da soc. a constituir)	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512106533	Emanuel Romeiro Oliveira e Alzira de Fátima Jesus	66.635,35	19.990,61	16.992,02		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000051	Modernização e/ou ampliação da empresa de Carlos José Ferreira Goulart - Auto Reparações e Construções, Unipessoal Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512075239	Carlos José Ferreira Goulart - Auto Reparações e C	498.174,95	146.404,59	124.443,90		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000052	Criação de empreendimento de Luís Miguel de Paiva Oliveira	Público	Arpovado	PT 200	Privados	180042211	Luís Miguel de Paiva Oliveira	56.502,38	16.950,71	14.408,10		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000053	Criação de empreendimento - Bentrans, Carga e Transitários, SA	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512013403	Bentrans, Carga e Transitários, SA	1.361.514,09	302.863,75	257.434,19		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000054	Modernização e/ou ampliação da empresa Azenha-Salto Turismo Rural, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512073635	Azenha Salto Turismo Rural, Lda.	58.446,51	20.456,28	17.387,84		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000055	Modernização e/ou ampliação da empresa Moniz de Sá-Veículos Automóveis, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512038112	Moniz de Sá - Veículos Automóveis, Lda.	958.048,48	277.924,80	236.236,08		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000056	Criação de empreendimento - Paulo Alexandre Pacheco Duarte	Público	Arpovado	PT 200	Privados	195175468	Paulo Alexandre Pacheco Duarte	192.801,79	61.696,57	52.442,08		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000057	Modernização e/ou ampliação da empresa de Manuel Humberto da Silveira	Público	Arpovado	PT 200	Privados	180800132	Manuel Humberto da Silveira	385.427,00	98.548,87	83.766,54		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000058	Modernização e/ou ampliação da empresa Cordeiro & Baptista, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512027269	Cordeiro & Baptista, Lda.	609.295,62	149.347,71	126.945,55		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000059	Criação de empreendimento - Centrovía -Centro de Inspeções de viaturas dos Açores, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512038813	CENTROVIA - Centro de Inspeções de Viaturas dos A	713.337,67	256.181,59	217.754,35		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000060	Criação de empreendimento - Telmo Durbalino Veríssimo da Costa	Público	Arpovado	PT 200	Privados	229098762	Telmo Durbalino Veríssimo da Costa	42.496,87	13.599,00	11.559,15		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000061	Modernização da empresa - Indústria de Panificação - Humberto Goulart, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512031584	Indústria de Panificação Humberto Goulart, Lda.	50.000,00	20.000,00	17.000,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000062	Modernização e/ou ampliação da empresa de Mário Jorge Nesves Costa - Construção Civil, Unipessoal, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512097097	Mário Jorge Neves Costa - Construção Civil, Unipes	59.731,25	20.905,94	17.770,05		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000063	Modernização e/ou ampliação da empresa de Maria Guiomar Neves Machado	Público	Arpovado	PT 200	Privados	186989725	Maria Guiomar Neves Machado	93.945,96	32.881,09	27.948,93		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000064	Modernização e/ou ampliação da empresa Maria de Fátima Garcia de Azevedo Goulart	Público	Arpovado	PT 200	Privados	106132849	Maria de Fátima Garcia de Azevedo Goulart	102.086,20	35.730,17	30.370,64		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000065	Modernização e/ou ampliação da Padaria Popular de José Armando da Silva Luis Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512017588	Padaria Popular de José Armando da Silva Luis Lda.	196.611,81	72.746,37	61.834,41		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000066	Criação de empreendimento - A&J Meneses, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512101078	A&J Meneses, Lda.	32.604,01	10.433,28	8.868,29		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000067	Criação de empreendimento- Cabeleireiro - Maria da Graça da Costa Barcelos Borges	Público	Arpovado	PT 200	Privados	191189898	Maria da Graça da Costa Barcelos Borges	133.844,48	58.891,57	50.057,83		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000068	Criação de empreendimento - Pneus Ilheu, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512045895	Pneus Ilheu, Lda.	173.912,64	59.130,30	50.260,76		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000069	Criação de empreendimento - Paralelo 37 - Actividades Marítimo Turísticas, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512088063	Paralelo 37 - Actividades Marítimo Turísticas, Lda	21.871,77	8.748,71	7.436,40		0,00	0,00	0,00		0,00	

Anexo V - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31-12-2009 (valores acumulados)

Desi- gnação do Eixo Prioritário	Candidatura/Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes aprovados				Montantes executados				Pagamentos FEDER	Nº de Pro- jectos por Eixo ou OE
	Código	Designação	Tipo	Estado	Loca- lização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Beneficiário	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE		
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000070	Criação de empreendimento - Maria do Pilar Silva Vieira	Público	Arpovado	PT 200	Privados	199390053	Maria do Pilar Silva Vieira	76.640,92	32.189,19	27.360,81		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000071	Modernização e/ou ampliação da empresa CivilAçores - Edificações Urbanas Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512063044	CivilAçores - Edificações Urbanos Lda.	725.202,14	187.359,61	159.255,67		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000072	Modernização e/ou ampliação da empresa Luís Vieira da Silva - Engenharia Civil e Clínica de Beleza, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512090157	Luís Vieira da Silva-Engenharia Civil e Clínica de	35.906,18	15.080,60	12.818,51		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000073	Modernização e/ou ampliação da empresa - Ferreira & M.F.C.Santos - Construção Civil e Transportes, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512071730	Ferreira & M.F.C.Santos - Construção Civil e Trans	252.036,70	64.357,57	54.703,93		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000074	Modernização e/ou ampliação da empresa de Amaro M. S. Oliveira, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512054316	Amaro M. A. Oliveira, Lda.	43.653,42	19.644,04	16.697,43		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000075	Modernização e/ou ampliação da empresa de João Paulino Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512051909	João Paulino Lda.	95.632,40	35.383,99	30.076,39		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000076	Criação de empreendimento - Estraga Ferro - Serralharia Unipessoal, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512069581	Estraga Ferro - Serralharia Unipessoal, Lda.	950.336,69	257.026,48	218.472,51		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000077	Modernização e/ou ampliação da empresa VIEIRAS - Fabricantes de Materiais de Construção, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512030103	VIEIRAS - Fabricantes de Materiais de Construção, L	943.570,00	236.503,70	201.028,15		531.538,00	133.228,40	113.244,14		113.244,14	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000078	Criação de empreendimento - Higiçores - Comércio e Serviços, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512034664	Higiçores - Comércio e Serviços, Lda.	1.013.817,05	292.801,67	248.881,42		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000079	Modernização e/ou ampliação da empresa de Guilherme Ávila da Rosa	Público	Arpovado	PT 200	Privados	812184980	Guilherme Ávila da Rosa	428.489,00	125.925,15	107.036,38		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000080	Criação de empreendimento - FABO -Comércio de Utilidades, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512105677	FABO - Comércio de Utilidades, Lda.	194.245,34	62.158,51	52.834,73		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000082	Criação de empreendimento - Aguiar & Meneses - Automóveis, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512075301	Aguiar & Meneses - Automóveis, Lda.	328.522,17	90.708,05	77.101,84		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000083	Modernização e/ou ampliação - AÇORBUILD - Indústria & Engenharia Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512055661	AÇORBUILD - Indústria & Engenharia Lda.	499.956,84	128.043,64	108.837,09		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000084	Remodelação de um supermercado - Marques, Comércio a Retalho, SA	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512014850	Marques, Comércio a Retalho, SA	975.288,95	293.509,24	249.482,85		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000085	Modernização e/ou ampliação - Avelino Moules Rocha	Público	Arpovado	PT 200	Privados	112500781	Avelino Moules Rocha	402.334,43	257.254,56	218.666,38		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000086	Criação de empreendimento - In Label-Rótulos, Etiquetas e Embalagens, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512106070	In Label - Rótulos, Etiquetas e Embalagens, Lda.	532.631,58	145.433,00	123.618,05		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000087	Criação de empreendimento - António Pereira da Luz & Filhos, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512007071	António Pereira da Luz & Filhos, Lda.	649.641,64	185.069,26	157.308,87		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000088	Modernização e/ou ampliação - André Toste & João Paulino, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512059640	André Toste & João Paulino, Lda.	158.766,93	55.568,43	47.233,17		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000089	Modernização e/ou ampliação - Facil - Fornecedores Açoreanos do Comércio e Indústria, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512003360	Facil-Fornecedores Açoreanos do Comércio e Industr	364.172,29	115.222,75	97.939,34		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000090	Criação de empreendimento - Construtora Ideal da Terceira II - Materiais de Construção e Serviços, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512051747	Construtora Ideal da Terceira II -Materiais de Con	165.506,37	49.651,91	42.204,12		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000091	Criação de empreendimento - PraiaFarma Produtos Farmaceuticos Unipessoal Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512035857	PraiaFarma Produtos Farmaceuticos Unipessoal Lda.	23.625,41	7.087,62	6.024,48		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000092	Modernização e/ou ampliação - Vitor Manuel Dias Fernandes	Público	Arpovado	PT 200	Privados	169218996	Vitor Manuel Dias Fernandes	590.628,00	230.498,31	195.923,56		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000093	Criação de empreendimento - Açorpiscinas - Produtos e Manutenção de Piscinas, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512042748	Açorpiscinas-Produtos e Manutenção de Piscinas, Ld	187.471,97	56.241,59	47.805,35		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000094	Criação de empreendimento - Gelvalados Produtos Alimentares, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512042098	Gelvalados Produtos Alimentares, Lda.	1.352.308,07	385.924,94	328.036,20		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000095	Criação de empreendimento - José Cymbron Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512097798	José Cymbron Lda.	893.577,76	317.270,30	269.679,76		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000096	Modernização e/ou ampliação da Somague Editor Engenharia, SA	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512019410	Somague Editor Engenharia, SA	616.480,00	164.391,91	139.733,12		248.559,42	66.281,40	56.339,19		56.339,19	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000097	Criação de empreendimento - Organizações Melo Sociedade de Comercialização de Produtos Alimentares, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512025851	Organizações Melo Sociedade de Comercialização de	453.069,98	161.472,45	137.251,58		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000098	Criação de empreendimento - LT - Prestação de Serviços de Logística e Transporte, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512040672	LT - Prestação de Serviços de Logística e Transpor	628.129,64	150.785,32	128.167,52		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000099	Criação de empreendimento - Organizações José Araújo (Herdeiros)-Comércio de Electrodomésticos, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512019991	Organizações José Araújo (Herdeiros) - Comércio de	196.070,60	78.428,24	66.664,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000100	Criação de empreendimento - Vigobloco - Pré Fabricados Açores, Unipessoal, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512079912	Vigobloco - Pré Fabricados Açores, Unipessoal, Lda	803.797,12	247.758,91	210.595,07		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000101	Criação de empreendimento - Cabeserve-Comércio e Serviços Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512101841	Cabserve- Comércio e Serviços, Lda.	90.537,00	38.025,54	32.321,71		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000102	Modernização e/ou ampliação da empresa Brum & Silva, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512029687	Brum & Silva, Lda.	97.284,50	34.049,58	28.942,14		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000103	Criação de empreendimento - D. Soares,D.Amaral - Soluções em reciclagem de consumíveis informáticos, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512104867	D.Soares,D.Amaral-Soluções em reciclagem de consum	17.100,68	5.130,20	4.360,67		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000104	Criação de empreendimento - João Gil, Unipessoal Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512071802	João Gil, Unipessoal Lda.	352.620,76	104.515,47	88.838,15		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000105	Criação de empreendimento - Margurte - Comércio Produtos Alimentares, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512046280	Margurte - Comércio Produtos Alimentares, Lda.	145.565,90	49.492,41	42.068,55		0,00	0,00	0,00		0,00	

**Anexo V - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31-12-2009 (valores acumulados)**

Desi- gnação do Eixo Prioritário	Candidatura/Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes aprovados				Montantes executados				Pagamentos FEDER	Nº de Pro- jectos por Eixo ou OE
	Código	Designação	Tipo	Estado	Loca- lização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Beneficiário	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Publica	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Publica	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE		
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000106	Modernização e/ou ampliação da empresa Lilazcar - Chapa e Mecânica, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512054916	Lilazcar - Chapa e Mecânica, Lda.	189.730,00	73.994,70	62.895,49		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000107	Modernização e/ou ampliação da empresa Irmãos Reis, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512100764	Irmãos Reis, Lda.	56.006,82	19.602,39	16.662,03		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000108	Criação de uma unidade industrial de fabrico de embarcações - Emanuel Nuno Garcia Oliveira	Público	Arpovado	PT 200	Privados	163879575	Emanuel Nuno Garcia Oliveira	173.267,09	64.108,82	54.492,50		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000109	Modernização e/ou ampliação da empresa Vítor Manuel Rodrigues Camilo, ENI	Público	Arpovado	PT 200	Privados	176566104	Vítor Manuel Rodrigues Camilo, ENI	320.136,73	82.081,86	69.769,58		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000110	Modernização e/ou ampliação da empresa de Emanuel Borges Saudade	Público	Arpovado	PT 200	Privados	203602650	Emanuel Borges Saudade	105.882,15	37.058,75	31.499,94		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000111	Modernização e/ou ampliação da Empresa Maria Evelina Ferreira Moitoso Andrade	Público	Arpovado	PT 200	Privados	107699729	Maria Evelina Ferreira Moitoso Andrade	146.196,66	54.092,76	45.978,85		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000113	Modenização e/ou ampliação da Fripraia - Sociedade Frigorífica da Praia da Vitória, Lda	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512007764	Fripraia - Sociedade Frigorífica da Praia da Vítor	127.253,83	52.174,07	44.347,96		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000114	Modernização e/ou ampliação do seu espaço comercial - Vigolajes - Construção Civil, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512010455	Vigolajes - Construção Civil, Lda.	158.521,78	55.482,62	47.160,23		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000115	Criação de empreendimento - Amaral & Filhos - Distribuição SA	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512038694	Amaral & Filhos - Distribuição SA	270.937,57	80.304,88	68.259,15							
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000116	Criação de Empreendimento - Evaristo Lima & Companhia Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512008574	Evaristo Lima & Companhia Lda.	608.723,15	162.638,01	138.242,31							
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000117	Modernização e/ou ampliação de estabelecimento comercial - João Pedro da Silva Barcelos Gregório	Público	Arpovado	PT 200	Privados	206020147	João Pedro da Silva Barcelos Gregório	102.435,04	35.852,26	30.474,42		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000118	Modernização e/ou ampliação da empresa Ilha Azul - Empreendimentos Comerciais Agro Industriais, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512008388	Ilha Azul - Empreendimentos Comerciais, Agro Indus	56.060,47	23.545,40	20.013,59		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000119	Modernização e/ou ampliação da empresa Herdeiros Agostinho Ferreira Medeiros, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512010218	Herdeiros Agostinho Ferreira Medeiros, Lda.	478.512,80	131.055,99	111.397,59		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000120	Criação de empreendimento - Loureiro, Almeida & Filhos Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512055114	Loureiro, Almeida & Filhos, Lda.	1.264.950,63	354.435,05	301.269,79		543.919,20	152.404,39	129.543,73		129.543,73	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000121	Modernização e/ou ampliação da Nova Gráfica de Amaral, Rodrigues, Resendes & Medeiros, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512013632	Nova Gráfica de Amaral, Rodrigues, Resendes & Mede	3.784.703,40	1.099.408,70	934.497,39		920.636,55	267.433,33	227.318,33		227.318,33	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000122	Modernização e/ou ampliação da empresa Marques e Andrade, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512094306	Marques e Andrade, Lda.	279.638,70	61.520,51	52.292,43		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000123	Modernização e/ou ampliação da empresa de Paulo Alexandre Cabral Luz	Público	Arpovado	PT 200	Privados	200869302	Paulo Alexandre Cabral Luz	85.916,18	38.662,28	32.862,94		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000124	Criação de empreendimento - Fontes Silva - Construções Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512097380	Fontes Silva - Construções Lda.	194.937,97	62.380,15	53.023,13		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000125	Modernização e/ou ampliação do Centrótico - Óptica Acústica Damião e Pavão Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512010676	Centrótico-Óptica Acústica Damião e Pavão, Lda.	158.214,91	55.375,22	47.068,94		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000126	Modernização e/ou ampliação da empresa Atlântico Mármore, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512085110	Atlântico Mármore, Lda.	93.091,90	93.091,90	79.128,11		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000138	Sousa & Sousa, Lda. - Aquisição de equipamentos de reabilitação de apoio ao idoso	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512095876	Sousa & Sousa, Lda.	84.538,83	33.815,53	28.743,20		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000139	Paf. Produtos Alimentares Farias, SA	Público	Arpovado	PT 200	Privados	507201701	Paf - Produtos Alimentares Farias, SA	498.441,96	144.481,19	122.809,01		0,00	0,00	0,00			
	RAAFDR-01-0105-FEDER-000140	Hélio Manuel Jorge da Silva	Público	Arpovado	PT 200	Privados	109220480	Hélio Manuel Jorge da Silva	43.302,10	15.155,74	12.882,38		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000001	Remodelação e Beneficiação - Ciprotur - Investimentos Turísticos, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512032840	Ciprotur - Investimentos Turísticos, Lda.	1.920.506,61	643.718,82	547.161,00		317.158,71	106.305,82	90.359,95		90.359,95	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000002	ECOISLANDS AZORES - Animação Turística Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512101523	ECOISLANDS AZORES - Animação Turística, Lda.	31.768,84	13.978,29	11.881,55		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000003	Victor Soares-Urselinatur Turismo Marinho e Rural e Tabacos Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512048053	Victor Soares - Urselinatur Turismo Marinho e Rura	163.913,89	85.235,22	72.449,94		126.087,60	65.565,55	55.730,72		55.730,72	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000004	Remodelação e beneficiação do Hotel Caloura, de Jorge Manuel Ferreira Medeiros Ponte	Público	Arpovado	PT 200	Privados	165727624	Jorge Manuel Ferreira Medeiros Ponte	841.590,18	288.205,75	244.974,89		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000005	Snack-bar de Guilherme Costa & Filhos, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512098552	Guilherme Costa & Filhos Lda.	254.369,48	81.324,63	69.125,94		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000006	Ambientes com Sabores, Unipessoal Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512104514	Ambientes com Sabores Unipessoal Lda.	192.330,93	88.472,23	75.201,40		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000007	Restaurante "O Pescador" Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512050660	Restaurante "O Pescador" Lda.	400.025,99	136.163,10	115.738,63		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000008	Instalações e equipamentos para a prática marítimo-turísticas - Gracipescas	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512060126	Gracipescas - Actividades Marítimas Lda.	199.905,26	103.950,74	88.358,13		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000009	Manutenção Física - Ilha Solitária - Desporto e Saúde Unipessoal, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	508586232	Ilha Solitária-Desporto e Saúde Unipessoal Lda.	32.096,00	16.689,92	14.186,43		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000010	Remodelação e berneficiação do estabelecimento de Agências de Viagens existente na Ilha de S. Jorge e abertura de um novo estabelecimento na Ilha do Pico - Oceana, SU Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512076898	Ocean - Agência de Viagens e Turismo Unipessoal Ld	215.448,11	65.725,28	55.866,49		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000011	Instalações e equipamentos de apoio à prática de actividades marítimas - José Henrique Gonçalves Azevedo, Sociedade Unipessoal, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512090440	José Henrique Gonçalves Azevedo, Sociedade Unipess	49.176,42	19.670,57	16.719,98		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000012	Casa de Campo - Tradicampo, Casas de Campo Tradicionais, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512105766	Tradicampo, Casas de Campo Tradicionais, Lda.	191.906,77	80.600,84	68.510,71		0,00	0,00	0,00		0,00	

Anexo V - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31-12-2009 (valores acumulados)

Desi- gnação do Eixo Prioritário	Candidatura/Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes aprovados				Montantes executados				Pagamentos FEDER	Nº de Pro- jectos por Eixo ou OE
	Código	Designação	Tipo	Estado	Loca- lização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Beneficiário	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE		
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000013	Construção de Hotel-Apartamentos 4** - Atlântida Mar Empreendimentos Turísticos Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512095663	Atlântida Mar Empreendimentos Turísticos, Lda.	2.376.789,56	820.211,40	697.179,69		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000014	Exploração de um estabelecimento de restauração - Mar de Alborão Unipessoal, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	508708877	Mar de Alborão - Unipessoal, Lda.	199.738,94	83.890,35	71.306,80		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000015	Fatias D'Alegria - Restauração Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	508442311	Fatias D'Alegria - Restauração Lda.	95.017,95	38.007,18	32.306,10		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000016	Snack-Bar - Fernando Miguel Oliveira	Público	Arpovado	PT 200	Privados	215577078	Fernando Miguel Oliveira	171.410,92	68.564,37	58.279,71		137.128,75	54.851,50	46.623,78		46.623,78	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000017	Pastelaria e Snack-Bar - Mimos Silvestres, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	508013283	Mimos Silvestres, Lda.	168.637,75	68.539,73	58.258,77		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000018	Snack-bar de Maria Evelina Ferreira Moitoso Andrade	Público	Arpovado	PT 200	Privados	107699729	Maria Evelina Ferreira Moitoso Andrade	174.524,01	69.809,60	59.338,16		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000019	Casa de Campo - Ivone de Lurdes Quadros (em nome de sociedade a constituir)	Público	Arpovado	PT 200	Privados	181826593	Ivone de Lurdes Quadros (em nome de sociedade a co	108.246,14	45.463,38	38.643,87		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000020	Desenvolvimento de actividades marítimo-turísticas - Graciosa Sport Fishing (em nome de sociedade a constituir)	Público	Arpovado	PT 200	Privados	149277415	Graciosa Sport Fishing (em nome de sociedade a cons	157.267,51	81.779,11	69.512,24		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000021	Restaurante de Interesse para o Turismo - Francisco Manuel Bettencourt Espinola, Eni	Público	Arpovado	PT 200	Privados	193853507	Francisco Manuel Bettencourt Espinola, Eni	198.040,84	102.981,24	87.534,05		55.076,42	28.639,74	24.343,78		24.343,78	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000022	Restaurante Típico - Caos das Marés - Restaurante, Snack-Bar, Unipessoal, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	508220858	Caos das Marés - Restaurante, Snack Bar, Unipessoal	309.124,08	101.528,13	86.298,91		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000023	Instalação de um Bar/Disoteca - Ekodanolite, Unipessoal Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	508359716	Ekodanolite, Unipessoal, Lda.	256.192,00	77.524,39	65.895,73		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000024	Fast-Food - Iber King, Restauração SA	Público	Arpovado	PT 200	Privados	504661264	Iber King, Restauração SA	416.143,31	122.892,32	104.458,47		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000025	Criação de um Snack-bar-Bar/Pub- Alexandre Filipe Soares Cabral	Público	Arpovado	PT 200	Privados	231202717	Alexandre Filipe Soares Cabral	154.450,26	80.314,14	68.267,02		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000026	Instalações e equipamentos de apoio à prática de actividades marítimo-turísticas - Azores Oceanic, Actividades Turísticas, da.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512098824	Azores Oceanic, Actividades Turísticas, Lda.	89.524,91	37.600,46	31.960,39		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000027	Turismo Rural - Manuel José Pires da Costa Rodrigues	Público	Arpovado	PT 200	Privados	182139930	Manuel José Pires da Costa Rodrigues	151.988,54	63.835,19	54.259,91		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000028	Exploração espaço de restauração - Balanço Diário, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	508431557	Balanço Diário, Lda.	193.511,59	77.404,64	65.793,94		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000029	Instalação de um Bar-Pub - V. Duplo, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512102007	V DUPLO - Sociedade de Restauração Lda.	129.622,32	51.848,93	44.071,59		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000030	Bar - Lugar Único, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	508353564	Lugar Único, Lda.	199.074,99	83.611,50	71.069,77		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000031	Instalações e equipamentos para a prática de actividades marítimas - Viaturpico - Aluguer de Automóveis Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512046662	Viaturpico - Aluguer de Automóveis, Lda.	76.182,80	31.996,77	27.197,25		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000032	Casa de chá - Eugénio, António & Oliveira, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512104310	Eugénio, António & Oliveira, Lda.	168.919,01	70.945,98	60.304,08		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000033	Embarcações - Pedro André da Silva Vieira	Público	Arpovado	PT 200	Privados	193742373	Pedro André da Silva Vieira	194.509,00	81.693,78	69.439,71		144.892,38	60.854,80	51.726,58		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000034	Bar - Paulo José Sousa Ramos	Público	Arpovado	PT 200	Privados	223751790	Paulo José Sousa Ramos	63.121,92	26.511,21	22.534,53		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000035	Agências de Viagens e de Turismo - Panasorica - Agência de Viagens Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512059985	Panasorica - Agência de Viagens Lda.	219.384,74	71.413,85	60.701,77							
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000036	Casa de Campo - Maria da Conceição Oliveira Vieira de Serpa	Público	Arpovado	PT 200	Privados	164247882	Maria da Conceição Oliveira Vieira de Serpa	84.184,18	33.673,67	28.622,62		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000037	Casa de Campo - Filomena de Fátima Silva Lima Santos	Público	Arpovado	PT 200	Privados	102521468	Filomena de Fátima Silva Lima Santos	86.633,56	45.049,45	38.292,03		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000038	Snack-Bar - MANGAZUL - Restauração, Comércio e Serviços, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	508642051	MANGAZUL- Restauração, Comércio e Serviços, Lda.	125.251,73	52.605,73	44.714,87		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000039	Snack-Bar - Vânia Maria Medeiros Candeias Cymbron	Público	Arpovado	PT 200	Privados	203946790	Vânia Maria Medeiros Candeias Cymbron	94.950,82	39.879,34	33.897,44		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000040	Outros Equipamentos e Meios de Animação Turística (Sala de Jogos da Terceira) - ASTA, SA	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512076006	ASTA ATLÂNTIDA - Sociedade de Turismo e Animação,	2.988.988,24	758.236,17	644.500,74		0,00	0,00	0,00		188.994,92	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000041	Restaurante - Herdeiros de João da Ponte Rabaça	Público	Arpovado	PT 200	Privados	912006048	Herdeiros de João da Ponte Rabaça	24.492,10	9.796,84	8.327,31		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000042	Restaurante de Rosa Maria dos Santos Vaz	Público	Arpovado	PT 200	Privados	196581770	Rosa Maria dos Santos Vaz	34.093,25	17.046,63	14.489,64		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000043	Restaurante de interesse para o turismo - Empreendimentos Turísticos do Colégio Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512052484	Empreendimentos Turísticos do Colégio Lda.	199.782,37	83.908,60	71.322,31		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000044	Restaurante de interesse para o turismo - Sónia Marisa Silva Mendonça	Público	Arpovado	PT 200	Privados	233468021	Sónia Marisa Silva Mendonça	144.145,14	57.658,06	49.009,35		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000045	Cervejaria - Oásis de Sabores, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	508705169	Oásis de Sabores Lda.	269.909,62	87.473,49	74.352,47		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000046	Restaurante de interesse para o turismo - Adelino Jesus - Eventos Musicais, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512105367	Adelino Jesus - Eventos Musicais, Lda.	128.716,01	54.060,72	45.951,61		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000047	Restaurante de interesse para o Turismo - V DUPLO - Sociedade de Restauração Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512102007	V DUPLO - Sociedade de Restauração, Lda.	63.201,68	26.544,71	22.563,00		0,00	0,00	0,00		0,00	



**Anexo V - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31-12-2009 (valores acumulados)**

Desi- gnação do Eixo Prioritário	Candidatura/Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes aprovados				Montantes executados				Pagamentos FEDER	Nº de Pro- jectos por Eixo ou OE
	Código	Designação	Tipo	Estado	Loca- lização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Beneficiário	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE		
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000013	Construção de Hotel-Apartamentos 4** - Atlântida Mar Empreendimentos Turísticos Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512095663	Atlântida Mar Empreendimentos Turísticos, Lda.	2.376.789,56	820.211,40	697.179,69		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000014	Exploração de um estabelecimento de restauração - Mar de Alborão Unipessoal, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	508708877	Mar de Alborão - Unipessoal, Lda.	199.738,94	83.890,35	71.306,80		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000015	Fatias D'Alegria - Restauração Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	508442311	Fatias D'Alegria - Restauração Lda.	95.017,95	38.007,18	32.306,10		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000016	Snack-Bar - Fernando Miguel Oliveira	Público	Arpovado	PT 200	Privados	215577078	Fernando Miguel Oliveira	171.410,92	68.564,37	58.279,71		137.128,75	54.851,50	46.623,78		46.623,78	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000017	Pastelaria e Snack-Bar - Mimos Silvestres, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	508013283	Mimos Silvestres, Lda.	168.637,75	68.539,73	58.258,77		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000018	Snack-bar de Maria Evelina Ferreira Moltoso Andrade	Público	Arpovado	PT 200	Privados	107699729	Maria Evelina Ferreira Moltoso Andrade	174.524,01	69.809,60	59.338,16		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000019	Casa de Campo - Ivone de Lurdes Quadros (em nome de sociedade a constituir)	Público	Arpovado	PT 200	Privados	181826593	Ivone de Lurdes Quadros (em nome de sociedade a co	108.246,14	45.463,38	38.643,87		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000020	Desenvolvimento de actividades marítimo-turísticas - Graciosa Sport Fishing (em nome de sociedade a constituir)	Público	Arpovado	PT 200	Privados	149277415	Graciosa Sport Fishing (em nome de sociedade a cons	157.267,51	81.779,11	69.512,24		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000021	Restaurante de Interesse para o Turismo - Francisco Manuel Bettencourt Espinola, Eni	Público	Arpovado	PT 200	Privados	193853507	Francisco Manuel Bettencourt Espinola, Eni	198.040,84	102.981,24	87.534,05		55.076,42	28.639,74	24.343,78		24.343,78	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000022	Restaurante Típico - Caos das Marés - Restaurante, Snack-Bar, Unipessoal, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	508220858	Caos das Marés - Restaurante, Snack Bar, Unipessoal	309.124,08	101.528,13	86.298,91		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000023	Instalação de um Bar/Disoteca - Ekodanoite, Unipessoal Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	508359716	Ekodanoite, Unipessoal, Lda.	256.192,00	77.524,39	65.895,73		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000024	Fast-Food - Iber King, Restauração SA	Público	Arpovado	PT 200	Privados	504661264	Iber King, Restauração SA	416.143,31	122.892,32	104.458,47		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000025	Criação de um Snack-bar-Bar/Pub- Alexandre Filipe Soares Cabral	Público	Arpovado	PT 200	Privados	231202717	Alexandre Filipe Soares Cabral	154.450,26	80.314,14	68.267,02		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000026	Instalações e equipamentos de apoio à prática de actividades marítimo-turísticas - Azores Oceanic, Actividades Turísticas, da.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512098824	Azores Oceanic, Actividades Turísticas, Lda.	89.524,91	37.600,46	31.960,39		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000027	Turismo Rural - Manuel José Pires da Costa Rodrigues	Público	Arpovado	PT 200	Privados	182139930	Manuel José Pires da Costa Rodrigues	151.988,54	63.835,19	54.259,91		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000028	Exploração espaço de restauração - Balanço Diário, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	508431557	Balanço Diário, Lda.	193.511,59	77.404,64	65.793,94		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000029	Instalação de um Bar-Pub - V. Duplo, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512102007	V DUPLO - Sociedade de Restauração Lda.	129.622,32	51.848,93	44.071,59		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000030	Bar - Lugar Único, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	508353564	Lugar Único, Lda.	199.074,99	83.611,50	71.069,77		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000031	Instalações e equipamentos para a prática de actividades marítimas - Viaturpico - Aluguer de Automóveis Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512046662	Viaturpico - Aluguer de Automóveis, Lda.	76.182,80	31.996,77	27.197,25		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000032	Casa de chá - Eugénio, António & Oliveira, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512104310	Eugénio, António & Oliveira, Lda.	168.919,01	70.945,98	60.304,08		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000033	Embarcações - Pedro André da Silva Vieira	Público	Arpovado	PT 200	Privados	193742373	Pedro André da Silva Vieira	194.509,00	81.693,78	69.439,71		144.892,38	60.854,80	51.726,58		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000034	Bar - Paulo José Sousa Ramos	Público	Arpovado	PT 200	Privados	223751790	Paulo José Sousa Ramos	63.121,92	26.511,21	22.534,53		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000035	Agências de Viagens e de Turismo - Panazorica - Agência de Viagens Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512059985	Panazorica - Agência de Viagens Lda.	219.384,74	71.413,85	60.701,77							
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000036	Casa de Campo - Maria da Conceição Oliveira Vieira de Serpa	Público	Arpovado	PT 200	Privados	164247882	Maria da Conceição Oliveira Vieira de Serpa	84.184,18	33.673,67	28.622,62		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000037	Casa de Campo - Filomena de Fátima Silva Lima Santos	Público	Arpovado	PT 200	Privados	102521468	Filomena de Fátima Silva Lima Santos	86.633,56	45.049,45	38.292,03		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000038	Snack-Bar - MANGAZUL - Restauração, Comércio e Serviços, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	508642051	MANGAZUL - Restauração, Comércio e Serviços, Lda.	125.251,73	52.605,73	44.714,87		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000039	Snack-Bar - Vania Maria Medeiros Candeias Cymbron	Público	Arpovado	PT 200	Privados	203946790	Vania Maria Medeiros Candeias Cymbron	94.950,82	39.879,34	33.897,44		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000040	Outros Equipamentos e Meios de Animação Turística (Sala de Jogos da Terceira) - ASTA, SA	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512076006	ASTA ATLÂNTIDA - Sociedade de Turismo e Animação,	2.988.988,24	758.236,17	644.500,74		0,00	0,00	0,00		188.994,92	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000041	Restaurante - Herdeiros de João da Ponte Rabaça	Público	Arpovado	PT 200	Privados	912006048	Herdeiros de João da Ponte Rabaça	24.492,10	9.796,84	8.327,31		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000042	Restaurante de Rosa Maria dos Santos Vaz	Público	Arpovado	PT 200	Privados	196581770	Rosa Maria dos Santos Vaz	34.093,25	17.046,63	14.489,64		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000043	Restaurante de interesse para o turismo - Empreendimentos Turísticos do Colégio Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512052484	Empreendimentos Turísticos do Colégio Lda.	199.782,37	83.908,60	71.322,31		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000044	Restaurante de interesse para o turismo - Sónia Marisa Silva Mendonça	Público	Arpovado	PT 200	Privados	233468021	Sónia Marisa Silva Mendonça	144.145,14	57.658,06	49.009,35		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000045	Cervejaria - Oásis de Sabores, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	508705169	Oásis de Sabores Lda.	269.909,62	87.473,49	74.352,47		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000046	Restaurante de interesse para o turismo - Adelino Jesus - Eventos Musicais, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512105367	Adelino Jesus - Eventos Musicais, Lda.	128.716,01	54.060,72	45.951,61		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000047	Restaurante de interesse para o Turismo - V DUPLO - Sociedade de Restauração Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512102007	V DUPLO - Sociedade de Restauração, Lda.	63.201,68	26.544,71	22.563,00		0,00	0,00	0,00		0,00	

Anexo V - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31-12-2009 (valores acumulados)

Desi- gnação do Eixo Prioritário	Candidatura/Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes aprovados				Montantes executados				Pagamentos FEDER	Nº de Pro- jectos por Eixo ou OE
	Código	Designação	Tipo	Estado	Loca- lização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Beneficiário	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE		
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000048	Snack_bar - Maria Angelina Espínola Bettencourt	Público	Arpovado	PT 200	Privados	185853528	Maria Angelina Espínola Bettencourt	367.735,46	156.130,82	132.711,20		64.589,65	27.423,07	23.309,61		23.309,61	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000049	Casa de Campo - Simão Manuel Rodrigues dos Reis, ENI	Público	Arpovado	PT 200	Privados	115623230	Simão Manuel Rodrigues dos Reis, ENI	145.282,64	58.113,06	49.396,10							
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000050	Turismo rural - Manuel Cristiano de Bem	Público	Arpovado	PT 200	Privados	101079222	Manuel Cristiano de Bem	148.604,34	62.413,82	53.051,75							
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000051	Confetaria - Empreendimentos Turísticos do Colégio, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512052484	Empreendimentos Turísticos do Colégio, Lda.	198.523,67	83.379,94	70.872,95		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000052	Aluguer de veículos automóveis - Autatlantis - Automóveis de aluguer sem condutor, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512023115	Autatlantis - Automóveis de aluguer sem condutor,	53.530,79	21.412,31	18.200,46		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000053	Casa de Campo - João Paulo Dias Marques	Público	Arpovado	PT 200	Privados	126946795	João Paulo Dias Marques	133.750,16	69.550,08	59.117,57		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000054	Exploração de actividades marítimo-turísticas - Aquavelas - Turismo Aquático, Unipessoal, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512099251	Aquavelas - Turismo Aquático, Unipessoal, Lda.	152.882,26	79.498,78	67.573,96		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000055	Snack-Bar - Ruben André Barbosa Medeiros	Público	Arpovado	PT 200	Privados	240228642	Ruben André Barbosa Medeiros	169.933,72	67.973,49	57.777,47		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000056	Construção de um Casino - ASTA - Atlântida, Soc. de Turismo e Animação, SA	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512076006	ASTA - Atlântida, Soc.de Turismo e Animação, SA	8.720.684,45	2.414.467,40	2.052.297,29		0,00	0,00	0,00		977.251,22	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000057	Construção de um hotel de 4 estrelas - Açorsonho Apartamentos Turísticos, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512066639	Açorsonho, Apartamentos Turísticos, Lda.	4.408.935,37	1.321.896,50	1.123.612,02		789.506,94	236.711,67	201.204,92		201.204,92	
	RAAFDR-01-0106-FEDER-000058	Hotel 4 ** - ARMO - Sociedade Hoteleira, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512065926	ARMO - Sociedade Hoteleira, Lda.	2.013.116,22	577.001,50	490.451,27		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0107-FEDER-000001	Hotel da Ilha Graciosa - Ilhas de Valor, SA	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512093601	Ilhas de Valor, SA	6.569.977,37	3.538.679,37	3.007.877,46		2.159.781,02	1.163.287,50	988.794,38		988.794,38	
	RAAFDR-01-0107-FEDER-000002	Hotel da Ilha das Flores - Ilhas de Valor SA	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512093601	Ilhas de Valor, SA	4.948.877,78	2.665.538,97	2.265.708,12		1.490.023,93	802.548,99	682.166,64		682.166,64	
	RAAFDR-01-0107-FEDER-000003	Operações de gestão de resíduos - Serralharia do Outeiro, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512043825	Serralharia do Outeiro, Lda.	1.292.336,78	693.427,23	589.413,15		553.895,08	297.202,66	252.622,26		252.622,26	
	RAAFDR-01-0107-FEDER-000004	Operações de gestão de resíduos - Azormed - Gestão Ambiental Açoreana, Ldª	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512081042	Azormed - Gestão Ambiental Açoreana, Ldª	1.378.534,64	742.131,97	630.812,17		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0107-FEDER-000005	Estabelecimentos de saúde - Açorclínica - Reabilitação Física, Ldª	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512090610	Açorclínica - Reabilitação Física, Ldª	735.318,76	382.494,43	325.120,27		361.965,92	188.285,62	160.042,78		160.042,78	
	RAAFDR-01-0107-FEDER-000006	Operações de Gestão de Resíduos - Resiaçores - Gestão de Resíduos dos Açores, Ldª	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512097585	Resiaçores - Gestão de Redíduos dos Açores, Ldª	1.350.875,89	755.330,85	642.031,22		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0107-FEDER-000007	Empreendimentos turísticos que tenham um efeito estruturante - ANGRASOL, SA	Público	Arpovado	PT 200	Privados	507183282	ANGRASOL, SA	20.007.842,27	6.006.087,50	5.105.174,38		7.489.850,92	2.248.353,39	1.911.100,38		1.911.100,38	
	RAAFDR-01-0107-FEDER-000008	Estabelecimento de Ensino - Tetrapl, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512072604	Tetrapl, Lda.	11.908.246,37	5.595.721,19	4.756.363,01		0,00	0,00	0,00		721.119,95	
	RAAFDR-01-0107-FEDER-000009	Empreendimentos turísticos baseados na utilização de recursos naturais - ASTA	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512076006	ASTA, SA	3.731.464,00	1.262.249,32	1.072.911,92		0,00	0,00	0,00		632.919,40	
	RAAFDR-01-0107-FEDER-000010	Operações de gestão de resíduos - Tecnovia - Ambiente, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512100187	Tecnovia - Ambiente, Lda.	1.241.215,70	493.254,28	419.266,14		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0107-FEDER-000011	Empreendimento turístico - Siturpico, SA	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512014892	Siturpico SA	6.568.106,47	2.282.435,47	1.940.070,15		895.875,43	311.319,23	264.621,35		264.621,35	
	RAAFDR-01-0107-FEDER-000012	Operações de gestão de resíduos - Gestramalho, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512050244	Gestramalho, Lda.	1.787.253,62	710.098,21	603.583,48		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0108-FEDER-000001	Indústria - Tecnovia-Açores, SA	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512047235	Tecnovia - Açores, SA	196.484,07	80.448,20	68.380,97		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0108-FEDER-000002	Serviços - Engº Tavares Vieira, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512026459	Engº Tavares Vieira, Lda.	31.562,20	12.624,88	10.731,15		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0108-FEDER-000003	Serviços - Controlauto - Açores, Controlo Técnico Automóvel, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512041253	Controlauto - Açores, Controlo Técnico Automóvel,	13.500,00	5.672,11	4.821,29		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0108-FEDER-000004	Serviços - SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512047707	SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutençã	43.926,35	18.449,07	15.681,71		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0108-FEDER-000005	Serviços - Controlauto - Açores, Controlo Técnico Automóvel, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512041253	Controlauto-Açores, Controlo Técnico Automóvel, Ld	55.341,10	22.254,44	18.916,27		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0108-FEDER-000006	Serviços - SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512047707	SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutençã	95.315,18	40.032,38	34.027,52		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0108-FEDER-000007	Qualidade - NORMA AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, SA	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512017271	NORMA AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Des	59.217,61	24.871,40	21.140,69		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0108-FEDER-000008	Inovação - NORMA AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, SA	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512017271	NORMA AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Des	98.483,50	41.363,07	35.158,61		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0108-FEDER-000009	Implementação do sistema de certificação de qualidade - STAL - SociedadeTécnica Açoreana, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512000425	STAL - Sociedade Técnica Açoreana Lda.	36.795,03	14.835,88	12.610,50		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0108-FEDER-000010	Serviços - Gabinete 118 - Gestão de Obras e Projectos, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512014647	Gabinete 118 - Gestão de Obras e Projectos, Lda.	53.808,67	22.599,64	19.209,69		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0109-FEDER-000001	Criação de Empresa: Luís Furtado - Contabilidade & Gestão, Soc. Unip., Ldª	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512098301	Luís Furtado - Contabilidade & Gestão, Sociedade U	30.340,85	9.102,26	7.736,92		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0109-FEDER-000002	Criação de Empresa: Fisqui - Apoio à Actividade Educativa, Unip., Ldª	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512101272	Fisqui - Apoio à Actividade Educativa, Unip., Ldª	141.393,03	42.417,91	36.055,22		0,00	0,00	0,00		0,00	



Anexo V - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31-12-2009 (valores acumulados)

Desi- gnação do Eixo Prioritário	Candidatura/Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes aprovados				Montantes executados				Pagamentos FEDER	Nº de Pro- jectos por Eixo ou OE
	Código	Designação	Tipo	Estado	Loca- lização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Beneficiário	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE		
	RAAFDR-01-0109-FEDER-000003	Criação de Empresa: Mega Génios, Ldª	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512100535	Mega Génios, Ldª	41.449,87	12.434,96	10.569,72		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0109-FEDER-000004	Criação de Empresa: SGQS, Consultoria e Formação, Ldª	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512105103	SGQS, Consultoria e Formação, Ldª	174.706,85	52.412,06	44.550,25		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0109-FEDER-000005	Criação de Empresa: Icepower, Sociedade Unipessoal, Ldª	Público	Arpovado	PT 200	Privados	217252907	Icepower, Sociedade Unipessoal, Ldª	37.991,25	11.397,38	9.687,77		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0109-FEDER-000006	Criação de Empresa - QUIOSOFT - Soluções Multimédia, Ldª	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512056634	QUIOSOFT - Soluções Multimédia, Ldª	44.245,64	15.485,98	13.163,08		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0109-FEDER-000016	Estágio Profissional - Projectangra - Gabinete Açoreano de Projectos, Ldª	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512029679	Projectangra - Gabinete Açoreano de Projectos, Ldª	23.536,08	18.289,24	15.545,85		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0109-FEDER-000017	Estágio Profissional - Correia, Martinho & Serrano - Consultores de Gestão Associados, Ldª	Público	Arpovado	PT 200	Privados	504453904	Correia, Martinho & Serrano - Consultores de Gestão	11.936,82	9.253,02	7.865,07		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0109-FEDER-000024	Criação de Empresa - Rui Anjos & Ana Ferreira, Ldª	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512104212	Rui Anjos & Ana Ferreira, Ldª	125.138,41	46.691,56	39.687,83		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0109-FEDER-000025	Estágio profissional - Clínica Veterinária de São Pedro, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512046646	Clínica Veterinária de São Pedro, Lda.	12.823,73	9.988,73	8.490,42		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0109-FEDER-000026	Estágio Profissional - Terauto - Sociedade Terceirense e de Automóveis. Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512017018	Terauto - Sociedade Terceirense e de Automóveis Ld	12.134,00	9.450,20	8.032,67							
	RAAFDR-01-0109-FEDER-000027	Estágio Profissional - Indústria de Panificação Humberto Goulart, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512031584	Indústria de Panificação Humberto Goulart, Lda.	10.630,89	8.282,57	7.040,18		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0109-FEDER-000028	Criação de empresa - Lavaimagem - Soluções Digitais, Unipessoal, Lda.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512105162	Lavaimagem - Soluções Digitais, Unipessoal, Lda.	138.233,60	51.577,63	43.840,99		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0111-FEDER-000001	SIRIART 2008 - JOSÉ PINTO DE AZEVEDO FILHOS, LDA.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512001812	JOSÉ PINTO DE AZEVEDO FILHOS, LDA	323.306,52	197.863,59	168.184,05		323.306,52	197.863,59	168.184,05		168.184,05	
	RAAFDR-01-0111-FEDER-000002	SIRIART 2008 - CAETANO RAPOSO E PEREIRAS, LDA	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512001030	CAETANO RAPOSO E PEREIRAS, LDA	655.269,58	379.096,23	322.231,80		604.031,78	375.201,02	318.920,87		318.920,87	
	RAAFDR-01-0111-FEDER-000003	SIRIART 2008 - AUTO VIAÇÃO MICAELENSE, LDA.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512003483	AUTO VIAÇÃO MICAELENSE, LDA.	651.503,00	328.338,09	279.087,38		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0111-FEDER-000005	SIRIART 2008 - EMPRESA DE VIAÇÃO TERCEIRENSE LDA.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512003084	EMPRESA DE VIAÇÃO TERCEIRENSE LDA	980.000,00	593.880,00	504.798,00		979.510,20	593.583,18	504.545,70		504.545,70	
	RAAFDR-01-0111-FEDER-000006	SIRIART 2008 - FARIAS, LDA.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512001480	FARIAS, LDA.	90.000,00	50.220,00	42.687,00		88.840,37	49.572,93	42.136,99		42.136,99	
	RAAFDR-01-0111-FEDER-000007	SIRIART 2009 - CAETANO RAPOSO E PEREIRAS, LDA.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512001030	CAETANO RAPOSO E PEREIRAS, LDA	431.095,16	254.095,83	215.981,46		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0111-FEDER-000008	SIRIART 2009 - AUTO VIAÇÃO MICAELENSE, LDA.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512003483	AUTO VIAÇÃO MICAELENSE, LDA.	997.764,62	479.819,99	407.846,99		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0111-FEDER-000009	SIRIART 2009 - EMPRESA DE VIAÇÃO DO PICO - CRISTIANO, LDA.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512001464	EMPRESA DE VIAÇÃO DO PICO - CRISTIANO, LDA	347.415,86	223.040,98	189.584,83		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0111-FEDER-000010	SIRIART 2009 - EMPRESA DE VIAÇÃO TERCEIRENSE, LDA.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512003084	EMPRESA DE VIAÇÃO TERCEIRENSE LDA	410.452,00	215.894,00	183.509,90		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0111-FEDER-000011	SIRIART 2009 - VARELA & Cª LDA.	Público	Arpovado	PT 200	Privados	512004854	VARELA & Cª LDA	1.646.719,76	820.144,44	697.122,77		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0111-FEDER-000012	SIRIART 2009 - FARIAS, LDA.				Privados	512001480	FARIAS, LDA.	220.000,00	129.360,00	109.956,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
	1.2 - Dinamizar redes regionais de infra-estruturas e de prestação de serviços às empresas								46.418.721,98	46.418.721,98	39.455.913,67	0,00	15.117.293,16	15.117.293,16	12.849.699,17	0,00	13.353.217,52	25
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000012	Promoção e Animação Turística	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672001012	Direcção Regional de Turismo	4.000.000,00	4.000.000,00	3.400.000,00		2.909.675,00	2.909.675,00	2.473.223,75		2.473.223,75	
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000027	Remodelação das termas e Requalificação da zona balnear da Ferraria ? paisagismo, construções de apoio e contenção de taludes	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672001012	Direcção Regional de Turismo	4.356.567,60	4.356.567,60	3.703.082,46		925.930,83	925.930,83	787.041,21		787.041,21	
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000028	Requalificação e Recuperação das Termas do Carapacho - Ilha Graciosa	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672001012	Direcção Regional de Turismo	2.274.165,07	2.274.165,07	1.933.040,31		1.933.146,44	1.933.146,44	1.643.174,47		1.643.174,47	
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000025	Infra-Estruturas de Náutica de Recreio no Porto das Lajes das Flores e Trabalhos Marítimos do Corvo	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672001012	Direcção Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos	12.277.503,60	12.277.503,60	10.435.878,06		5.321.313,31	5.321.313,31	4.523.116,31		5.086.307,31	
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000013	Aquisição de Quebrar-Mar flutuante para a Marina das Portas do Mar	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512077711	Administração dos Portos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria, S.A.	524.999,50	524.999,50	446.249,58		524.999,45	524.999,45	446.249,53		423.937,10	
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000019	Infraestruturas de apoio ao recreio náutico do porto de Velas - S. Jorge	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512077703	Administração dos Portos do Triângulo e do Grupo Ocidental, S.A.	893.721,11	893.721,11	759.662,94		110.485,81	110.485,81	93.912,94		93.912,94	
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000009	Conferência Transatlântica das Energias Renováveis	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512007551	Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo	269.627,10	269.627,10	229.183,03		151.722,10	151.722,10	128.963,79		128.963,79	
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000011	Requalificação da imagem das empresas açorianas e realização de missões exploratórias	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512007551	Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo	456.375,09	456.375,09	387.918,83		23.723,94	23.723,94	20.165,35		20.165,35	
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000022	Plano Açores Logístico	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512007551	Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo	377.067,38	377.067,38	320.507,27		47.280,00	47.280,00	40.188,00		40.188,00	
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000029	EXPO-MAR 2009	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512007861	Câmara do Comércio e Indústria da Horta	54.226,93	54.226,93	46.092,89		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000002	Organização das Jornadas Técnicas de Turismo 2008	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512006300	Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada	78.776,89	78.776,89	66.960,36		61.145,20	61.145,20	51.973,42		51.973,42	
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000005	Aquisição de equipamentos interactivos	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512006300	Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada	291.158,70	291.158,70	247.484,89		285.318,70	285.318,70	242.520,89		235.110,65	

Anexo V - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31-12-2009 (valores acumulados)

Desi- gnação do Eixo Prioritário	Candidatura/Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes aprovados				Montantes executados				Pagamentos FEDER	Nº de Pro- jectos por Eixo ou OE
	Código	Designação	Tipo	Estado	Loca- lização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Beneficiário	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE		
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000006	Apetrechamento do Pavilhão do Mar e Organização de Feiras Sectoriais	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512006300	Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada	1.270.626,30	1.270.626,30	1.080.032,35		846.088,55	846.088,55	719.175,27		730.807,81	
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000008	AMBITECH - Feira de Inovação e Tecnologia em Ambiente, Energia e Planeamento Urbanístico	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512006300	Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada	366.055,00	366.055,00	311.146,75		356.186,29	356.186,29	302.758,35		295.589,41	
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000015	BTL 2009 - CAMPANHA PROMOCIONAL	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512006300	Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada	655.143,20	655.143,20	556.871,72		647.570,37	647.570,37	550.434,81		529.028,13	
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000023	FEIRAS DE ARTESANATO 2009	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512006300	Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada	296.450,00	296.450,00	251.982,50		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000004	Missão Empresarial a Cabo Verde	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512021260	Câmara do Comércio e Indústria dos Açores	194.355,52	194.355,52	165.202,19		192.178,57	192.178,57	163.351,78		156.942,08	
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000010	Participação em feiras no exterior e missões empresariais	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512021260	Câmara do Comércio e Indústria dos Açores	570.358,33	570.358,33	484.804,58		104.311,17	104.311,17	88.664,49		82.067,28	
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000024	PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS NO EXTERIOR 2009	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512021260	Câmara do Comércio e Indústria dos Açores	286.130,00	286.130,00	243.210,50		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000003	Acções de Promoção e Captação de Fluxos Turísticos.	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512069956	ART - Associação Regional de Turismo	213.592,13	213.592,13	181.553,31		196.625,75	196.625,75	167.131,89		167.131,88	
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000014	Acções de Promoção e Captação de Fluxos Turísticos II	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512069956	ART - Associação Regional de Turismo	247.833,33	247.833,33	210.658,33		41.104,99	41.104,99	34.939,24		34.939,24	
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000018	Diving in Azores	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512069956	ART - Associação Regional de Turismo	119.174,05	119.174,05	101.297,94		20.509,70	20.509,70	17.433,24		17.433,25	
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000001	SEPROQUAL - Programa de Segurança Alimentar e Promoção da Qualidade - 3ª Edição.	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512024235	INOVA - Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores	736.832,94	736.832,94	626.308,00		417.976,99	417.976,99	355.280,44		355.280,45	
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000026	Organização de feiras na Ilha do Pico	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512014795	Associação Comercial e Industrial da Ilha do Pico	131.480,00	131.480,00	111.758,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000016	Requalificação das Margens das Lagoas das Furnas e Sete Cidades - Componentes Turísticas	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002426	SPRAçores - Sociedade de Promoção e Gestão Ambiental, SA	15.476.502,21	15.476.502,21	13.155.026,88		0,00	0,00	0,00		0,00	
	1.3 - Apoiar a investigação na Região								709.290,00	709.290,00	602.896,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2
	RAAFDR-01-0381-FEDER-000001	Ampliação da Rede Geoquímica para a Monitorização de Gases Vulcânicos	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672001055	Direcção Regional da Ciência, Tecnologia e Comunicações	237.230,00	237.230,00	201.645,50		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0381-FEDER-000002	Reequipamento Científico das Unidades de I&D Acreditadas - Fase IV	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672001055	Direcção Regional da Ciência, Tecnologia e Comunicações	472.060,00	472.060,00	401.251,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
	1.4 - Fomentar iniciativas de I&D de Contexto Empresarial								3.737.653,68	3.737.653,68	3.177.005,62	0,00	92.081,08	92.081,08	78.268,92	0,00	78.268,92	3
	RAAFDR-01-0482-FEDER-000001	Unidade Piloto de Produção de Óleo Vegetal a partir de Microalgas - uma solução na produção de biocombustível	Público	Arpovado	PT 200		672001055	Direcção Regional da Ciência, Tecnologia e Comunicações	260.488,45	260.488,45	221.415,18		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0482-FEDER-000002	Termalismo, Lamas Termais e Águas Engarrafadas dos Açores: Tipificação, Aplicações Industriais e Indicações Terapêuticas	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512024235	INOVA - Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores	1.777.345,18	1.777.345,18	1.510.743,40		92.081,08	92.081,08	78.268,92		78.268,92	
	RAAFDR-01-0482-FEDER-000003	Cultura do Ananás dos Açores: Investigação, Desenvolvimento e Aplicação de Tecnologias e Práticas Promotoras da Competitividade e Qualidade da Produção	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512024235	INOVA - Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores	1.699.820,05	1.699.820,05	1.444.847,04		0,00	0,00	0,00		0,00	
	1.5 - Melhorar a acessibilidade e a utilização das TICs								1.317.649,78	1.317.649,78	1.120.002,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4
	RAAFDR-01-0567-FEDER-000003	Aquisição de equipamentos na área das Tecnologias de Informação e comunicação para cidadãos portadores de deficiência e reequipamento de infraestruturas	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672001055	Direcção Regional da Ciência, Tecnologia e Comunicações	700.000,00	700.000,00	595.000,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0567-FEDER-000004	Criação, desenvolvimento e manutenção de espaços Tlc permanentes	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672001055	Direcção Regional da Ciência, Tecnologia e Comunicações	550.000,00	550.000,00	467.500,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0567-FEDER-000001	Laboratório Multimédia	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512017050	Universidade dos Açores	55.250,00	55.250,00	46.962,50		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-01-0567-FEDER-000002	Aquisição de equipamento informático para o desenvolvimento de actividades formativas pela Unidade de Formação da Caritas dos Açores-Caritas da Ilha Terceira	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512069239	Caritas da Ilha Terceira	12.399,78	12.399,78	10.539,81		0,00	0,00	0,00		0,00	
	1.6 - Melhorar a eficiência administrativa								3.639.285,84	3.639.285,84	3.093.392,96	0,00	1.601.834,20	1.601.834,20	1.361.559,07	0,00	1.361.559,06	2
	RAAFDR-01-0626-FEDER-000002	SIGRHARA - Sistema de Informação de Gestão e Administração de Recursos Humanos para a Administração Regional dos Açores	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002728	Direcção Regional de Organização e Administração Pública	1.344.902,57	1.344.902,57	1.143.167,18		484.340,17	484.340,17	411.689,14		411.689,14	
	RAAFDR-01-0626-FEDER-000001	Rede Integrada de Apoio ao Cidadão -Modernização e Informatização dos Postos de Atendimento	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512105413	Agência para a Modernização e Qualidade do Serviço ao Cidadão - RIAC I.P.	2.294.383,27	2.294.383,27	1.950.225,78		1.117.494,03	1.117.494,03	949.869,93		949.869,92	
2 - Qualificar e Integrar a Sociedade Açoriana									109.148.029,34	109.148.029,34	92.775.824,95	0,00	52.664.790,00	52.664.790,00	44.765.071,50	0,00	41.433.433,50	40
	2.1 - Modernizar a rede de equipamentos escolares								73.465.996,27	73.465.996,27	62.446.096,84	0,00	37.007.227,02	37.007.227,02	31.456.142,96	0,00	28.260.751,79	24
	RAAFDR-02-0144-FEDER-000001	Elaboração de projecto técnico para a construção da Escola Básica 2,3/JI de Ponta Garça	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002515	Direcção Regional da Educação e Formação	191.383,00	191.383,00	162.675,55		187.239,86	187.239,86	159.153,88		154.541,77	
	RAAFDR-02-0144-FEDER-000002	Projecto de arquitectura da Escola Básica 2,3 Francisco F. Drumond	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002515	Direcção Regional da Educação e Formação	144.175,50	144.175,50	122.549,18		136.284,97	136.284,97	115.842,22		115.842,23	
	RAAFDR-02-0144-FEDER-000007	Construção da EB2,3 Francisco Ferreira Drummond	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002515	Direcção Regional da Educação e Formação	12.667.786,27	12.667.786,27	10.767.618,33		6.081.206,05	6.081.206,05	5.169.025,14		3.539.409,81	
	RAAFDR-02-0144-FEDER-000008	Construção da Escola Básica Integrada de Ponta Garça	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002515	Direcção Regional da Educação e Formação	17.183.569,47	17.183.569,47	14.606.034,05		7.029.355,13	7.029.355,13	5.974.951,86		5.481.634,23	
	RAAFDR-02-0144-FEDER-000009	Remodelação da EB2 de Angra do Heroísmo e ligação com a EB1/JI da Carreirinha	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002515	Direcção Regional da Educação e Formação	610.208,58	610.208,58	518.677,29		604.902,43	604.902,43	514.167,07		492.743,43	

Anexo V - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31-12-2009 (valores acumulados)

Desi- gnação do Eixo Prioritário	Candidatura/Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes aprovados				Montantes executados				Pagamentos FEDER	Nº de Pro- jectos por Eixo ou OE
	Código	Designação	Tipo	Estado	Loca- lização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Beneficiário	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE		
	RAAFDR-02-0144-FEDER-000012	Reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo da EB/S de São Roque do Pico	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002515	Direcção Regional da Educação e Formação	969.622,70	969.622,70	824.179,30		298.022,58	298.022,58	253.319,19		253.319,19	
	RAAFDR-02-0145-FEDER-000001	Grande Reparação da Escola Secundária Domingos Rebelo	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002515	Direcção Regional da Educação e Formação	908.688,05	908.688,05	772.384,84		897.888,05	897.888,05	763.204,84		733.765,60	
	RAAFDR-02-0145-FEDER-000003	Elaboração do projecto remodelação e adaptação ao ES da EB2,3/S das Velas	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002515	Direcção Regional da Educação e Formação	195.946,09	195.946,09	166.554,18		175.840,33	175.840,33	149.464,28		149.464,28	
	RAAFDR-02-0145-FEDER-000007	Elaboração do Projecto de Requalificação e Adaptação ao ES da EB I/S Manuel A. Cunha	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002515	Direcção Regional da Educação e Formação	136.832,17	136.832,17	116.307,34		91.221,46	91.221,46	77.538,24		77.538,24	
	RAAFDR-02-0145-FEDER-000008	Requalificação e adaptação ao ES da EB2,3/S de Vila Franca do Campo	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002515	Direcção Regional da Educação e Formação	11.439.993,58	11.439.993,58	9.723.994,54		6.653.604,96	6.653.604,96	5.655.564,22		5.018.577,20	
	RAAFDR-02-0145-FEDER-000011	Beneficiação de coberturas, pinturas decorativas e tratamento antitérmitas da ES Antero de Quental	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002515	Direcção Regional da Educação e Formação	897.000,67	897.000,67	762.450,57		657.620,33	657.620,33	558.977,28		558.977,28	
	RAAFDR-02-0145-FEDER-000013	Construção da EB1,2/II das Lajes das Flores	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002515	Direcção Regional da Educação e Formação	2.775.788,68	2.775.788,68	2.359.420,38		699.381,65	699.381,65	594.474,40		594.474,41	
	RAAFDR-02-0153-FEDER-000002	Construção do ginásio da EB1,2,3/II Maurício de Freitas	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002515	Direcção Regional da Educação e Formação	2.813.841,94	2.813.841,94	2.391.765,65		849.143,86	849.143,86	721.772,28		418.335,79	
	RAAFDR-02-0145-FEDER-000005	Escola de formação turística e hoteleira	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512047855	Direcção Regional do Trabalho e Qualificação Profissional	1.207.642,55	1.207.642,55	1.026.496,17		1.193.995,09	1.193.995,09	1.014.895,83		975.171,36	
	RAAFDR-02-0145-FEDER-000004	Construção da Escola da Fonte do Bastardo	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512044023	Câmara Municipal da Praia da Vitória	1.349.920,00	1.349.920,00	1.147.432,00		1.074.891,21	1.074.891,21	913.657,53		1.083.163,37	
	RAAFDR-02-0153-FEDER-000001	Construção de Equipamentos nos Complexos Escolares do 1.º Ciclo da Lajes (Aldeia Nova), Aguálva, Vila Nova, Santa Rita (Santa Cruz) e Arrochela (Biscoitos)	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512044023	Câmara Municipal da Praia da Vitória	907.738,96	907.738,96	771.578,12		259.740,41	259.740,41	220.779,35		220.779,35	
	RAAFDR-02-0144-FEDER-000004	Remodelação do Parque Escolar do Concelho de Angra do Heroísmo - Escola Infante D. Henrique e Escola Básica de São Bartolomeu	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512044040	Câmara Municipal de Angra do Heroísmo	428.009,89	428.009,89	363.808,41		417.057,99	417.057,99	354.499,29		313.535,46	
	RAAFDR-02-0144-FEDER-000011	Recuperação e ampliação dos edifícios da escola do ensino básico de São Mateus da Calheta - Concelho de Angra do Heroísmo	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512044040	Câmara Municipal de Angra do Heroísmo	1.171.864,31	1.171.864,31	996.084,66		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-02-0144-FEDER-000003	Construção de edifício para a educação pré-escolar e primeiro ciclo	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512074771	Câmara Municipal de São Roque do Pico	1.394.194,51	1.394.194,51	1.185.065,33		316.588,78	316.588,78	269.100,46		269.100,47	
	RAAFDR-02-0144-FEDER-000010	Reabilitação das escolas do primeiro ciclo do concelho de Nordeste	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512042659	Câmara Municipal do Nordeste	422.981,96	422.981,96	359.534,67		203.761,02	203.761,02	173.196,87		173.196,86	
	RAAFDR-02-0161-FEDER-000001	PÓLO DA HORTA - Novas Instalações do Departamento de Oceanografia e Pescas.	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512017050	Universidade dos Açores	4.305.638,70	4.305.638,70	3.659.792,89		3.818.806,91	3.818.806,91	3.245.985,87		3.245.985,87	
	RAAFDR-02-0161-FEDER-000002	Construção do Edifício Interdepartamental da Universidade dos Açores no Campus de Angra do Heroísmo	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512017050	Universidade dos Açores	6.832.742,45	6.832.742,45	5.807.831,08		1.458.581,52	1.458.581,52	1.239.794,29		1.239.794,29	
	RAAFDR-02-0145-FEDER-000014	Apetrechamento da Escola de Formação Turística e Hoteleira em Equipamento e Material	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512068518	Associação Açoreana de Formação Turística e Hoteleira	607.762,09	607.762,09	516.597,78		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-02-0145-FEDER-000002	Novas Instalações da escola Profissional Ilha de S.Jorge - 2ª Fase	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512048746	Associação Para o Desenvolvimento da Ilha de São Jorge	3.902.664,15	3.902.664,15	3.317.264,53		3.902.092,43	3.902.092,43	3.316.778,57		3.151.401,30	
	2.2 - Valorizar o património cultural								24.764.736,41	24.764.736,41	21.050.025,95	0,00	7.923.283,26	7.923.283,26	6.734.790,78	0,00	6.686.263,73	10
	RAAFDR-02-0247-FEDER-000001	Projectos Técnicos da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002744	Direcção Regional da Cultura	588.573,59	588.573,59	500.287,55		530.659,16	530.659,16	451.060,29		451.060,29	
	RAAFDR-02-0247-FEDER-000002	Projecto de execução do Centro de Arte Contemporânea dos Açores-Centro de Artes	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002744	Direcção Regional da Cultura	787.609,06	787.609,06	669.467,70		451.271,46	451.271,46	383.580,74		383.580,74	
	RAAFDR-02-0252-FEDER-000001	Remodelação do Recolhimento de Santa Barbara - Edifício extensão do Museu Carlos Machado	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002744	Direcção Regional da Cultura	2.758.571,72	2.758.571,72	2.344.785,96		2.298.459,54	2.298.459,54	1.953.690,61		1.953.690,61	
	RAAFDR-02-0252-FEDER-000002	Ampliação e Adaptação da Casa Pimentel Mesquita a Bibl. Municipal da Santa Cruz das Flores	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002744	Direcção Regional da Cultura	596.242,52	596.242,52	506.806,14		596.200,54	596.200,54	506.770,46		481.465,83	
	RAAFDR-02-0252-FEDER-000004	Ampliação do Museu dos Baleeiros - Lajes do Pico	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002744	Direcção Regional da Cultura	546.409,94	546.409,94	464.448,45		546.409,94	546.409,94	464.448,45		441.226,03	
	RAAFDR-02-0252-FEDER-000008	Construção da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002744	Direcção Regional da Cultura	14.069.047,29	14.069.047,29	11.958.690,20		643.303,53	643.303,53	546.808,00		546.808,00	
	RAAFDR-02-0252-FEDER-000009	Ampliação do Museu da Graciosa	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002744	Direcção Regional da Cultura	1.174.710,01	1.174.710,01	998.503,51		191.852,52	191.852,52	163.074,64		163.074,64	
	RAAFDR-02-0252-FEDER-000005	Reconstrução e ampliação de edifício para instalação do Museu do Presépio Açoriano	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512074410	Câmara Municipal de Lagoa	1.218.664,62	1.218.664,62	1.035.864,93		487.215,01	487.215,01	414.132,76		414.132,77	
	RAAFDR-02-0252-FEDER-000006	Reabilitação do Solar da Boa Nova a Biblioteca e Arquivo Municipal	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512063770	Câmara Municipal de Vila do Porto	2.581.169,33	2.581.169,33	2.193.993,93		2.177.911,56	2.177.911,56	1.851.224,83		1.851.224,82	
	RAAFDR-02-0252-FEDER-000007	Restauro de Imóvel a Núcleo Museológico	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512043701	Câmara Municipal de Vila Franca do Campo	443.738,33	443.738,33	377.177,58		0,00	0,00	0,00		0,00	
	2.3 - Melhorar a rede de equipamentos animação local								2.977.671,43	2.977.671,43	2.531.020,71	0,00	2.264.489,32	2.264.489,32	1.924.815,92	0,00	1.895.312,91	3
	RAAFDR-02-0353-FEDER-000002	Requalificação do Complexo Desportivo do Lajedo	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672 002 515	Direcção Regional do Desporto	1.523.842,47	1.523.842,47	1.295.266,10		929.418,36	929.418,36	790.005,61		790.005,61	
	RAAFDR-02-0383-FEDER-000002	Arrelvamento com Relva Sintética do Campo de Futebol da Freguesia dos Arrifes	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512012814	Câmara Municipal de Ponta Delgada	735.687,25	735.687,25	625.334,16		733.612,31	733.612,31	623.570,46		594.067,45	
	RAAFDR-02-0383-FEDER-000003	Construção do Centro Comunitário da Ribeira Seca	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512043701	Câmara Municipal de Vila Franca do Campo	718.141,71	718.141,71	610.420,45		601.458,65	601.458,65	511.239,85		511.239,85	

Anexo V - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31-12-2009 (valores acumulados)

Desi- gnação do Eixo Prioritário	Candidatura/Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes aprovados				Montantes executados				Pagamentos FEDER	Nº de Pro- jectos por Eixo ou OE
	Código	Designação	Tipo	Estado	Loca- lização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Beneficiário	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE		
	2.5 - Modernizar a rede de equipamentos de protecção social								7.939.625,23	7.939.625,23	6.748.681,45	0,00	5.469.790,40	5.469.790,40	4.649.321,84	0,00	4.591.105,07	3
	RAAFDR-02-0549-FEDER-000001	Construção de Edifício para Centro de Actividades Ocupacionais	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002523	Direcção Regional da Solidariedade e Segurança Social	3.536.761,29	3.536.761,29	3.006.247,10		3.244.761,29	3.244.761,29	2.758.047,10		2.758.047,09	
	RAAFDR-02-0549-FEDER-000002	Construção de Creche, Centro de Convívio para a Terceira Idade, ATL e Salão Polivalente no Pico da Pedra	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002523	Direcção Regional da Solidariedade e Segurança Social	1.370.367,11	1.370.367,11	1.164.812,04		1.370.339,07	1.370.339,07	1.164.788,21		1.106.571,44	
	RAAFDR-02-0549-FEDER-000003	Construção de Edifício para Centro de Actividades Ocupacionais e Serviço de Apoio Domiciliário em Vila Franca do Campo	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002523	Direcção Regional da Solidariedade e Segurança Social	3.032.496,83	3.032.496,83	2.577.622,31		854.690,04	854.690,04	726.486,53		726.486,54	
3 - Melhorar as redes regionais de infra-estruturas de acessibilidades									128.607.398,47	128.607.398,47	109.316.288,69	0,00	96.483.201,11	96.483.201,11	82.010.720,94	0,00	81.746.635,24	58
	3.1 - Requalificar a rede regional de infra-estruturas rodoviárias e marítimas								126.450.398,47	126.450.398,47	107.482.838,69	0,00	95.196.201,11	95.196.201,11	80.916.770,94	0,00	80.652.685,24	56
	RAAFDR-03-0185-FEDER-000001	Melhoramento do Porto de Pesca de Ponta Delgada - Ilha Flores	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002388	Direcção Regional das Pescas	1.962.040,96	1.962.040,96	1.667.734,82		1.829.668,82	1.829.668,82	1.555.218,50		1.555.218,51	
	RAAFDR-03-0185-FEDER-000002	Melhoramento das Condições Operacionais do Porto de Pesca de São Mateus	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002388	Direcção Regional das Pescas	7.868.672,75	7.868.672,75	6.688.371,84		7.663.959,30	7.663.959,30	6.514.365,41		6.353.953,25	
	RAAFDR-03-0185-FEDER-000003	Ampliação do Porto de Pesca de Vila Franca do Campo, Ilha de S.Miguel	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002388	Direcção Regional das Pescas	11.630.452,20	11.630.452,20	9.885.884,37		11.319.945,92	11.319.945,92	9.621.954,03		9.391.590,15	
	RAAFDR-03-0185-FEDER-000004	Beneficiação do Porto da Fajã do Ouidor, Ilha de S.Jorge	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002388	Direcção Regional das Pescas	1.332.702,19	1.332.702,19	1.132.796,86		1.267.473,80	1.267.473,80	1.077.352,73		1.076.157,02	
	RAAFDR-03-0185-FEDER-000007	Fornecimento e Instalação de Postos de Acostagem Flutuantes do Porto da Praia, Ilha Graciosa	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002388	Direcção Regional das Pescas	509.613,85	509.613,85	433.171,77		504.208,52	504.208,52	428.577,24		411.513,18	
	RAAFDR-03-0185-FEDER-000008	Construção dos Edifícios de Armazéns de Aprestos do Porto da Praia, Ilha Graciosa	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002388	Direcção Regional das Pescas	581.910,99	581.910,99	494.624,34		543.335,87	543.335,87	461.835,49		461.835,48	
	RAAFDR-03-0185-FEDER-000010	Protecção da Base da Falésia e Melhoria das Infra-Estruturas de Apoio à Pesca no Porto Formoso, em São Miguel	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002388	Direcção Regional das Pescas	1.053.036,47	1.053.036,47	895.081,00		738.869,81	738.869,81	628.039,34		628.039,34	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000001	Reordenamento do trânsito na Avenida Príncipe do Mónaco	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672001055	Secretaria Regional de Habitação e Equipamentos	727.171,56	727.171,56	618.095,83		727.171,55	727.171,55	618.095,82		587.191,03	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000002	Beneficiação da Rua da Esperança em Santa Cruz das Flores e do Ramal para a Fajã Grande	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672001055	Secretaria Regional de Habitação e Equipamentos	1.067.407,28	1.067.407,28	907.296,19		1.004.583,78	1.004.583,78	853.896,21		853.896,21	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000003	Beneficiação da ER 1-1º no Troço compreendido entre os Remédios e o Pilar da Bretanha	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672001055	Secretaria Regional de Habitação e Equipamentos	1.411.847,17	1.411.847,17	1.200.070,09		1.295.329,77	1.295.329,77	1.101.030,30		1.101.030,30	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000004	Beneficiação da ER 7-2ª no Livramento e da ER 1-1ª nos Fenais da Luz	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672001055	Secretaria Regional de Habitação e Equipamentos	1.409.617,57	1.409.617,57	1.198.174,93		1.237.213,80	1.237.213,80	1.051.631,73		1.125.773,04	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000010	Remodelação da Via Vitorino Nemésio	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672001055	Secretaria Regional de Habitação e Equipamentos	20.296.141,62	20.296.141,62	17.251.720,38		16.172.300,39	16.172.300,39	13.746.455,33		13.746.455,33	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000012	Reabilitação do Troço da Estrada Regional n.º 2-2ª - Acesso à Vila do Topo incluindo o Caminho Velho	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672001055	Secretaria Regional de Habitação e Equipamentos	448.362,00	448.362,00	381.107,70		446.885,47	446.885,47	379.852,65		362.052,32	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000017	Beneficiação da ER 3-1ª entre a Pranchinha e o Grilo, Ilha de São Miguel	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672001055	Secretaria Regional de Habitação e Equipamentos	1.862.890,17	1.862.890,17	1.583.456,64		1.622.342,08	1.622.342,08	1.378.990,77		1.378.990,77	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000018	Beneficiação do Ramal de Acesso ao Porto da Caloura e da ER 5-2ª, no Troço entre os Remédios e a Barrosa, Lagoa-São Miguel	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672001055	Secretaria Regional de Habitação e Equipamentos	1.184.201,35	1.184.201,35	1.006.571,15		989.996,91	989.996,91	841.497,37		841.497,37	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000020	Beneficiação de um troço da ER 1-1ª, entre os Ginetes e o Ramal para os Mosteiros	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672001055	Secretaria Regional de Habitação e Equipamentos	1.128.545,55	1.128.545,55	959.263,72		1.062.701,16	1.062.701,16	903.295,99		903.295,99	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000021	Beneficiação do Ramal de Acesso ao Porto da Ribeirinha	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672001055	Secretaria Regional de Habitação e Equipamentos	732.021,50	732.021,50	622.218,28		709.556,11	709.556,11	603.122,69		591.107,36	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000022	Reabilitação de 5,1 Km de Estradas Regionais na Ilha Graciosa	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672001055	Secretaria Regional de Habitação e Equipamentos	1.712.583,50	1.712.583,50	1.455.695,97		1.656.604,62	1.656.604,62	1.408.113,93		1.382.911,18	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000024	Reabilitação do troço da Estrada Regional 1-2ª entre a Ribeira do Almeida e o Cruzamento da Beira	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672001055	Secretaria Regional de Habitação e Equipamentos	551.680,11	551.680,11	468.928,09		540.436,59	540.436,59	459.371,10		445.481,69	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000026	Reabilitação do troço da ER nº 3-1ª, entre a Vinha Brava e Pico Gordo, incluindo o ramal de ligação aos Biscoitos	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672001055	Secretaria Regional de Habitação e Equipamentos	1.161.997,39	1.161.997,39	987.697,78		1.145.059,45	1.145.059,45	973.300,53		938.312,89	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000027	Beneficiação da ER 1-1ª entre a zona dos Barreiros e a recta dos Fenais da Ajuda	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672001055	Secretaria Regional de Habitação e Equipamentos	1.302.080,00	1.302.080,00	1.106.768,00		1.232.933,46	1.232.933,46	1.047.993,44		1.047.993,43	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000028	Construção de um troço Variante à ER 6-2ª, entre a Via Circular de Angra do Heroísmo e a Rotunda da Escola Tomás de Borba - São Carlos	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672001055	Secretaria Regional de Habitação e Equipamentos	1.696.149,90	1.696.149,90	1.441.727,41		1.417.478,09	1.417.478,09	1.204.856,38		1.204.856,38	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000029	Reabilitação de Estradas Regionais na Ilha das Flores	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672001055	Secretaria Regional de Habitação e Equipamentos	4.363.533,69	4.363.533,69	3.709.003,64		3.993.643,93	3.993.643,93	3.394.597,34		3.394.597,34	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000033	Reabilitação das ER's da Ilha do Faial - ER nº 3-2ª Troço Cruzeiro/Ramal do Comprido	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672001055	Secretaria Regional de Habitação e Equipamentos	953.443,42	953.443,42	810.426,91		907.443,40	907.443,40	771.326,89		769.905,56	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000048	Construção da Variante à Vila de Rabo de Peixe	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672001055	Secretaria Regional de Habitação e Equipamentos	8.136.948,46	8.136.948,46	6.916.406,19		530.153,13	530.153,13	450.630,16		450.630,16	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000016	Consolidação das Vertentes e Reabilitação de acesso à Fajã de S.João	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512074089	Câmara Municipal da Calheta	2.190.958,20	2.190.958,20	1.862.314,47		1.224.450,77	1.224.450,77	1.040.783,15		1.536.271,51	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000030	Reabilitação de Rede Viária do Concelho da Horta	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512073821	Câmara Municipal da Horta	3.316.395,28	3.316.395,28	2.818.935,99		2.773.612,56	2.773.612,56	2.357.570,68		2.357.570,68	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000023	Pavimentação de Arruamentos Municipais nas Freguesias do concelho da Madalena	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512070946	Câmara Municipal da Madalena	1.860.808,08	1.860.808,08	1.581.686,87		1.777.611,21	1.777.611,21	1.510.969,53		1.502.602,52	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000036	Requalificação do Centro da Vila da Madalena e Abertura de Novo Arruamento - Mata do Hospital	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512070946	Câmara Municipal da Madalena	1.265.172,81	1.265.172,81	1.075.396,89		777.087,54	777.087,54	660.524,41		660.524,40	



Anexo V - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31-12-2009 (valores acumulados)																		
Desi- gnação do Eixo Prioritário	Candidatura/Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes aprovados				Montantes executados				Pagamentos FEDER	Nº de Pro- jectos por Eixo ou OE
	Código	Designação	Tipo	Estado	Loca- lização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Beneficiário	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE		
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000045	Requalificação da Rede Viária Municipal	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512070946	Câmara Municipal da Madalena	864.765,38	864.765,38	735.050,57		493.569,38	493.569,38	419.533,97		419.533,97	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000019	Requalificação e Pavimentação do Centro Urbano da Praia da Vitória	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512044023	Câmara Municipal da Praia da Vitória	1.982.711,93	1.982.711,93	1.685.305,14		1.067.056,07	1.067.056,07	906.997,66		906.997,65	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000032	Pavimentação de diversas vias no concelho da Praia da Vitória	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512044023	Câmara Municipal da Praia da Vitória	606.097,14	606.097,14	515.182,57		228.100,99	228.100,99	193.885,84		326.590,10	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000043	Remodelação da Via 25 de Abril	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512044023	Câmara Municipal da Praia da Vitória	2.164.492,14	2.164.492,14	1.839.818,32		1.135.550,96	1.135.550,96	965.218,32		965.218,32	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000009	Execução do Passeio Atlântico - 1ª Fase	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512013241	Câmara Municipal da Ribeira Grande	1.918.017,93	1.918.017,93	1.630.315,24		1.738.396,88	1.738.396,88	1.477.637,35		1.477.637,35	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000014	Reabilitação da rede viária municipal na freguesia da Ribeira Seca - 1.ª Fase	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512013241	Câmara Municipal da Ribeira Grande	428.435,27	428.435,27	364.169,98		399.633,46	399.633,46	339.688,44		339.688,44	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000031	Construção de arruamento entre a Rua dos Bombeiros e o Parque Industrial na Ribeira Grande	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512013241	Câmara Municipal da Ribeira Grande	606.572,07	606.572,07	515.586,26		499.813,21	499.813,21	424.841,23		424.841,23	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000013	Repavimentação de Arruamentos em 5 Freguesias do Concelho das Lajes do Pico e Construção de um Parque de estacionamento	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512074143	Câmara Municipal das Lajes do Pico	1.153.229,92	1.153.229,92	980.245,43		1.041.066,13	1.041.066,13	884.906,21		884.906,22	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000005	Consolidação de vertentes e reabilitação do acesso à Fajã das Almas	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512075506	Câmara Municipal das Velas	1.613.236,50	1.613.236,50	1.371.251,02		1.228.450,66	1.228.450,66	1.044.183,06		1.044.183,06	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000025	Beneficiação de diversos arruamentos do Concelho de Angra do Heroísmo e reabilitação da Via do Foro na freguesia de São Sebastião	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512044040	Câmara Municipal de Angra do Heroísmo	1.763.447,67	1.763.447,67	1.498.930,52		1.694.246,06	1.694.246,06	1.440.109,15		1.385.921,87	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000015	Correcção e Beneficiação do Caminho do Aldeamento de Nossa Senhora da Graça	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512074410	Câmara Municipal de Lagoa	499.995,24	499.995,24	424.995,95		481.390,69	481.390,69	409.182,09		403.746,16	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000034	Remodelação de Estradas Municipais (EM João Ramos; EM dos Remédios; Travessa do Silvestre; EM 516)	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512074410	Câmara Municipal de Lagoa	1.006.960,07	1.006.960,07	855.916,06		419.308,31	419.308,31	356.412,06		356.412,06	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000035	Remodelação de Estradas Municipais no Concelho da Lagoa (Bago das Socas, Socas, Cruzinha e Pinheiro)	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512074410	Câmara Municipal de Lagoa	400.888,20	400.888,20	340.754,97		219.523,57	219.523,57	186.595,03		186.595,03	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000044	Remodelação de Estradas Municipais no Concelho de Lagoa (Atalhada e Cabouco)	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512074410	Câmara Municipal de Lagoa	873.158,00	873.158,00	742.184,30		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000006	Concepção, projecto e construção do prolongamento da Av. Marginal de P.Delgada - 2ª Fase	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512012814	Câmara Municipal de Ponta Delgada	6.793.689,08	6.793.689,08	5.774.635,72		6.792.738,32	6.792.738,32	5.773.827,57		5.485.903,93	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000007	Requalificação da Via dos Valados - Arrifes	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512012814	Câmara Municipal de Ponta Delgada	1.946.867,01	1.946.867,01	1.654.836,96		1.926.286,45	1.926.286,45	1.637.343,48		1.572.095,11	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000046	Construção de arruamento complementar à Radial do Pico do Funcho	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512012814	Câmara Municipal de Ponta Delgada	691.584,78	691.584,78	587.847,06		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000037	Construção da Avenida do Mar	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512074771	Câmara Municipal de São Roque do Pico	1.824.956,40	1.824.956,40	1.551.212,94		28.165,52	28.165,52	23.940,69		23.940,69	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000038	Beneficiação de Arruamentos do Concelho de São Roque do Pico	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512074771	Câmara Municipal de São Roque do Pico	1.577.443,36	1.577.443,36	1.340.826,86		846.222,96	846.222,96	719.289,52		719.289,51	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000039	Reabilitação de Vias Municipais e de Passeios	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512042659	Câmara Municipal do Nordeste	966.681,90	966.681,90	821.679,61		620.665,88	620.665,88	527.566,00		527.566,01	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000042	Reabilitação de vias nas freguesias de Algarvia, Santana, Achada, Achadinha, Salga e Santo António	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512042659	Câmara Municipal do Nordeste	834.859,47	834.859,47	709.630,55		688.233,70	688.233,70	584.998,64		584.998,65	
	RAAFDR-03-0185-FEDER-000005	Ampliação do cais comercial do Porto da Praia na Ilha Graciosa	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512077681	Administração dos Portos da Terceira e Graciosa, S.A.	4.466.792,23	4.466.792,23	3.796.773,40		3.931.693,50	3.931.693,50	3.341.939,47		3.341.939,47	
	RAAFDR-03-0185-FEDER-000009	Execução da Pavimentação, Infra-estrutura e Assinalamento Marítimo no Sector de Pescas do Porto da Praia na Ilha Graciosa	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512077681	Administração dos Portos da Terceira e Graciosa, S.A.	532.263,92	532.263,92	452.424,33		499.028,42	499.028,42	424.174,16		424.174,16	
	RAAFDR-03-0185-FEDER-000013	Reequacionamento do Cais para Ferries e das Infra-estruturas do Porto de Vila do Porto	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512077711	Administração dos Portos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria, S.A.	3.595.986,20	3.595.986,20	3.056.588,27		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-03-0185-FEDER-000014	Pipeline de Abastecimento ao Terminal Marítimo de Ponta Delgada	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512077711	Administração dos Portos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria, S.A.	923.344,06	923.344,06	784.842,45		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-03-0185-FEDER-000006	Ampliação do parque de contentores e construção de nova via de acesso ao porto das Velas	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512077703	Administração dos Portos do Triângulo e do Grupo Ocidental, S.A.	2.188.098,00	2.188.098,00	1.859.883,30		2.055.014,55	2.055.014,55	1.746.762,37		1.746.762,37	
	RAAFDR-03-0185-FEDER-000011	Construção da Gare de Passageiros do Porto da Calheta de S. Jorge e Trabalhos Complementares na sua envolvente	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512077703	Administração dos Portos do Triângulo e do Grupo Ocidental, S.A.	507.438,58	507.438,58	431.322,79		49.987,63	49.987,63	42.489,49		42.489,49	
3.2 - Melhorar a eficiência e a segurança dos sistemas									2.157.000,00	2.157.000,00	1.833.450,00	0,00	1.287.000,00	1.287.000,00	1.093.950,00	0,00	1.093.950,00	2
	RAAFDR-03-0286-FEDER-000001	Aquisição de Duas Embarcações Destinadas ao Serviço de Pilotagem da APTG, SA	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512077681	Administração dos Portos da Terceira e Graciosa, S.A.	1.430.000,00	1.430.000,00	1.215.500,00		1.287.000,00	1.287.000,00	1.093.950,00		1.093.950,00	
	RAAFDR-03-0286-FEDER-000003	Sistema informático de reservas, vendas e embarque	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512091773	Atlanticoline, SA	727.000,00	727.000,00	617.950,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
4 - Valorizar e qualificar o sistema ambiental									36.505.357,32	36.505.357,32	31.029.553,72	0,00	25.382.399,73	25.382.399,73	21.575.039,77	0,00	21.829.041,42	36
4.1 - Ordenar o território									2.936.339,83	2.936.339,83	2.495.888,86	0,00	953.303,27	953.303,27	810.307,78	0,00	810.307,78	5
	RAAFDR-04-0187-FEDER-000009	Protecção Costeira do Terreiro de S. Mateus e da Baía das Canas (Porto Martins) - Ilha Terceira	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002426	Direcção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos	1.629.291,34	1.629.291,34	1.384.897,64		880.109,27	880.109,27	748.092,88		748.092,88	
	RAAFDR-04-0187-FEDER-000007	Elaboração da Revisão do Plano Director Municipal de Vila do Porto	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512063770	Câmara Municipal de Vila do Porto	172.140,00	172.140,00	146.319,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-04-0187-FEDER-000001	Elaboração de Estudo de Reordenamento do Centro Urbano da Vila do Nordeste	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512042659	Câmara Municipal do Nordeste	58.526,49	58.526,49	49.747,52		52.674,00	52.674,00	44.772,90		44.772,90	

Anexo V - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31-12-2009 (valores acumulados)

Desi- gnação do Eixo Prioritário	Candidatura/Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes aprovados				Montantes executados				Pagamentos FEDER	Nº de Pro- jectos por Eixo ou OE
	Código	Designação	Tipo	Estado	Loca- lização (NUT II/NUT III)	Tipologia	NIF	Beneficiário	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE		
	RAAFDR-04-0187-FEDER-000008	Elaboração da Revisão do Plano Director Municipal de Nordeste	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512042659	Câmara Municipal do Nordeste	280.782,00	280.782,00	238.664,70		20.520,00	20.520,00	17.442,00		17.442,00	
	RAAFDR-04-0187-FEDER-000010	Acesso de serviço ao quebra-mar da protecção costeira da Vila das Lajes do Pico	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512077703	Administração dos Portos do Triângulo e do Grupo Ocidental, S.A.	795.600,00	795.600,00	676.260,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
	4.2 - Aumentar a cobertura da rede de Infra-estruturas ambientais								12.243.400,99	12.243.400,99	10.406.890,84	0,00	7.261.813,81	7.261.813,81	6.172.541,73	0,00	6.604.624,98	16
	RAAFDR-04-0259-FEDER-000001	Projectos de Infra-estruturas de Gestão de Resíduos na Região Autónoma dos Açores	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002426	Direcção Regional do Ambiente	700.080,00	700.080,00	595.068,00		494.707,00	494.707,00	420.500,95		420.500,95	
	RAAFDR-04-0246-FEDER-000005	Estudos com vista à implementação da Directiva Quadro da Água na RAA	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002426	Direcção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos	848.260,22	848.260,22	721.021,19		640.704,17	640.704,17	544.598,54		544.598,54	
	RAAFDR-04-0231-FEDER-000001	Selagem da Lixeira da Silveira	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512047464	AMIP - Associação de Municípios da Ilha do Pico	400.446,12	400.446,12	340.379,20		391.946,28	391.946,28	333.154,34		323.360,24	
	RAAFDR-04-0260-FEDER-000002	Aquisição de uma viatura para recolha de resíduos sólidos urbanos e de 450 contentores para recolha de resíduos	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512047464	AMIP - Associação de Municípios da Ilha do Pico	216.395,00	216.395,00	183.935,75		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-04-0260-FEDER-000001	Recolha, Transporte e Triagem de Resíduos Sólidos Urbanos	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512073821	Câmara Municipal da Horta	418.830,10	418.830,10	356.005,58		383.442,10	383.442,10	325.925,78		325.925,79	
	RAAFDR-04-0246-FEDER-000001	Construção de mais duas células para o Reservatório do Pico Vermelho	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512013241	Câmara Municipal da Ribeira Grande	412.560,26	412.560,26	350.676,22		304.864,22	304.864,22	259.134,59		259.134,59	
	RAAFDR-04-0246-FEDER-000007	Construção do Reservatório do Pico da Madeira	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512013241	Câmara Municipal da Ribeira Grande	682.932,32	682.932,32	580.492,47		211.551,85	211.551,85	179.819,07		179.819,07	
	RAAFDR-04-0246-FEDER-000009	Construção do Reservatório do Pico D'Água	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512013241	Câmara Municipal da Ribeira Grande	1.149.284,81	1.149.284,81	976.892,09		1.094.556,95	1.094.556,95	930.373,41		928.047,48	
	RAAFDR-04-0246-FEDER-000010	Construção do Adutor do Pico Vermelho - Reservatório das Alminhas e Estação Elevatória da Mediana	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512013241	Câmara Municipal da Ribeira Grande	1.464.923,18	1.464.923,18	1.245.184,70		552.637,66	552.637,66	469.742,01		920.579,89	
	RAAFDR-04-0246-FEDER-000003	Construção das Condutas Adutoras, Rede de Distribuição de água e Construção Civil do Furo do Arrife	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512074143	Câmara Municipal das Lajes do Pico	597.637,74	597.637,74	507.992,08		342.213,34	342.213,34	290.881,34		290.881,34	
	RAAFDR-04-0260-FEDER-000003	Aquisição de Veículo Varredora Mecânica	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512044040	Câmara Municipal de Angra do Heroísmo	155.933,76	155.933,76	132.543,70		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-04-0246-FEDER-000004	Saneamento Básico de Água de Pau	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512074410	Câmara Municipal de Lagoa	4.281.686,74	4.281.686,74	3.639.433,73		2.638.344,19	2.638.344,19	2.242.592,56		2.242.592,54	
	RAAFDR-04-0246-FEDER-000013	Levantamento e monitorização das redes de água e saneamento de Vila Franca do Campo	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512043701	Câmara Municipal de Vila Franca do Campo	254.760,00	254.760,00	216.546,00		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-04-0246-FEDER-000006	Reequipamento da ETAR do Corvo	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512065837	Câmara Municipal do Corvo	82.459,20	82.459,20	70.090,32		0,00	0,00	0,00		0,00	
	RAAFDR-04-0246-FEDER-000012	Reabilitação de Reservatórios e Sistemas de Distribuição de Água no Concelho da Praia da Vitória	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512097780	Praia Ambiente, E M	421.103,66	421.103,66	357.938,11		50.738,17	50.738,17	43.127,44		43.127,44	
	RAAFDR-04-0246-FEDER-000002	Instalação de sistema de tratamento e desinfecção de reservatórios e instalação de energia fotovoltaica nos reservatórios	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512088357	Nordeste Activo-E.M. de Activ. Desportivas, Recreativas e Turísticas, Águas e Resíduos	156.107,88	156.107,88	132.691,70		156.107,88	156.107,88	132.691,70		126.057,11	
	4.3 - Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental								18.976.434,50	18.976.434,50	16.129.969,32	0,00	14.818.155,41	14.818.155,41	12.595.432,11	0,00	12.517.144,20	14
	RAAFDR-04-0331-FEDER-000001	Recuperação do Jardim de Santana (Zona Sul) e Rede Exterior de Incêndios do Palácio de Santana	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002426	Direcção Regional do Ambiente	1.591.886,31	1.591.886,31	1.353.103,36		1.458.733,37	1.458.733,37	1.239.923,36		1.239.948,86	
	RAAFDR-04-0331-FEDER-000002	Ampliação e Remodelação do Jardim Botânico do Faial	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002426	Direcção Regional do Ambiente	658.766,37	658.766,37	559.951,41		518.845,86	518.845,86	441.018,98		441.018,98	
	RAAFDR-04-0331-FEDER-000004	Requalificação do Farol dos Capelinhos - Centro de Interpretação	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002426	Direcção Regional do Ambiente	3.963.788,23	3.963.788,23	3.369.220,00		3.855.662,56	3.855.662,56	3.277.313,18		3.200.758,99	
	RAAFDR-04-0331-FEDER-000005	Centros de Interpretação Ambiental da Ilha do Pico	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002426	Direcção Regional do Ambiente	1.556.984,10	1.556.984,10	1.323.436,49		1.213.746,36	1.213.746,36	1.031.684,41		1.031.684,41	
	RAAFDR-04-0331-FEDER-000006	Aquário Virtual de Interpretação Ambiental	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002426	Direcção Regional do Ambiente	456.950,41	456.950,41	388.407,85		369.412,35	369.412,35	314.000,50		314.000,49	
	RAAFDR-04-0331-FEDER-000008	Construção de um Centro de Apoio aos visitantes da Furna do Enxofre na Ilha Graciosa	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002426	Direcção Regional do Ambiente	737.313,42	737.313,42	626.716,41		160.177,66	160.177,66	136.151,01		136.151,01	
	RAAFDR-04-0331-FEDER-000009	Rede Regional de Ecolecas	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002426	Direcção Regional do Ambiente	1.484.730,59	1.484.730,59	1.262.021,00		1.277.864,15	1.277.864,15	1.086.184,53		1.086.184,52	
	RAAFDR-04-0331-FEDER-000012	Conteúdos do Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002426	Direcção Regional do Ambiente	2.366.693,65	2.366.693,65	2.011.689,60		2.117.157,23	2.117.157,23	1.799.583,65		1.799.583,65	
	RAAFDR-04-0331-FEDER-000003	Requalificação Ambiental Margens Ribeira da Conceição	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002426	Direcção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos	765.681,59	765.681,59	650.829,35		705.197,06	705.197,06	599.417,50		599.417,50	
	RAAFDR-04-0331-FEDER-000007	Protecção e Reforço do Muro da Estrada Marginal da Fajã de São João	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002426	Direcção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos	1.683.600,00	1.683.600,00	1.431.060,00		1.136.347,05	1.136.347,05	965.894,99		965.895,00	
	RAAFDR-04-0331-FEDER-000010	Intervenção Integrada na Ribeira Santiago a Jusante da Praça Municipal e Consolidação da Vertente ao Longo da Rua dos Ferreiros - S.Miguel	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002426	Direcção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos	1.480.643,17	1.480.643,17	1.258.546,69		1.151.438,51	1.151.438,51	978.722,73		978.722,74	
	RAAFDR-04-0331-FEDER-000011	Intervenção Integrada e Requalificação Ambiental do Leito e das Margens Ribeira da Ribeirinha - Terceira	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002426	Direcção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos	1.311.240,19	1.311.240,19	1.114.554,16		592.989,09	592.989,09	504.040,73		504.040,73	
	RAAFDR-04-0331-FEDER-000015	Implementação Rede Monitorização Ciclo Hidrológico da RAA: São Miguel e Santa Maria	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002426	Direcção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos	876.763,07	876.763,07	745.248,61		219.190,76	219.190,76	186.312,15		186.312,15	
	RAAFDR-04-0331-FEDER-000013	Recolha de dados acústicos das freguesias rurais e mapa de ruído da cidade da Horta	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512073821	Câmara Municipal da Horta	41.393,40	41.393,40	35.184,39		41.393,40	41.393,40	35.184,39		33.425,17	

Anexo V - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31-12-2009 (valores acumulados)

Desi- gnação do Eixo Prioritário	Candidatura/Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes aprovados				Montantes executados				Pagamentos FEDER	Nº de Pro- jectos por Eixo ou OE
	Código	Designação	Tipo	Estado	Loca- lização (NUT II/III/IV)	Tipologia	NIF	Beneficiário	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montante Fundo de tipologia FSE		
	4.4 - Melhorar sistemas de prevenção e gestão de riscos								2.349.182,00	2.349.182,00	1.996.804,70	0,00	2.349.127,24	2.349.127,24	1.996.758,15	0,00	1.896.964,46	1
	RAAFDR-04-0435-FEDER-000001	Aquisição de viaturas e equipamentos para os corpos de bombeiros	Público	Arpovado	PT 200		512028273	Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores	2.349.182,00	2.349.182,00	1.996.804,70		2.349.127,24	2.349.127,24	1.996.758,15		1.896.964,46	
	5 - Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade								67.817.151,32	67.817.151,32	33.908.575,66	0,00	39.439.643,54	39.439.643,54	19.719.821,78	0,00	19.719.821,79	7
	5.1 - Compensar os custos de funcionamento dos sistemas de transportes no arquipélago								37.745.636,00	37.745.636,00	18.872.818,00	0,00	35.801.145,90	35.801.145,90	17.900.572,95	0,00	17.900.572,95	1
	RAAFDR-05-0188-FEDER-000002	Compensar os custos de funcionamento no transporte aéreo inter-ilhas (2007-2009)	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672001012	Direcção Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos	37.745.636,00	37.745.636,00	18.872.818,00		35.801.145,90	35.801.145,90	17.900.572,95		17.900.572,95	
	5.2 - Compensar os custos de investimento no arquipélago								30.071.515,32	30.071.515,32	15.035.757,66	0,00	3.638.497,64	3.638.497,64	1.819.248,83	0,00	1.819.248,84	6
	RAAFDR-05-0272-FEDER-000003	Construção do Parque de Estacionamento das Chegadas da Aerogare Civil das Lajes	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672001012	Direcção Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos	2.048.464,27	2.048.464,27	1.024.232,14		957.482,78	957.482,78	478.741,39		478.741,39	
	RAAFDR-05-0272-FEDER-000001	Construção do Parque de Estacionamento da Aerogare do Aeródromo da Ilha de S. Jorge	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512087954	SATA - GESTÃO DE AERÓDROMOS, S.A.	730.935,47	730.935,47	365.467,73		692.871,90	692.871,90	346.435,95		346.435,95	
	RAAFDR-05-0272-FEDER-000004	Aeroporto da Ilha Pico - Movimentação de Terras para Instalação do Sistema ILS e Recuperação Paisagística dos Terrenos	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512087954	SATA - GESTÃO DE AERÓDROMOS, S.A.	968.960,44	968.960,44	484.480,22		768.520,85	768.520,85	384.260,43		384.260,43	
	RAAFDR-05-0272-FEDER-000005	Ampliação e Alargamento da Pista do Aeroporto de São Jorge	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512087954	SATA - GESTÃO DE AERÓDROMOS, S.A.	24.558.295,46	24.558.295,46	12.279.147,73		360.962,91	360.962,91	180.481,45		180.481,46	
	RAAFDR-05-0272-FEDER-000006	Fornecimento, Instalação e Calibração de um Sistema ILS/DME no aeroporto da ilha do Pico	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512087954	SATA - GESTÃO DE AERÓDROMOS, S.A.	1.179.040,99	1.179.040,99	589.520,49		782.319,93	782.319,93	391.159,97		391.159,97	
	RAAFDR-05-0272-FEDER-000007	Construção do Armazém para Material de Placa do Aeroporto da Ilha do Pico	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	512087954	SATA - GESTÃO DE AERÓDROMOS, S.A.	585.818,69	585.818,69	292.909,35		76.339,27	76.339,27	38.169,64		38.169,64	
	6 - Assistência Técnica do Programa								1.600.000,00	1.600.000,00	1.360.000,00	0,00	332.090,19	332.090,19	282.276,66	0,00	162.505,86	1
	6.1 - Assistência Técnica do Programa								1.600.000,00	1.600.000,00	1.360.000,00	0,00	332.090,19	332.090,19	282.276,66	0,00	162.505,86	1
	RAAFDR-06-0173-FEDER-000001	Assistência Técnica da Autoridade de Gestão 2007-2010	Público	Arpovado	PT 200	Administração pública	672002540	Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais	1.600.000,00	1.600.000,00	1.360.000,00		332.090,19	332.090,19	282.276,66		162.505,86	

## Anexo VI - Regulamento Específico/Calendário de concursos por Eixo Prioritário

Eixo Prioritário	Área de Intervenção	Regulamentação Específica	Critérios de selecção aprovados em Comissão de Acompanhamento 20.11.2007	Concurso		
				Cód. Concurso/re f.ª concurso	Aviso de abertura	Prazo de candidatura
EP1 - Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores	Sistema de Incentivos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Regulamento do Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento Local (Decreto Regulamentar Regional n.º 22/2007/A)</li> <li>- Regulamento do Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento do Turismo (Decreto Regulamentar Regional n.º 21/2007/A)</li> <li>- Regulamento do Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento Estratégico (Decreto Regulamentar Regional n.º 23/2007/A)</li> <li>- Regulamento do Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento da Qualidade e da Inovação (Decreto Regulamentar Regional n.º 26/2007/A)</li> <li>- Empreende Jovem - Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo (Decreto Legislativo Regional n.º 27/2006/A)</li> <li>- PROENERGIA - Sistema de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis (Decreto Legislativo Regional n.º 26/2006/A)</li> <li>- SIRIART - Sistema de Incentivos à Redução do Impacto Ambiental e Renovação das Frotas no Transporte Colectivo Regular de Passageiros (Portaria n.º 21/2000 de 23 de Março)</li> </ul>	21 de Novembro de 2007	NA	As candidaturas podem ser apresentadas em contínuo, até à data limite de vigência do Programa.	
	Qualificar o investimento empresarial	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	NA	Dez. 2007	Final do PO
	Dinamizar as redes de infra-estruturas e de prestação de serviços às empresas	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	NA	Dez. 2007	Final do PO
	Apoiar a investigação na Região	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	NA	Dez. 2007	Final do PO
	Fomentar iniciativas de I&D de contexto empresarial	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	NA	Dez. 2007	Final do PO
	Melhorar a acessibilidade e utilização das TIC	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	NA	Dez. 2007	Final do PO
	Melhorar a eficiência administrativa	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	NA	Dez. 2007	Final do PO
EP2 - Qualificar e integrar a sociedade açoriana	Modernizar a rede de equipamentos escolares	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	NA	Dez. 2007	Final do PO
	Valorizar o património cultural	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	NA	Dez. 2007	Final do PO
	Melhorar a rede de equipamentos de animação local	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	NA	Dez. 2007	Final do PO
	Modernizar equipamentos de saúde	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	NA	Dez. 2007	Final do PO
	Modernizar a rede de equipamentos de protecção social	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	NA	Dez. 2007	Final do PO



Eixo Prioritário	Área d.e Intervenção	Regulamentação Específica	Critérios de selecção aprovados em Comissão de Acompanhamento 20.11.2007	Concurso		
				Cód. Concurso/ ref. <sup>a</sup> concurso	Aviso de abertura	Prazo de candidatura
EP3 - Melhorar as redes regionais de infra-estruturas de acessibilidades	Requalificar a rede regional de infra-estruturas rodoviárias e marítimas	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	NA	Dez. 2007	Final do PO
	Melhorar a eficiência e a segurança dos sistemas	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	NA	Dez. 2007	Final do PO
EP4 - Valorizar e qualificar o sistema ambiental	Ordenar o território	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	NA	Dez. 2007	Final do PO
	Aumentar a cobertura da rede de infra-estruturas ambientais	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	NA	Dez. 2007	Final do PO
	Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	NA	Dez. 2007	Final do PO
	Melhorar sistemas de prevenção e gestão de riscos	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	NA	Dez. 2007	Final do PO
EP5 - Compensar os sobrecustos da ultraperiferidade	Compensar os custos de funcionamento dos sistemas de transportes no arquipélago	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	NA	Dez. 2007	Final do PO
	Compensar os custos de investimento dos sistemas de transporte do arquipélago	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	NA	Dez. 2007	Final do PO
EP6 - Assistência Técnica do Programa	Implementação e funcionamento dos sistemas e estruturas de coordenação, gestão, acompanhamento, controlo, avaliação, divulgação e ainda a promoção de outras acções conducentes a uma melhor eficiência e eficácia da afectação dos meios financeiros	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	NA	Dez. 2007	Final do PO

Anexo VII - Processo de selecção por Eixo Prioritário até 31-12-2009 (valores acumulados)

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Dotação de Fundo	Processo de Selecção por Concurso e/ou Períodos de Candidatura								Candidaturas apresentadas			Candidaturas admitidas			Candidaturas aprovadas						Taxa de admissibilidade (admitidas/ apresentadas)		Taxa de aprovação bruta (aprovadas/ apresentadas)		Taxa de aprovação líquida (aprovadas/ admitidas)		Contratos/termos de aceitação assinados		Taxa de contratação (contratos/aprovadas)		
		Total até 31-12-2009			em aberto a 31-12-2009		Encerrados a 31-12-2009																									
		Nº	Fundo		Nº	Fundo	Nº	Fundo concurso	dos quais Decididos		Nº	Custo total previsto	Invest. Médio por candidatura	Nº	Custo total previsto	Invest. Médio por candidatura	Nº	Custo total	Custo total Elegível	Despesa Pública	Fundo	Invest. Elegível Médio por Candidatura	Candidaturas	Custo total	Candidaturas	Custo total	Nº	Fundo	Candidaturas	Fundo		
									Nº	Fundo em candidaturas aprovadas																						
	mil euros	Nº	mil euros	% do PO	Nº	mil euros	Nº	mil euros	Nº	mil euros	mil euros	Nº	mil euros	mil euros	Nº	mil euros	mil euros	mil euros	mil euros	mil euros	%	%	%	%	%	%	Nº	mil euros	%	%		
Total	966.349	543	524.917	54,32%	96	77.943	447	446.974	408	377.987	543	753.921	1.388	418	581.064	1.390	408	573.661	573.661	472.616	377.987	1.406	77%	77%	75%	76%	98%	99%	408	377.987	100%	100%
EP1 - Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores	344.444	332	191.584	55,62%	58	34.465	274	157.118	266	109.597	332	332.148	1.000	267	230.024	862	266	229.983	229.983	128.938	109.597	865	80%	69%	80%	69%	100%	100%	266	109.597	100%	100%
OE1.1 - Qualificar o investimento empresarial		265	114.066		30	5.206	235	108.860	230	62.148	265	240.951	909	231	174.201	754	230	174.161	174.161	73.115	62.148	757	87%	72%	87%	72%	100%	100%	230	62.148	100%	100%
OE 1.2 - Dinamizar as redes de infra-estruturas e de prestação de serviços às empresas		41	67.170		13	26.904	28	40.265	25	39.456	41	79.023	1.927	25	46.419	1.857	25,00	46.419	46.419	46.419	39.456	1.857	61%	59%	61%	59%	100%	100%	25	39.456	100%	100%
OE 1.3 - Apoiar a investigação na Região		16	2.845		14	2.243	2	603	2	603	16	3.348	209	2	709	355	2	709	709	709	603	355	13%	21%	13%	21%	100%	100%	2	603	100%	100%
OE 1.4 - Fomentar iniciativas de I&D de contexto empresarial		3	3.177			3	3.177	3	3.177	3	3.738	1.246	3	3.738	1.246	3	3.738	3.738	3.738	3.177	1.246	100%	100%	100%	100%	100%	100%	3	3.177	100%	100%	
OE 1.5 - Melhorar a acessibilidade e utilização das TICs		4	1.120			4	1.120	4	1.120	4	1.318	329	4	1.318	329	4	1.318	1.318	1.318	1.120	329	100%	100%	100%	100%	100%	100%	4	1.120	100%	100%	
OE 1.6 - Melhorar a eficiência administrativa		3	3.205		1	112	2	3.093	2	3.093	3	3.771	1.257	2	3.639	1.820	2	3.639	3.639	3.639	3.093	1.820	67%	97%	67%	97%	100%	100%	2	3.093	100%	100%
EP2 - Qualificar e integrar a sociedade açoriana	233.781	61	112.028	47,92%	9	8.939	52	103.089	40	92.776	60	129.851	2.164	42	109.825	2.615	40	109.148	109.148	109.148	92.776	2.729	70%	85%	67%	84%	95%	99%	40	92.776	100%	100%
OE 2.1 - Modernizar a rede de equipamentos escolares		34	70.220		2	2.904	32	67.316	24	62.446	34	82.611	2.430	24	73.466	3.061	24	73.466	73.466	73.466	62.446	3.061	71%	89%	71%	89%	100%	100%	24	62.446	100%	100%
OE 2.2 - Valorizar o património cultural		11	21.425			11	21.425	10	21.050	11	25.206	2.291	11	25.206	2.291	10	24.765	24.765	24.765	21.050	2.476	100%	100%	91%	98%	91%	98%	10	21.050	100%	100%	
OE 2.3 - Melhorar a rede de equipamentos de animação local		7	4.726		3	1.995	4	2.731	3	2.531	7	5.560	794	4	3.213	803	3	2.978	2.978	2.978	2.531	993	57%	58%	43%	54%	75%	93%	3	2.531	100%	100%
OE 2.4 - Modernizar equipamentos de saúde		4	4.040		4	4.040					4	4.754	1.188													-	-			-	-	
OE 2.5 - Modernizar a rede de equipamentos de protecção social		4	9.962			4	9.962	3	6.749	4	11.720	2.930	3	7.940	2.647	3	7.940	7.940	7.940	6.749	2.647	75%	68%	75%	68%	100%	100%	3	6.749	100%	100%	
EP3 - Melhorar as Redes Regionais de Infra-estruturas de Acessibilidades	170.990	78	130.838	76,52%	14	15.554	64	115.283	58	109.316	79	155.874	1.973	60	134.966	2.249	58	128.607	128.607	128.607	109.316	2.217	76%	87%	73%	83%	97%	95%	58	109.316	100%	100%
OE 3.1 - Requalificar a rede regional de infra-estruturas rodoviárias e marítimas		73	126.398		12	12.987	61	113.411	56	107.483	73	148.704	2.037	58	132.809	2.290	56	126.450	126.450	126.450	107.483	2.258	79%	89%	77%	85%	97%	95%	56	107.483	100%	100%
OE3.2 - Melhorar a eficiência e a segurança dos sistemas		6	6.095		2	2.567	4	3.528	2	1.833	6	7.170	1.195	2	2.157	1.079	2	2.157	2.157	2.157	1.833	1.079	33%	30%	33%	30%	100%	100%	2	1.833	100%	100%
EP4 - Valorizar e Qualificar o Sistema Ambiental	147.533	59	53.145	36,02%	12	17.553	47	35.593	36	31.030	59	62.524	1.060	40	36.767	919	36	36.505	36.505	36.505	31.030	1.014	68%	59%	61%	58%	90%	99%	36	31.030	100%	100%
OE 4.1 - Ordenar o território		14	4.794		4	1.824	10	2.969	5	2.496	14	5.640	403	9	3.198	355	5	2.936	2.936	2.936	2.496	587	64%	57%	36%	52%	56%	92%	5	2.496	100%	100%
OE 4.2 - Aumentar a cobertura da rede de infra-estruturas ambientais		22	26.021		4	13.706	18	12.314	16	10.407	22	30.612	1.391	16	12.243	765	16	12.243	12.243	12.243	10.407	765	73%	40%	73%	40%	100%	100%	16	10.407	100%	100%
OE 4.3 - Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental		18	17.860		3	1.564	15	16.296	14	16.130	18	21.012	1.167	14	18.976	1.355	14	18.976	18.976	18.976	16.130	1.355	78%	90%	78%	90%	100%	100%	14	16.130	100%	100%
OE 4.4 - Melhorar sistemas de prevenção e gestão de riscos		5	4.471		1	458	4	4.013	1	1.997	5	5.260	1.052	1	2.349	2.349	1	2.349	2.349	2.349	1.997	2.349	20%	45%	20%	45%	100%	100%	1	1.997	100%	100%
EP5 - Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade	65.601	12	35.962	54,82%	3	1.432	9	34.531	7	33.909	12	71.925	5.994	8	67.883	8.485	7	67.817	67.817	67.817	33.909	9.688	67%	94%	58%	94%	88%	100%	7	33.909	100%	100%
OE 5.1 - Compensar os custos de funcionamento dos sistemas de transporte no arquipélago		2	19.462			2	19.462	1	18.873	2	38.924	19.462	1	37.746	37.746	1	37.746	37.746	37.746	18.873	37.746	50%	97%	50%	97%	100%	100%	1	18.873	100%	100%	
OE 5.2 - Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade		10	16.500		3	1.432	7	15.069	6	15.036	10	33.001	3.300	7	30.137	4.305	6	30.072	30.072	30.072	15.036	5.012	70%	91%	60%	91%	86%	100%	6	15.036	100%	100%
EP6 - Assistência Técnica	4.000	1	1.360	34,00%		1	1.360	1	1.360	1	1.600	1.600	1	1.600	1.600	1	1.600	1.600	1.600	1.360	1.600	100%	100%	100%	100%	100%	100%	1	1.360	100%	100%	



## **ANEXO VIII – Ficha de Grande Projecto**

*Não Aplicável*

**Anexo IX - Repartição cumulativa das dotações aprovadas da contribuição comunitária por combinação de dimensão de categorização**

Unidade: euro

Combinação de códigos das dimensões 1 a 5					
Código* Dimensão 1 Tema Prioritário	Código* Dimensão 2 Forma de Financiamento	Código* Dimensão 3 Território	Código* Dimensão 4 Actividade Económica	Código* Dimensão 5 Localização	Contribuição Comunitária Atribuída
06 - Ajuda às PME para promoção de produtos e processos produtivos eco...	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	22- Outros serviços não especificados	PT 200	221.415,18
08 - Outros investimentos nas empresas	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	22- Outros serviços não especificados	PT 200	47.995.830,81
09 - Outras medidas destinadas a estimular a investigação, a inovação e o empreendedorismo nas PME	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	22- Outros serviços não especificados	PT 200	31.159.310,03
11 - Tecnologias da informação e comunicação	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	17 - Administração Pública	PT 200	46.962,50
12 - Tecnologias da informação e comunicação (RTE-TIC)	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	17 - Administração Pública	PT 200	478.039,81
13- Serviços e aplicações para os cidadãos ( <i>cibersaúde, ciberadministração,</i>	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	17 - Administração Pública	PT 200	3.688.392,96
20- Auto-estradas	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	11- Transportes	PT 200	17.251.720,38
23- Estradas regionais/locais	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	11- Transportes	PT 200	58.651.618,78
29 - Aeroportos	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	12 - Construção	PT 200	13.646.057,79
30- Portos	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	12 - Construção	PT 200	31.579.499,54
31- Transporte por via navegável (regional e local)	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	11- Transportes	PT 200	1.833.450,00
44 - Gestão dos resíduos privados e industriais	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	21- Actividades Associadas ao Ambiente	PT 200	1.607.932,23
45- Gestão e distribuição de água ( <i>potável</i> )	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	09- Captação, Tratamento e Distribuição de Água	PT 200	4.740.196,86
46- Tratamento de água ( <i>águas residuais</i> )	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	21- Actividades Associadas ao Ambiente	PT 200	4.058.761,75
51- Promoção da biodiversidade e protecção da natureza ( <i>incluindo rede NATURA 2000</i> )	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	21- Actividades Associadas ao Ambiente	PT 200	10.894.546,12
53- Prevenção de riscos ( <i>incluindo a concepção e execução de planos e medidas destinados a prevenir e gerir os riscos naturais e tecnológicos</i> )	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	22- Outros serviços não especificados	PT 200	6.270.881,16
54- Outras medidas de preservação do ambiente e prevenção de riscos	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	21- Actividades Associadas ao Ambiente	PT 200	3.457.235,60
56 - Protecção e desenvolvimento do património natural	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	21- Actividades Associadas ao Ambiente	PT 200	13.914.689,82
57- Outro tipo de assistência destinada a melhorar os serviços do turismo	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	22- Outros serviços não especificados	PT 200	12.092.433,45
58- Protecção e preservação do património cultural	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	22- Outros serviços não especificados	PT 200	506.806,14
59- Desenvolvimento das infra-estruturas culturais	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	12 - Construção	PT 200	19.544.716,30
75- Infra-estruturas de ensino	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	18 - Educação	PT 200	63.741.362,93
79- Outras infra-estruturas sociais	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	12 - Construção	PT 200	8.982.939,44
82- Compensação de eventuais sobrecustos decorrentes do défice de acessibilidade e da fragmentação do território	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	00- Não se aplica	PT 200	18.872.818,00
83- Acções específicas destinadas a compensar sobrecustos ligados à dimensão do mercado	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	12 - Construção	PT 200	1.389.699,87
85- Preparação, execução, acompanhamento e inspecção	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	17 - Administração Pública	PT 200	1.360.000,00
					<b>377.987.317,45</b>

\* As categorias de cada dimensão devem ser codificadas utilizando a classificação-tipo.

\*\* Montante afectado da contribuição comunitária a cada combinação de categorias.

## ANEXO X - Tabela NUT

NUTS	
de acordo com o Regulamento (CE) N° 1059/2003 <sup>(1)</sup>	
Código	Designação
<b>PT</b>	<b>PORTUGAL</b>
<b>PT1</b>	<b>CONTINENTE</b>
<b>PT11</b>	<b>Norte</b>
PT111	Minho-Lima
PT112	Cávado
PT113	Ave
PT114	Grande Porto
PT115	Tâmega
PT116	Entre Douro e Vouga
PT117	Douro
PT118	Alto Trás-os-Montes
<b>PT15</b>	<b>Algarve</b>
<b>PT16</b>	<b>Centro</b>
PT161	Baixo Vouga
PT162	Baixo Mondego
PT163	Pinhal Litoral
PT164	Pinhal Interior Norte
PT165	Dão-Lafões
PT166	Pinhal Interior Sul
PT167	Serra da Estrela
PT168	Beira Interior Norte
PT169	Beira Interior Sul
PT16A	Cova da Beira
PT16B	Oeste
PT16C	Médio Tejo
<b>PT17</b>	<b>Lisboa</b>
PT171	Grande Lisboa
PT172	Península de Setúbal
<b>PT18</b>	<b>Alentejo</b>
PT181	Alentejo Litoral
PT182	Alto Alentejo
PT183	Alentejo Central
PT184	Baixo Alentejo
PT185	Lezíria do Tejo
<b>PT2</b>	<b>Região Autónoma dos Açores</b>
<b>PT3</b>	<b>Região Autónoma da Madeira</b>
<b>PTZ</b>	<b>EXTRA-REGIO</b>

(1) Regulamento (CE) N° 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio de 2003, relativo à instituição de uma Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS)

## Anexo XI - Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade

Refª Indicador	Unid.	Indicador	Realização Contratada (31-12-2009)
PO FC	%	Redução do número de contactos necessários entre o cidadão e/ou as empresas e a AP em processos administrativos (*)	n.a
PO FC	%	Taxa de desmaterialização dos serviços da administração pública (*)	n.a
ICN -Anual - 017	MWh	Variação do Consumo energético	n.a
CORE-024	MWh	Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	n.a
ICN-AAE-001	nº	População servida pelas lojas do cidadão, centros multiserviços e balcões únicos	182629
ICN-AAE-002	nº	Serviços on-line orientados para empresas disponibilizados por entidades públicas	22
ICN-AAE-003	nº	Redução dos tempos médios de espera em serviços públicos	n.d.
ICN-AAE-006	nº	Estratégias de Eficiência Colectiva reconhecidas, por tipo de estratégia (pólos de competitividade e tecnologia, outros clusters, PROVERE, ARDU)	n.a
ICN -Anual - 019	ton/ano	Quantidade de RUB valorizada organicamente por ano	n.d.
ICN -Anual - 23	ha	Área classificada abrangida por intervenções de gestão activa de espaços protegidos e classificados	n.d.
ICN -Anual - 024	Nº	População abrangida por Planos de emergência de protecção civil	-
ICN -Anual - 027	Nº	População abrangida por operações de regeneração urbana	n.a
ICN -Anual - 028	m²	Área intervencionada por operações de regeneração urbana	n.a
ICN -Anual - 032	Nº	População abrangida por unidades de saúde	-
CORE -022	Nº	Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	n.a
CORE -025	Nº	Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervencionados	45121
CORE -026	Nº	Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionados	9293
CORE -029	KM²	Área reabilitada (em km²) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	n.a
CORE -030	CO2 equivalentes, kt	Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	n.a
ICN-AAE-018	%	Variação na taxa de desvio de RUB para aterro	n.d.
ICN-AAE-023	km	Extensão de costa intervencionada para redução do risco associado à dinâmica costeira	n.d.
ICN-AAE-024	km	Extensão de costa intervencionada para contenção ou diminuição da ocupação antrópica em área de risco	n.d.
ICN-AAE-025	km²	Grau de cobertura do território por planos de emergência	-
CORE - 037	média por ano	Nº de alunos que beneficiam das intervenções (Educação)	7364
CORE - 041	Nº	Nº de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	27

(\*) Apuramento obrigatório pelo POFC e recomendado para os PO Regionais.

(\*\*) Metodologia de cálculo em consolidação. O indicador deverá ser preenchido como não disponível (n.d.).